



Relatório de Gestão 2022

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Tebet

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Cimar Azeredo Pereira (substituto)

Diretor-Executivo
Cimar Azeredo Pereira (substituto)

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Cimar Azeredo Pereira

Diretoria de Geociências
Claudio Stenner

Diretoria de Tecnologia da Informação
Carlos Renato Pereira Cotovio

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Carmen Danielle Lins Mendes Macedo

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Coordenação de Planejamento e Gestão
Ana Cristina Martins Bruno

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

© IBGE. 2023.

Guia de navegação



Para uma melhor experiência interativa, abra este arquivo em um computador. O programa indicado é o Adobe Acrobat 6.0 ou posterior.



Utilize o menu lateral para navegar entre as páginas ou acessar o Sumário a qualquer momento e o menu superior para navegar entre os capítulos.



Clique nos *links* e acesse o conteúdo especial em seu navegador.



Sumário



Visão geral, organizacional e ambiente externo

Identidade institucional	10
Principais normas direcionadoras de sua atuação	12
Estrutura organizacional	13
O Modelo de Negócios do IBGE e a Cadeia de Valor Institucional	15
Ambiente externo	20
Materialidade das informações	21

Riscos, oportunidades e perspectivas

Ciclo de Gerenciamento de Riscos 2022	23
Identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos	24

Governança e estratégia

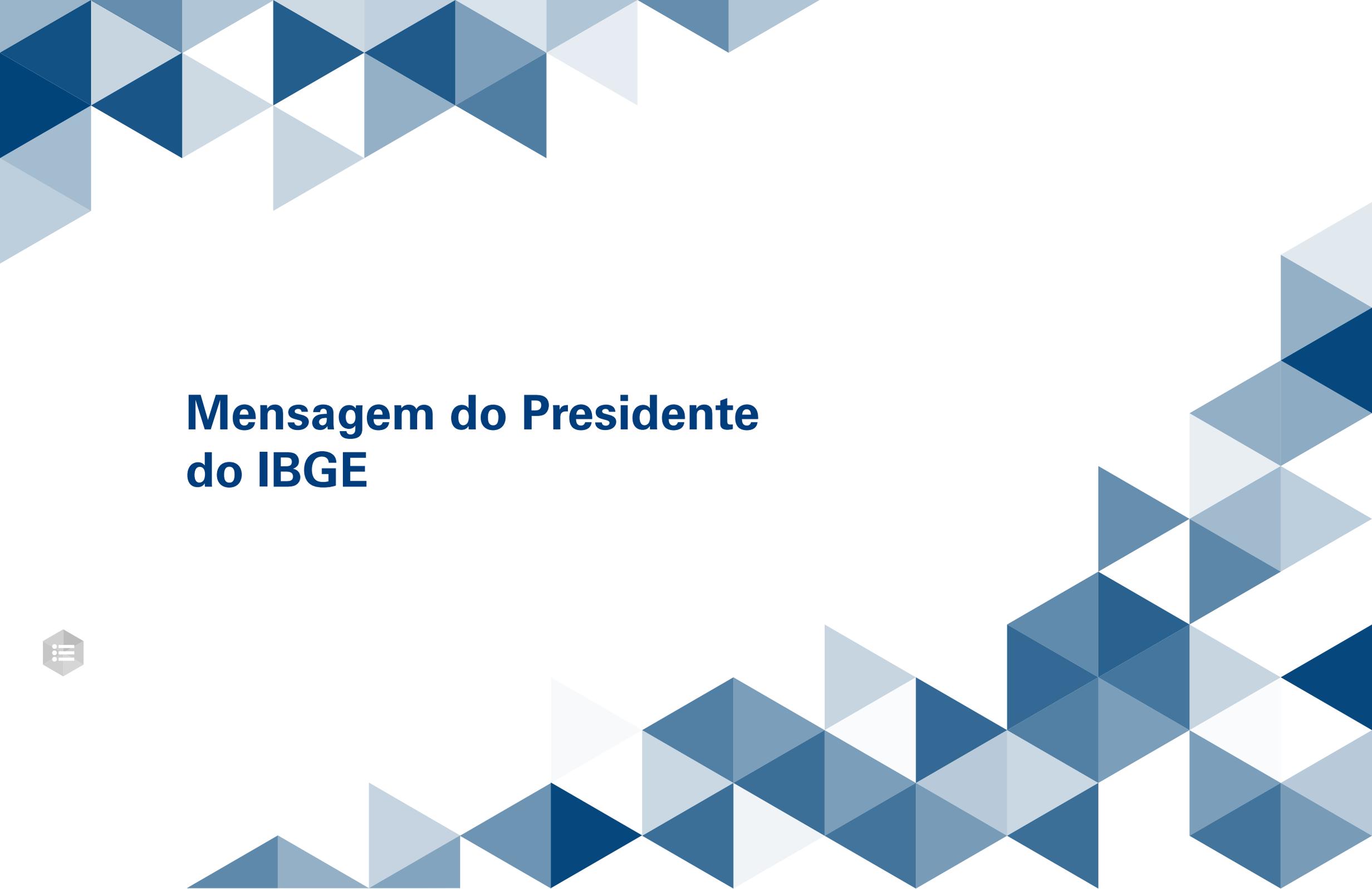
Estratégia	29
Estrutura de governança	34
Principais ações de supervisão, controle e de correição	41
Relacionamento com a sociedade e partes interessadas	48

Resultados e desempenho da gestão

Censo Demográfico 2022	65
Produção de informações estatísticas e geocientíficas	72
Ensino superior, pesquisa e extensão	127
Melhoria e inovação	134
Gestão orçamentária e financeira	143
Gestão de custos	153
Gestão de pessoas	154
Gestão de licitações e contratos	170
Gestão patrimonial e infraestrutura	173
Gestão da tecnologia da informação	179
Sustentabilidade ambiental	184

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Demonstrações contábeis	189
Notas explicativas	201
Normas e procedimentos	212
Informações acerca do setor de contabilidade do IBGE	213
Conclusões de auditorias e as medidas adotadas	215



Mensagem do Presidente do IBGE





Mensagem do Presidente do IBGE

2022 foi um ano particularmente desafiador para o IBGE, um ano em que nós ibgeanos nos unimos de forma ainda mais intensa frente ao desafio de executar a mais complexa e grandiosa operação estatística que um país pode empreender: o Censo Demográfico.

Apesar de a sua execução ter sido iniciada no exercício de 2022, é importante destacar que o Censo Demográfico consiste em um projeto com planejamento de longo prazo. Particularmente, no caso do Censo 2022, enfrentamos um conjunto de obstáculos que estiveram além da capacidade de gestão do Instituto. O início da operação fora postergado por dois anos, por motivos distintos. Em 2020, devido às restrições do cenário de pandemia associado à COVID-19; e em 2021, pela insuficiência de recursos orçamentários destinados ao projeto, após votação e sanção da Lei Orçamentária Anual daquele exercício.

Não obstante tais desafios, podemos afirmar que, em 2022, demos início ao Censo Demográfico com a qualidade que se espera do IBGE. O evento de lançamento do Censo 2022, sediado no Museu do Amanhã, no Rio

de Janeiro, demonstrou de forma inequívoca o valor e a relevância que esse projeto tem para o País, reforçando o comprometimento dos ibgeanos com a operação e tornando ainda mais evidente o fundamental apoio que diversos atores da sociedade prestam ao Instituto na condução do projeto.

O Censo 2022 foi marcado por muitos avanços e aperfeiçoamentos. No que tange ao fortalecimento da cobertura da operação, destacam-se progressos e inovações na área de tecnologia da informação, tais como: investimentos na utilização de imagens por satélite de alta resolução; ferramentas de geotecnologia, com a captação de coordenadas, que serão um legado útil e importante no dia a dia das áreas de defesa civil e prevenção de desastres; e o uso de *dashboards* e da Plataforma Geográfica Interativa - PGI para o acompanhamento e visualização dos resultados da operação. Além disso, devemos destacar o alto grau de conectividade do Censo 2022, atribuído, principalmente, ao uso de *chips* nos Dispositivos Móveis de Coleta - DMCs, que permitiram a transmissão dos dados da coleta em tempo real. Outro importante marco do projeto foi a realização do teste nacional, ao final do exercício de 2021, que ocorreu simultaneamente em todas as Unidades da Federação. O teste



Cimar Azeredo Pereira
Presidente do IBGE (substituto)

2022 foi um ano particularmente desafiador para o IBGE, um ano em que nós ibgeanos nos unimos de forma ainda mais intensa frente ao desafio de executar a mais complexa e grandiosa operação estatística que um país pode empreender: o Censo Demográfico.



abrangeu todas as etapas censitárias, desde o treinamento dos recenseadores até a verificação dos sistemas e equipamentos de coleta. Essa etapa exerceu papel fundamental para que tivéssemos, na execução da operação censitária, equipes mais bem preparadas e ambientadas.

Ainda no rol de inovações, não poderíamos deixar de mencionar o lançamento do serviço Disque-Censo 137, destinado aos moradores de domicílios ainda não recenseados, com o objetivo de facilitar o processo de coleta nessas unidades. No início da operação, também tivemos a honra de conduzir o projeto Observa Censo, que viabilizou a participação de observadores de institutos de estatística de 18 países das Américas do Norte, Central e do Sul e da África, além de representantes de organizações internacionais, que foram a campo para acompanhar o recenseamento brasileiro.

Em contrapartida, na condução do Censo Demográfico, como é de se esperar em uma operação desse porte, não estivemos imunes a contratempos. Nosso maior desafio no período foi a contratação de recenseadores dentro do quantitativo planejado. Em 2022, foram realizados 17 processos seletivos simplificados, regulares e complementares, para a operação

censitária. Ocorrências climáticas, como fortes chuvas, geraram atrasos na coleta. Esse também foi o primeiro Censo Demográfico a conviver com os fenômenos das redes sociais e das notícias falsas. No início da operação, enfrentamos problemas para o pagamento dos recenseadores. Importante mencionar o quadro insuficiente de servidores efetivos do Instituto e a forte limitação de recursos disponíveis para ações de publicidade do projeto censitário. Tais fatores contribuíram para que o prazo de encerramento da coleta do Censo fosse prorrogado até 2023.

Tais obstáculos foram e estão sendo superados a partir da sinergia e do espírito cooperativo do IBGE, de todo seu corpo funcional e da sociedade brasileira como um todo, que reconhece a importância do Censo Demográfico para a tomada de decisão e para a qualidade das políticas públicas do País. Com o auxílio de instituições parceiras, como é o caso de Secretarias de Saúde, conseguimos contar com o reforço de profissionais em diversas áreas do Censo, desde a análise e processos de gestão até o trabalho de coleta em si, inclusive com a atuação de agentes de saúde. Nessa trajetória, também contamos com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA, parceiro de longa data em diversas temáticas de interesse

comum e que, nos últimos anos, tem prestado auxílio no projeto mais geral de modernização técnico-institucional do IBGE.

Também são dignos de nota os esforços para o treinamento dos novos colaboradores de todo o País, em que foram empregados métodos e tecnologias de ensino inovadores e produzidos cursos, materiais e manuais diversos. E, também, o empenho nas atividades de comunicação social do IBGE, bem como a atuação da imprensa nacional na divulgação do Censo Demográfico, em todas as suas etapas. Foram mais de 9 mil inserções em veículos e mídias diversos (impressos, digitais e eletrônicos), o que representa uma presença marcante.

Cabe registrar nosso especial agradecimento a todos os servidores ibgeanos, efetivos e temporários, que dedicaram seu tempo, energia e conhecimento para enfrentar os desafios do Censo e conduzir a operação de forma exemplar, com o espírito público que é marca de nosso Instituto. Aqui, não poderíamos deixar de mencionar os titulares e as equipes das Superintendências Estaduais do IBGE, indispensáveis para o sucesso da operação, que desempenharam um trabalho incansável para que o Censo se tornasse uma realidade. Do mesmo modo, saudamos os membros da Comissão Consultiva do



Censo Demográfico, colegiado constituído por especialistas das esferas acadêmica e técnica, e cuja contribuição, com a costumeira excelência técnica e profissionalismo, foi fundamental para a condução de temas importantes que dizem respeito à operação censitária.

Por fim, cumpre destacar que, ao final do exercício de 2022, o IBGE deliberou por enviar ao Tribunal de Contas da União - TCU a prévia da população dos Municípios, com base nos dados censitários coletados até 25 de dezembro. Por lei, ao final de cada ano, o IBGE informa ao TCU a relação da população de todos os Municípios brasileiros, dados que subsidiam o cálculo do Fundo de Participação dos Municípios e a definição da dimensão das representações políticas em variados níveis. Nos exercícios em que não

são realizados Censos, os dados populacionais são definidos por meio de estimativas, seguindo metodologias internacionalmente consagradas. Em 2022, com o Censo parcialmente realizado, o Instituto decidiu efetuar o cálculo da população com base nos dados censitários já levantados, sob o entendimento de que esses são os números que melhor retratam a estrutura demográfica brasileira atual.

No campo da gestão, destacamos a publicação do novo Estatuto para a reformulação da estrutura organizacional do IBGE, o que permitiu a recomposição de cargos e a adequação às necessidades de criação de algumas unidades, com destaque para a Ouvidoria e a Corregedoria. Ademais, foi publicada versão atualizada do Plano Estratégico Institucional (2022-2025), em

aderência à IN SEGES/ME n. 24, de 18.03.2020, e estabelecidas as rotinas para o monitoramento contínuo e sistemático da estratégia. As metas institucionais previstas para 2022 foram cumpridas, mesmo diante de desafios, em um ano em que o IBGE concentrou seus esforços na realização da operação censitária.

Asseguro a integridade deste Relatório, elaborado com a participação das diversas áreas do IBGE e aprovado pelo Conselho Diretor. E, com a certeza do compromisso de todos os servidores do IBGE para a continuidade do trabalho de excelência no cumprimento da missão institucional, convido a todos à leitura deste Relatório, que apresenta os principais marcos e resultados alcançados pelo Instituto em 2022, bem como as perspectivas para o nosso futuro.

Cimar Azeredo Pereira
Presidente do IBGE (substituto)



207,8 milhões

Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo

25



Temas com resultados de pesquisas estatísticas divulgados

452 mil



Polígonos georreferenciados com os limites dos Setores Censitários

87,7 milhões



Domicílios particulares recenseados

225



Resultados de pesquisas estatísticas divulgados

35



Levantamentos geocientíficos divulgados

103,9 milhões



Endereços atualizados no Censo 2022

415



Alunos matriculados na ENCE

59



Alunos graduados e pós-graduados

74,5%



Acesso à informação procurada no portal institucional

17%



Crescimento médio do número de seguidores nas redes sociais

58 778



Concluintes de ações de capacitação oferecidas pela ENCE



em números

4,3 Pbytes



Armazenamento de dados

2 221



Servidores virtuais

1º lugar



Avaliação dos usuários nos serviços do SouGov

99,83%



Taxa de resultados alcançados na avaliação de desempenho institucional

156%



Crescimento do número de contratações

99,3%



Orçamento executado em relação ao previsto

55,5%



Força de trabalho no Programa de Gestão e Desempenho

18



Riscos estratégicos analisados com 75 medidas de tratamento planejadas



1 **Visão geral, organizacional e ambiente externo**



Identidade institucional

Quem somos

O IBGE é uma instituição da administração pública federal, vinculada ao Ministério da Economia, que tem por missão “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania” por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações estatísticas e geoespaciais. Entre as informações estatísticas, destacam-se as de natureza demográfica e socioeconômica. Já os dados geoespaciais, referem-se àqueles de natureza geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

Suas principais atribuições incluem coordenar as atividades dos Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais e realizar pesquisas, levantamentos e estudos nesses campos para assegurar informações necessárias ao conhecimento das realidades física, econômica, social e ambiental do País. Tais competências visam fornecer insumos ao planejamento econômico e social e à segurança nacional, sendo o IBGE o principal provedor de dados e informações imprescindíveis ao diagnóstico e ao monitoramento das dinâmicas econômica, demográfica, social, política e espacial da sociedade brasileira.

É no desempenho de suas principais atribuições que o IBGE oferece uma visão completa e atual do País, atendendo às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

O IBGE é responsável pela realização do Censo Demográfico, pesquisa decenal que se constitui na principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população brasileira. Após os adiamentos em 2020 (por causa da pandemia da COVID-19) e em 2021 (por questões orçamentárias), em 2022, o IBGE iniciou a realização do Censo Demográfico, sendo essa a maior e mais desafiadora operação de recenseamento já organizada no País.

Finalmente, por meio da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituição Federal de Ensino Superior, o IBGE oferece gratuitamente à sociedade, cursos de graduação (Bacharelado em Estatística), especialização *lato sensu* (em Análise Ambiental e Gestão do Território), Mestrado e Doutorado (em População, Território e Estatísticas Públicas). Além das atividades de ensino e pesquisa, a Escola é responsável pelas atividades de capacitação e treinamento de servidores do IBGE e demais servidores públicos, oferecendo, também, cursos avulsos de atualização e de extensão.

IDENTIDADE INSTITUCIONAL

NOME

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

MISSÃO

Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

VISÃO DE FUTURO

Consolidar a posição do IBGE como referência nacional e internacional na produção e disseminação de informações estatísticas e geoespaciais públicas, relevantes, tempestivas e de fácil acesso.

VALORES

Ética, integridade e profissionalismo; respeito à confidencialidade; imparcialidade e independência; qualidade e transparência; foco nas demandas da sociedade; respeito ao informante; e valorização dos talentos.



Onde estamos

O IBGE está presente em todo o território brasileiro, por meio de uma rede nacional de pesquisa e disseminação.

Norte

	agências
Acre	3
Amapá	1
Amazonas	13
Pará	22
Rondônia	5
Roraima	1
Tocantins	9
Total	54

Nordeste

	agências
Alagoas	10
Bahia	50
Ceará	19
Maranhão	19
Paraíba	11
Pernambuco	20
Piauí	14
Rio Grande do Norte	9
Sergipe	6
Total	158

Centro-Oeste

	agências
Distrito Federal*	4
Goiás	21
Mato Grosso	16
Mato Grosso do Sul	11
Total	52

Sudeste

	agências
Espírito Santo	10
Minas Gerais	75
Rio de Janeiro	25
São Paulo	95
Total	205

Sul

	agências
Paraná	38
Santa Catarina	21
Rio Grande do Sul	38
Total	97

* O IBGE mantém, ainda, a Reserva Ecológica do Roncador, situada a 35 quilômetros ao sul de Brasília.

Fonte: IBGE, 2022.

26
Estados + DF

5 570
Municípios

27
Superintendências
Estaduais

566
agências

Principais normas direcionadoras de sua atuação

O cumprimento da missão institucional do IBGE está amparado em um amplo conjunto de normas, códigos e princípios, dentro do qual cabe destaque aos seguintes:

Decreto n. 11.177, de 18.08.2022  - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

Lei n. 8.184, de 10.05.1991  - Dispõe sobre a periodicidade dos Censos Demográficos e dos Censos Econômicos e dá outras providências.

Lei n. 6.183, de 11.12.1974  - Dispõe sobre os Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais, e dá outras providências.

Lei n. 5.534, de 14.11.1968  - Dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de informações estatísticas e dá outras providências.

Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais , endossados pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU por meio da Resolução 68/261, de 29.01.2014.

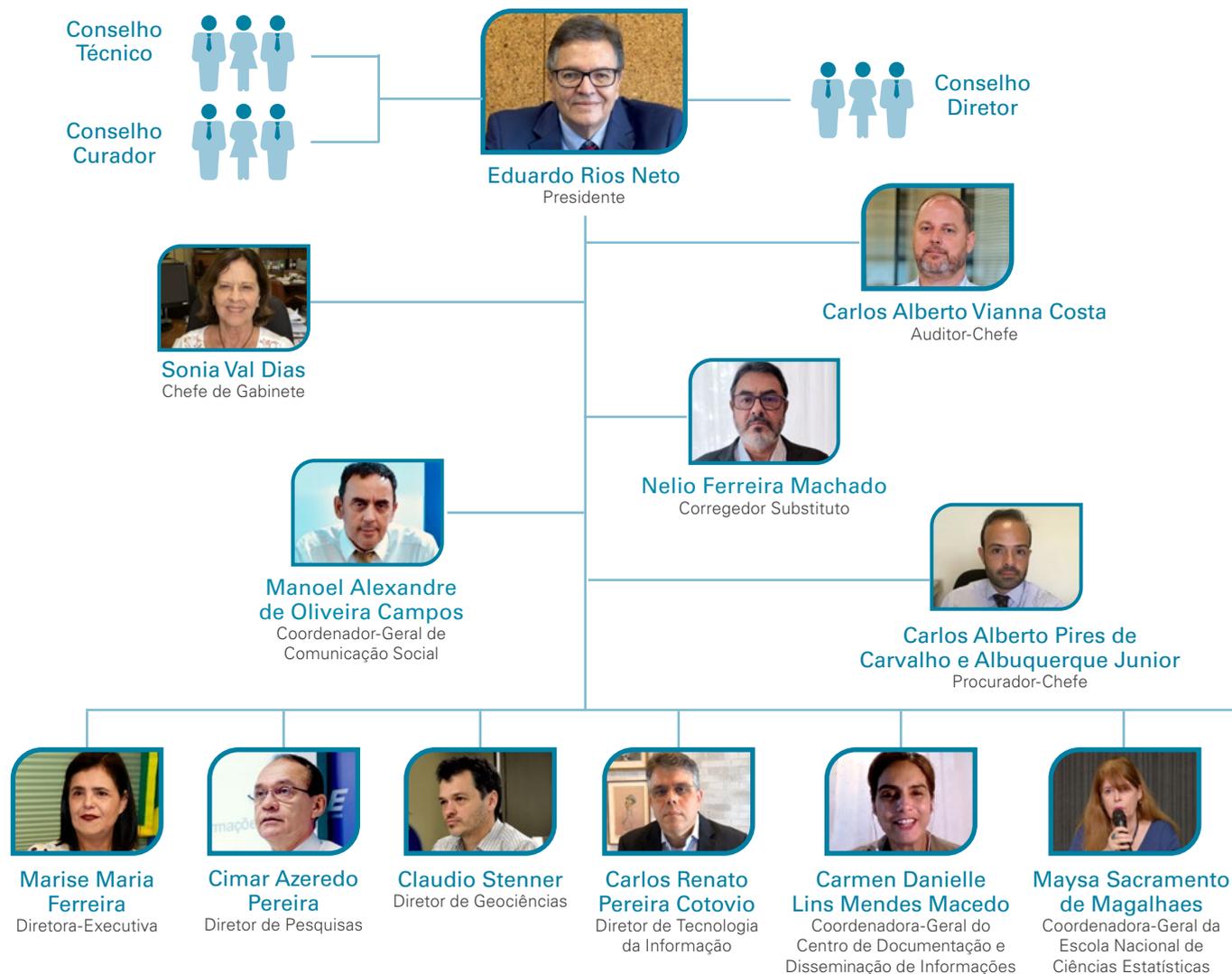
Código de boas práticas das estatísticas do IBGE - 2ª edição (2021) 

Declaração de Princípios Orientadores Compartilhados para a Gestão de Informações Geoespaciais 

Para conhecer Políticas, Planos e outros documentos que norteiam o trabalho no IBGE, acesse: <https://www.ibge.gov.br/aceso-informacao/acoes-e-programas.html> 

Para conhecer o conjunto dos principais códigos e princípios que norteiam o trabalho no IBGE, acesse: <https://www.ibge.gov.br/aceso-informacao/institucional/codigos-e-principios.html> 

Estrutura organizacional



Superintendentes Estaduais do IBGE

- Marco Fábio de Sousa Esteves (AC)
- Alcides Jerônimo de Almeida Tenório Júnior (AL)
- José Ilcleson Mendes Coelho (AM)
- Haroldo Canto Ferreira (AP)
- Andre Luiz Ferreira Urpia (BA)
- Francisco José Moreira Lopes (CE)
- Gabriel Moreira Antonaccio (DF)
- Max Athayde Fraga (ES)
- Edson Roberto Vieira (GO)
- Marcelo Virgínio de Melo (MA)
- Maria Antônia Esteves da Silva (MG)
- Mario Alexandre de Pinna Frazeto (MS)
- Millane Chaves da Silva (MT)
- Rony Helder Nogueira Cordeiro (PA)
- Roberto Salgado Beato (PB)
- Gliner Dias Alencar (PE)
- Leonardo Santana Passos (PI)
- Elias Guilherme Ricardo (PR)
- José Francisco Teixeira Carvalho (RJ)
- Damiao Ernane de Souza (RN)
- Luiz Cleyton Holanda Lobato (RO)
- Roberto Maykot Kuerten (RR)
- Jose Renato Braga de Almeida (RS)
- Roberto Kern Gomes (SC)
- Adriane Almeida do Sacramento (SE)
- Francisco Garrido Barcia (SP)
- Paulo Ricardo da Silva Amaral Jesus (TO)

Reformulação da estrutura organizacional

Para atender ao estabelecido na [Lei n. 14.204, de 16.09.2021](#) , regulamentada pelo [Decreto n. 10.829, de 05.10.2021](#) , que simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em 19.08.2021, foi publicado no Diário Oficial da União o novo [Estatuto do IBGE](#), aprovado pelo [Decreto n. 11.177 de 18.08.2022](#) , que remaneja e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, funções de confiança (Função Comis-

sionada do Poder Executivo - FCPE) e gratificações (Função Gratificada - FG e Gratificação por Serviços Extraordinários - GSE) em Cargos Comissionados Executivos - CCE e Funções Comissionadas Executivas - FCE. O novo Estatuto do IBGE passou a vigorar desde 03 de outubro de 2022.

Com a reformulação da estrutura organizacional do IBGE, foi possível efetuar a criação de unidades, como a Corregedoria e a Ouvidoria. Foi, também, alterada a denominação de unidades, como a Diretoria de Informática para Diretoria de Tecnologia da Informação e as Unidades Estaduais para Superintendências Estaduais.



O Modelo de Negócios do IBGE e a Cadeia de Valor Institucional

O modelo de negócios do IBGE apresenta o sistema posto em prática para a transformação de seus capitais (humanos, organizacionais, intelectuais e tecnológicos) e de seus recursos financeiros em produtos, disponibilizados gratuitamente à sociedade, com regularidade, transparência e tempestividade.

Para cumprir sua missão, alcançar seus objetivos estratégicos e entregar valor aos usuários, a instituição realiza um conjunto de **26 macroprocessos**, que se desdobram em **160 processos**. Os macroprocessos estão organizados em cinco linhas de negócios, a saber: **Governança, Suporte Corporativo; Melhoria e Inovação; Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas; e Ensino Superior, Pesquisa e Extensão**, essas duas últimas, linhas finalísticas. Todo esse conjunto está representado na **Cadeia de Valor do IBGE** [↗](#), que se constitui em um documento institucional de referência para a gestão integrada dos mais diversos processos. Importante destacar que a cadeia de valor insti-

tucional é um instrumento vivo e passível de ser modificado e atualizado, sempre que necessário, para refletir mudanças institucionais.

A produção de informações estatísticas e geocientíficas resulta em levantamentos geocientíficos e em diversas estatísticas sociais, econômicas, demográficas, ambientais e de multidomínio. O trabalho do IBGE é fundamental para subsidiar, acompanhar e avaliar políticas públicas em prol do desenvolvimento sustentado, da paz e da segurança, sendo relevante insumo aos governos municipais, estaduais e federal e aos cidadãos. Por oferecer respostas efetivas e úteis às necessidades e demandas da sociedade é, também, de interesse de universidades, institutos de pesquisa e da iniciativa privada. São valores públicos gerados por essa linha de negócios: o **“retrato da realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil”** e a **“garantia da integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais”**.

O ensino superior, a pesquisa e a extensão são atividades coordenadas pela **Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE** [↗](#), na qual são formados profissionais para o mercado

de trabalho em níveis de Graduação (Bacharelado em Estatística), Especialização (Análise Ambiental e Gestão do Território), Mestrado e Doutorado (em População, Território e Estatísticas Públicas). Os valores públicos gerados por essa linha de negócios compreendem a **“geração e difusão dos conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências”**.

O grande interesse da sociedade e a expressiva repercussão da produção institucional podem ser comprovados pelo número de matérias publicadas sobre o IBGE em veículos impressos e sites, tais como jornais, revistas e TV, bem como pelos milhões de usuários da **Agência IBGE Notícias** [↗](#) e do **Portal do IBGE** [↗](#).

Modelo de negócios

Em 2022 **Capitais e Recursos** aplicados às **Linhas de Negócio e Macroprocessos** resultaram em **Produtos**

Humanos

4 009 servidores ativos **90 953** contratados temporariamente

Financeiros

R\$ 738 milhões em valores empenhados em pessoal ativo **R\$ 7,2 milhões** em convênios firmados

R\$ 2,3 bilhões em valores empenhados em custeio **R\$ 20 milhões** em valores empenhados em investimentos

Tecnológicos

4,3 Pbytes de capacidade de armazenamento **2 461** entre servidores físicos e virtuais

Organizacionais

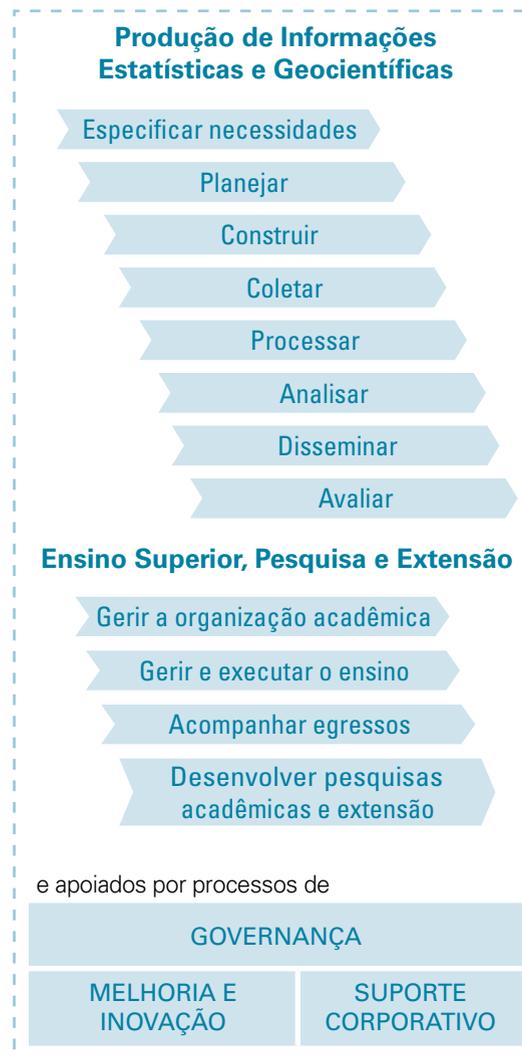
566 Agências **27** Superintendências Estaduais **1** Reserva Ecológica

Intelectuais

2 321 082 questionários aplicados **8 510 346 km²** mapeados

54 569 arquivos de observação da RBMC e de variação do nível do mar **415** alunos matriculados

51 bolsas de estudos



disponibilizados gratuitamente, com regularidade, transparência, no tempo devido,

Estatísticas

Sociais

- População
- Trabalho
- Educação
- Saúde
- Habitação
- Rendimento, despesa e consumo
- Administração pública e participação político-social
- Justiça e segurança
- Proteção social

Econômicas

- Agricultura, pecuária e outros
- Indústria e Construção
- Comércio
- Preços e custos
- Setor informal
- Contas nacionais
- Finanças públicas
- Outras estatísticas econômicas

Demográficas e de multidomínio

- Condições de vida, desigualdade e pobreza
- Ciência, tecnologia e inovação
- Empreendedorismo
- Gênero
- Cultura, recreação e esporte
- Turismo
- Meio ambiente

225 Resultados divulgados

Levantamentos geocientíficos

- Organização do território
- Posicionamento geodésico
- Atlas
- Modelos digitais de superfície

- Cartas e mapas
- Imagens do território
- Informações ambientais
- Métodos e documentos de referência

35 Informações divulgadas

e fundamentais para subsidiar, acompanhar e avaliar políticas públicas.

e **Profissionais graduados e pós-graduados**

Bacharelado em Estatística

27

Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território

15

Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas

17

gerando **Valor Público** a toda sociedade: Estado, iniciativa privada, academia e cidadãos.

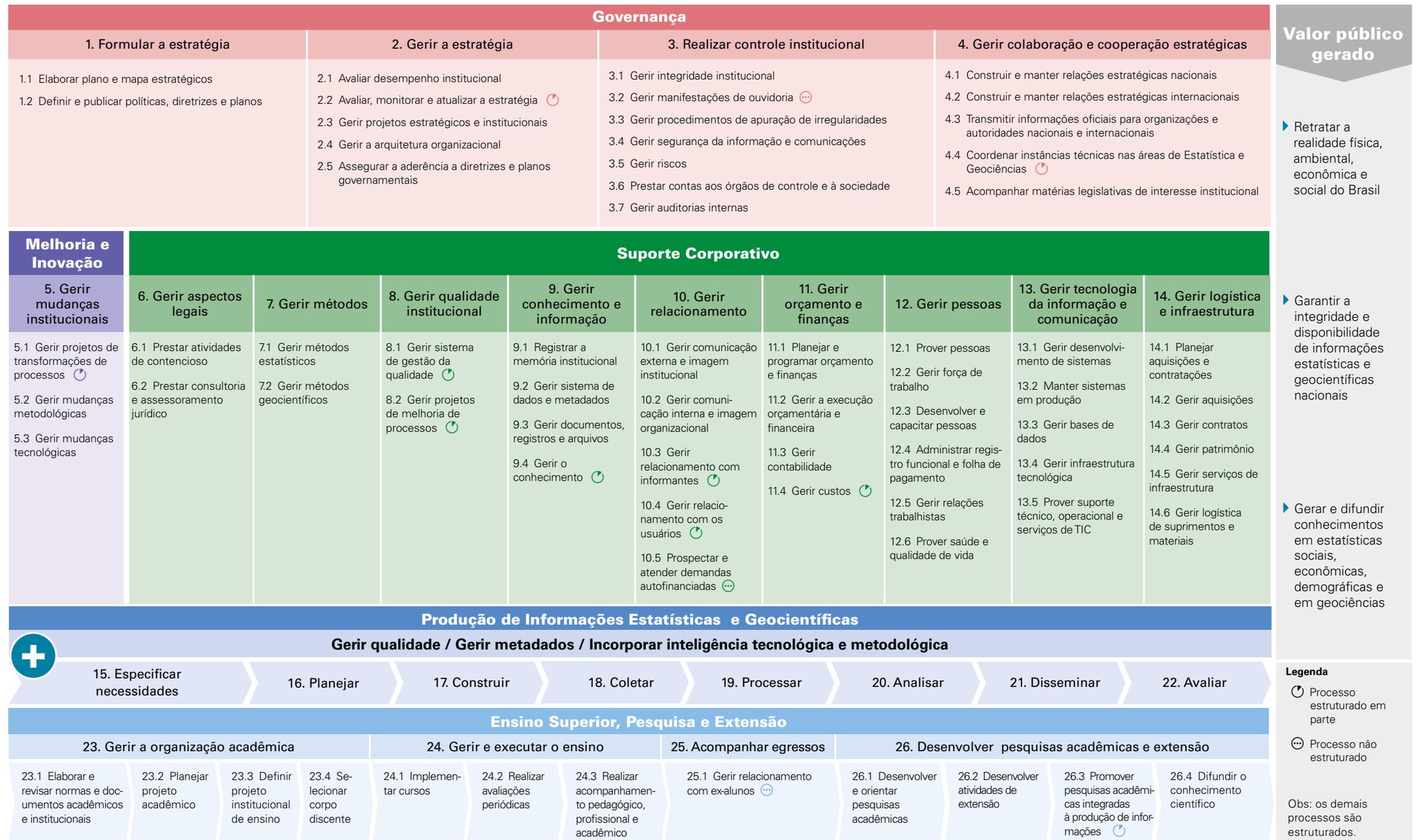
Retrato da realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil

Garantia da integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais

Geração e difusão de conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências



Cadeia de Valor do IBGE



Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas

Gerir qualidade / Gerir metadados / Incorporar inteligência tecnológica e metodológica



	15. Especificar necessidades	16. Planejar	17. Construir	18. Coletar	19. Processar	20. Analisar	21. Disseminar	22. Avaliar
Modelo Genérico do Processo de Produção Estatística - GSBPM	15.1a Identificar as necessidades 15.2a Consultar e confirmar as necessidades 15.3a Estabelecer os objetivos 15.4a Identificar os conceitos 15.5a Verificar a disponibilidade de dados 15.6a Preparar e submeter o plano de ação	16.1a Desenhar os resultados 16.2a Definir as variáveis 16.3a Definir a metodologia de coleta 16.4a Especificar o cadastro e a amostragem 16.5a Definir o processamento e a análise 16.6a Desenhar fluxograma e sistema de produção	17.1a Reutilizar ou construir os instrumentos de coleta 17.2a Reutilizar ou construir os componentes de processamento e análise 17.3a Reutilizar ou construir os componentes da disseminação 17.4a Configurar fluxos de trabalho 17.5a Testar os sistemas de produção 17.6a Testar o processo estatístico de produção 17.7a Finalizar os sistemas de produção	18.1a Criar os cadastros e selecionar as amostras 18.2a Preparar a coleta 18.3a Coletar 18.4a Finalizar a coleta	19.1a Integrar dados 19.2a Classificar e codificar 19.3a Criticar microdados 19.4a Imputar 19.5a Derivar novas variáveis e unidades 19.6a Calcular os pesos 19.7a Calcular resultados agregados 19.8a Finalizar os arquivos de dados	20.1a Preparar os resultados 20.2a Validar os resultados 20.3a Interpretar e explicar os resultados 20.4a Assegurar a confidencialidade 20.5a Finalizar os resultados	21.1a Atualizar sistemas de disseminação 21.2a Elaborar produtos de disseminação 21.3a Gerenciar a disseminação 21.4a Promover os produtos de disseminação 21.5a Gerenciar o suporte ao usuário	22.1a Reunir os elementos para avaliação 22.2a Realizar a avaliação 22.3a Acordar um plano de melhorias
Modelo Genérico de Processos de Produção de Geoinformação - GGIBPM	15.1b Identificar as necessidades 15.2b Identificar as necessidades de melhorias 15.3b Estabelecer objetivos e conceitos 15.4b Confirmar as necessidades 15.5b Verificar a disponibilidade dos dados 15.6b Verificar a viabilidade de produzir os dados 15.7b Elaborar o relatório de viabilidade do produto	16.1b Definir os resultados esperados 16.2b Definir a metodologia de coleta e produção 16.3b Definir os requisitos para processamento e análise 16.4b Definir a modelagem de dados 16.5b Definir os requisitos de infraestrutura tecnológica 16.6b Elaborar o modelo de publicação 16.7b Elaborar o plano de ação	17.1b Construir/melhorar instrumentos de coleta 17.2b Construir/melhorar sistema computacional para processamento e análise 17.3b Construir/melhorar o ambiente da disseminação 17.4b Elaborar material de treinamento 17.5b Capacitar equipes 17.6b Testar o ambiente de produção 17.7b Definir teste piloto 17.8b Executar o teste piloto	18.1b Preparar coleta/levantamento de dados primários 18.2b Coletar/levantar 18.3b Obter dados secundários 18.4b Validar conjunto de dados 18.5b Integrar conjunto de dados	19.1b Preparar dados para processamento 19.2b Processar 19.3b Descrever, tabular e espacializar 19.4b Validar os resultados do processamento	20.1b Conformer os resultados do processamento 20.2b Interpretar e sintetizar os resultados do processamento 20.3b Consolidar a análise 20.4b Gerar metadados	21.1b Preparar produtos para editoração 21.2b Carregar os metadados 21.3b Editorar produto 21.4b Produzir material promocional 21.5b Preparar produtos para formatos online 21.6b Publicar 21.7b Promover o produto	22.1b Reunir as informações 22.2b Avaliar a satisfação do usuário 22.3b Avaliar o fluxo geral do processo 22.4b Acordar ações para melhoria do processo

Políticas e programas de governo

O IBGE não é responsável, especificamente, por programa, objetivo ou metas do PPA 2020-2023, mas dele participa por meio de ações orçamentárias previstas em diferentes programas do tipo gestão, finalístico e de operações especiais. O quadro ao lado apresenta as ações orçamentárias que foram executadas pelo Instituto, em 2022, e seus respectivos programas de governo, previstos no PPA.

Programa	Tipo	Ministério	Ação Orçamentária
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	Gestão	Ministério da Economia	2000 - Administração da Unidade
			2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes
			20TP - Ativos Cívicos da União
			20U6 - Pesquisas e Estudos Estatísticos e Geocientíficos
			20U7 - Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico
			212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes
			0181 - Aposentadorias e Pensões Cívicas da União
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais			
5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Finalístico	Ministério da Educação	20U5 - Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	Operações especiais	Ministério da Economia	0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	Operações especiais	Ministério da Economia	00S6 - Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias
			0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	Operações especiais	Ministério da Economia	00OQ - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
0999 - Reserva de Contingência	Operações especiais	Ministério da Economia	0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira

Fonte: IBGE, 2022.



Ambiente externo

A particularidade e a relevância do papel do IBGE devem-se ao fato de produzir informações como bens públicos e disponibilizá-las para toda a sociedade, com regularidade, confiabilidade, transparência e no tempo devido. Não por outra razão, a quantidade, diversidade e abrangência espacial das informações produzidas na instituição não encontram similaridade expressiva com produtos oferecidos por outras instituições e empresas. É isso que torna os produtos do IBGE um poderoso instrumento de suporte à concepção, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação da efetividade de praticamente todas as políticas públicas e programas governamentais, bem como das decisões privadas.

Tendo em vista esse impacto sobre a sociedade e demais partes interessadas, é fundamental para o IBGE conhecer seu ambiente de atuação, a fim de identificar oportunidades e desafios que influenciam em suas escolhas estratégicas e o cumprimento de sua missão institucional.

Oportunidades

- Avanços no **desenvolvimento e disponibilidade de tecnologias digitais e de geoprocessamento** para a captura, tratamento e disseminação das informações
- Alta demanda por **informações geoespaciais integradas às estatísticas**, especialmente com maior desagregação temática e geográfica, para subsidiar políticas públicas e o acompanhamento de acordos, protocolos e conferências
- Ampliação do **acesso aos registros administrativos** por meio do programa ConectaGov
- Ampliação da **utilização da Ciência de Dados** e de todos os seus domínios
- Possibilidade de **estreitamento de interações e troca de conhecimentos e experiências** com institutos de estatística, de mapeamento, de pesquisas e outros, por meio do ambiente virtual
- Barateamento e massificação da **disponibilidade de imagens orbitais** e outros insumos, aliados à maior possibilidade de **processamento em nuvem**, permitindo novos patamares de produção estatística e geoespacial

Desafios

- Contratação insuficiente e lenta do **quadro de servidores efetivos**, frente às aposentadorias e egressos
- **Desatualização dos marcos legais estatístico e cartográfico** e inadequação de legislações correlatas à atividade do IBGE
- Dificuldade de **acesso a registros administrativos** e a dados específicos que possam ser utilizados na produção do IBGE, não contemplados no programa ConectaGov
- Incerteza e limitação na **disponibilidade dos recursos orçamentários e financeiros**
- Possibilidade de **surgimento de novos agentes concorrentes** na produção de informações oficiais
- Dificuldade crescente de **obter informações e cooperação dos informantes**





O ano de 2022 foi especialmente desafiador para o IBGE. O Censo Demográfico demandou esforços de toda a Instituição para a realização da mais complexa pesquisa realizada pelo IBGE. Alguns desafios já são costumeiramente enfrentados nesse tipo de operação: oferta de capacitações e treinamentos para os servidores envolvidos; aquisição de equipamentos; estabelecimento de postos de coleta; aumento temporário da frota de veículos etc. Contudo, nessa operação, desafios novos surgiram e precisaram ser enfrentados, entre eles, destacam-se:

- A **escassez de recenseadores**, em comparação com a quantidade planejada de contratações antes do início da operação; e
- O **papel das redes sociais** durante a coleta, inclusive pela veiculação de notícias falsas (*fake news*).

A falta de recenseadores, com o aquecimento do mercado de trabalho no segundo semestre de 2022, associada a outros fatores como o período chuvoso em algumas regiões, tornou necessário o adiamento do fim da coleta para início de 2023.

Apesar dos desafios, esse foi também um Censo marcado por inovações, com uso intensivo

de tecnologia, transmissão de dados da coleta em tempo real, assegurando a proteção e a confidencialidade. A operação também contou com o acompanhamento da coleta em todo o território, uso de *dashboards* para a visualização dos resultados e com a **inérita captação de todas as coordenadas dos domicílios brasileiros**, com uso de imagens de satélite de alta resolução. Foi, ainda, o primeiro Censo com **cobertura de 100% das áreas indígenas** e o **primeiro registro das comunidades quilombolas** do País.

Institucionalmente, o IBGE segue ocupando posições relevantes dentro e fora do País. A singularidade e representatividade do Instituto lhe conferem um papel de destaque nos cenários nacional e internacional. Como uma instituição de excelência, o IBGE mantém amplo diálogo com as instituições similares em todo mundo, representando o Brasil no ambiente estatístico e geocientífico internacional.

Durante o Censo Demográfico, o IBGE recebeu observadores internacionais de 18 países, o que permitiu ampliar ainda mais a sua inserção internacional.

Materialidade das informações

A estrutura básica desse Relatório e a forma de organização de seu conteúdo foram definidas com base nas **normas e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU** [↗](#), que dizem respeito à prestação de contas, e em experiências anteriores dessa natureza. A divisão dos conteúdos nos capítulos está relacionada às linhas de negócio contidas na sua cadeia de valor institucional.

A produção de conteúdo foi realizada de forma descentralizada, considerando a participação de unidades do Instituto, de acordo com as suas competências e atribuições. Os temas e ações incluídos neste relatório foram priorizados por tais unidades, a partir de suas experiências e percepções quanto à relevância das entregas para a sociedade, tendo como diretrizes principais o **Plano Estratégico Institucional** [↗](#) e a **Cadeia de Valor do IBGE** [↗](#).

A validação do conteúdo é realizada pelo Diretor ou Coordenador-Geral responsável ou, ainda, pela liderança da respectiva unidade vinculada diretamente à Presidência. O relatório, na íntegra, é aprovado pelo Conselho Diretor.



2 Riscos, oportunidades e perspectivas



Ciclo de Gerenciamento de Riscos 2022

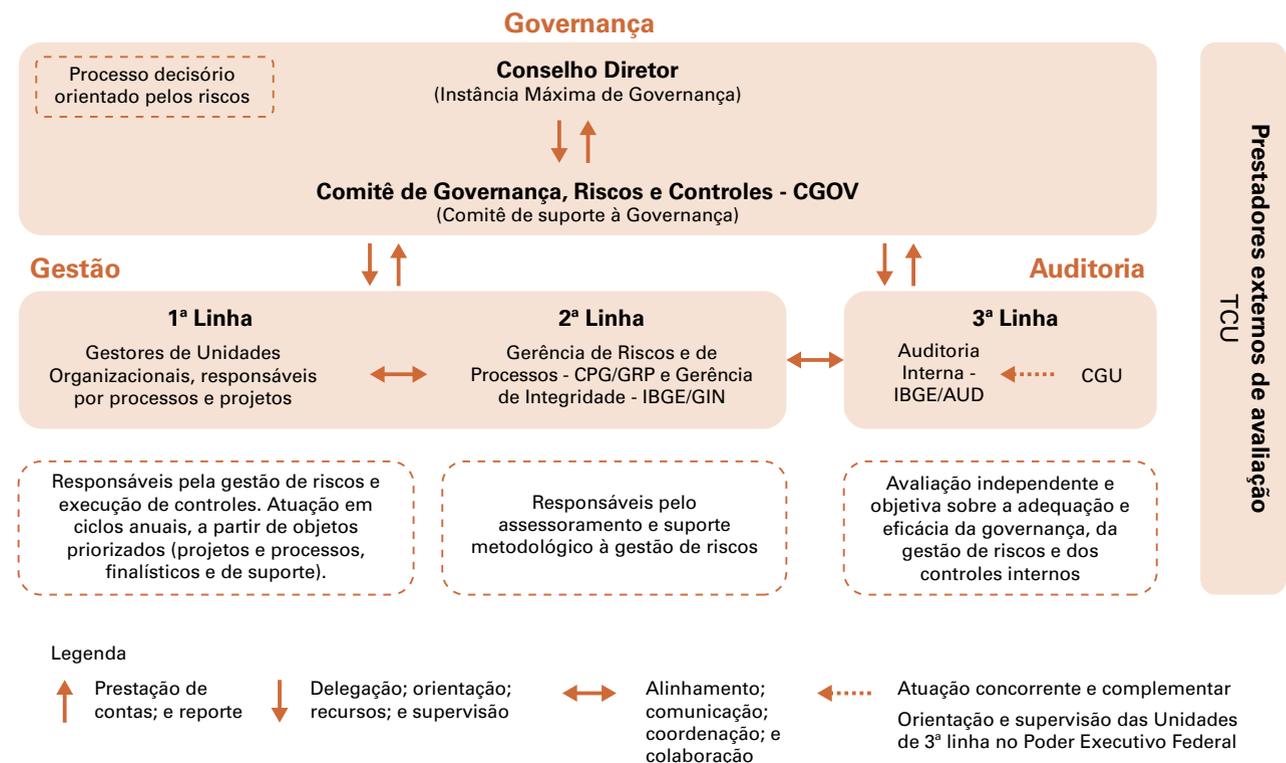
Modelo das três linhas no IBGE

Para a gestão de riscos, o IBGE tem claramente definidas três linhas. Na **primeira linha**, estão os gestores, que devem analisar, avaliar e tratar os riscos identificados em processos e projetos de sua responsabilidade e executar os controles. A publicação do novo Estatuto do IBGE permitiu esclarecer e fortalecer em sua estrutura organizacional a **segunda linha**, responsável pelo assessoramento e suporte metodológico à gestão de riscos no IBGE, a cargo da Gerência de Riscos e de Processos (vinculada à Coordenação de Planejamento e Gestão da Diretoria-Executiva - CPG/GRP) e da Gerência de Integridade - GIN (vinculada à Presidência do IBGE). Finalmente, à **terceira linha**, papel desempenhado pela Auditoria Interna - AUD, cabe a avaliação independente e objetiva sobre a adequação e eficácia da governança, da gestão de riscos e dos controles internos. No IBGE, o Comitê de Governança, Riscos e Controles - CGOV atua como comitê interno de suporte à governança institucional, sendo responsável por conduzir anualmente o ciclo de gerenciamento de riscos estratégicos e de riscos à integridade.

O CGOV, instância de suporte ao Conselho Diretor, reúne-se, pelo menos, uma vez por mês, para cumprimento do plano de trabalho relacionado à gestão de riscos, que inclui a priorização dos objetos, a discussão para identificação, análise e avaliação de riscos estratégicos e de riscos à integridade, a definição das respostas aos riscos identificados e das medidas de tra-

tamento, prazos e responsáveis, bem como a aprovação junto ao Conselho Diretor. O monitoramento da implementação das medidas de tratamento e de sua efetividade é também realizado pelo CGOV.

A Figura, a seguir, ilustra as três linhas e sua relação com a governança.



Fonte: IBGE. Política de Gestão de Riscos do IBGE. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. [Adaptado de *The Institute of Internal Auditors* – IIA, 2020]

Alinhamento da gestão de riscos ao plano estratégico institucional

Em 2022, por ocasião da revisão do plano estratégico institucional, foi definido o projeto estratégico “Consolidação do processo de gestão de riscos do IBGE”, vinculado ao Objetivo Estratégico 7 “Fortalecer a governança institucional”.

7

Fortalecer a governança organizacional

Capacitação em gestão de riscos

Dando continuidade à capacitação de servidores em gestão de riscos, em 2022, foi realizada mais uma turma da oficina de capacitação na metodologia de gestão de riscos, com 40 horas, oferecida a distância. A oficina adota uma abordagem reflexiva e visa a aplicação prática de conceitos em processos e projetos reais. Por meio da oficina, o IBGE vem fortalecendo a cultura de riscos e o papel dos gestores como primeira linha. A oficina objetiva, ainda, preparar os gestores para atuarem como facilitadores e agentes de riscos em suas unidades.

Oficina de Gestão de Riscos do IBGE

Ano	Total de gestores capacitados
2020	60
2021	35
2022	20
Total	115

Participações em Comitês Externos de Gestão de Riscos

Desde sua criação, o IBGE participa do Comitê de Riscos, Transparência, Controle e Integridade do Ministério da Economia - CRTCI/ME. Em 2022, passou a integrar, também, o Subcomitê de Gerenciamento de Riscos - SGR.

Semestralmente, o IBGE relata sobre os resultados da gestão de riscos em objetos prioritizados, em cumprimento às resoluções do CRTCI/ME.

Identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos

Riscos Estratégicos e Riscos à Integridade

No IBGE, a cada **ciclo anual de gerenciamento de riscos**, são priorizados os objetos para **identificação, análise, avaliação e tratamento de riscos**.

O quadro a seguir apresenta, para o Ciclo de Gerenciamento de Riscos 2022, os objetos prioritizados para avaliação de **riscos estratégicos** e **riscos à integridade**, os riscos identificados e as respostas aos riscos.

As medidas de tratamento propostas, os prazos e os responsáveis pela implementação das ações são informações documentadas no **Plano de Tratamento dos Riscos**, que faz parte do **Relatório de Avaliação de Riscos Estratégicos e de Integridade**, documentos produzidos pelo CGOV e aprovados pelo Conselho Diretor, a cada ciclo de avaliação anual.

Ciclo de gerenciamento de riscos 2022

Categoria de riscos	Objetos priorizados	Riscos Identificados	Respostas
Estratégicos	Projeto Estratégico “Consolidação do Programa de Gestão no IBGE”, vinculado ao Objetivo Estratégico 8 “Fortalecer a Governança de Pessoas”	O teletrabalho reduzir o engajamento dos participantes e seu senso de pertencimento à instituição	Mitigar 14 medidas planejadas
	Projeto Estratégico “Realização de concurso público para efetivos”, vinculado ao Objetivo Estratégico 15 “Adequar a força de trabalho quantitativa e qualitativamente”	Ministério da Economia não autorizar a realização do concurso público ou autorizar tardiamente ou autorizar a realização do concurso público, mas com número insuficiente de vagas	Mitigar 5 medidas planejadas
Integridade	Coleta do Censo Demográfico 2022	Agentes externos veicularem notícias falsas durante a operação do Censo Demográfico 2022 Manipular e alterar dados em informações coletadas para benefício próprio ou de terceiros	Mitigar 10 medidas planejadas

Cabe registrar que, desde 2018, já foram priorizados 19 objetos, identificados 41 riscos e estabelecidas 224 medidas de tratamento, conforme quadro abaixo.

Para cada **risco identificado**, estão documentadas as causas e consequências potenciais, os controles existentes, a probabilidade de ocorrência do conjunto de causas e a magnitude dos impactos. Na **análise de riscos**, é feita a aferição do nível de criticidade (nível calculado a partir de probabilidade x impacto) e da criticidade

final, de acordo com a Matriz de Riscos do IBGE, conforme previsto na **Metodologia de Gestão de Riscos do IBGE** [↗](#), baseada na norma ABNT ISO 31000:2018.

A **avaliação do risco** leva em conta a suficiência e a qualidade dos controles existentes para manter os níveis de risco dentro dos limites aceitáveis e a necessidade de planejamento de medidas de **tratamento** adicionais que possam fortalecer os controles existentes e reduzir o nível de risco residual.

Os **riscos estratégicos e de integridade** são **identificados, analisados e avaliados** pelo CGOV, a partir de prioridades definidas no plano de trabalho anual. Dependendo da temática envolvida, o CGOV convida técnicos e especialistas para participar das discussões e contribuir com o processo. Trimestralmente, nas reuniões do CGOV, é feito o monitoramento do andamento das medidas planejadas.

Riscos Operacionais

Para os **riscos operacionais**, as Diretorias e Coordenações-Gerais priorizaram os objetos (processos da cadeia de valor institucional ou projetos estratégicos) para **identificação, análise, avaliação e tratamento de riscos**. Os objetos priorizados foram propostos no primeiro trimestre e os resultados do trabalho de avaliação de riscos foram apresentados ao CGOV, nos meses de novembro e dezembro de 2022. Os gestores (primeira linha) são responsáveis pela gestão de riscos operacionais e pelo acompanhamento da implementação no prazo das medidas de tratamento definidas.

O quadro a seguir apresenta, para o **Ciclo de Gerenciamento de Riscos 2022**, os objetos priorizados pelas unidades para a avaliação de **riscos operacionais**, bem como os riscos identificados e as respostas aos riscos.

Ciclos Anuais de Avaliação de Riscos

Ano	Objetos priorizados	Riscos identificados	Medidas de tratamento
Estratégicos			
2018	1	2	17
2019	3	5	26
2020	4	14	67
2021	1	3	30
2022	2	2	19
Subtotal	11	26	159
Integridade			
2019	6	6	19
2021	1	7	36
2022	1	2	10
Subtotal	8	15	65
Total	19	41	224

Ciclo de gerenciamento de riscos 2022

Categoria de riscos	Objetos priorizados	Riscos Identificados	Respostas
Operacionais	Processo: Coletar, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua	Identificar desvio ético ou má conduta do entrevistador ou informante	Mitigar 10 medidas planejadas
		Registrar baixo aproveitamento na realização da coleta	
	Subprocesso: Desenvolver e orientar pesquisas acadêmicas	Não obter financiamento adequado para pesquisas científicas	Mitigar 4 medidas planejadas
	Subprocesso: Desenvolver projetos de capacitação	Não existirem recursos e projetos para atendimento das demandas de capacitação	Mitigar 5 medidas planejadas
	Processo: Gerir o conhecimento	Perder os registros relacionados à gestão do conhecimento difundido	Mitigar 6 medidas planejadas
	Processo: Gerir relacionamento com ex-alunos	Não estabelecer o acompanhamento de egressos	Mitigar 2 medidas planejadas
	Programa de produção integrada (Aquisição de imagens)	Ter especificações e definições de requisitos técnicos mal elaboradas (desenvolvimento e infraestrutura)	Monitorar
		Não ter o desenvolvimento no tempo planejado	
		Registrar resistência ao uso de novas soluções	
	Processo: Gerir relacionamento com usuários	Não atender o usuário de maneira satisfatória	Mitigar 4 medidas planejadas
Subprocesso: Atualizar cadastros	Não manter o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE adequadamente atualizado após a operação censitária de 2022	Mitigar 5 medidas planejadas	
Processo: Gerir desenvolvimento de sistemas	Não ter contrato de mão de obra para desenvolvimento de sistemas	Mitigar 3 medidas planejadas	
Subprocesso: Gerir a elaboração do Relatório de Gestão	Descumprir o prazo de publicação da prestação de contas anual	Mitigar 7 medidas planejadas	
	Prestar contas com a ausência de informações exigidas		

3 Governança e estratégia



Estratégia

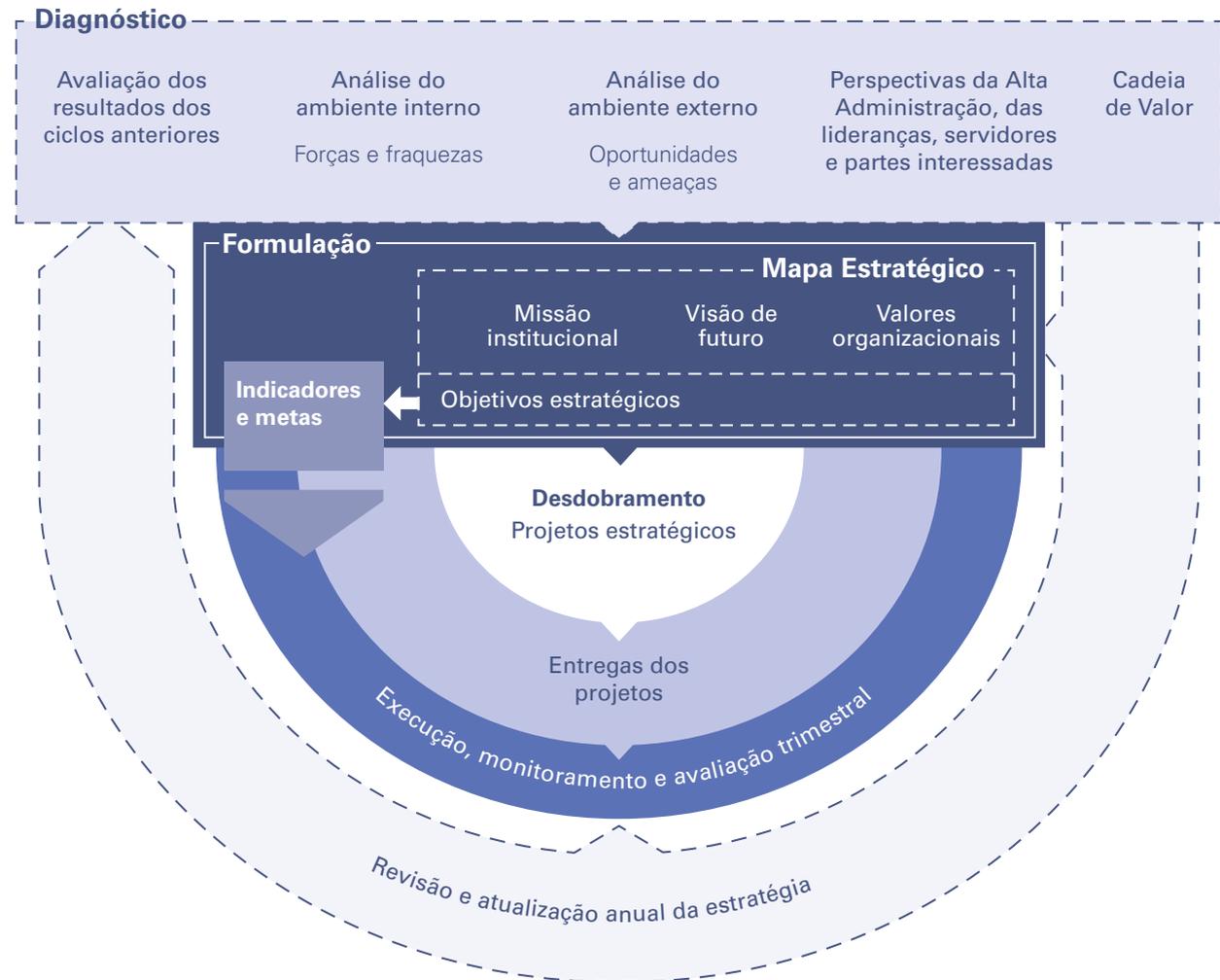
Formulação da estratégia

O processo gestão estratégica é composto pelas seguintes etapas: diagnóstico, formulação, execução, monitoramento, avaliação e revisão da estratégia.

O Plano Estratégico do IBGE 2022-2025 [✍](#) é o resultado de um processo de revisão do plano anterior (Plano Estratégico 2017-2027). A revisão do Plano para inclusão dos elementos mínimos obrigatórios, conforme disposto na IN SEGES/ME n. 24, de 18.03.2020 [✍](#), bem como a implantação da sistemática de monitoramento e avaliação trimestral da estratégia eram ações previstas no Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional - PGT do IBGE, parte do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado - Transforma-Gov. Tais ações foram concluídas em 2022.

O Plano Estratégico do IBGE 2022-2025 foi construído a partir da metodologia do *Balanced Scorecard - BSC* adaptada ao setor público. As etapas do processo de gestão estratégica estão representadas na figura ao lado: o trabalho inicia-se com o diagnóstico, que contempla a análise de forças e fraquezas do ambiente interno e de oportunidades e ameaças do ambiente externo. As diretrizes da Alta Administração e as

Etapas do processo de gestão estratégica



Fonte: Relatório de Gestão do Banco Central do Brasil para o exercício de 2021 [Adaptado].



perspectivas das lideranças, servidores e partes interessadas (usuários, governos, sociedade em geral) são consideradas para a definição de referenciais estratégicos (missão, visão de futuro e valores). A etapa de formulação inclui a construção de objetivos estratégicos, com indicadores e metas, que se desdobram em um conjunto de projetos estratégicos e suas entregas. A execução da estratégia e seus resultados são monitorados e avaliados trimestralmente. O plano estratégico é revisado e atualizado anualmente e os resultados de um ciclo retroalimentam o processo de planejamento no ciclo seguinte.

A **Cadeia de Valor do IBGE** [↗](#) é uma ferramenta de suporte ao diagnóstico e à gestão e representa o conjunto de processos executados cotidianamente para o cumprimento da missão institucional e a entrega de valor à sociedade.

O **Mapa Estratégico** [↗](#) fornece uma representação visual da estratégia institucional, sendo uma das principais formas de comunicá-la, pois ilustra, de forma sintética e gráfica, os principais desafios institucionais para o horizonte de quatro anos, período de execução do plano. Nessa nova versão, o PEI inclui, além dos projetos estratégicos e suas entregas, também os indicadores estratégicos e as metas pactuadas para o seu período de execução.

PEI 2022-2025 em números



Monitoramento e avaliação da estratégia

O **monitoramento da estratégia** é um processo dinâmico e incremental que visa acompanhar a execução do plano e verificar o seu desempenho, de modo a antecipar problemas e identificar as providências requeridas para que metas e entregas sejam alcançadas. A **avaliação da estratégia**, por sua vez, possibilita que as instâncias de governança possam acompanhar, atualizar e direcionar a estratégia institucional.

Em 2022, o IBGE instituiu um processo sistemático e contínuo de acompanhamento da implementação do plano estratégico. No modelo proposto, o monitoramento e a avaliação da estratégia ocorrem trimestralmente e incluem a coleta, análise e síntese de informações sobre os indicadores dos objetivos estratégicos e suas metas (conforme suas periodicidades de apuração) e sobre a execução dos projetos e suas entregas.

São produzidos relatórios gerenciais (**Relatório de Desempenho da Estratégia - RDE**) com a síntese das informações, para avaliação e tomada de decisões. Essas informações são disponibilizadas para os gestores no **Painel da Estratégia**, painel de indicadores elaborado com o *software* Microsoft Power BI®. Esse Relatório é o principal insumo para as **Reuniões de Gestão Estratégica - RGEs**, no Comitê de Go-

vernança, Riscos e Controles - CGOV e para as **Reuniões de Avaliação da Estratégia - RAEs**, no Conselho Diretor. Em 21 dezembro de 2022, foi realizada a 1ª RGE, referente à avaliação de desempenho da estratégia no 3º trimestre de 2022. Em fevereiro de 2023, foi realizada a 2ª RGE, referente ao 4º trimestre de 2022 e a 1ª RAE, para avaliação dos resultados do exercício, sendo tais reuniões marcos que consolidam o processo de monitoramento contínuo e sistemático da estratégia, no IBGE.

Principais resultados do desempenho da estratégia

Em 2022, foram monitoradas as metas de **38 indicadores** e a previsão de conclusão de **10 projetos estratégicos**. **47% das metas previstas foram alcançadas** no exercício, **3 projetos foram concluídos no prazo**, 6 tiveram o prazo de conclusão postergado e um deles foi cancelado.

Foram também monitoradas **124 entregas dos projetos**: **61 delas (49%)** foram concluídas no prazo previsto.

As principais justificativas para as diferenças entre o que foi planejado e o que foi executado incluem a prorrogação do prazo da coleta do Censo Demográfico 2022, as dificuldades com ações que dependem de atores externos ao IBGE e, ainda, a criticidade do número in-

Ciclos de monitoramento e avaliação da estratégia



Fonte: IBGE, 2022.

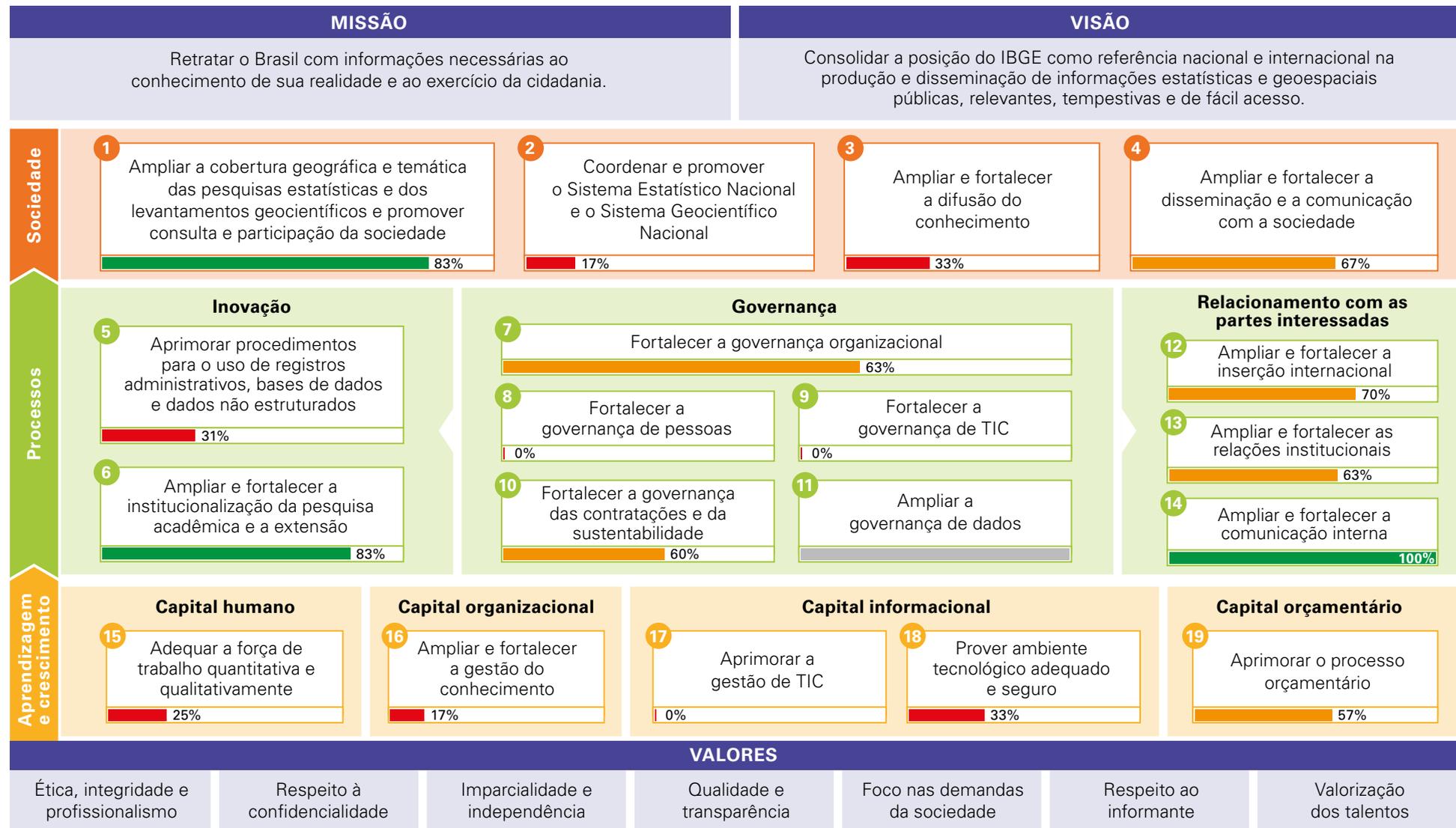
suficiente de recursos humanos no quadro de servidores efetivos.

Na 1ª RAE, realizada em 23 de fevereiro de 2023, o Conselho Diretor analisou os resultados do exercício e as justificativas para as diferenças entre o planejado e o realizado, tendo deliberado quanto à necessidade de revisão e atualização do Plano Estratégico Institucional em 2023 e enfatizado a importância do monitoramento regular em cada Unidade e da avaliação sistemática pelo

Conselho Diretor, para manter a estratégia viva na instituição e ter as RGEs e as RAEs como um espaço de reflexão estratégica e de engajamento das lideranças e dos dirigentes.

Com o objetivo de aferir o alcance dos objetivos estratégicos, o IBGE utiliza o **Mapa Estratégico Sinalizado Acumulado**, que apresenta o percentual de entregas dos projetos realizadas no prazo planejado, por objetivo estratégico.

Mapa Estratégico Sinalizado Acumulado



Percentual de entregas no prazo: ■ Sem entregas no período ■ Menos que 50% ■ Entre 50% e 80% ■ 80% ou mais Global acumulado **49%**

Desdobramento da estratégia

O Plano Estratégico do IBGE 2022-2025 foi construído em alinhamento aos instrumentos de planejamento governamentais de longo e médio prazos, respectivamente: a **Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031 - EFD 2020-2031** e o **Plano Plurianual - PPA 2020-2023**.

Os objetivos estratégicos se desdobram em projetos estratégicos e, alinhados ao plano estratégico institucional, são elaborados planos táticos e operacionais de médio e curto prazos, conforme quadro ao lado, e que contribuem para a criação de consciência estratégica nos gestores.

Avaliação de Desempenho Institucional

A Avaliação de Desempenho Institucional é o instrumento pelo qual se pode aferir o alcance das metas institucionais, alinhadas ao calendário de divulgações e estabelecidas nas **Ações do Plano Plurianual - PPA**, de responsabilidade do IBGE, para cada período de avaliação (semestral).

Por meio do indicador de eficácia **Taxa de resultados alcançados** mensura-se o percentual de cumprimento das metas institucionais.

Planos estratégicos



Principais planos táticos e operacionais

- Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE - EGTI 2021-2022
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTI 2021-2022
- Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS 2019-2023
- Plano de Integridade do IBGE 2021-2022
- Plano de Transformação Digital 2021-2022
- Plano de Contratações Anual - PCA 2022
- Plano de Desenvolvimento de Pessoas do IBGE - PDP 2022
- Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna - PAINT 2022



Em 2022, no primeiro semestre, **100% das metas foram atingidas**. No segundo semestre de 2022, foram alcançadas **99,67% das metas**. Não foi feita a divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal, pois a estrutura física e o corpo técnico das Superintendências Estaduais foram dedicados à coleta do Censo Demográfico 2022. Assim, a taxa de resultados alcançados, para o ano de 2022, foi de **99,83%**.

Taxa de resultados alcançados



Fonte: IBGE, 2022.

Estrutura de governança

A estrutura de governança e autocontrole da gestão do IBGE é composta pelos seguintes órgãos colegiados de direção superior e seccionais, nos termos de seu Estatuto, aprovado pelo [Decreto n. 11.177, de 18.08.2022](#) .

Órgãos colegiados de direção superior

CONSELHO DIRETOR

Previsto no Art. 5º do Estatuto do IBGE, com competências, composição e quórum definidos nos Arts. 12 e 13 do referido Estatuto.

Órgão colegiado ao qual cabe, entre outras atribuições, estabelecer as políticas que regem a atuação do IBGE e dar publicidade aos seus atos e às suas deliberações.

Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto

Presidente

Marise Maria Ferreira

Diretora-Executiva

Cimar Azeredo Pereira

Diretor de Pesquisas

Claudio Stenner

Diretor de Geociências

Carlos Renato Pereira Cotovio

Diretor de Tecnologia de Informação

Carmen Danielle Lins Mendes Macedo

Coordenadora-Geral do Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Maysa Sacramento de Magalhães

Coordenadora-Geral da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

A secretaria executiva do Conselho Diretor é exercida pela Chefe de Gabinete, **Sonia Val Dias**.

CONSELHO CURADOR

Previsto no Art. 13 da [Lei n. 5.878, de 11.05.1973](#)  e no Art. 5º do Estatuto do IBGE, com competências, composição e quórum definidos nos Arts. 10 e 11 do referido Estatuto.

Órgão colegiado destinado a, entre outras atribuições: fiscalizar os atos inerentes à execução orçamentária e financeira do IBGE; analisar e emitir parecer conclusivo sobre a prestação de contas anual do IBGE, bem como acompanhar e controlar a gestão patrimonial.

Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto

Presidente

Wesley Washington Lourenço Figueredo

Representante da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia - SETO/ME

Rafael Perez Marcos

Representante da Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria de Fazenda do Ministério da Economia - STN/ME

Ailton de Aquino Santos

Representante do Banco Central do Brasil - BCB

João Ricardo Costa Silva

Representante do Quadro de Pessoal Permanente do IBGE

Leandro Brunholi Ramos

Representante do Quadro de Pessoal Permanente do IBGE

CONSELHO TÉCNICO

Previsto no Art. 13 da [Lei n. 5.878, de 11.05.1973](#)  e no Art. 5º do Estatuto do IBGE, com competências, composição e quórum definidos nos Arts. 8º e 9º do referido Estatuto.

Órgão colegiado destinado a acompanhar as atividades técnicas do IBGE e, se necessário, recomendar a adoção das providências que julgar convenientes e a atuar como órgão consultivo para os assuntos de natureza técnica no âmbito de competência do IBGE.

Segundo o Estatuto do IBGE, o Conselho Técnico é formado pelo Presidente do IBGE, que o presidirá, e doze conselheiros, sendo seis de órgãos do Poder Executivo Federal e seis escolhidos dentre cidadãos com reconhecida representatividade e capacidade técnica nas áreas de competência do IBGE.

Atualmente, está em andamento o processo de obtenção das indicações por parte dos Ministérios para uma nova formação do Conselho Técnico.



Órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente

GABINETE DA PRESIDÊNCIA - GAB

Previsto no Art. 5º do Estatuto do IBGE, suas competências estão definidas na **Resolução do Conselho Diretor n. 91, de 04.11.2022**. Entre outras atribuições, assiste o Presidente do IBGE em sua representação política e social e ocupa-se do preparo e do despacho do seu expediente administrativo.

COORDENAÇÃO-GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

Prevista no Art. 5º do Estatuto do IBGE, suas competências estão definidas na **Resolução do Conselho Diretor n. 91, de 04.11.2022**. Entre outras atribuições, coordena a gestão da comunicação, de forma a garantir a divulgação dos produtos, serviços e informações institucionais do IBGE para a mídia e a sociedade e zela e aprimora continuamente o relacionamento do IBGE com a mídia.

Órgãos seccionais

AUDITORIA INTERNA- AUD

Prevista no Art. 5º do Estatuto do IBGE, com competências definidas pelo Art. 15 do referido Estatuto. É órgão seccional que, no exercício de suas competências, vincula-se, administrativamente, ao Conselho Curador. Sua atuação está sujeita à supervisão técnica e orientação normativa do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Entre outras atribuições, é responsável por executar atividades de auditoria e de consultoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial, operacional, sistemas e gestão do IBGE; verificar o cumprimento e a implementação das recomendações ou das determinações da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União; avaliar a adequação do controle interno, a efetividade dos processos de governança e de gerenciamento dos riscos que compõem a cadeia de valor do IBGE; e a conformidade do processo de elaboração de informações orçamentárias, financeiras e contábeis.

CORREGEDORIA - CORREG

Prevista no Art. 5º do Estatuto do IBGE, com competências definidas pelo Art. 16 do referido Estatuto. Entre outras atribuições, é responsável por planejar, dirigir, orientar, supervisionar, avaliar e controlar as atividades de correição no âmbito do IBGE.

PROCURADORIA FEDERAL - PF

Prevista no Art. 5º do Estatuto do IBGE, com competências definidas pelo Art. 17 do referido Estatuto. É órgão vinculado à Advocacia-Geral da União, nos termos do Art. 2º, § 3º, da **Lei Complementar n. 73, de 10.02.1993**, e, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete a ela representar judicial e extrajudicialmente a Fundação IBGE, observadas as normas estabelecidas pela Advocacia-Geral da União e pela Procuradoria-Geral Federal e exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito do IBGE.

DIRETORIA-EXECUTIVA - DE

Prevista no Art. 5º do Estatuto do IBGE, com competências definidas pelo Art. 18 do referido Estatuto. Entre outras atribuições, é responsável por exercer as atividades de planejamento, de organização, de coordenação, de orientação e de execução das atividades relativas à administração de recursos humanos, materiais, patrimoniais, orçamentários, financeiros e contábeis, e prestar suporte às unidades descentralizadas na execução dessas atividades e assessorar o Presidente do IBGE nos assuntos de governança, de planejamento e de gestão.

Órgãos específicos singulares

DIRETORIA DE PESQUISAS - DPE

Prevista no Art. 5º do Estatuto do IBGE, com competências definidas pelo Art. 19 do referido Estatuto. Entre outras atribuições, é responsável por propor, organizar, coordenar, supervisionar e executar estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, econômica, social, ambiental e administrativa do País e executar as ações de competência do IBGE, no âmbito da coordenação do Sistema Estatístico Nacional, e em relação aos convênios e aos acordos de cooperação em matéria estatística.

DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS - DGC

Prevista no Art. 5º do Estatuto do IBGE, com competências definidas pelo Art. 20 do referido Estatuto. Entre outras atribuições, é responsável por propor, planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar levantamentos, pesquisas, prospecções tecnológicas, análises, estudos e mapeamentos de natureza geocientífica e estatística relacionados às áreas de geodésia, cartografia, estruturas territoriais, geografia, recursos naturais e meio ambiente e executar as ações de competência do IBGE, no âmbito da coordenação do Sistema Geodésico Brasileiro, do Sistema Cartográfico Nacional, da Infraestrutura de Dados Geoespaciais e da sistematização de informações sobre meio ambiente e recursos naturais, com referência a sua ocorrência, distribuição e frequência, e em relação aos convênios e aos acordos de cooperação em matéria geocientífica.

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DTI

Prevista no Art. 5º do Estatuto do IBGE, com competências definidas pelo Art. 21 do referido Estatuto. Entre outras atribuições, é responsável por planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar as atividades de governança digital, de processamento de dados e de informações, por meio do apoio, da promoção e do desenvolvimento da arquitetura, dos processos de informatização e dos sistemas do IBGE e administrar e zelar pela infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação e pela preservação e pela garantia da segurança da informação e da proteção da base de dados do IBGE.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES - CDDI

Previsto no Art. 5º do Estatuto do IBGE. Suas competências estão definidas na **Resolução do Conselho Diretor n. 85, de 04.11.2022**. Entre outras atribuições, é responsável por planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar as atividades de documentação e de disseminação de informações produzidas pelo IBGE; desenvolver produtos e serviços de informação adequados aos vários segmentos de usuários e promover sua divulgação e comercialização; atender às demandas dos usuários da instituição por meio de seus canais de comunicação com a sociedade; e gerir a comunicação interna.

ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS - ENCE

Prevista no Art. 5º do Estatuto do IBGE. Suas competências estão definidas na **Resolução do Conselho Diretor n. 88, de 04.11.2022**. Entre outras atribuições, é responsável por planejar, orientar, coordenar, controlar e executar atividades de ensino, pesquisa e extensão, podendo manter cursos de graduação e de pós-graduação *stricto e lato sensu*, promovendo a difusão de conhecimento, o desenvolvimento e o fomento de pesquisa científica relacionada à esfera de atuação do IBGE e planejar, orientar, coordenar, controlar e executar ações e atividades de capacitação, treinamento, aperfeiçoamento, formação e pesquisa, para o corpo funcional do IBGE, para outras instituições públicas e para o público em geral atuando como Escola de Governo.

Órgãos descentralizados

SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS - SESs

Previstas no Art. 5º do Estatuto do IBGE, com competências definidas pelo Art. 22 do referido Estatuto.

O IBGE possui 27 Superintendências Estaduais - SESs, uma em cada capital estadual e uma no Distrito Federal, subordinadas imediatamente à presidência do IBGE. As SESs têm como competência planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas, administrativas e de disseminação das informações do IBGE, no âmbito de suas competências e jurisdição; representar o IBGE perante os Poderes Públicos constituídos, órgãos públicos, sociedade e demais entidades representativas, no âmbito de suas competências, observado o limite territorial sob sua jurisdição; e administrar e gerir as suas unidades organizacionais subordinadas e a rede de agências do IBGE.

As Superintendências Estaduais contam com 566 agências de coleta de dados, nos principais municípios brasileiros, para ampliar a abrangência de atuação e agilizar as atividades de coleta de dados pelo IBGE.

Principais instâncias internas de apoio à governança

COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLES - CGOV

Instituído pela Resolução do Conselho Diretor n. 21, de 22.06.2020, atualizada pela Resolução do Conselho Diretor n. 26, de 24.07.2020, em consonância com a IN Conjunta MP/CGU n. 1, de 10.05.2016 [🔗](#); Decreto n. 9.203, de 22.11.2017 [🔗](#); IN SEGES/ME n. 24, de 18.03.2020 [🔗](#), possui, entre outras competências, as seguintes:

- a. auxiliar o Conselho Diretor na manutenção e monitoramento do sistema de gestão de riscos e controles internos, com vistas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e o cumprimento da missão institucional;
- b. monitorar e avaliar (trimestralmente) e revisar e atualizar (anualmente) o plano estratégico institucional e promover a integração da gestão de riscos ao planejamento estratégico e seus desdobramentos, atividades, processos e projetos relevantes para a execução da estratégia e o alcance dos objetivos institucionais;
- c. promover, manter e acompanhar a implementação de processos, estruturas, mecanismos e práticas organizacionais de governança; e
- d. incentivar iniciativas de acompanhamento de resultados, soluções de melhoria do desempenho institucional e aprimoramento do processo decisório.

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO GERAL DOS CENSOS - CPO

Instituída pela Resolução do Conselho Diretor n. 49, de 20.12.2019, atualizada pela Resolução do Conselho Diretor n. 1, de 05.01.2022, tem como competência estabelecer a política geral e as diretrizes para planejamento e organização global das operações censitárias, bem como decidir sobre:

- a. programações orçamentárias e de desembolsos financeiros, segundo os exercícios fiscais, a serem submetidas ao Ministério da Economia;
- b. cronogramas gerais de atividades; e
- c. outros assuntos estratégicos relacionados aos Censos.

COMITÊ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CSI

Instituído pela Resolução do Conselho Diretor n. 21, de 21.10.2015, com a última atualização pela Resolução do Conselho Diretor n. 12, de 23.07.2021, em consonância com o Decreto n. 9.637, de 26.12.2018 [↗](#), possui as seguintes competências:

- a. assessorar a implementação das ações de segurança da informação;
- b. constituir grupos de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre segurança da informação;
- c. propor atualizações na Política de Segurança da Informação e Comunicação - Posic do IBGE; e
- d. propor normas internas relativas à segurança da informação.

COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CTIC

Instituído pela Resolução do Conselho Diretor n. 48, de 20.12.2019, em consonância com o Decreto n. 10.332, de 28.04.2020 [↗](#) e a Portaria SGD/ME n. 778, de 04.04.2019 [↗](#), possui as seguintes competências:

- a. apreciar e encaminhar ao Conselho Diretor, para sua aprovação, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE, com o objetivo de alinhar os investimentos nesta área com o planejamento e metas institucionais;
- b. deliberar sobre diretrizes, normas, padrões, metodologias, planos, programas e projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- c. criar grupos de trabalho para a atualização e acompanhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE;
- d. convidar especialistas externos para subsidiar trabalhos quando necessário; e
- e. sanar eventuais dúvidas sobre assuntos relativos à Tecnologia da Informação e Comunicação.

COMITÊ DE SIGILO

Instituído pela Resolução do Conselho Diretor n. 21, de 29.08.2016, com a última atualização pela Resolução do Conselho Diretor n. 5, de 14.01.2022, em consonância com a Lei n. 5.534, de 14.11.1968 [↗](#) e com a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14.08.2018) [↗](#), possui as seguintes competências:

- a. propor soluções para questões relacionadas ao sigilo e à confidencialidade das informações;
- b. apreciar as solicitações de acesso às informações confidenciais, dando parecer sobre autorização e condições de uso;
- c. avaliar, rotineiramente, o cumprimento das normas para assegurar a manutenção do sigilo das informações confidenciais; e
- d. apreciar as demandas relacionadas à LGPD vindas por meio do Encarregado de Dados ou outros canais institucionais.

COMITÊ DE COORDENAÇÃO DE TREINAMENTO - CCT

Instituído pela **Resolução do Conselho Diretor n. 27, de 22.12.2003**, em consonância com o art. 78 da **Lei n. 13.555, de 19.10.2006**, tendo como principais competências:

- a. identificar e propor políticas e diretrizes de treinamento e aperfeiçoamento;
- b. analisar e decidir quanto aos pedidos de afastamento de servidores para a realização de programas de formação e aperfeiçoamento; e
- c. acompanhar e avaliar, continuamente, os programas de treinamento e aperfeiçoamento do IBGE.

COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO IBGE - CAEOF/IBGE

Instituído pela **Resolução do Conselho Diretor n. 29, de 04.05.2022**, com base na **Portaria ME n. 705, de 27.01.2022**, com o objetivo de acompanhar a execução orçamentária e financeira, visando auxiliar tecnicamente o Conselho Diretor nas decisões relativas ao planejamento e à execução dos recursos, possui entre suas competências:

- a. propor critérios para a distribuição do limite de empenho e do limite de pagamento no âmbito do IBGE;
- b. acompanhar e avaliar o dever de execução orçamentária das unidades organizacionais do IBGE e suas programações;
- c. propor e avaliar propostas de remanejamento interno de créditos e limite de empenho quando da baixa execução orçamentária frente ao dever de execução do orçamento, a busca pela otimização do processo de execução orçamentária e melhoria do gasto;
- d. acompanhar e avaliar a execução financeira do IBGE conforme limite de pagamento definido; e
- e. auxiliar na prestação de contas anual do IBGE, incluindo o Relatório de Gestão, e demais informações exigidas pelos órgãos de controle.

Indicadores de governança e gestão

O Tribunal de Contas da União - TCU tem buscado aferir a capacidade de governança e gestão das organizações públicas federais. Para tanto, tem realizado o levantamento e a divulgação do **Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas**, tendo como marcos os **Acórdãos 588/2018-Plenário** e **2699/2018-Plenário**.

Na última edição do levantamento, realizado em 2021, foram avaliados 378 órgãos e entidades da Administração Pública Federal. O instrumento de autoavaliação reúne os temas de governança pública organizacional e de governança e gestão de segurança e da tecnologia da informação, de pessoas, de contratações e orçamentária.

No quadro ao lado, observam-se os **resultados obtidos pelo IBGE** nos índices avaliados, em comparação com os demais órgãos e entidades do Poder Executivo e com o conjunto dos órgãos e entidades avaliados:

Desde a divulgação de tais resultados, o IBGE vem envidando esforços para elevar a sua capacidade em governança organizacional e gestão públicas, priorizando ações em que há maior oportunidade de melhoria. Dentre elas, destacam-se:

Índice	Nome	Resultado		
		IBGE	Poder Executivo	Todos
iGG	Índice integrado de governança e gestão públicas	0,494	0,510	0,519
iGovPub	Índice de governança pública	0,509	0,579	0,583
iGestPessoas	Índice de capacidade em gestão de pessoas	0,396	0,441	0,458
iGestTI	Índice de capacidade de gestão de TI	0,576	0,485	0,501
iGestContrat	Índice de capacidade em gestão de contratações	0,608	0,543	0,550
iGestOrcament	Índice de capacidade em gestão orçamentária	0,299	0,461	0,459

Fonte: TCU - Tabela dinâmica de dados brutos para o iGG 2021.

- na dimensão **liderança**: a elaboração e aprovação do **Plano de Integridade 2021-2022**, com ações das instâncias de integridade, de tratamento de riscos, de desenvolvimento de pessoas e de monitoramento contínuo sendo desenvolvidas em 2022;
- na dimensão **estratégia**: a revisão do **Plano Estratégico do IBGE 2022-2025**, com a definição de projetos, indicadores e metas para cada objetivo estratégico e a implementação de sistemática para o monitoramento trimestral da estratégia, tendo sido incluídos objeti-

vos estratégicos e projetos específicos para o aprimoramento da governança, com destaque para o Objetivo Estratégico 7; e

7 Fortalecer a governança organizacional

- na dimensão **controle**: a inclusão, na estrutura organizacional, das **unidades de ouvidoria e de corregedoria**, o que permite o aprimoramento da transparência, da satisfação dos usuários e da prestação de contas à sociedade.

Principais ações de supervisão, controle e de correição

Auditoria Interna

O **Regulamento Interno da Auditoria Interna do IBGE** define que a Auditoria Interna: (i) tem como missão aumentar e proteger o valor organizacional do IBGE, fornecendo avaliação, assessoria e conhecimento objetivos e baseados em riscos; e (ii) é uma atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, criada para agregar valor e melhorar as operações do Instituto, auxiliando a organização a atingir seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança.

Atuando sob supervisão técnica e orientação normativa do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as atividades de auditoria são anualmente planejadas e consubstanciadas no **Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT**.

Em dezembro de 2022, a Auditoria Interna compunha-se de nove servidores - o Auditor-Chefe, um Assistente Técnico, três Assessores Técnicos Especializados e quatro Auditores. Em adição à execução dos trabalhos de auditoria planejados, realiza atividades como: (i) atendi-

mento e relacionamento com Órgãos Externos de Controle; (ii) auditoria em objetos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC e desenvolvimento de soluções em inteligência analítica (*analytics*); e (iii) planejamento e gestão das atividades da Auditoria Interna.

Por meio das atividades apresentadas e priorizadas no PAINT, a Auditoria Interna vem trabalhando para atuar de maneira cada vez mais inovadora e moderna, transformando e otimizando seus processos de trabalho, incorporando novas tecnologias, ao mesmo tempo que atua em ações de auditoria que agreguem efetivo valor ao Instituto.

Assim, importante registrar que continuará nas ações mitigadoras da avaliação julgada insuficiente no indicador 3140 "Assegurar a Efetividade da Auditoria Interna" que compõe o **Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas do ano de 2021 - iGG 2021**.

As informações sobre a execução do PAINT e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria em um determinado ano são apresentadas no **Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT**. Esse relatório é encaminhado anualmente à Controladoria-

-Geral da União - CGU, até o final de março do ano seguinte ao qual se refere, para supervisão técnica. O RAINT 2022 se encontra disponível no submenu **Supervisão e Controle** [↗](#) da seção Transparência e Prestação de Contas do portal do IBGE.

Destacam-se os seguintes trabalhos realizados:

- **consultoria no processo Gerir Suprimento de Fundos**, que se baseou na edição de *Frequently Asked Questions - FAQ*, uma solução em TIC desenvolvida e disponibilizada na rede interna do IBGE;
- **ações de auditoria em processos críticos do Censo Demográfico 2022**, visando abastecer os gestores com informações para possíveis melhorias em seus procedimentos;
- **monitoramento contínuo de eventos de risco em Suprimento de Fundos**, por robô baseado em *analytics* e desenvolvido pela Auditoria Interna, colocado em produção a partir de 1º de julho de 2022;
- início da edição periódica do **Relatório Semestral de Monitoramento de Solicitações, Recomendações e Determinações de Órgãos Externos de Controle**, na data-base de 31 de dezembro de 2021, reportando todas as ações

de supervisão do controle externo, notadamente da CGU e do TCU e, também, o **Relatório Semestral de Acompanhamento de Recomendações da Auditoria Interna do IBGE**; e

- retomada da atividade de **monitoramento do atendimento de recomendações de trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna**, formalmente comunicada ao Conselho Diretor e apreciada pelo Conselho Curador do IBGE.

Além disso, em atendimento ao previsto no Capítulo VI de seu Regulamento Interno, a Auditoria Interna indicou como fatores de motivação para o estabelecimento de seu **Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna - PGMQ**, instituído pela **Portaria PR/AUD n. 1, de 22.07.2021**, de acordo o prenunciado na Seção III do Capítulo IV do Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, aprovada pela **IN SFC/CGU n. 3, de 09.06.2017** [↗](#), dentre outros, (i) o fortalecimento da auditoria interna; (ii) o aumento do valor entregue nas atividades de auditoria interna; e (iii) a capacidade de conduzir avaliações em conformidade com normas nacionais e internacionais que orientam a função da auditoria interna.

Tais preceitos direcionaram a formulação do PAINT para o ano de 2023, aprovado pela

Portaria do Conselho Curador n. 3, de 21.12.2022, que destacou a seguinte agenda para a Auditoria Interna:

- **priorização de objetos** para realização das ações de auditoria após debates e discussões com os membros dos Conselhos Diretor e Curador do IBGE;
- **seleção de objetos** para os trabalhos de auditoria seguindo o Manual de Orientações Técnicas da CGU – realização obrigatória por previsão normativa, por solicitação da alta administração, pela seleção de processos com base em riscos e em função do rodízio de ênfase (TIC e Não TIC), dos macroprocessos/processos previstos na cadeia de valor, constantes do Planejamento Estratégico do IBGE;
- continuidade no uso de técnicas de **mineração de dados** (*analytics*);
- consolidação do **uso do sistema e-Aud** como aplicação tecnológica para o fluxo de trabalho dos processos da Auditoria Interna “atender Órgãos Externos de Controle” e “realizar auditorias”;
- continuidade aos esforços de melhoria do processo de acompanhamento das recomendações de trabalhos de auditoria e a contabilização de benefícios, considerando a aprovação da **Norma de Tratamento dos Achados e Recomendações formulados pela Auditoria Interna do IBGE (AUD) e das solicitações, recomendações e determinações dos Órgãos Externos de Controle (OEC)**, por meio

da **Resolução do Conselho Curador n. 1, de 23.05.2022** [↗](#);

- **continuidade do desenvolvimento do PGMQ**, com atenção para a finalização e o reporte da autoavaliação do Nível 2 do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna Governamental - Modelo IA-CM, do Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA, adotado como instrumento para avaliação interna das atividades, conforme a Deliberação da Comissão de Coordenação de Controle Interno - CCCI n. 1, publicada por meio da **Portaria CGU n. 777, de 18.02.2019** [↗](#); e
- estudos iniciais para a implementação de um **programa de formação de auditores internos**, como ação no âmbito do PGMQ, que objetivará a capacidade de atração de talentos, um plano de sucessão de executivos com alcance ao titular da Unidade e, por fim, a definição das ações de capacitação dos servidores subsidiada por um “Planejamento de Ações de Treinamento da AUD - Treina@Aud” – uma trilha do conhecimento visando à adoção das melhores práticas profissionais e a sua qualificação de acordo com as normas internacionais de auditoria.

Ética e Integridade

Comissão de Ética do IBGE

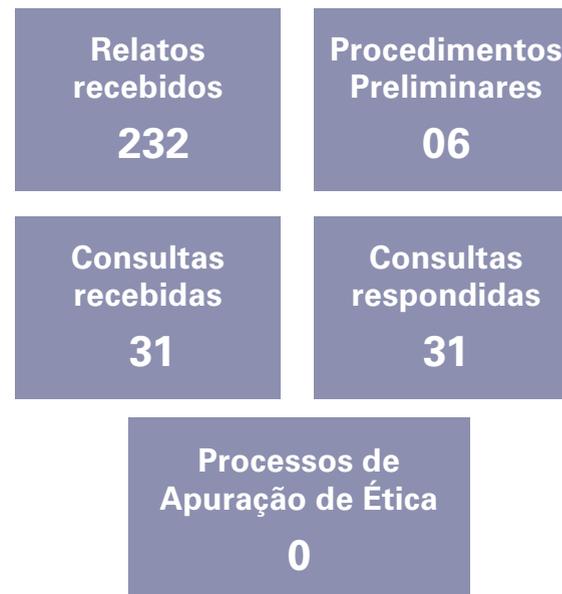
A Comissão de Ética do IBGE integra o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal e tem a atribuição de prevenir, orientar e aconselhar os agentes públicos sobre a ética profissional, o tratamento com as pessoas e do patrimônio público.

A Comissão é composta por três servidores titulares e seus respectivos suplentes – todos pertencentes ao quadro de pessoal do IBGE – e atua com base no **Código de Ética Profissional do Servidor Público do IBGE** [↗](#), instituído e aprovado pela **Resolução do Conselho Diretor n. 4, de 14.01.2014**. Esse Código foi resultado de uma tarefa coletiva realizada pela Comissão de Ética do IBGE e segue, de maneira estrita, o **Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal** [↗](#), a ele agregando importantes princípios e particularidades inerentes ao trabalho realizado nesta Instituição.

O trabalho da Comissão de Ética visa a contribuir de maneira decisiva para a avaliação e profunda compreensão do papel de todos os agentes públicos lotados no IBGE, constituindo um esforço interno de propiciar um ambiente de trabalho

mais ético. Dentre as suas atividades, recebe e avalia denúncias relacionadas à possível prática de desvios éticos, atua como instância consultiva para dirimir dilemas éticos e promove ações educativas para orientar os servidores sobre os temas da ética e da integridade.

Resumo executivo da atuação em 2022



O número de relatos recebidos inclui demandas encaminhadas pelo *e-mail* institucional da Comissão etica@ibge.gov.br, bem como pelo **Canal Fala.BR** [↗](#) da CGU, versando sobre questão

ética. O considerável aumento de relatos se justifica devido à contratação de expressivo número de servidores temporários para o **Censo Demográfico 2022** e à complexidade dessa operação. Para atuar preventivamente e mitigar eventuais conflitos éticos, foi adotado procedimento educativo, com envio de material escrito e realização de reunião de conscientização dos servidores envolvidos. Essa rotina foi discutida no âmbito do **Grupo de Trabalho da Integridade**, criado pela **Resolução do Conselho Diretor n. 18, de 10.09.2021**. As demandas mais graves ou complexas foram encaminhadas para apuração no âmbito correccional. Os relatos envolvendo questões administrativas foram redirecionados para tratamento pela área competente.

Gerência de Integridade

No IBGE, o papel da unidade de gestão da integridade, estabelecido pela **Portaria CGU n. 57, de 04.01.2019** [↗](#), é exercido pela **Gerência de Integridade**, por meio da **Resolução do Conselho Diretor n. 91, de 04.11.2022**, tendo, entre outras atribuições: apoiar o Presidente do IBGE nos assuntos relacionados ao programa de integridade; articular-se com as demais unidades do IBGE que desempenhem funções de integridade para a obtenção de informações necessárias

ao monitoramento do programa de integridade; gerenciar a estruturação, a execução e o monitoramento do programa de integridade; e prestar apoio e suporte metodológico para a gestão de riscos para a integridade. A Gerência de Integridade coordena o **Grupo de Trabalho da Integridade** supracitado, que envolve todas as instâncias de integridade do IBGE, com ações de fortalecimento dos processos e funções de integridade.

Ações para a promoção da ética e da integridade

As ações a seguir evidenciam o comprometimento institucional com a promoção da cultura ética e de integridade.

- Participação do IBGE no Comitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade do Ministério da Economia - CRTCI/ME. Em 2022, foram acompanhadas todas as reuniões, discussões e recomendações específicas relativas ao tema integridade para o devido alinhamento interno;
- Manutenção do **Canal da Integridade**, na Intranet, que dissemina conteúdos sobre ética e integridade no IBGE. O IBGE possui parceria com o Ministério da Economia, a Comissão de Ética Pública, o TCU e a CGU para divulgar materiais audiovisuais sobre os temas;

- Continuidade do **Programa Nacional de Prevenção à Corrupção - PNPC**, da Rede de Governança, liderado pelo TCU e pela CGU. Estudo e avaliação do resultado do PNPC (2ª etapa), planos de tratamento e roteiros de atuação inseridos na plataforma on-line e-Prevenção;
- Inclusão do olhar da integridade no Termo de Responsabilidade do Programa de Gestão e Desempenho - PGD;
- Disseminação de campanhas e pesquisas, no IBGE, referentes à integridade pública: **Campanha #INTEGRIDADE SOMOS TODOS NÓS** e nova política de transparência de agendas, promovidas pela CGU, em parceria com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organization for Economic Co-operation and Development - OECD); Minuto da Ética e Minuto da Integridade; **Campanha “Não é Legal”** do Programa de Integridade Prevenir, do Ministério da Economia; Disseminação da pesquisa de percepção sobre integridade pública promovida pela CGU, ficando em **2º lugar no ranking de participação**;
- Monitoramento das ações do **Plano de Integridade do IBGE 2021-2022**;
- Elaboração do fluxo de recebimento e encaminhamento/tramitação de denúncias;
- Implementação do **e-Agendas** no IBGE; e
- **Avaliação do programa de integridade do IBGE pela CGU**: preenchimento de questionário de autoavaliação, apresentação de evidências, reunião de avaliação e alinhamento com a CGU e reunião final com o Presidente do IBGE para apresentação dos resultados e assinatura de carta compromisso para a elaboração de cartilhas para fornecedores e servidores relativas ao código de conduta nas aquisições do IBGE.

Ciclo de Palestras 2022

Ao longo de 2022, com foco na promoção e fortalecimento da cultura da ética e da integridade na operação censitária, foram promovidas palestras virtuais (*webinars*), com convidados, sobre os seguintes temas:

- **Assédio Moral no Programa de Gestão** - Palestrante: Karla Valle (do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - RJ);
- **CGU Explica: A importância da Integridade e Correição para o Censo** - Palestrantes: Carla Cristina Gomes Arede e Carlos Mauricio Riuvo Machado (ambos servidores da CGU);
- **Promoção da Ética e Prevenção ao Conflito de Interesses** - Palestrantes: Edson Leonardo Dalescio Sá Teles e Ricardo Wagner de Araújo (ambos da Comissão de Ética Pública); e
- **Conduta Ética e a Gestão de Conflitos Interpessoais** - Ana Maria Machado e Kamila Rosenda (ambas instrutoras da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP).

Participação do IBGE em Eventos relacionados à Ética e Integridade

- CGU - Semana do Governo Aberto;
- CGU - Ciclo de Palestras: “Prevenindo o Conflito de Interesses no Executivo Federal”;
- CGU - 2ª Reunião geral com os integrantes do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal - SIPEF.
- 6º Congresso Pacto pelo Brasil – Desenvolvimento inteligente, cidadania consciente;
- 10ª *Compliance Week*;
- Ministério da Economia - Prevenir: Comportamento ético e as vedações do período eleitoral;
- TCU - Resultado do PNPC e lançamento da 2ª Etapa do PNPC;
- TCU - PNPC - Mecanismo da Prevenção: “Conhecendo a gestão da ética e da integridade”; e
- TCU - 2ª Etapa do PNPC: “Controles Preventivos”.

Correição

Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Com a implementação do novo Estatuto do IBGE, em 03 de outubro de 2022, foi instituída, na estrutura organizacional, a **Corregedoria**, subordinada à Presidência do IBGE, com atribuições elencadas no Art. 16 do **Decreto n. 11.177, de 18.08.2022** [↗](#) dentre as quais se insere a atuação na prevenção e apuração de desvios de condutas praticados por servidores da Instituição, sejam eles efetivos, na forma da **Lei n. 8.112, de 11.12.1990** [↗](#), ou temporários contratados, regidos pela **Lei n. 8.745, de 09.12.1993** [↗](#). Anteriormente, essa atribuição cabia a uma unidade da Diretoria-Executiva. Nos termos do **Decreto n. 5.480, de 30.06.2005** [↗](#), a Corregedoria do IBGE integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

Com a **Lei n. 12.846, de 01.08.2013** [↗](#), também conhecida como **Lei Anticorrupção**, houve um importante passo ao prever a responsabilização objetiva, nos âmbitos civil e administrativo, de empresas que praticam atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira. Nesse sentido, também se insere nas competências da Corregedoria a promoção de atos investigativos e acusatórios de

responsabilização de empresas que corrompam servidores, fraudem licitações e contratos, entre outras irregularidades que possam vir a ser praticadas por entes privados no âmbito do IBGE.

Uma das primeiras medidas colocadas em prática foi a **elaboração de um plano de ação** com a finalidade de fortalecer a atividade correcional do IBGE, com vistas à adequação aos padrões exigidos pela CGU e aos normativos vigentes. O referido plano foi aprovado pelo Conselho Diretor.

Em função da realização do **Censo Demográfico** e da contratação de mais de cem mil servidores temporários, em 2022 houve um **aumento de mais de 380% na atividade correcional** no IBGE, no que diz respeito aos procedimentos acusatórios, em comparação ao ano anterior.

Procedimentos registrados	2019	2020
	68	13
	2021	2022
	21	82



Quadro consolidado dos procedimentos apuratórios realizados em 2022 por assunto

Assunto	Número de procedimentos	Percentual (%)
Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	33	40
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	14	17
Ausência de presteza nas atividades ou na prestação de informações	8	10
Comportamento inidôneo	5	6
Ausência ou impontualidade ao serviço	4	5
Favorecimento próprio ou de terceiros	4	5
Assédio sexual	3	4
Assédio moral	2	2
Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos	2	2
Nepotismo	2	2
Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações	1	1
Descumprimento de normas relacionadas ao orçamento público	1	1
Descumprimento, de modo injustificado, de cláusulas em contrato celebrado com a administração pública	1	1
Desrespeito ao sigilo de informações	1	1
Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou despreço	1	1
Total de procedimentos disciplinares instaurados	82	100

Fonte: CGU/PAD – até 31/12/2022. Foram apresentados apenas os assuntos em que houve procedimento realizado em 2022.

O IBGE, no decorrer de 2022, ofereceu várias iniciativas de capacitação, treinamentos, oficinas e participação em eventos correccionais nos formatos a distância e presencial. Destaca-se o **curso exclusivo de ePAD**, sistema criado pela CGU que organiza as informações dos procedimentos administrativos correccionais. O curso on-line, foi ministrado por instrutores da CGU a servidores do IBGE, incluindo representantes das Superintendências Estaduais.

Os procedimentos disciplinares foram registrados no sistema ePAD, atendendo ao recomendado pela **Portaria CRG/CGU n. 2.463, de 19.10.2020** [🔗](#). A utilização desse sistema tornou-se obrigatória a partir de 30 de novembro de 2022, conforme **Ofício Circular n. 224/2022/CRG-CGU, de 05.10.2022** [🔗](#), para todas as análises de admissibilidade e procedimentos investigativos de apuração de condutas de agentes públicos e pessoas jurídicas, bem como para todos os procedimentos acusatórios contra agentes públicos.

Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário

Do total de procedimentos disciplinares instaurados, 33 (40,2%) foram destinados a apurar responsabilidades pelo desaparecimento ou perecimento de bens públicos. Tais casos de danos ao erário, inclusive aqueles sem limite de valor estabelecido, são apurados por meio de **Termos de Ajuste de Conduta - TACs**, com fundamento na **Portaria Normativa CGU n. 27, de 11.10.2022** [↗](#), que, avaliza a celebração desse instrumento de resolução consensual de conflitos.

Não houve caso de **Tomada de Contas Especial - TCE**, bem como não ocorreram fatos em apuração que, de acordo com a avaliação da unidade responsável, tenham potencial de se converterem em processos de TCE.



Relacionamento com a sociedade e partes interessadas

Disseminação e comunicação

4 Ampliar e fortalecer a disseminação e a comunicação com a sociedade

O relacionamento ativo com a sociedade e partes interessadas é ação perene da Instituição. O Objetivo Estratégico 4 do **Plano Estratégico Institucional** “Ampliar e fortalecer a disseminação e a comunicação com a sociedade” materializa essa ação que se realiza em relações públicas cotidianas e na busca permanente para conhecer, entender e atender às necessidades e demandas do País e dos brasileiros.



Canais do IBGE com a sociedade

Nesse sentido, para manter e assegurar essa proximidade, o IBGE possui diversos canais de comunicação pelos quais se relaciona com a sociedade:



Portal do IBGE 
www.ibge.gov.br

Por meio do portal do IBGE, na Internet, seu principal canal de comunicação, são disponibilizados os resultados das pesquisas em páginas dinâmicas, arquivos para *download* e banco de dados para consulta. Também é possível acessar os *sites* e *hotsites* dos diversos produtos, projetos e serviços do IBGE.



Atendimento por formulário eletrônico

O atendimento também é feito por meio de um formulário disponível na seção **Canais de Atendimento**  do portal, respondendo aos usuários em um prazo padrão de cinco dias. O formulário foi colocado em atividade no último trimestre de 2021 e substituiu completamente o *e-mail* ibge@ibge.gov.br, a partir de outubro de 2022.



Atendimento telefônico
0800-721-8181

Informações rápidas são fornecidas por meio de *call center*. Além do atendimento telefônico padrão, em julho de 2022, foi iniciado um serviço de atendimento telefônico específico para validação dos recenseadores do Censo Demográfico 2022.



Atendimento presencial

É realizado atendimento presencial, por meio das Seções de Disseminação de Informações nas capitais e biblioteca. O serviço permaneceu suspenso em 2022, ainda devido aos reflexos da pandemia, sendo retomado em algumas unidades. Na Biblioteca, o atendimento presencial é possível, mediante agendamento.



Atendimento ao informante 
respondendo.ibge.gov.br

O respeito ao informante é considerado um dos valores nos quais a Instituição se apoia. Isso porque a eventual resistência à prestação de informações incide de maneira crítica sobre os processos de trabalho da rede de coleta. O canal **Respondendo ao IBGE** é destinado aos informantes, para tirar dúvidas, verificar a identidade do entrevistador (inclusive, dos recenseadores do Censo Demográfico 2022) e conhecer mais sobre as pesquisas realizadas pelo IBGE.



Atendimento à imprensa 
comunica@ibge.gov.br

Para subsidiar o trabalho da imprensa, que é fundamental para o IBGE cumprir sua missão de transformar dados em informação para a cidadania, esse canal é utilizado para realizar atendimentos a jornalistas, organizar treinamentos de SIDRA (Banco de Tabelas Estatísticas), enviar avisos de pautas, convocar entrevistas coletivas e individuais, distribuir releases e notícias, e coordenar divulgações sob embargo com as 27 Superintendências Estaduais.



Biblioteca 
biblioteca.ibge.gov.br

Todo o acervo institucional pode ser pesquisado no canal Biblioteca, onde é possível, também, realizar o *download* de grande parte do acervo já digitalizada. Dentre os tipos de materiais disponíveis, destacam-se: livros, periódicos, fotografias, teses, dissertações e mapas.



Loja Virtual 
loja.ibge.gov.br

Os produtos do IBGE são comercializados na sua Loja Virtual e, ainda, nas principais livrarias do País. A loja aceita diversos tipos de pagamento e também possibilita o *download* das publicações.



Minuto IBGE 
agenciadenoticias.ibge.gov.br/minuto-ibge.html

Programa de rádio semanal, disponibilizado gratuitamente para emissoras de todo o País.



Agência IBGE Notícias 
agenciadenoticias.ibge.gov.br

Oferece conteúdo jornalístico multimídia a partir dos dados produzidos pelo IBGE, a fim de traduzir estatísticas e geociências para ampliar e facilitar o acesso da sociedade à informação. A Agência IBGE Notícias é organizada em seis seções (Notícias, Releases, Comunicados, Minuto IBGE, Próximas divulgações e Acervo) e em cinco editorias (Estatísticas Econômicas, Estatísticas Sociais, Geociências, IBGE e Séries Especiais).



Fala.BR 
<https://falabr.cgu.gov.br>

O Fala.BR é um canal integrado para encaminhamento de manifestações (acesso à informação, denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, elogios e simplifique) a órgãos e entidades do poder público. Está disponível na Internet e funciona 24 horas por dia.

Quantitativo de atendimentos

 **E-mail**
26 984
atendimentos entre janeiro e setembro
média mensal: **2 998**

 **Formulário eletrônico**
17 505

 **Biblioteca**
586
atendimento presencial por agendamento

 **Telefone**
216 419
atendimentos entre janeiro e novembro, sendo que desse total **65 865** foi de validação de recenseadores

Loja Virtual
 **1 351**
unidades vendidas

 **Fala.BR**
4 652
atendimentos, sendo

 **Outras áreas**
256
atendimentos
média mensal: **21**

916
solicitações de acesso à informação e **3 736** manifestações à Ouvidoria

Comunicação e disseminação para o Censo Demográfico 2022

Para o Censo Demográfico, foi criado o *hotsite* censo2022.ibge.gov.br com inúmeras ações, ferramentas e iniciativas de comunicação e disseminação específicas, entre as quais:

- **Guia do Censo 2022 para jornalistas:** uma publicação digital produzida para auxiliar os profissionais da mídia na cobertura do Censo Demográfico;
- **Guia #FaleDoCenso:** para auxiliar a todos que quisessem contribuir com a divulgação do Censo 2022 nas redes sociais, trazendo informações sobre a operação e apresentar sugestões de conteúdos e *hashtags* para *posts*, vídeos e conversas;
- Uma área de divulgação com **peças e materiais promocionais**, além daquelas direcionadas a estudantes e educadores, também encontradas no **portal IBGEeduca**: o portal do IBGE voltado para a educação;
- Um canal **Falso x Verdadeiro**, com esclarecimentos à sociedade sobre a operação censitária com o intuito de combater a desinformação no Censo 2022; e
- Orientações sobre o **Disque-censo**, serviço telefônico (número 137) criado para que o cidadão possa entrar em contato com o IBGE para viabilizar a resposta ao questionário, caso ninguém do domicílio tenha respondido.



Mídias sociais

Cada vez mais, as mídias sociais se consolidam como canais de divulgação, interação, disseminação, e, também, como espaço de atendimento aos diversos indivíduos e públicos que acompanham os perfis oficiais do IBGE.

Em ano de **Censo Demográfico** não seria diferente, inclusive com **incremento dos atendimentos ao próprio público interno**, em especial aos contratados temporários, que frequentemente entram em contato pelas redes sociais.

Também se ampliou o papel de atendimento ao público em geral, com respostas aos questionamentos a respeito de pesquisas, índices e assuntos correlatos, além de orientações sobre informações e temas estatísticos e geocientíficos, respondidas com auxílio dos setores competentes do IBGE, sempre que necessário.



As postagens colaborativas, *reposts* e compartilhamentos também foram intensificados, em especial no Instagram, buscando atingir parte

do público que não segue diretamente os perfis do Instituto.

A presença do IBGE nas principais plataformas e aplicativos **teve início em 2010**, mas alcançou maior protagonismo nos últimos anos. Além do crescimento obtido no Twitter, Facebook, Instagram e YouTube, **em 2022, o Instituto passou a ter presença oficial também no TikTok**. Em 2022, o IBGE alcançou um **crescimento médio de 17%** no número de seguidores em suas redes sociais

Atualmente, essas mídias são ferramentas muito importantes para divulgar pesquisas, índices e produtos do IBGE, bem como publicações e projetos desenvolvidos por áreas diversas do

Instituto. As postagens seguem o **calendário oficial de divulgações**, sendo complementadas também em oportunidades ligadas a datas comemorativas e aniversários de capitais.

Em 2022, devido ao Censo Demográfico em campo, as redes sociais foram mobilizadas com informações sobre a pesquisa, desde a **divulgação dos processos seletivos** até ações explicativas em apoio à coleta, incluindo a campanha publicitária. Porém, devido às eleições nacionais, foi necessário interromper algumas divulgações durante o **período do defeso eleitoral**, além de adaptar a moderação de comentários às restrições recomendadas pela Justiça Eleitoral e pela Secretaria de Comunicação do Governo Federal - SECOM.

A seguir, apresentamos um infográfico com a evolução dos números do desempenho do IBGE nas redes sociais no ano de 2022 e a comparação em relação à performance de 2021.



Lei de Acesso à Informação



Acesso à Informação

O IBGE possui diretrizes que visam garantir a efetividade do acesso à informação pública, na estrita conformidade com a **Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei n. 12.527, de 18.11.2011)** [↗](#). Esse processo é realizado por meio de uma ferramenta desenvolvida pela CGU, denominada Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - **Fala.BR** [↗](#).

Conforme o **Decreto n. 7.724, de 16.05.2012** [↗](#) (que regulamenta a LAI), uma vez recebido o pedido, e estando a informação disponível, o acesso deverá ser imediato. Não sendo possível o acesso imediato, uma resposta deverá ser enviada no prazo de até 20 dias.

LGPD

No IBGE, os processos de diagnóstico, implementação e adequação à **Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14.08.2018)** [↗](#) estão sendo estruturados e os envolvidos participaram de treinamentos sobre o tema em 2022. O trabalho tem por objetivo a proteção e tratamento, pelo Instituto, dos dados pessoais coletados nas pesquisas e em

outras formas de relacionamento estabelecidas com diferentes públicos.

É importante registrar que as respostas fornecidas pelos informantes, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, são confidenciais e usadas exclusivamente para fins estatísticos, nos termos da **Lei n. 5.534, de 14.11.1968** [↗](#).

Satisfação dos Usuários

Orientado pela qualidade no serviço público, anualmente, no período compreendido entre 2003 e 2019, foi realizada a **Pesquisa de Satisfação dos Usuários** nas unidades de documentação e disseminação de informações, localizadas nas 26 capitais dos estados brasileiros e no Distrito Federal. Os dados dessa pesquisa refletem a opinião dos usuários que buscavam informações fornecidas pela Instituição, por meio do indicador **Taxa Geral de Satisfação dos Usuários**.

Entretanto, por ser uma pesquisa presencial, em 2020 e em 2021, em função das limitações impostas pela situação da pandemia, a Pesquisa de Satisfação dos Usuários não pôde ser executada.

Em 2022, uma **nova pesquisa de satisfação**, reformulada e adaptada ao modelo on-line,

começou a ser implementada e realizada, por meio do portal do IBGE na Internet.

A pesquisa aconteceu, no período de 03 de novembro a 18 de dezembro de 2022, por meio de um questionário, e visou conhecer mais detalhadamente os canais, *sites* e ferramentas mais utilizados pelos usuários, suas necessidades e o nível de satisfação em relação aos produtos e serviços oferecidos pelo IBGE, além de procurar traçar um perfil dos respondentes.

Resultados da pesquisa de satisfação

O que você procura no portal?



37,0% Informações estatísticas

28,2% Informações geocientíficas

17,6% Informações gerais sobre cidade, estado ou País

10,9% Oportunidades de trabalho/concursos

6,3% Outros

Você encontrou o que procurava?

74,5% **25,5%**

Grupos de usuários



26,0%	Usuário particular
20,2%	Servidor da administração pública e servidor IBGE
17,0%	Pesquisador/acadêmico
14,5%	Estudante
9,9%	Empresa, ONG, OSC, OSCIP
4,5%	Área de comunicação
0,4%	Organismo internacional
7,5%	Outros

A situação excepcional de mudança na forma de pesquisa de satisfação dos usuários não permite que sejam feitas comparações entre os resultados atuais e aqueles obtidos anteriormente. Pretende-se manter um conjunto básico de perguntas e o restante poderá ser aperfeiçoado a partir das necessidades que forem identificadas nessa primeira rodada, em 2022. Espera-se que os bons resultados obtidos, conforme gráficos ao lado, possam ser confirmados nas pesquisas futuras, planejadas para serem realizadas anualmente.

	Muito insatisfeito	Pouco insatisfeito	Neutro	Pouco satisfeito	Muito satisfeito
Portal do IBGE Avaliação da informação					
• Facilidade de encontrar a informação desejada	1,8%	6,8%	13,7%	28,4%	49,3%
• Facilidade de compreender a informação desejada	0,9%	3,3%	10,1%	25,1%	60,6%
Redes sociais Avaliação de conteúdo					
• Resultados de pesquisas e lançamentos de publicações	3,5%	4,2%	10,0%	27,8%	54,4%
• Conceitos de estatística	3,3%	4,0%	11,9%	27,1%	53,7%
• Conceitos de geografia/meio ambiente	3,0%	3,3%	13,6%	23,8%	56,3%
• Datas comemorativas/aniversário de capitais	1,6%	2,3%	16,1%	23,8%	56,1%
Canais de atendimento Nível de satisfação					
• 0800	23,5%	6,0%	18,0%	17,5%	35,0%
• E-mail	13,6%	6,6%	13,2%	25,0%	41,6%
• Redes sociais	5,8%	3,7%	17,4%	26,0%	47,1%
• Outra forma de contato	11,5%	3,3%	12,3%	8,2%	64,7%



Inserção internacional

12 Ampliar e fortalecer a inserção internacional

O Objetivo Estratégico 12 do **Plano Estratégico Institucional** [↗](#) "Ampliar e fortalecer a inserção internacional" evidencia a relevância institucional dada ao tema. No seu relacionamento com as partes interessadas, o IBGE não apenas contribui com os demais países na produção estatística e geocientífica, mas, também, interage com sistemas avançados de produção de informações dessa natureza. O IBGE possui papel de destaque no cenário internacional, mantendo diálogo com instituições similares e ocupando posições de relevo em organismos internacionais.

Além das atividades internacionais alinhadas à **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** [↗](#), em 2022, destaca-se a participação do IBGE no processo de **acesão do Brasil à OCDE** que resultou no acordo de cooperação firmado entre as partes, para adequação do IBGE às boas práticas estatísticas da OCDE.

Também, em 2022, foram realizadas diversas atividades de cooperação internacional, com destaque para as seguintes:

- Projeto **Observa Censo**, realizado em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC, o

Fundo de População das Nações Unidas (United Nations Population Fund - UNFPA) e a Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO), com o objetivo de compartilhar a experiência do Censo Demográfico 2022 no Brasil durante a etapa de coleta de dados. Participaram do projeto representantes de 18 países e 5 agências da Organização das Nações Unidas - ONU (United Nations - UN);

- Realização de atividades ligadas ao **Hub Regional das Nações Unidas para Big Data**

no Brasil [↗](#) (*UN Regional Hub for Big Data in Brazil*), resultado de um memorando de entendimento entre a Divisão de Estatística do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (United Nations Statistics Division - UNSD) e o IBGE, assinado em abril de 2021. O *Hub* Regional visa contribuir para o avanço no uso de *Big Data* para melhorar a produção de estatísticas oficiais, promovendo o compartilhamento de conhecimento e o desenvolvimento de iniciativas inovadoras na América Latina e no Caribe; e



Participantes do projeto Observa Censo 2022 na reunião de encerramento, no Rio de Janeiro. Fonte: Agência IBGE Notícias.

- Participação no *Grupo de Trabajo de la Calidad Estadística*, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, que resultou na produção do *Guía para la implementación del marco de aseguramiento de la calidad para procesos y productos estadísticos* .

No que diz respeito às posições de destaque ocupadas em organismos internacionais:

- O IBGE foi escolhido  para copresidir o **Grupo de Especialistas das Nações Unidas sobre a Integração de Informação Estatística e Geoespacial** (United Nations Expert Group on the Integration of Statistical and Geospatial Information - EG-ISGI) no período de 2022-2024; e
- O IBGE exerce, ainda, a vice-presidência da **Divisão dos Países de Língua Portuguesa - DPLP** no Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos (United Nations Group of Experts on Geographical Names - UNGEGN).

Participação em eventos internacionais

A presença em eventos internacionais, em 2022 (como participante ou promotor), reforça o papel de excelência da Instituição e a sua capacidade de inserção e de diálogo institucional, dentre os quais destacam-se:

- Advancing International Collaboration in Data Science and Big Data for Official Statistics (Of-

ice for National Statistics UK - ONS), realizado em Londres;

- XXII Reunião Especializada de Estatística do Mercosul - REES e Reunião do Evento Regional “Modernizando as Capacidades Comunicacionais das Instituições Nacionais de Estatística: Desafios e Oportunidades”, realizadas em Assunção;
- XXIII Reunião Especializada de Estatísticas do Mercosul - REES e Conferência de Alto Nível sobre Intercâmbio efetivo de dados público-privados para a formulação de políticas baseadas em evidências, realizadas em Montevidéu;
- 17th Meeting of the International TOSSD Task Force (Total Official Support for Sustainable Development - TOSSD), realizado em Paris;
- 12ª Sessão do Comitê de Peritos das Nações Unidas sobre Gestão de Informações Geoespaciais Globais (12th Session of the United Nations Committee of Experts on Global Geospatial Information Management - UN-GGIM), realizada em Nova Iorque;
- Fifth Meeting of the United Nations Committee of Experts on Business and Trade Statistics - UNCEBTS, realizado em Nova Iorque;
- Meeting of the United Nations Committee of Experts on International Statistical Classifications - UNCEISC, realizada em Nova Iorque;
- 28th Meeting of the London Group on Environmental Accounting, realizado em Siegburg;

- 13th Meeting of the Inter-agency and Expert Group on Sustainable Development Goal Indicators - IAEG-SDGs, realizado em Bancoc;
- 2nd United Nations World Geospatial Information Congress, realizado em Hyderabad;
- IX Conferência Estatística da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, realizada em Lisboa;
- X Congresso da Associação Latino-americana de População (Asociación Latinoamericana de Población - ALAP), realizado em Valparaíso;
- Nona Sessão do Comitê Regional das Nações Unidas para Gestão de Informações Geoespaciais Globais (Ninth Session of the United Nations Regional Committee for Global Geospatial Information Management - UN-GGIM: Americas), realizada em Santiago;
- International Seminar on Measuring shared prosperity and inclusion: challenges and innovative approaches, organizado pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (United Nations Statistics Division - UNSD), realizado em Hangzhou;
- 19th session of the Joint Task Force on Environmental Statistics and Indicators of UNECE, realizada em Genebra;
- Webinário da OIT “Transições trabalhistas e dinâmicas de renda na América Latina” (Webinario OIT “Transiciones laborales y dinámica de ingresos en América Latina”), realizado em sessão virtual;

- HLG-MOS Workshop on the Modernisation of Official Statistic, realizado em Genebra;
- Segunda edición del Diálogo Entre Pares: Modernización de los Sistemas Estadísticos, preparándonos para el futuro, realizado em sessão virtual;
- Seminario anual sobre cuentas nacionales para América Latina y el Caribe, 2022: Agenda de cambios en las mediciones de las estadísticas económicas y temas emergentes ante los nuevos desafíos, organizado pela CEPAL, realizado em sessão virtual;
- Conferência “Usando Big Data e Machine Learning para Mapeamento de Cobertura e Uso da Terra - Desafios para a precisão do mapeamento”, evento promovido pelo IBGE em colaboração com outras entidades, realizado em sessões virtuais; e
- Simpósio SIRGAS¹ 2022, organizado pelo IBGE em parceria com o Instituto Geográfico Militar do Chile, realizado em Santiago.

¹ SIRGAS é o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas

Relações Institucionais

13

Ampliar e fortalecer as relações institucionais

Reconhecido pelo Objetivo Estratégico 13 no **Plano Estratégico do IBGE 2022-2025** [↗](#), o fortalecimento e a implementação de políticas de relações institucionais contribuem para o cumprimento da missão institucional, por meio de colaboração técnica e apoio logístico para as suas operações.

Projeto ODS

O IBGE, como coordenador, no Brasil, da produção dos indicadores para o monitoramento dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS** da Agenda 2030, contou com a colaboração ativa de diversos Ministérios e entidades vinculadas para o alcance dos resultados. Foram produzidos

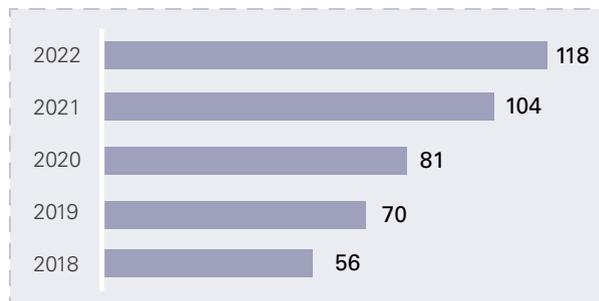
e disponibilizados, na **Plataforma ODS Brasil** [↗](#), novos indicadores, fruto do processo colaborativo, com ampla discussão sobre as metodologias globais aplicadas à escala nacional, bem como sobre as bases de dados disponíveis. A Plataforma ODS Brasil foi **divulgada no portal da ONU** [↗](#) como um exemplo de boa prática no quesito ferramentas e plataformas ODS.

Os indicadores têm sido atualizados periodicamente, de acordo com a disponibilidade de dados do IBGE e de instituições parceiras. Em 2022, foram atualizados mais da metade dos **118 indicadores produzidos** até o momento (55%). Houve avanço na discussão das metodologias de vários indicadores, sobretudo nos ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 14 (Vida na Água).



As seguintes instituições contribuíram para a produção e/ou atualização dos indicadores nos seus respectivos ODS, demonstrando o alcance dessa iniciativa e o seu impacto para o estabelecimento de relações institucionais:

Evolução da produção dos indicadores dos ODS no Brasil



Fonte: IBGE, 2022.

Colaboração de Órgãos e Entidades para a produção e/ou atualização de indicadores	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	ODS 6 - Água Potável e Saneamento
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação
Banco Central do Brasil - BCB	ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico ODS 10 - Redução das Desigualdades ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP	ODS 4 - Educação de Qualidade
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável ODS 14 - Vida na Água
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI	ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima
Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR	ODS 1 - Erradicação da Pobreza ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima
Ministério da Infraestrutura - MINFRA	ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP	ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes
Ministério do Meio Ambiente - MMA	ODS 14 - Vida na Água
Ministério da Saúde - MS	ODS 3 - Saúde e Bem-Estar
Secretaria do Tesouro Nacional - STN	ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação
Serviço Florestal Brasileiro - SFB	ODS 15 - Vida Terrestre



O trabalho colaborativo também se estendeu para organismos internacionais, tais como: a CEPAL, na participação no exercício piloto do Sistema de Capacidades Estatísticas para os ODS; o Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Foundation - UNICEF), na organização de evento sobre ODS associados às crianças e adolescentes; o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR (The UN Refugee Agency - UNHCR), para o ODS 10; e a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS (Pan American Health Organization - PAHO), para o ODS 3.

O IBGE é membro do IAEG-SDGs, da UNSD, representando o Chile e os países do Mercosul. Também participou de outros grupos internacionais para discussão de temas específicos da Agenda 2030, tais como:

- Força Tarefa Internacional do TOSSD, da OCDE, e o Grupo de Trabalho da ONU para a Mensuração da Cooperação Sul-Sul (United Nations Conference on Trade and Development - UNCTAD), em conjunto com a ABC e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA);
- Força Tarefa para rediscutir o indicador 15.4.2 (Índice de cobertura vegetal nas regiões de montanha) da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO); e

- Grupo de Cooperação Técnica para os Indicadores do ODS 4 da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO), entre outros.

O IBGE é o ponto focal, no Brasil, para os indicadores dos ODS perante as agências internacionais de custódia dos indicadores, tendo recebido cerca de 40 demandas de diferentes agências (ex.: FAO, UNICEF, UNESCO etc.), incluindo resposta a questionários, validação de dados e envio de dados, respostas elaboradas de forma articulada com as instituições parceiras.

Além disso, o IBGE tem sido convidado a participar de eventos que contemplam as temáticas da Agenda 2030, nacionais e internacionais. Em 2022, foram ministradas palestras em diferentes órgãos para divulgar o trabalho do IBGE, mobilizar as instituições para a cooperação e discutir a temática dos indicadores para a Agenda 2030 no País: Project Management Institute - PMI, Fundação CESGRANRIO, Advocacia Geral da União - AGU, Confederação Nacional da Indústria - CNI, CEPAL e CPLP. O IBGE também é membro do Comitê Interinstitucional para Agenda 2030 no Poder Judiciário, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Iniciativas e parcerias para o Censo Demográfico 2022

Tradicionalmente, os Censos contam com o apoio de entidades, das mídias jornalísticas, representantes municipais, comunidades regionais, dentre outros, dada a elevada importância da operação para toda a sociedade brasileira. Em 2022, diversas iniciativas foram desenvolvidas nos Municípios, Estados e União, para apoiar o IBGE no preparo, divulgação e execução da operação em todo o País. Cessão de locais para funcionamento de postos de coleta, mobiliário, salas de treinamento, apoio para locomoção em áreas de difícil acesso, produção e distribuição de material informativo e de divulgação para que a população seja incentivada a atender o recenseador e responder com exatidão às perguntas do questionário são algumas das formas de apoio que o IBGE recebeu para o Censo Demográfico 2022.

Destacamos a parceria firmada com a **Confederação Nacional dos Municípios - CNM**, objetivando divulgar a importância do Censo Demográfico e fomentar o apoio à operação. Parceria com propósito semelhante foi estabelecida com a **Frente Nacional dos Prefeitos - FNP**.

A **parceria com a CNM**  permitiu o intercâmbio dos cadastros, visando a atualização



contínua do **Cadastro de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE**, para atualizar as informações e incentivar a adoção do **Padrão de Registros de Endereços do IBGE** [↗](#), por parte das Administrações Municipais.

Junto às empresas administradoras de condomínios, o IBGE firmou parcerias para **sensibilização dos síndicos** com o objetivo de facilitar os trabalhos de coleta, permitindo o agendamento e a programação da visita dos recenseadores aos domicílios.

A base de dados de parcerias do IBGE conta com **291 entidades cadastradas**. Especificamente para o Censo, foram cadastradas **71 entidades**, parcerias nacionais e estaduais (<https://censo2022.ibge.gov.br/parcerias.html> [↗](#)).

Reunião de Planejamento e Acompanhamento do Censo - REPAC

As REPACS são realizadas nos Municípios, junto a representantes da sociedade e visam dar transparência às atividades e ampliar o engajamento e a cidadania, para buscar apoio das comunidades locais às operações censitárias. Para o Censo Demográfico 2022, foram planejadas três rodadas de reuniões:

- A primeira, de setembro de 2021 a março de 2022, abordou temas como base territorial,

apresentação da equipe censitária, apoio para obtenção de locais de treinamento e postos de coleta, apoio para divulgação dos processos seletivos e da operação censitária, dentre outros.

- A segunda, tratou sobre o andamento da coleta, tendo como principal objetivo buscar a correta cobertura do território, solicitar o apoio das entidades participantes frente às dificuldades encontradas e apresentar as formas de identificação do recenseador e de combate às notícias falsas.
- A terceira rodada de reuniões será realizada em 2023, após o encerramento da coleta nos Municípios, para a divulgação dos dados apurados no Censo.

As atas das reuniões realizadas nos diferentes Municípios estão disponíveis no *hotsite* do Censo Demográfico 2022: <https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/Repac.html> [↗](#).

O IBGE pretende manter os relacionamentos institucionais, mesmo após o Censo Demográfico, uma vez que as demais pesquisas desenvolvidas pelo IBGE também demandam apoio e são de interesse de toda a sociedade brasileira. Está no horizonte, para 2023, a parceria com a Se-

cretaria Estadual de Saúde do Mato Grosso do Sul, com vistas ao aproveitamento dos agentes comunitários de saúde para atualização do CNEFE. Da mesma forma, foi assinado, em dezembro de 2022, o Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Municipal de Saúde do Município do Rio de Janeiro, com vistas ao empreendimento de esforços para compatibilização dos cadastros das instituições. Conversas foram iniciadas junto ao Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS, no sentido de padronização e compatibilização do CNEFE com o Cadastro da Atenção Básica existente no Ministério da Saúde.



1º REPAC no Estado de Mato Grosso, realizada na Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Demais parcerias para a produção de informações estatísticas e geocientíficas

I. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN: renovada com o objetivo de dar continuidade ao projeto de **População em Áreas de Risco do Brasil**, que visa gerar dados socioeconômicos, os quais são subsídios fundamentais para iniciativas de redução do número de vítimas fatais e prejuízos materiais relacionados a desastres naturais em todo o País;

A parceria incluiu o Acordo de Cooperação Técnica - ACT para aumentar a **segurança operacional das equipes de campo no Censo Demográfico 2022**, a partir da emissão de alertas de riscos geo-hidrológicos de criticidade alta e muito alta. Ainda no âmbito desse ACT, o CEMADEN produziu dois relatórios com **tendências meteorológicas para a Região da Amazônia** com o intuito de dar subsídio ao planejamento da coleta do Censo 2022;

II. O Município de Salvador, via Secretaria de Sustentabilidade e Resiliência - SECIS: teve renovado o Acordo de Cooperação Técnica com o objetivo de manter o **Herbário RADAMBRASIL - HRB** do IBGE nas dependências do Jardim Botânico de Salvador. O Acordo, além de manter

o Herbário no Jardim Botânico, apresenta cláusulas relacionadas à manutenção, organização e expansão do acervo, além de ações que visam a exposição do material e a educação ambiental;

III. EMBRAPA-Gado de Corte, Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, SCPAR Porto de Imbituba e Universidade Federal de Rondônia - UNIR: estabeleceram novas parcerias que resultaram na **instalação de quatro novas estações** da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS - RBMC nos municípios de Campo Grande (Mato Grosso do Sul), Vila Velha (Rondônia), Criciúma (Santa Catarina) e Imbituba (Santa Catarina);

IV. Conselho Federal de Contabilidade - CFC: com o objetivo de tornar o processo de **preenchimento dos questionários das Pesquisas Estruturais do IBGE**, pelos contadores e empresas, mais automático, ampliando a agilidade e diminuindo a possibilidade de erros de preenchimento;

V. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI e Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ: para a produção da **Pesquisa de Inovação Semestral (PINTEC Semestral)**, que terá periodicidade semestral e período de referência anual, com o objetivo de produzir

indicadores sobre inovação e temas como digitalização, sustentabilidade, entre outros;

VI. Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA: para regular a implementação do projeto “Modernização da Produção Estatística e Geocientífica”, que trata da contratação de consultores para **desenvolver soluções para ampliação da cobertura do Censo Demográfico**, com consequente estabelecimento de *benchmark* para as pesquisas do IBGE e para a modernização dos processos de produção estatística e geocientífica de modo geral;

VII. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP: que visa a estimular e promover o intercâmbio e o desenvolvimento conjunto de estudos e pesquisas, produtos de disseminação de conhecimento técnico-científico, organização e participação em atividades e eventos para a ampliação e o desenvolvimento da capacidade técnica e da experiência das equipes;

VIII. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA: para a implementação de ações conjuntas para promover a divulgação do próximo Censo Agro; incentivar os produtores agropecuários a colaborarem com as operações censitárias e fomentar o uso das informações produzidas pelo IBGE; a participa-

ção em discussões técnicas sobre estatísticas agropecuárias do IBGE, buscando a identificação de demandas estatísticas (temáticas e de conteúdo); a reformulação das operações estatísticas atuais; e a implantação de pesquisas estatísticas amostrais da agropecuária;

IX. Organização Internacional para as Migrações - OIM (International Organization for Migration - IOM): para **apoio à realização do Censo Demográfico 2022** para participar de discussões relacionadas às etapas de **análise dos resultados do Censo** e de discussões relacionadas às etapas de planejamento e análise das pesquisas amostrais do IBGE;

X. Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR: com o estabelecimento de um compromisso, visando o **apoio ao IBGE durante a realização do Censo Demográfico 2022**; para participar de discussões relacionadas às etapas de análise dos resultados do Censo e de discussões relacionadas às etapas de planeja-

mento e análise das pesquisas domiciliares amostrais do IBGE, além de outras ações de cooperação conforme discriminado em plano de trabalho anual;

XI. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Ministério Público do Trabalho - MPT e Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP - FUNCAMP: para Inclusão de um módulo, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua, capaz de gerar informações acerca do trabalho exercido por meio de plataformas digitais e o intercâmbio de informações e estudos sobre o tema;

XII. Ministério da Saúde - MS: para inclusão, na PNAD Contínua, de um módulo de Atenção Primária à Saúde e outro de Desenvolvimento Infantil; e

XIII. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos - MMFDH: para inclusão de um módulo, na PNAD Contínua, com um conjunto de perguntas sobre pessoas com deficiência.

4 Resultados e desempenho da gestão



A existência de informações estatísticas e geocientíficas oficiais confiáveis, públicas e atualizadas é essencial à consolidação de uma sociedade democrática, além de ser indispensável ao aumento da eficiência na concepção e execução das políticas públicas, assim como na transparência das ações de governo. Tais informações devem ser assumidas como bens públicos, cabendo ao Estado a responsabilidade de garantir o seu provimento. O IBGE produz e fornece, para diversos segmentos da sociedade e órgãos governamentais de todas as esferas, informações estatísticas e geocientíficas determinantes para a tomada de decisão fundamentada. O Instituto realiza, ainda, ações voltadas ao ensino, pesquisa e difusão do conhecimento por ele produzido, com o objetivo de ampliar a compreensão dos cidadãos sobre a realidade brasileira e sua capacidade de apropriar-se dessas informações.

A geração e difusão de conhecimento estatístico e geocientífico, bem como a garantia da integridade e da disponibilidade das informações, são valores entregues à sociedade, capazes de proporcionar contribuições estruturantes para o desenvolvimento do País, transcendendo os limites das gestões governamentais.

Assegurar que as informações sejam produzidas e disseminadas com qualidade, regularidade, confiabilidade, transparência e no tempo devido é um dever institucional e um compromisso para manter a credibilidade, o reconhecimento e a confiança da sociedade no trabalho do IBGE de bem retratar a realidade do País.

No exercício de 2022, o IBGE atuou em consonância com os objetivos estratégicos estabelecidos em seu [Plano Estratégico](#), bem como suas ações foram executadas em conformidade com os seguintes Programas do PPA 2020-2023: Gestão e Manutenção do Poder Executivo; e Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.



Censo Demográfico 2022



Os resultados obtidos a partir da realização do **Censo Demográfico 2022**, a mais complexa e grandiosa operação estatística realizada no País, permitem a composição de um retrato abrangente e fiel do Brasil. A operação censitária leva ao conhecimento, em detalhes, da população brasileira: como ela é e como vive, em todos os Municípios e em seus recortes territoriais internos.

O Censo Demográfico resulta em informações precisas e atuais, fundamentais para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas, apoiando decisões acuradas para a realização de investimentos, tanto do governo quanto da iniciativa privada.

Para realizar um censo, com eficiência no uso dos recursos e eficácia no alcance de seus objetivos, é necessário um planejamento longo e sólido, o qual pressupõe a consecução de diversas etapas.

Estrutura censitária

O IBGE conta, em suas 27 Superintendências Estaduais - SESs, com 566 agências para atendimento à rede de coleta. Para as atividades do Censo Demográfico 2022, foi necessária a expansão dessa estrutura, que opera em paralelo à estrutura regular, conforme a seguir:

- 585 Coordenações de Área
- 1 444 Coordenações de Subárea
- 6 044 Postos de Coleta

As **Coordenações de Área**, assim como as agências, atendem a uma determinada parte do território, que pode ser um conjunto de Municípios, um Município inteiro ou ainda partes

de um grande Município. Para algumas Unidades da Federação, foi necessária a criação de Coordenações de Área adicionais, para além do quantitativo de agências.

Para atuação como Coordenadores de Área, foram designados 554 servidores do quadro próprio e 31 servidores temporários, denominados Coordenadores Censitários de Área - CCA.

Abaixo da Coordenação de Área, foram criadas as **Coordenações de Subárea**, segmentando ainda mais o território, a fim de possibilitar uma melhor gestão da operação. As Coordenações de Subárea também podem ser formadas por um conjunto de Municípios, um Município inteiro ou partes de um grande Município.

Estrutura de trabalho



Fonte: IBGE, 2022.



Para o comando destas, o IBGE projetou a atuação de 1 343 servidores temporários, denominados Coordenadores Censitários de Subárea - CCS e 101 servidores do quadro próprio. E, para auxílio às atividades administrativas e de informática das Subáreas, foi planejada a contratação de 1 781 servidores temporários para o cargo de Agente Censitário de Administração e Informática - ACAI.

Por fim, subordinados às Coordenações de Subárea, estão os **Postos de Coleta** que atendem Municípios inteiros ou partes de grandes Municípios. Em alguns casos, pequenos Municípios foram atendidos por Postos de Coleta instalados em Municípios vizinhos, desde que houvesse facilidade de deslocamento entre ambos.

O Posto de Coleta é o local físico de suporte para a operação censitária, sendo, em sua grande maioria, cedido pelas prefeituras municipais, por meio de parcerias locais instituídas com as SESs, principalmente, por meio das **Reuniões de Planejamento e Acompanhamento do Censo - REPACS**. Nos Postos de Coleta atuam os Agentes Censitários Municipais - ACMs, Agentes Censitários Supervisores - ACSs e Recenseadores.

A gestão dos postos é realizada pelos ACMs, cargo para qual o IBGE programou 5 450 servidores temporários. O ACS, por sua vez, tem como prin-

cipal função acompanhar, avaliar e, sobretudo, orientar os recenseadores durante a execução dos trabalhos de campo. Para o Censo Demográfico foram previstos 18 420 cargos temporários de ACS. E, para o cargo de recenseador foram planejadas 183 021 vagas temporárias.

Para dar suporte à operação censitária, a Sede do IBGE e as SESs contaram com o planejamento de 400 vagas para o cargo de Analista Censitário - AC, de nível superior, nas mais diversas formações. Para auxílio aos trabalhos administrativos e de informática das Superintendências Estaduais, também foram contratados 1 315 Agentes Censitários Operacionais - ACO. Ademais, foram planejadas 180 vagas de Agente Censitário de Pesquisas por Telefone - ACPT, para o atendimento telefônico dos usuários e suporte ao preenchimento do questionário via Internet, e 12 vagas de Supervisor Censitário de Pesquisas por Telefone e Codificação - SCPT, para a distribuição e acompanhamento dos trabalhos dos ACPT.

Orçamento

Orçamento 2022

O Projeto de Lei Orçamentária 2022 - PLOA 2022 conferiu ao IBGE um orçamento total de R\$ 2 292 957 087, dividido, por grupo de despesa, em Custeio (R\$ 2 252 921 111) e Investimento (R\$ 40 035 976), valores estes atendidos conforme a solicitação do IBGE.

O orçamento necessário à coleta censitária, em 2022, sofreu ajustes entre as rubricas, tanto em função de atualizações nos preços dos insumos necessários como em função de ajustes no plano de trabalho acarretados por mudanças no plano operacional.

No que tange às atualizações de preço, o cenário de alta inflação ocasionado pelo desequilíbrio entre oferta e demanda nas cadeias logísticas globais – combinado com uma elevação de quase 100% no preço dos combustíveis desde a última composição do orçamento – sensibilizou fortemente as despesas estruturais, em especial aquelas relacionadas ao transporte, impactando consideravelmente o orçamento estimado da operação.

Quanto às mudanças no plano operacional, os ajustes no cronograma do processo seletivo acabaram fazendo com que o início da coleta passasse para o mês de agosto, o que implicou na necessidade de reestruturação da programação de contratados temporários, elevando as despesas com pessoal.

Ao longo da etapa de coleta de campo foi observada uma baixa produtividade dos recenseadores contratados, bem como dificuldades para a contratação e a retenção de tais trabalhadores. Isso demandou a implementação de processos seletivos simplificados regulares e complementares, bem como treinamento des-

tes novos contratados. Tais fatos, associados a outros fatores, como a ocorrência de fortes chuvas no período de coleta e o elevado percentual de recusas, levaram ao atraso da coleta em relação à data final de encerramento programada para 30 de outubro de 2022. Essa dificuldade também ensejou o remanejamento de créditos de outras rubricas para melhorar a remuneração do recenseador.

Devido a tais dificuldades, foi necessário estender a coleta de campo para o início do exercício de 2023, com a consequente inscrição em restos a pagar de parte do orçamento de 2022. Em 04 de janeiro de 2023, a execução orçamentária do PI CENSO2020 encontrava-se em torno de 99,9%.

Itens de custeio e investimento do Plano de Trabalho no exercício 2022

Despesas	Empenhado 2022
Outras Despesas Correntes 3-ODC	2 273 689 656
Pessoal	1 733 537 573
Infraestrutura e Deslocamento	413 751 883
Disseminação da Informação	60 593 750
Tecnologia da Informação e Comunicação	42 924 525
Processo Seletivo Simplificado	22 881 925
Investimento 4-INV	18 436 743
Tecnologia da Informação e Comunicação	16 739 450
Infraestrutura e Deslocamento	1 666 266
Disseminação da Informação	31 027
Total Geral	2 292 126 399

Fonte: Tesouro Gerencial – extração em 01/01/2023.

Orçamento 2023

O orçamento necessário à finalização da coleta, em 2023, foi solicitado no PLOA 2023, em julho de 2022, com valor de R\$ 148 560 231 e, posteriormente, devido à alteração da data de encerramento da coleta para o início de 2023, foi solicitada uma emenda parlamentar no valor de R\$ 90 000 000 para a manutenção da infraestrutura operacional. Apesar desta solicitação, o texto do Orçamento 2023, no autógrafo encaminhado ao Congresso Nacional, disponibilizou um limite total de R\$ 233 873 573.

Itens de custeio e investimento do Plano de Trabalho no exercício 2023

Despesas por Grupo	LOA 2023 (R\$)
Outras Despesas Correntes 3-ODC	222 398 588
Pessoal Orc23	62 899 059
Infraestrutura e Deslocamento	59 987 993
Disseminação da Informação	49 392 600
Tecnologia da Informação e Comunicação	46 154 209
Acompanhamento e Gestão	3 411 059
Processo Seletivo Simplificado	553 667
Investimento 4-INV	11 474 985
Tecnologia da Informação e Comunicação	11 054 985
Disseminação da Informação	420 000
Total Geral	233 873 573

Fonte: Projeto de Lei n.32/2022 – CN, Mensagem n. 494/2022 – Volume IV.

Orçamento do Projeto Censo Demográfico

A tabela abaixo apresenta os valores orçamentários executados de 2018 até o ano de 2022, bem como a previsão orçamentária relativa ao ano de 2023.

Orçamento Censo Demográfico 2022

Tipo de despesa	Orçamento (R\$ milhões)						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Pessoal	-	19,2	108,6	117,3	1.621,4	63,5	1 930,1
Custeio	2,7	74,0	59,3	34,9	571,4	109,5	851,8
Investimento	0,2	139,2	47,8	14,4	40,0	11,5	253,1
Publicidade	-	3,0	6,2	2,5	60,0	49,4	121,1
Total Geral	2,8	235,4	222,0	169,1	2 292,9	233,9	3 156,1

Fonte: Coordenação Geral de Operações Censitárias - CGOC

Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE

O Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE é um **repositório de endereços de abrangência nacional** criado em 2005, a partir da sistematização dos dados coletados pelo Censo Demográfico 2000. Esse cadastro contempla informações sobre domicílios e estabelecimentos de todo o País. A cada Censo Demográfico ele é totalmente atualizado, mas existe um processo contínuo de atualizações pontuais, de acordo com demandas das demais pesquisas do IBGE. O CNEFE é atualizado segundo rotina e programação mensais para atender às pesquisas domiciliares amostrais do IBGE, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua e a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, entre outras.

As atividades do CNEFE, em 2022, dividiram-se em dois períodos: (i) entre janeiro e março, período em que foi possível atualizar setores em campo e em gabinete para a geração de dados para a coleta do Censo, sendo que, nesse período, foram atualizados **103,9 milhões de endereços**; e (ii) entre abril e dezembro, quando as atenções se concentraram na geração de dados para a operação censitária e posterior acompanhamento da Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios e dos trabalhos do Censo Demográfico 2022 em si, ações que se estenderam até o final do ano por causa do adiamento da coleta.

Banco de Dados Operacional - BDO

O Banco de Dados Operacionais - BDO é um sistema desenvolvido utilizando *software* livre, com a finalidade de adquirir e manter as informações necessárias para as fases de planejamento e preparo para a coleta do Censo, auxiliando em tarefas como: (i) definição das estruturas censitárias e os respectivos responsáveis; (ii) planejamento das vagas para contratação de pessoal; e (iii) definição do orçamento detalhado ao nível de setor censitário.

Além disso, foram desenvolvidos módulos específicos para o Censo 2022, como:

- Consolidação das bases de diversas unidades do IBGE, associando dados de orçamento, da Base Operacional Geográfica - BOG, percentual de questionários da amostra, entre outras, com a finalidade de carregamento prévio do Sistema de Administração de Pessoal Censitário - SAPC e do Sistema Integrado de Gerenciamento e Controle - SIGC, promovendo um nível de consistência e compatibilização entre essas bases;
- Automatização do ciclo de mudanças *on-line* das taxas de coleta e locomoção dos setores censitários para pagamento da produção dos recenseadores. Para tal fim, foi definido um fluxo de aprovação de mudanças contem-

plando a cadeia de comando nas SESs e um *link* de integração por meio de serviços *web* entre os sistemas BDO e SAPC; e

- Integração com o *hotsite* <https://censo2022.ibge.gov.br> para divulgação de informações atualizadas como endereços de atendimento dos Postos de Coleta e das Agências do IBGE, relatórios de acompanhamento com indicadores da coleta, simuladores de pagamento utilizando as taxas de produção e divulgação das atas das REPACS.

Além do auxílio nas atividades de planejamento e preparo do Censo 2022, o BDO atuou também no acompanhamento da operação de coleta por meio de processamento de informações vindas do SIGC e do SAPC com o intuito de fornecer relatórios e controles para as equipes envolvidas em diversos temas, tais como pagamento de treinamento e produção de recenseadores, consolidação de valores por itens contábeis e atualização diária do saldo financeiro disponível.

Estruturas territoriais

Para a operação censitária, foram produzidos insumos vetoriais e cadastrais referentes às malhas territoriais, à estrutura de setores censitários, aos polígonos das Áreas de Interesse Operacional e às estimativas de domicílios

ocupados que constam da **Base Operacional Geográfica - BOG**.

De modo a subsidiar o trabalho dos agentes de coleta, foram produzidos e distribuídos diversos arquivos GeoPDF de mapas, gerados a partir de um *plugin* criado para utilização na plataforma QGIS.

5 920

mapas municipais



10 908

mapas urbanos

995 882

mapas de Setores Censitários (1)

654

mapas de Terras Indígenas

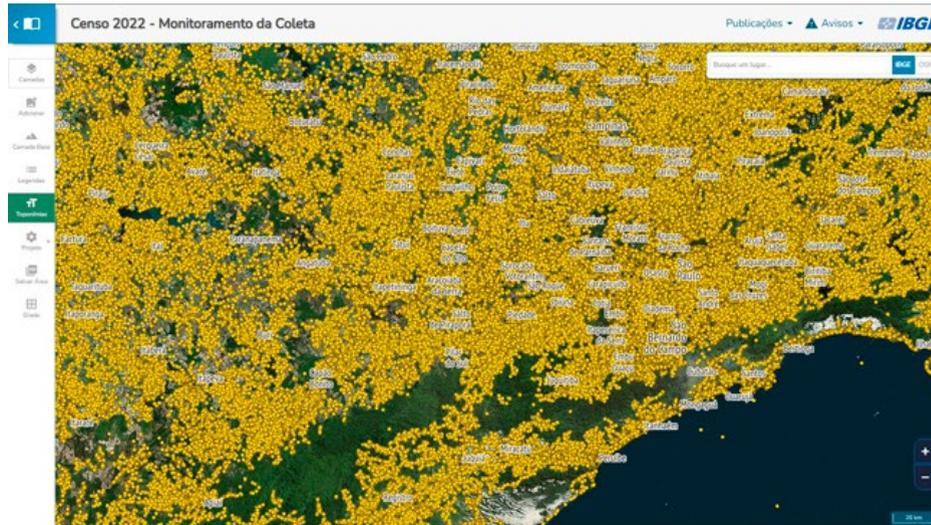
424

mapas de Territórios Quilombolas

Foram disponibilizados arquivos digitais para exibição nos **Dispositivos Móveis de Coleta**, utilizados pelos Recenseadores e Supervisores, **452 246 polígonos georreferenciados** com os limites dos Setores Censitários e 13 688 342 linhas georreferenciadas representando cada lado de cada quarteirão do País – que se associam às listagens dos endereços contidos, produzidas pelo **Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE**.

Destaca-se, também, a inédita implementação do **Monitoramento Geoespacial da Coleta - MGC**, suportado por ferramenta em plataforma QGIS, com múltiplos indicadores espaciais, adotados parcialmente na **Plataforma Geográfica Interativa - PGI**, que contempla uma série de camadas de referência inerentes aos insumos digitais e imagens de altíssima resolução aplicados na operação do Censo Demográfico, repercutindo como instrumentos fundamentais nos processos de **supervisão da coleta censitária em nível municipal**. Com o MGC, potencializou-se a atuação dos especialistas em geoprocessamento na avaliação dos paradados censitários, para análise de diversos aspectos da qualidade do dado censitário, de forma descentralizada e simultânea ao andamento da coleta em cada Unidade da Federação.

(1) Sendo dois mapas para cada setor, um com imagem de satélite ao fundo e outro sem a imagem.



Fonte: Agência IBGE Notícias.

Como iniciativa para aumentar a segurança operacional das equipes de campo, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado pelo IBGE com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN para o Censo Demográfico 2022, o IBGE encaminhou, por e-mail, os **alertas de riscos geo-hidrológicos de criticidade alta e muito alta** emitidos pela Sala de Situação do CEMADEN aos **Postos de Coleta** censitária possivelmente afetados. Em 2022, foram encaminhadas **145 mensagens** alertando sobre risco iminente de ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações, em áreas suscetíveis das regiões de trabalho – com recomendação de atenção às orientações das Defesas Cíveis locais. Ainda no âmbito desse acordo, o CEMADEN produziu dois relatórios com tendências meteorológicas para a Região da Amazônia, com o intuito de dar subsídio ao planejamento da coleta do Censo 2022.

Com a evolução das geotecnologias foi possível a incorporação dos geoserviços de imagens orbitais de altíssima resolução ao SIGC, bem como a sua aplicação ostensiva para delimitação de localidades rurais, além das estruturas associadas às tipologias de aglomerados subnormais, bases militares, alojamentos/acampamentos, agrupamentos indígenas, unidades prisionais, instituições de acolhimento de idosos e crianças, conventos e hospitais, agrovilas de projetos de assentamento e agrupamentos indígenas, e estimativas aproximadas de domicílios.

Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios

A **Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios** é um levantamento de informações sobre infraestrutura urbana realizado por observação e iniciado em período anterior à coleta domiciliar do Censo Demográfico 2022.

A pesquisa constituiu-se como fase importante para o reconhecimento do Setor Censitário, pois possibilitou ao técnico do IBGE percorrê-lo de maneira sistemática, para avaliar recentes **atualizações do mapa do setor e a identificação de logradouros**, bem como conhecer a realidade e os desafios do setor.

Os resultados dessa pesquisa fornecerão informações acerca da infraestrutura urbana do País, considerando temas como: acessibilidade; circulação de pessoas e veículos; drenagem pluvial; e equipamentos no espaço urbano. Os itens investigados são: capacidade de circulação da via; pavimentação da via; bueiro/boca de lobo; iluminação pública; ponto de ônibus/van; sinalização para bicicletas; calçada/passeio; obstáculo na calçada; rampa para cadeirante; e arborização.

A pesquisa manteve-se durante a operação censitária, no decorrer de 2022, sendo que parte dela (setores do entorno pós-coleta) será finalizada em 2023, junto com as demais etapas do Censo 2022.

Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios

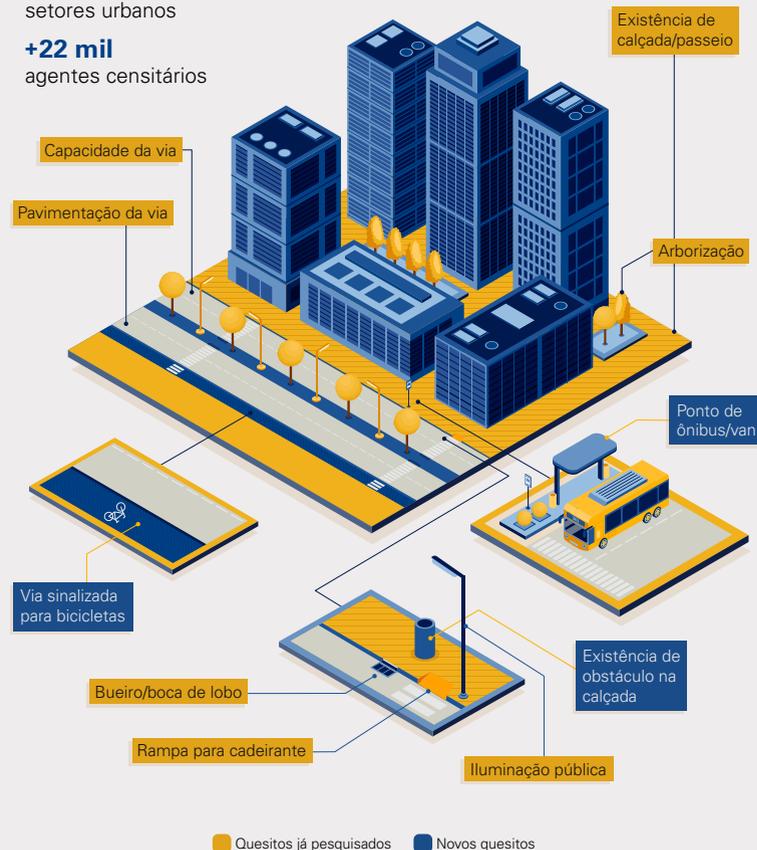
20 de junho a 12 de julho

326.643

setores urbanos

+22 mil

agentes censitários



Prévia da população dos Municípios

O IBGE divulgou, em 28 de dezembro de 2022, a prévia da população dos Municípios com base nos dados coletados pelo Censo Demográfico 2022 até o dia 25 de dezembro, que mostra que o Brasil chegou a **207 750 291 habitantes**.

A divulgação tem como objetivo cumprir a **Lei Complementar n. 91, de 22.12.1997** [↗](#), que cria a obrigação legal ao Instituto de fornecer, anualmente, o cálculo da população de cada um dos 5 570 Municípios do País para o Tribunal de Contas da União - TCU. Seguindo um modelo estatístico, o IBGE entrega um resultado prévio do ano de 2022, a partir dos **83,9% da população recenseada**, quando se atingiu a marca de **87,7 milhões de domicílios particulares recenseados**.

O IBGE estudou propostas para cumprir tal obrigação legal e, após análise da Comissão Consultiva do Censo Demográfico 2022, concluiu que o melhor modelo é o que utiliza os dados da operação censitária nos Municípios em que a coleta já havia terminado e uma combinação de dados coletados e estimativas para os demais Municípios.

A **Tabela - Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022** pode ser consultada no Portal do IBGE [em link específico](#) [↗](#) e foi publicada no Diário Oficial da União - DOU. E, com a finalidade de divulgar os resultados acompanhados das práticas adotadas, o IBGE disponibilizou **Nota Metodológica** [↗](#) a respeito.

Produção de informações estatísticas e geocientíficas

Valor: Retratar a realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil.

Valor: Garantir a integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais.

1

Ampliar a cobertura geográfica e temática das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos e promover consulta e participação da sociedade

2

Coordenar e promover o Sistema Estatístico Nacional e o Sistema Geocientífico Nacional

A Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas é uma linha de negócio basilar de competência do IBGE. O objetivo primordial dos processos contidos nessa linha de negócio é a produção e disseminação de informações e seus respectivos indicadores, aprimorando o conhecimento sobre a realidade territorial, socioeconômica e ambiental do País, contribuindo para a elaboração de diagnósticos mais precisos e para o monitoramento periódico mais eficiente das políticas públicas e programas de governo.

Em síntese, a produção estatística e geocientífica tem como principais valores gerados para a sociedade: a elaboração de um retrato das realidades física, ambiental, econômica e social do País; e a garantia da in-

tegridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais, como visto na **Cadeia de Valor do IBGE** [↗](#) e em seu Modelo de Negócios. Ademais, o IBGE busca transformar-se para atingir sua visão de futuro, por meio do estabelecimento de objetivos estratégicos. Destacam-se, aqui, os Objetivos Estratégicos 1 e 2, contidos no **Mapa Estratégico do IBGE** [↗](#).

O IBGE busca aprimorar as informações disponibilizadas à sociedade, sempre se pautando nos valores institucionais que são a base de sua estratégia: ética, integridade e profissionalismo; respeito à confidencialidade; imparcialidade e independência; qualidade e transparência; foco nas demandas da sociedade; respeito ao informante; e valorização dos talentos.

No âmbito das informações estatísticas, foram divulgados **225 resultados** cobrindo as áreas social, econômica e de multidomínio, que se desdobram em **25 temas**.

No âmbito das Geociências, as **35 informações produzidas** pelo IBGE, no exercício de 2022, dividiram-se entre os temas: Organização do território; Atlas; Métodos e documentos de referência; Informações ambientais; Posicionamento Geodésico; e Cartas e Mapas.

Serão abordadas, a seguir, as principais atividades e resultados de 2022. Cabe ressaltar, desde logo, que muitos resultados se referem a anos anteriores, mas que tiveram sua divulgação em 2022.

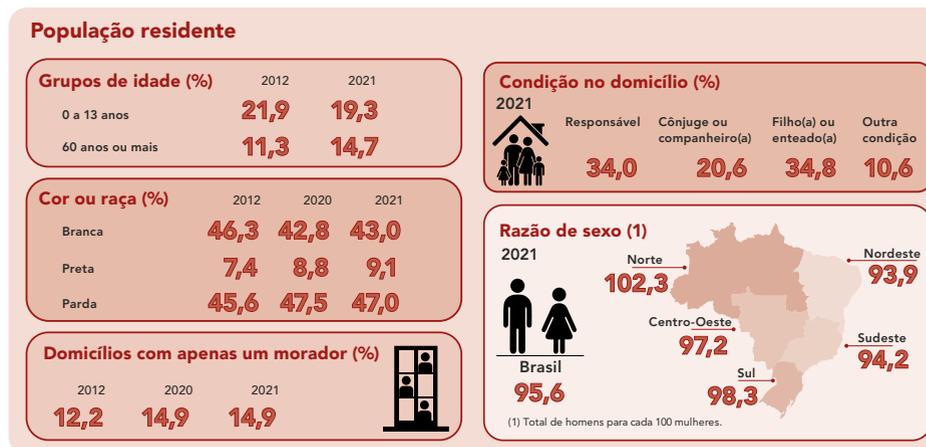
Estatísticas sociodemográficas

Para as estatísticas sociodemográficas, pode-se destacar os seguintes temas abordados nas pesquisas:

População

Características gerais da população

Compreende as informações sobre tamanho e estrutura (por idade e sexo), cor ou raça, distribuição da população, densidade e urbanização.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Componentes da dinâmica demográfica e estatísticas vitais

Abrange as informações sobre os níveis e características da fecundidade, migração e mortalidade da população, bem como sobre os nascimentos e óbitos.

Família

Envolve informações sobre as estruturas familiares e das unidades domésticas, seus padrões de organização (famílias reconstituídas, casais do mesmo sexo, casais que moram separados, crianças com dupla residência, famílias monoparentais e pessoas que moram sozinhas) e os ciclos de vida familiar (considerando a presença de crianças e jovens em diferentes faixas etárias, idosos e participação dos adultos membros no mercado de trabalho).

Nupcialidade

Compreende informações sobre os modelos de formação e dissolução dos arranjos conjugais, casamentos e divórcios, e as transformações econômicas e culturais que impactam sobre a nupcialidade da população brasileira.

Grupos populacionais específicos

Consiste nas estatísticas agrupadas por segmentos específicos da população a partir dos grupos geracionais (crianças, adolescentes, jovens e idosos), étnico raciais (indígenas, quilombolas, entre outros) ou regionais. Compreende também pessoas com deficiência.

Destaca-se a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**, que visa a acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

Temas e tópicos pesquisados ao longo do ano em determinada visita:

- Habitação;
- Características gerais dos moradores;

- Informações adicionais da força de trabalho;
- Outras formas de trabalho (afazeres domésticos, cuidados de pessoas, produção para o próprio consumo e trabalho voluntário);
- Trabalho de crianças e adolescentes; e
- Rendimentos de outras fontes.

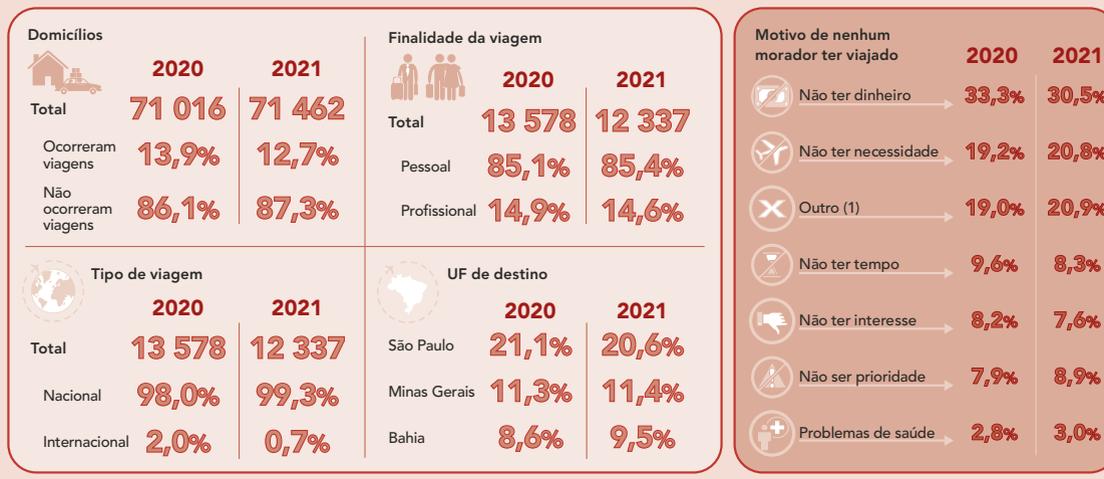
Temas e tópicos suplementares pesquisados em trimestres específicos do ano:

- Características gerais dos moradores 2020-2021;
- Turismo 2020-2021;
- Vitimização: Furtos e roubos 2021;
- Vitimização: Sensação de segurança 2021;
- Atenção primária à saúde 2022; e
- Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2021.

Turismo

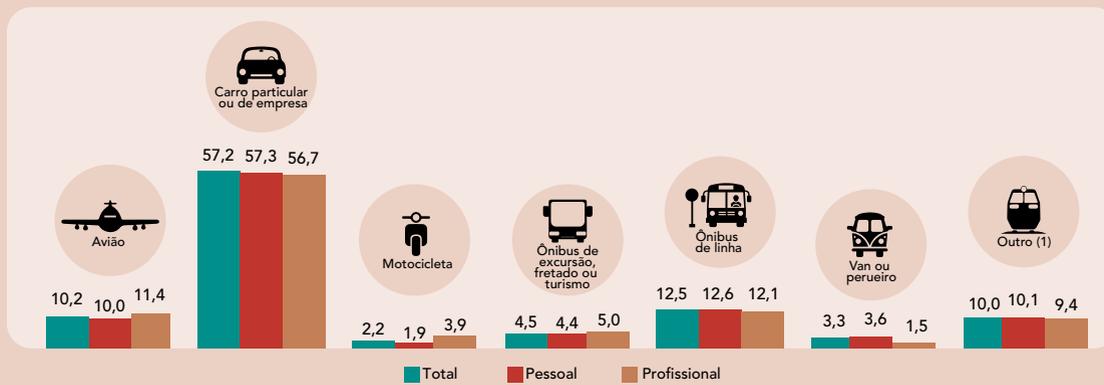
O módulo de Turismo da PNAD Contínua tem como objetivo quantificar os fluxos de turistas nacionais entre as diferentes regiões do País e para o exterior. Foram apurados gastos e características das viagens realizadas que, associados a outras variáveis que constam na pesquisa, incluindo o rendimento domiciliar *per capita*, permitem uma consistente avaliação sobre a demanda turística doméstica.

Viagens realizadas por moradores do domicílio particular permanente



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020-2021. (1) Inclui pessoas que responderam outro motivo, não gostar de viajar, não ter companhia.

Distribuição das viagens pessoais e profissionais, segundo o principal meio de transporte utilizado (%)

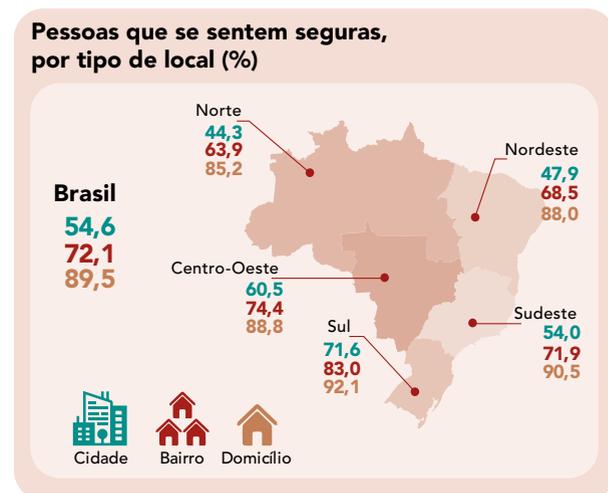


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021. (1) Inclusive os meios de transporte: carro alugado, navio ou barco e trem.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

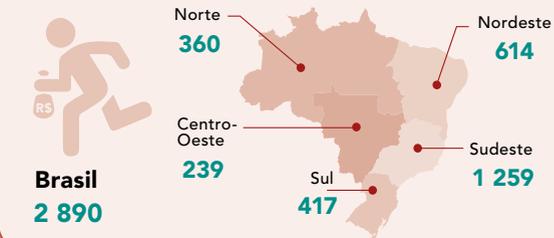
Segurança pública

O IBGE investigou, pela primeira vez, no quarto trimestre de 2021, o tema sensação de segurança junto a uma subamostra de moradores de 15 anos ou mais de idade, com o objetivo principal de avaliar a opinião das pessoas sobre as suas sensações de (in)segurança, cujos resultados foram divulgados em 2022.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.
Nota: Pessoas de 15 anos ou mais de idade.

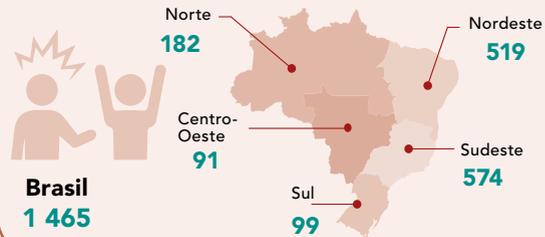
Domicílios em que pelo menos um morador foi vítima de furto (em milhares)



Taxa de procura pela polícia ou guarda municipal (1) (%)

	Furto	Roubo
Carro	80,3	91,0
Moto	84,9	82,5
Bicicleta	28,5	52,4
Domicílio	31,4	57,1
Fora do domicílio	44,8	57,9

Domicílios em que pelo menos um morador foi vítima de roubo (em milhares)



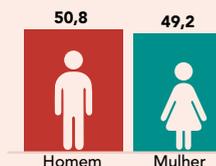
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

Nota: Nos últimos 12 meses.

(1) No último furto ou roubo sofrido.

Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade que foram vítimas de roubo (%)

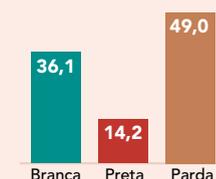
Sexo



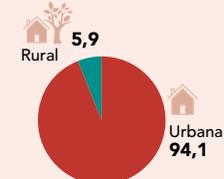
Grupos de idade



Cor ou raça (1)



Situação do domicílio



Nível de instrução

Sem instrução e fundamental incompleto	20,4
Fundamental completo e médio incompleto	18,2
Médio completo e superior incompleto	45,9
Superior completo	15,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

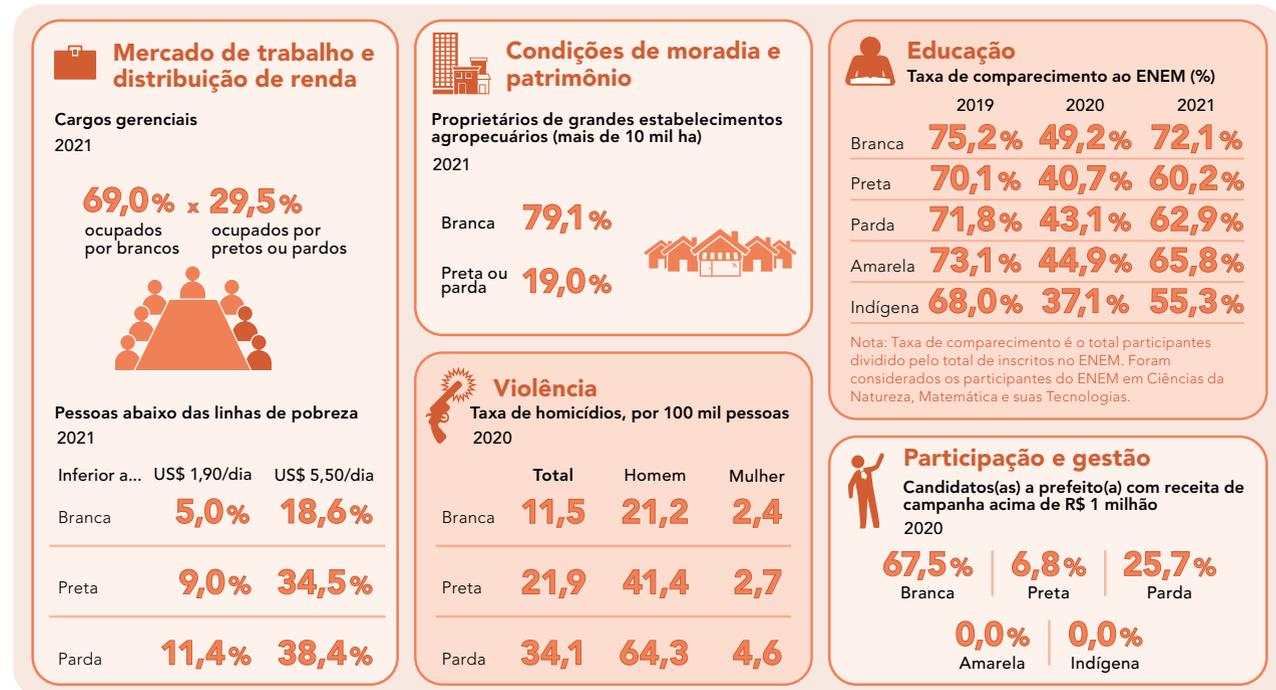
Nota: Nos últimos 12 meses.

(1) A categoria total para "cor ou raça" inclui as pessoas que se declararam indígenas, amarelas ou sem declaração.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Desigualdades sociais por cor ou raça

O IBGE divulgou o estudo *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil - 2ª edição*, realizado a partir da análise de indicadores em temas essenciais e relacionados à reprodução das condições de vida da população brasileira, como: mercado de trabalho e distribuição de renda; condições de moradia e patrimônio; e educação. O estudo inclui a avaliação de indicadores relativos à violência, à representação e ao ambiente político do Município. Nessa edição, buscou-se ampliar, quando possível, a desagregação populacional, trazendo resultados para brancos, pretos e pardos, por meio das pesquisas domiciliares, e incluir a investigação para amarelos e indígenas, a partir dos registros administrativos disponíveis. Procurou-se, também, aprofundar o estudo desses temas por meio de recortes regionais e de características populacionais específicas.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

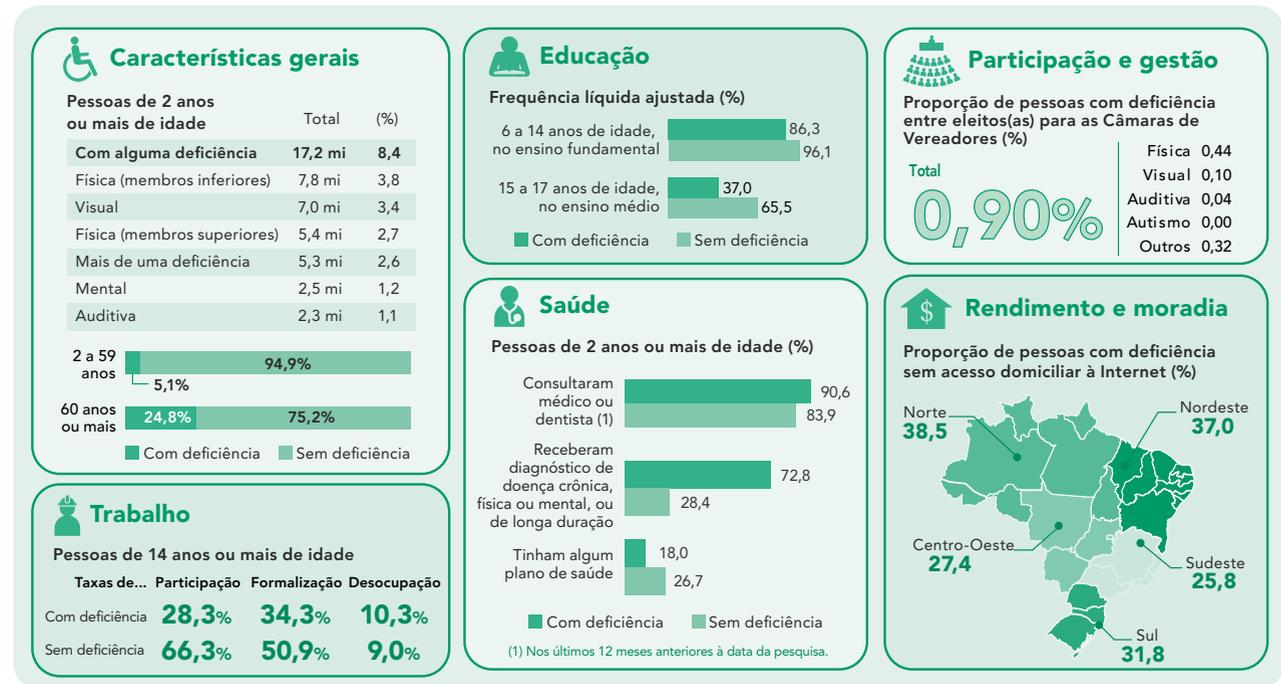
Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Pessoas com deficiência

O IBGE divulgou, pela primeira vez, o estudo *Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil*, que traz a caracterização sociodemográfica das pessoas com deficiência, abordando dimensões importantes para o bem-estar, como: Trabalho; Educação; Saúde; Participação e Gestão; e Rendimento e Moradia. A principal fonte de dados foi a *Pesquisa Nacional de Saúde - PNS* de 2019. Complementarmente, foram utilizadas a *Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC*, também do IBGE, e fontes externas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e do Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

Tábuas Completas de Mortalidade

Por fim, como resultado associado às características gerais da população, pode-se citar também: *Tábua Completa de Mortalidade para o Brasil - 2021*. Essas tábuas fornecem estimativas da expectativa de vida às idades exatas até os 80 anos, com data de referência em 1º de julho do ano anterior. Sua periodicidade é anual e sua abrangência geográfica é nacional, com resultados divulgados, por sexo e idade.



Fontes: 1. IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019 e Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2019. 2. Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).



Trabalho

Trabalho remunerado

Engloba as informações sobre força de trabalho e mercado de trabalho, abrangendo informações sobre a população na força de trabalho, ocupação, desocupação, posição na ocupação, horas trabalhadas; características do empreendimento ou negócio (atividade econômica, tamanho do empreendimento, existência de estabelecimento para funcionar); saúde e segurança no trabalho (acidentes e enfermidades ocupacionais); trabalho decente; e grupos vulneráveis, entre outros aspectos.

Outras formas de trabalho

Envolve as informações sobre as outras formas de trabalho (trabalho para o próprio consumo, trabalho voluntário, afazeres domésticos e cuidados de pessoas moradoras do próprio domicílio ou familiares residentes em outros domicílios).

Como fonte de informação, destaca-se a PNAD Contínua, que divulga informações conjunturais (mensais e trimestrais) e estruturais (anuais e variáveis). As informações conjunturais de periodicidade mensal abarcam um conjunto restrito de indicadores relacionados à força de trabalho e somente para o nível geográfico de Brasil (trimestres móveis), enquanto as de periodicidade trimestral contemplam indicadores relacionados à força de trabalho (trimestres convencionais) para todos os níveis de divulgação da pesquisa. As informações estruturais de periodicidade anual correspondem aos demais temas permanentes suplementares da pesquisa e indicadores complementares relacionados à força de trabalho.

Para acessar as informações acima e outras disponibilizadas pela PNAD Contínua, foi desenvolvido o [Painel PNAD Contínua](#), no âmbito do



Fonte: Painel PNAD Contínua.

convênio de Cooperação Técnica firmado entre o IBGE e o escritório da Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO) no Brasil.

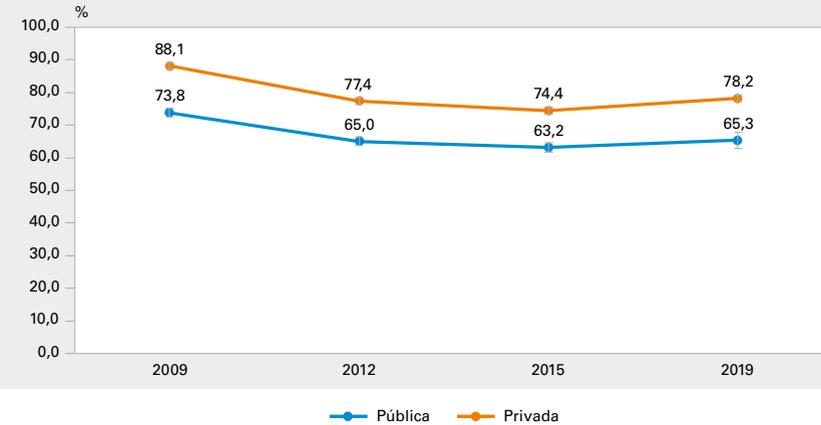
Educação

Compreende as informações sobre educação, abrangendo: condição de alfabetização; frequência à creche ou à escola; rede e área de ensino; grau de instrução; e gestão da educação, entre outros.

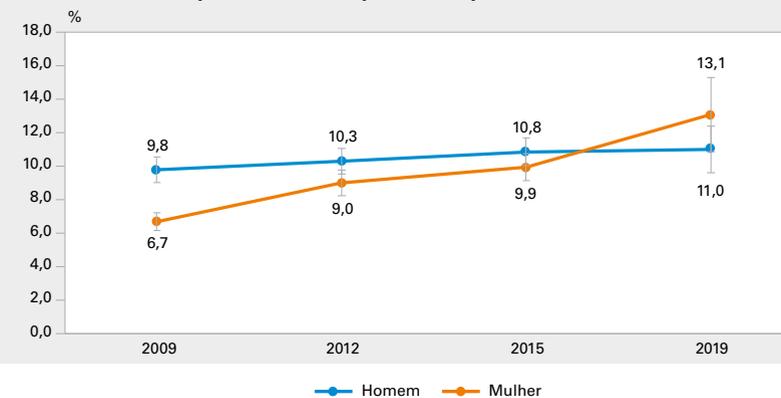
Destaca-se a *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - Análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental Municípios das Capitais 2009/2019*, que investiga informações que permitem conhecer e dimensionar os fatores de risco e proteção à saúde dos escolares. O IBGE analisa um conjunto de indicadores comparáveis dos diversos temas abordados pela pesquisa, desde a sua primeira edição, selecionando-se, para tanto, os escolares do 9º ano do ensino fundamental com frequência regular em escolas públicas e privadas dos Municípios das capitais.

A adoção desse público-alvo para análise, cabe destacar, foi motivada não somente por sua apreciação em todas as edições da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE, mas, também, por concentrar a faixa de interesse (13 a 15 anos de idade) preconizada pela Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO) para inquéritos de saúde escolar. É nesse grupo etário que se iniciam hábitos e atitudes desencadeadores da maioria das Doenças Crônicas Não Transmissíveis - DCNT que perduram por toda a vida, o que o torna especialmente singular.

Percentual de escolares do 9º ano do ensino fundamental que tomaram bebida alcoólica pela primeira vez antes de completar 14 anos, dentre os que tomaram um copo ou uma dose de bebida alcoólica alguma vez na vida, com indicação do intervalo de confiança de 95%, por dependência administrativa da escola Municípios das Capitais - 2009/2019



Percentual de escolares do 9º ano do ensino fundamental que usaram drogas alguma vez na vida, com indicação do intervalo de confiança de 95%, por sexo - Municípios das Capitais - 2009/2019

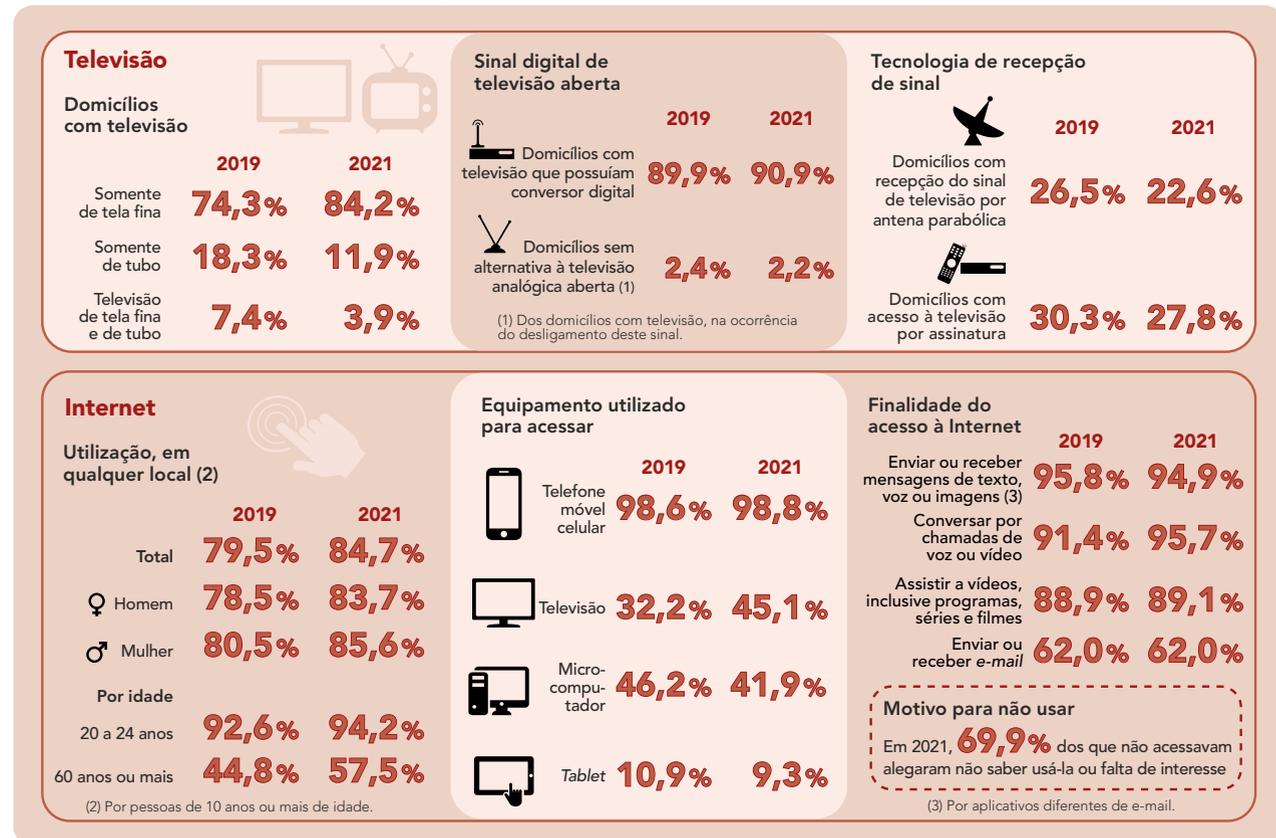


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009/2019.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#)

Habitação

Abrange as informações sobre habitação, englobando: tipo de domicílio; material utilizado na construção do domicílio (piso, parede); serviços de infraestrutura básica (abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino do lixo e iluminação elétrica) disponíveis no domicílio; urbanização e vizinhança; condição de ocupação; posse de bens duráveis; e gestão pública da habitação, entre outros aspectos.



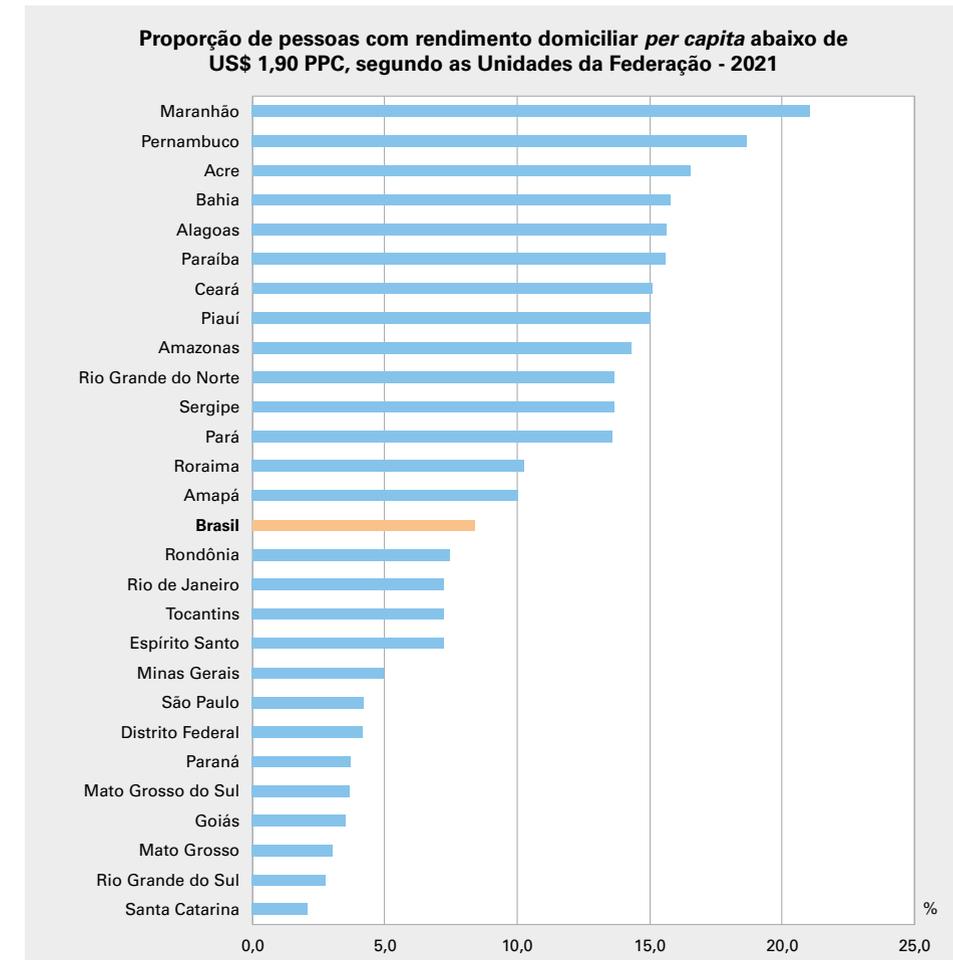
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2021.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#)

Saúde

Compreende as informações sobre saúde, abrangendo: morbidade e causas de mortalidade; acesso e utilização de serviços de saúde; gastos com saúde; estilo de vida (alimentação, tabagismo, consumo de álcool); nutrição (aquisição de alimentos, segurança alimentar e nutricional, avaliação nutricional); deficiência e capacidade funcional; infraestrutura e gestão da saúde; e conta-satélite da saúde, entre outros aspectos.

Destaca-se a *Síntese de indicadores sociais 2022*, publicação que reúne informações sobre as condições de vida da população brasileira, acompanhadas de comentários que destacam, para cada dimensão de análise, algumas das principais características observadas nos diferentes estratos populacionais. Seus indicadores ilustram a heterogeneidade da sociedade sob a perspectiva das desigualdades sociais e estão organizados em três capítulos nos quais se buscou salientar, complementarmente, os impactos da pandemia de COVID-19 sobre essas estatísticas. O capítulo **Estrutura econômica e mercado de trabalho** contempla o comportamento da economia no período mais recente e ressalta as principais desigualdades estruturais identificadas. O capítulo **Padrão de vida e distribuição de rendimentos** examina a dinâmica dos rendimentos no Brasil, no período de 2012 a 2021, fornecendo subsídios para o estudo de dimensões centrais na determinação das condições de vida: as desigualdades de rendimentos e a pobreza monetária. O capítulo **Condições de saúde**, por fim, aborda a evolução da mortalidade no Brasil e suas principais causas, segundo grupos populacionais específicos, com recortes por idade, sexo e cor ou raça.

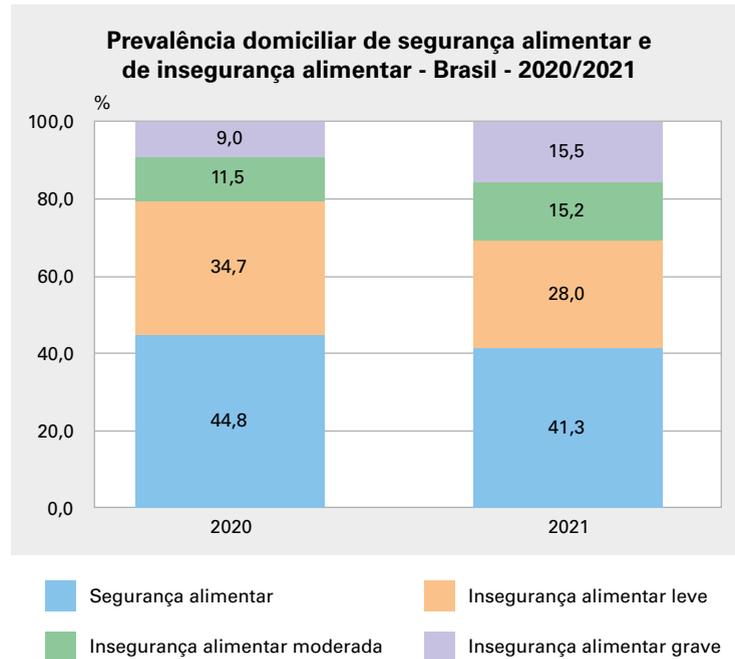


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

Notas: 1. Dados consolidados de quintas visitas.

2. Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

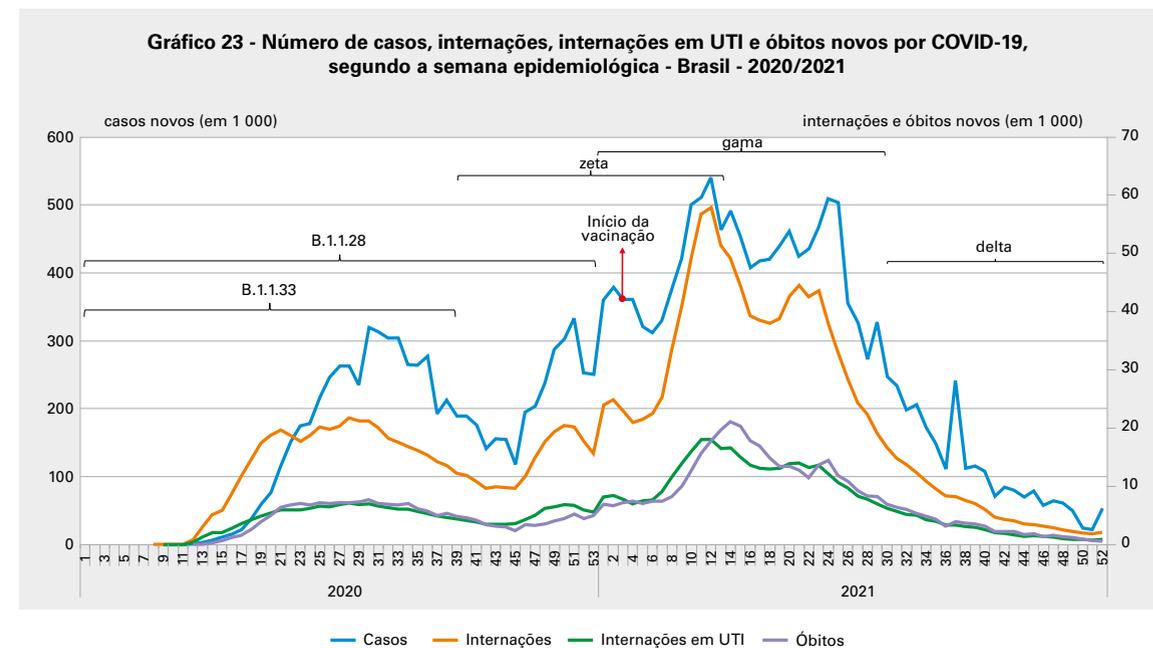
Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#)



Fonte: Rede PENSSAN, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil - VIGISAN 2020-2021.

Em relação ao **tópico específico relacionado à COVID-19**, observou-se que, entre 2020 e 2021, o Brasil registrou 22,3 milhões de casos de COVID-19 e mais de 600,0 mil mortos, sendo 7,7 milhões

de casos e aproximadamente 200,0 mil óbitos, em 2020, e 14,6 milhões e 420,0 mil, respectivamente, em 2021.



Fontes: 1. Ministério da Saúde, Painel coronavírus e Banco de dados de Síndrome Respiratória Aguda Grave - incluindo dados da COVID-19 (SRAG 2021/2022). 2. IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade 2010-2060, Revisão 2018.

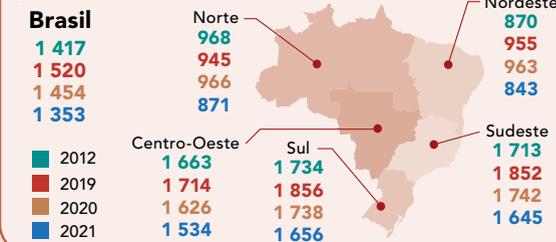
Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Rendimento, despesa e consumo

O tema compreende as informações sobre rendimento (monetário e não monetário), abrangendo: tipos e distribuição de rendimentos e despesas; transferências recebidas e pagas; padrões de consumo; posse de bens de consumo e duráveis; e orçamentos familiares, entre outros aspectos.

Para atender a tais objetivos, a PNAD Contínua foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes (como Rendimento de todas as fontes, Características gerais dos domicílios, Educação, Outras formas de trabalho, Cuidados de pessoas e Afazeres domésticos etc.).

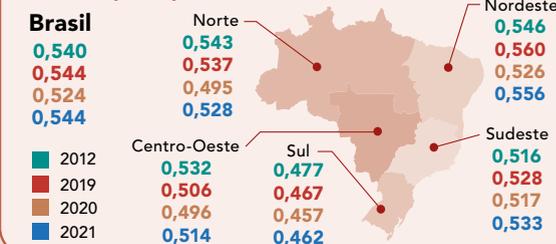
Rendimento médio mensal real domiciliar per capita (1) (R\$)



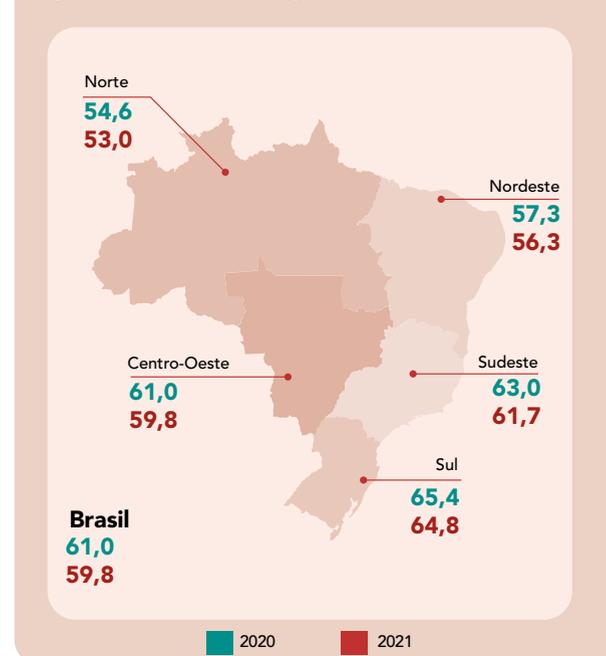
Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo o tipo de rendimento (%)

Tipo de rendimento	2012	2019	2020	2021
Todos os trabalhos (2)	75,7	74,4	72,8	75,3
Aposentadoria e pensão	16,5	18,7	17,6	18,2
Aluguel e arrendamento	2,3	2,4	1,5	1,7
Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	1,2	1,2	0,8	0,9
Outros rendimentos	4,4	3,4	7,2	4,0

Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar per capita (3)



Pessoas com rendimento na população residente, segundo as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020-2021.
Nota: Acumulado de quintas visitas.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021.
(1) A preços médios de 2021. (2) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade. (3) A preços médios do ano.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020-2021.
 Nota: Acumulado de quintas visitas.
 (1) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#)

Administração pública e participação político-social

Estrutura e gestão da administração pública

Envolve as informações sobre gestão da administração pública, a estrutura e a relação dos entes federados.

Participação política e conexões sociais

Informações sobre os instrumentos utilizados pelas pessoas para expressar seus interesses sociais, econômicos e políticos, abrangendo filiação a sindicatos, associação a órgãos de classe e comunitários e participação através do sistema de representação política, entre outros aspectos.

Para avaliar a administração pública, o IBGE realiza a **Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC** e a **Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC**, que perfazem um retrato abrangente de duas esferas administrativas.

A **ESTADIC** efetua periodicamente um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas estaduais, tendo como unidade de investigação o governo do Estado, por meio dos diversos setores que o compõem.

A pesquisa fornece informações variadas sobre a gestão pública estadual, incluindo: a legislação vigente e os instrumentos de planejamento existentes nessa esfera da administração; organização do governo estadual; composição do quadro de pessoal por vínculo empregatício, tanto na administração direta quanto na indireta; recursos financeiros utilizados para a gestão; políticas públicas setoriais no âmbito das áreas pesquisadas (habitação, transporte, agropecuária, meio ambiente etc.), entre outros aspectos.

A **MUNIC** é uma pesquisa institucional e de registros administrativos da gestão pública municipal e se insere entre as demais pesquisas sociais e os estudos empíricos dedicados a essa escala. Trata-se, basicamente, de um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo também diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal. Em 2021, a pesquisa investigou informações sobre perfil do gestor, recursos humanos, legislação e instrumentos de planejamento, educação, cultura, esporte, saúde e COVID-19.

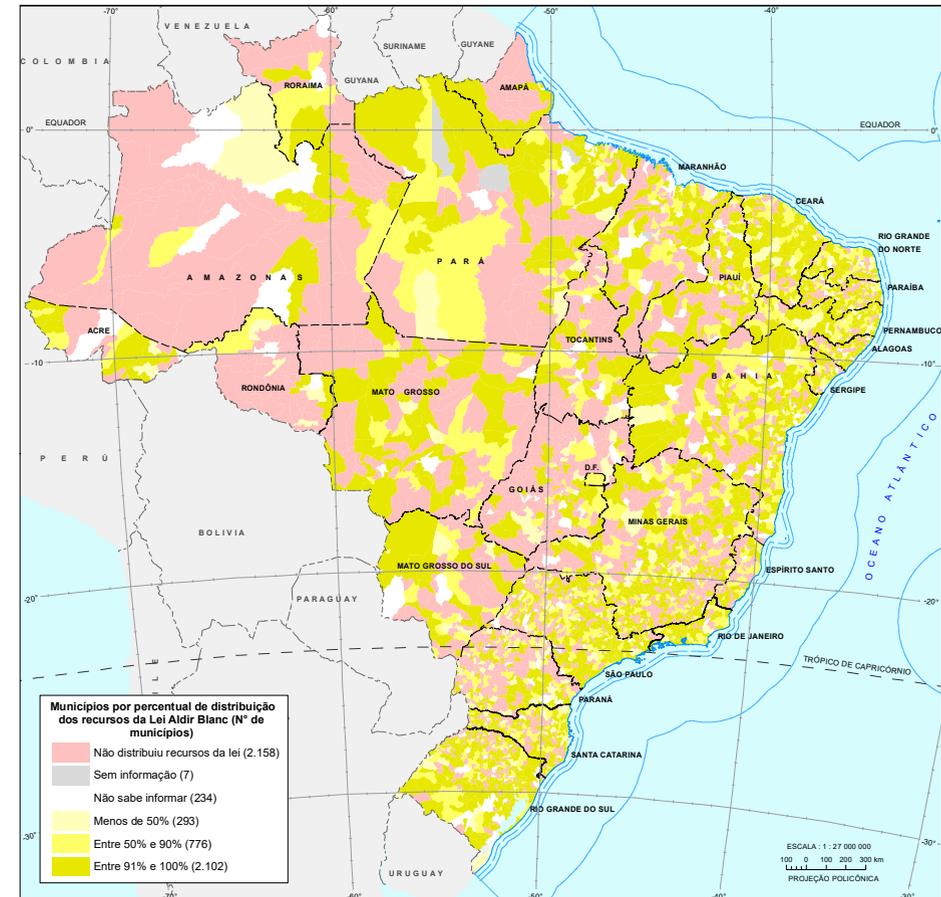


Municípios com Fórum Permanente de Educação - Brasil - 2021



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2021; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Municípios que distribuíram recursos previstos na Lei Aldir Blanc, por faixas de percentual de distribuição - Brasil - 2021



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2021. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2021; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#)



Estatísticas econômicas

Agricultura, pecuária e outros

Compreende as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, que pertencem à seção A da **Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0** [↗](#).

Para essa importante área da economia brasileira, o IBGE traça um grande painel do agro-negócio divulgando os resultados oriundos das seguintes pesquisas:

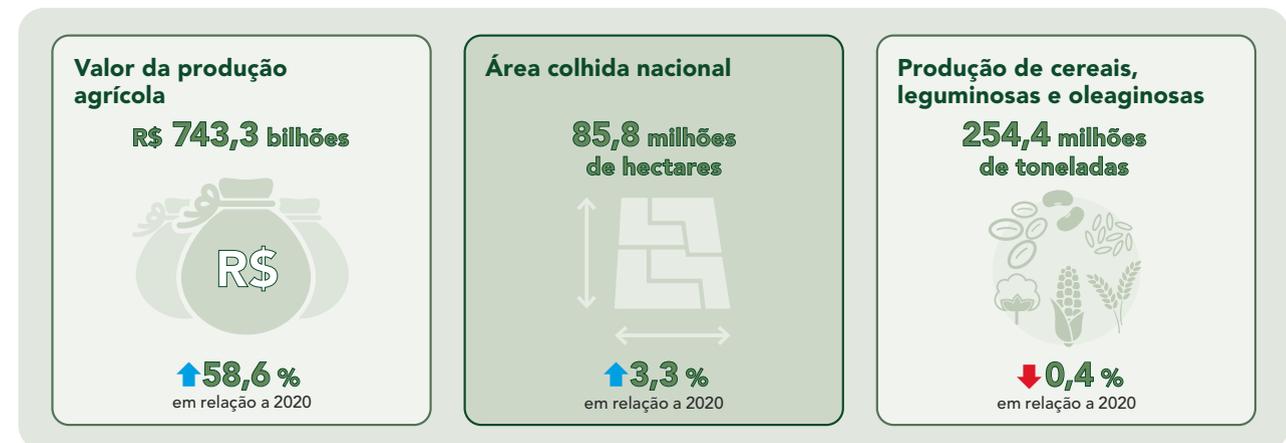
A **Pesquisa Trimestral do Abate de Animais**, a **Pesquisa Trimestral do Couro**, a **Pesquisa Trimestral do Leite** e a **Produção de Ovos de Galinha - POG**, que levantam dados trimestralmente, entre outros temas: da quantidade de animais abatidos e o peso total das carcaças, por espécie pesquisada; da quantidade de couro cru de bovino adquirida e curtida; da quantidade de leite fluido cru; e da variação da produção física de ovos de galinha, respectivamente, em âmbito nacional.

O **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA**, que fornece estimativas de área plantada, área colhida, quantidade produ-

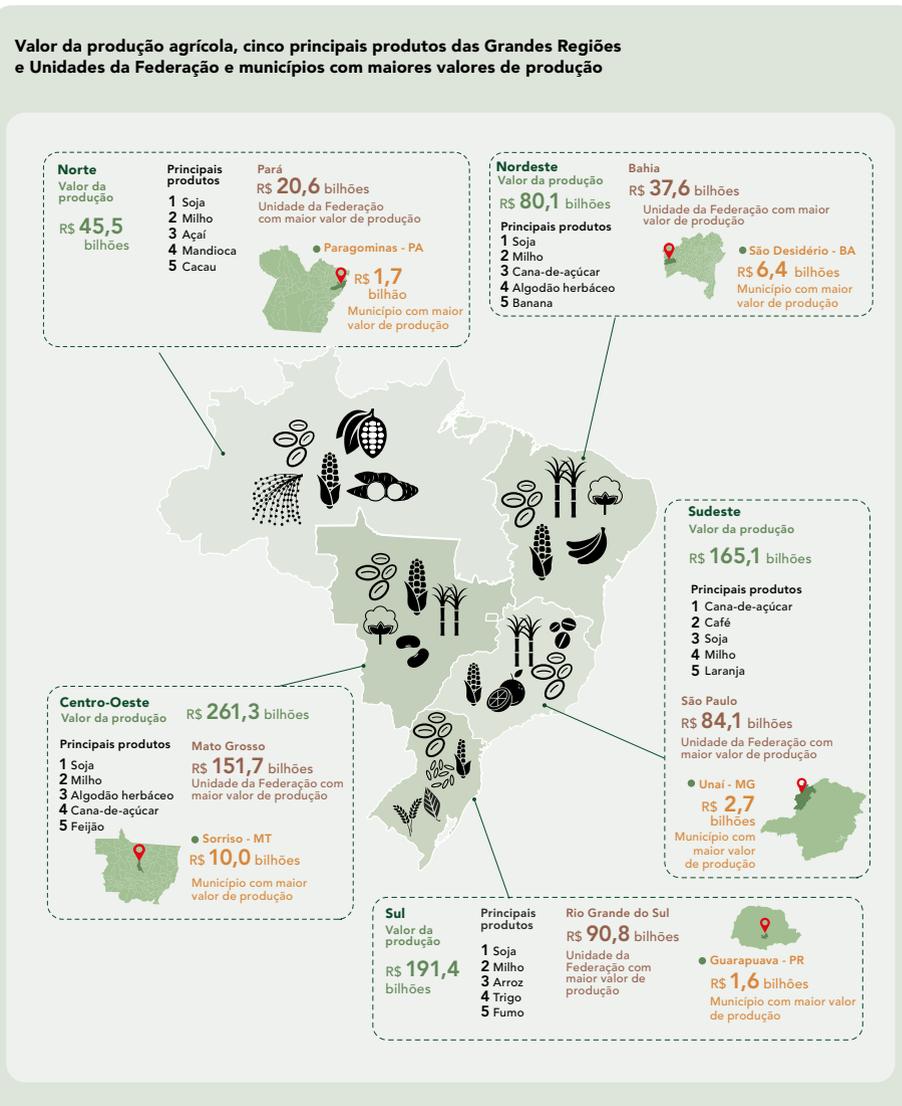
zida e rendimento médio de produtos selecionados com base em critérios de importância econômica e social para o País. Ele permite não apenas o acompanhamento de cada cultura investigada, desde a fase de intenção de plantio até o final da colheita, no ano civil de referência, como também o prognóstico da safra do próximo ano, para o qual é realizado o levantamento nos meses de outubro, novembro e dezembro.

A **Produção Agrícola Municipal - PAM**, que investiga um conjunto de produtos das lavouras temporárias e permanentes do País que se ca-

racterizam não apenas pela grande importância econômica que possuem na pauta de exportações, como também por sua relevância social, componentes que são da cesta básica do brasileiro, tendo como unidade de coleta o Município. A PAM é integrada ao LSPA, isto é, todos os dados referentes aos produtos agrícolas investigados pelo LSPA durante o ciclo da cultura migram automaticamente para a PAM em 31 de dezembro, o que constitui uma consolidação anual dos dados mensais obtidos por aquele levantamento.



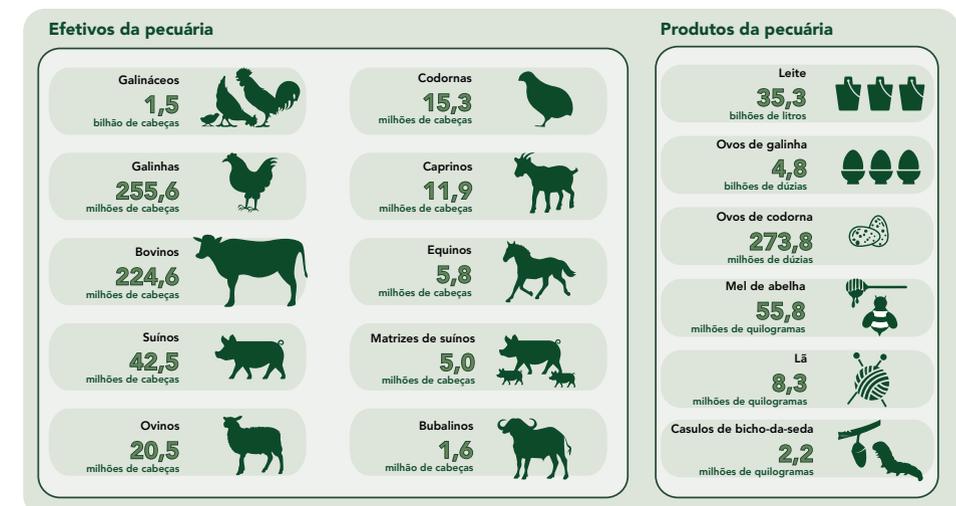
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Agropecuárias, Produção Agrícola Municipal 2021.



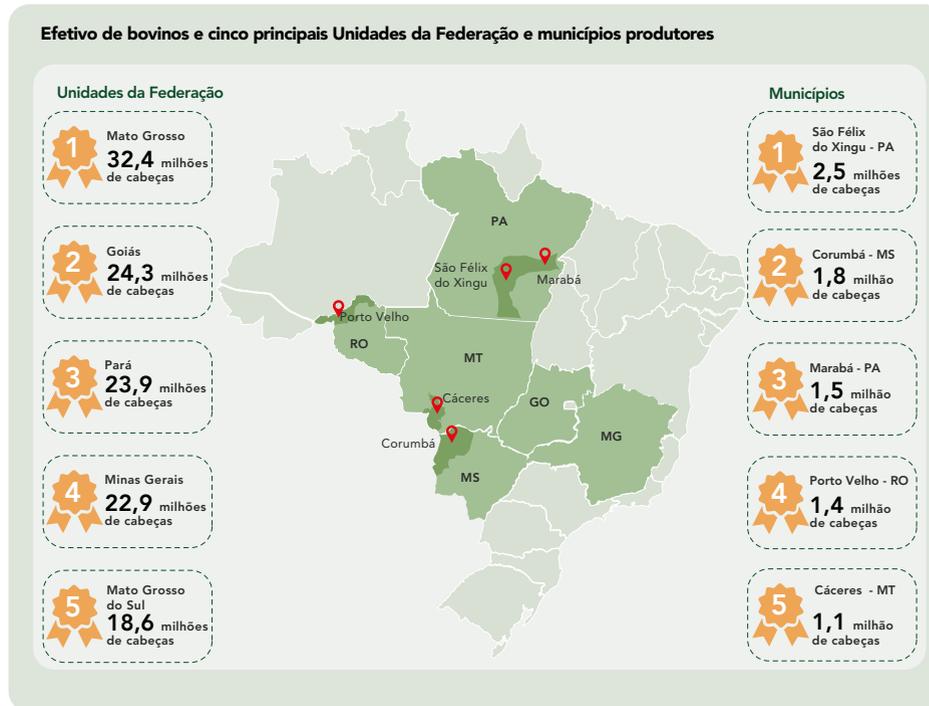
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Agropecuárias, Produção Agrícola Municipal 2021.

A **Pesquisa de Estoques**, que investiga informações sobre o volume e a distribuição espacial dos estoques de produtos agrícolas armazenáveis básicos e sobre onde é feita a sua guarda. Tem como unidade de coleta o estabelecimento que possui instalações ou unidades armazenadoras apropriadas e dedicadas à prestação de serviços de armazenagem ou à guarda de produtos agrícolas vinculados à sua atividade principal.

A **Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM**, que fornece informações sobre os efetivos da pecuária existentes no Município na data de referência do levantamento, bem como a produção de origem animal e o valor da produção durante o ano de referência. Os efetivos incluem bovinos, suínos, matrizes de suínos, galináceos, galinhas, codornas, equinos, bubalinos, caprinos e ovinos. A produção de origem animal, por sua vez, contempla: a produção de leite, ovos de galinha, ovos de codorna, mel, lã bruta e casulos do bicho-da-seda; as quantidades de vacas ordenhadas e ovinos tosquiados; e a aquicultura, que engloba as produções da piscicultura, carcinocultura e malacocultura.



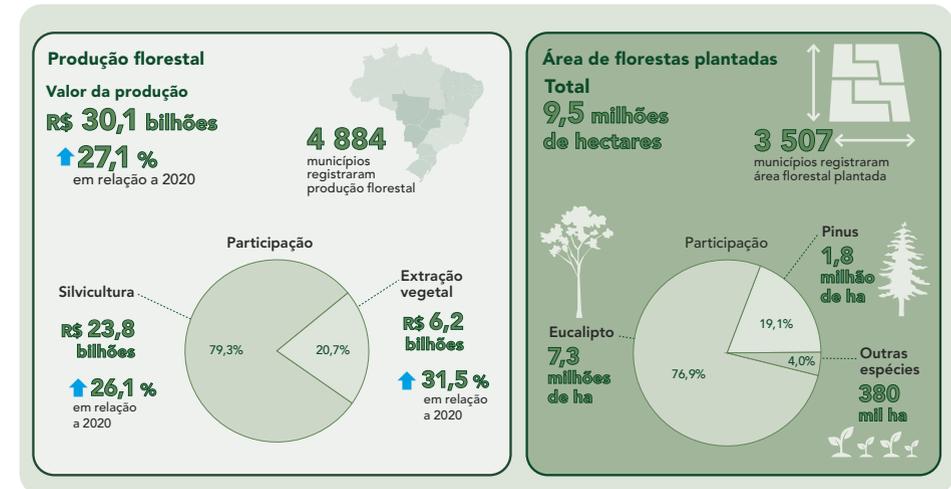
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Agropecuárias, Produção da Pecuária Municipal 2021.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Agropecuárias, Pesquisa da Pecuária Municipal 2021.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

A **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS**, que investiga informações sobre a quantidade e o valor da produção decorrente dos processos de exploração dos recursos vegetais nativos e dos maciços florestais plantados, tendo como unidade de coleta o Município. A área total existente e a área colhida de cultivos florestais também são objetos da pesquisa.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Agropecuárias, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2021.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Agropecuárias, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2021.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).



Indústria e construção

Este tema investiga as atividades das **indústrias extrativas, de transformação e da construção**, a partir de pesquisas que levantam informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos e emprego, entre outros aspectos das atividades específicas. As principais pesquisas que tiveram resultados divulgados para essa área foram:

A **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física - PIM-PF**, que produz indicadores de curto prazo, desde a década de 1970, relativos ao comportamento do produto real das indústrias extrativa e de transformação.

A **Pesquisa Industrial Anual - Empresa - PIA-Empresa**, que tem por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no País. Seus resultados constituem referência para a análise das atividades que compõem esse segmento e subsidiam o Sistema de Contas Nacionais nas estimativas de valor da produção, consumo intermediário, valor adicionado, formação de capital e pessoal ocupado.

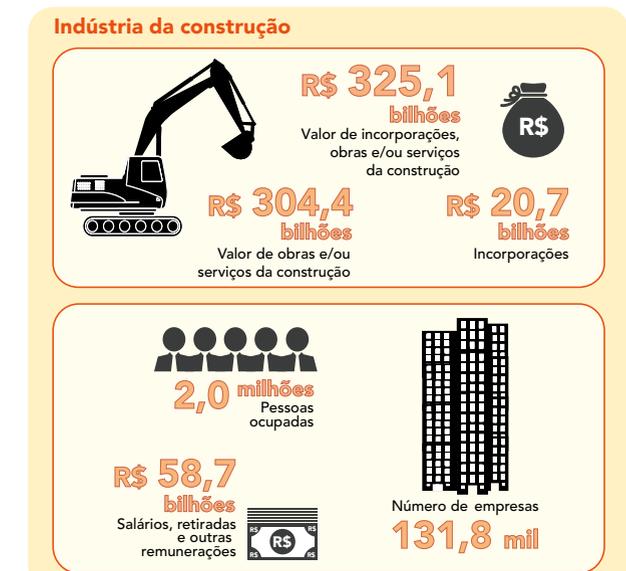
Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Resultados das empresas industriais



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Estruturais e Temáticas em Empresas, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2020.

A **Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC**, que identifica, anualmente, as características estruturais da atividade de construção e de suas transformações no tempo. As informações levantadas priorizam as estimativas do valor de incorporações, obras e/ou serviços da construção, da mão de obra ocupada e sua remuneração e dos investimentos em capital fixo, entre outras.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Estruturais e Temáticas em Empresas, Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2020.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

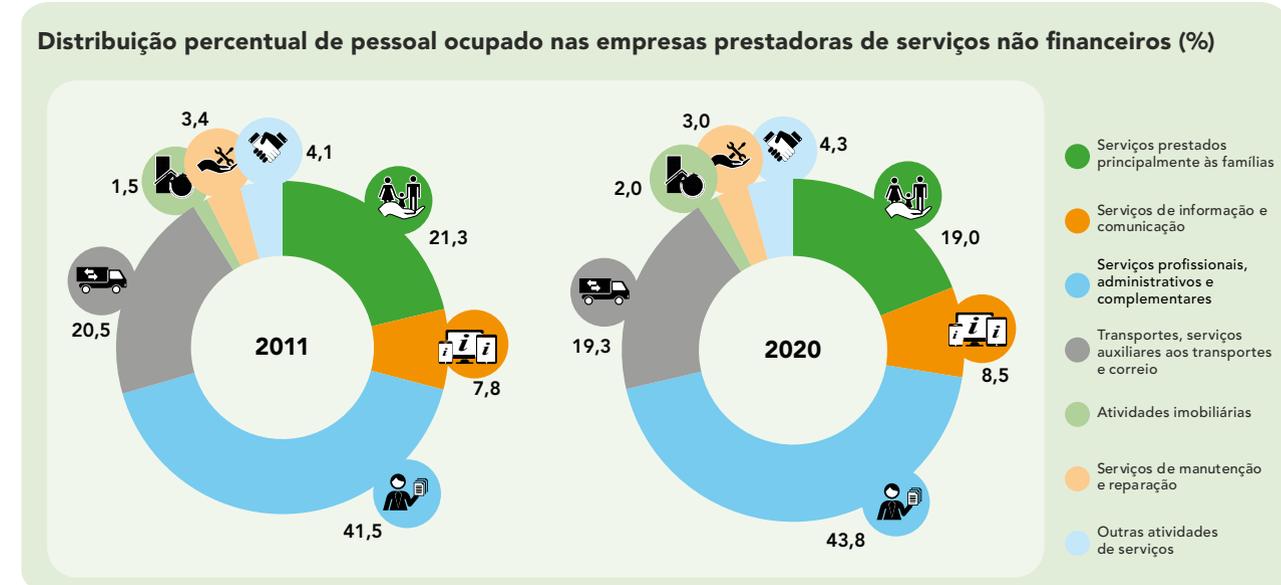
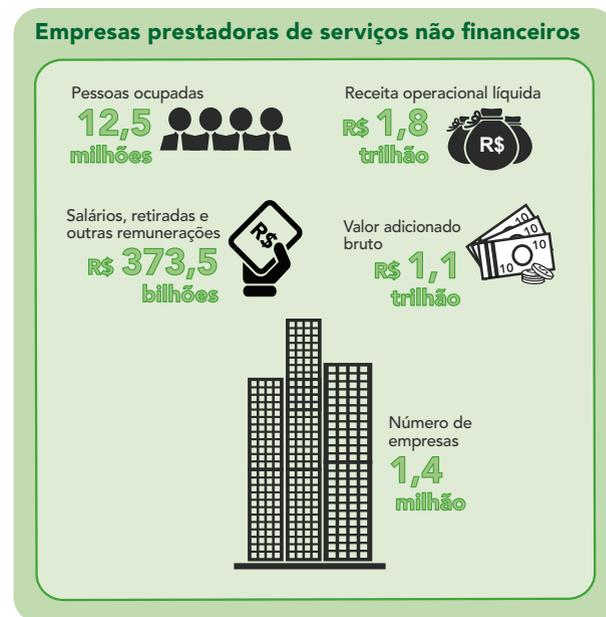
Serviços

O tema engloba as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades dos serviços que pertencem às seguintes seções da CNAE 2.0: H - Transporte, armazenagem e correio; I - Alojamento e alimentação; J - Informação e comunicação; L - Atividades imobiliárias; M - Atividades profissionais, científicas e técnicas; N - Atividades administrativas e serviços complementares; parte da seção R - Artes, cultura,

esporte e recreação; e S - Outras atividades de serviços. Os resultados divulgados desse tema são referentes às seguintes pesquisas:

A **Pesquisa Mensal de Serviços - PMS**, que produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços no País, investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas com 20 ou mais pessoas ocupadas que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação.

A **Pesquisa Anual de Serviços - PAS**, que levanta dados econômico-financeiros para conhecer detalhadamente o setor de serviços. Ela investiga anualmente empresas que atuam nos seguintes setores de serviços empresariais não financeiros: serviços prestados principalmente às famílias; serviços de informação e comunicação; serviços profissionais, administrativos e complementares; transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio; atividades imobiliárias; e serviços de manutenção e reparação, além de outras atividades de serviços.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Estruturais e Temáticas em Empresas, Pesquisa Anual de Serviços 2011/2020. Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#)

Comércio

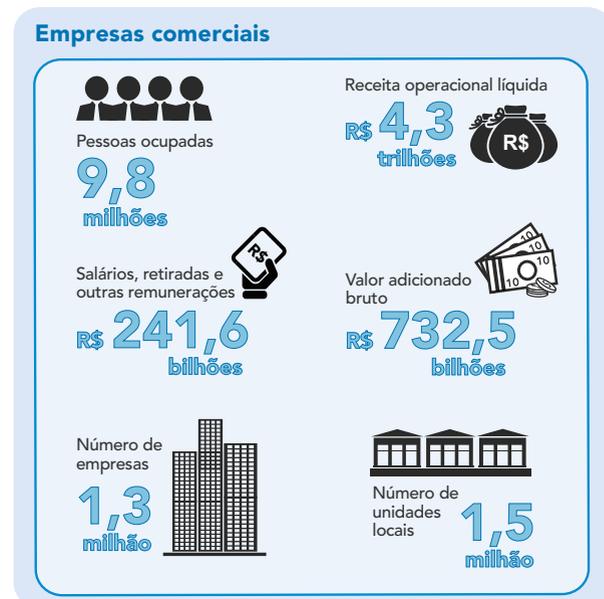
Tema que abrange as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades do comércio e de reparação de veículos automotores e motocicletas, que pertencem à seção G da CNAE 2.0.

A **Pesquisa Mensal de Comércio - PMC**, que produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no País, investigando a receita bruta

de revenda nas empresas formalmente constituídas com 20 ou mais pessoas ocupadas e cuja atividade principal é o comércio varejista e atividades de veículos, motocicletas, partes e peças e de material de construção, que incluem o ramo atacadista.

A **Pesquisa Anual de Comércio - PAC**, que constitui uma importante fonte de dados setoriais para compreender o comportamento do mercado sob a lógica da oferta, uma vez que as atividades comerciais empregam significativa parcela da população e contribuem, em grande medida, para a composição do Produto Interno Bruto - PIB.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Estruturais e Temáticas em Empresas, Pesquisa Anual de Comércio 2020.

Principais variações da receita operacional líquida nas atividades comerciais (%)

	2011	2020	Varição
Comércio por atacado de matérias-primas agrícolas e animais vivos	2,8	5,9	↑ 3,1
Hipermercados e supermercados	10,6	13,6	↑ 3,0
Comércio por atacado de produtos alimentícios, bebidas e fumo	7,5	8,5	↑ 1,0
Comércio de veículos automotores	10,6	5,1	↓ 5,5
Comércio varejista de tecidos, vestuário, calçados e armarinho	4,4	2,6	↓ 1,8
Comércio por atacado de combustíveis e lubrificantes	11,2	10,1	↓ 1,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Estruturais e Temáticas em Empresas, Pesquisa Anual de Comércio 2011/2020.



Preços e custos

Abrange as informações sobre as variações de preços dos bens e serviços produzidos na economia, englobando índices de preços ao consumidor, índices de preços ao produtor, e, ainda, comparações internacionais, visando a mensuração das paridades de poder de compra e os níveis correspondentes de preço e volume do Produto Interno Bruto - PIB, entre outros aspectos. Compreende, também, as informações sobre custos e índices da construção civil. O tema é composto pelas seguintes pesquisas que tiveram seus resultados divulgados:

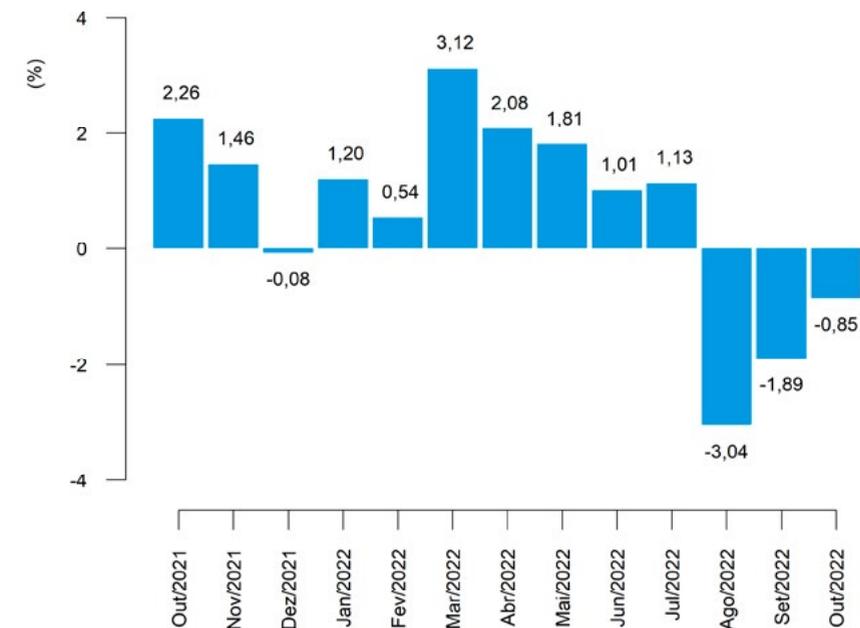
O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, produzido contínua e sistematicamente pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, que tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referente ao consumo pessoal das famílias. Essa faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura de 90% das famílias pertencentes às áreas urbanas de cobertura do SNIPC.

Esse índice de preços tem como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionárias de serviços públicos e internet e sua coleta estende-se, em geral, do dia 01 a 30 do mês de referência.

O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC**, também produzido contínua e sistematicamente pelo SNIPC, tem por objetivo a correção do poder de compra dos salários, por meio da mensuração das variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com mais baixo rendimento. Essa faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura populacional de 50% das famílias cuja pessoa de referência é assalariada e pertencente às áreas urbanas de cobertura do SNIPC.

O **Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação - IPP**, cujo âmbito são as indústrias extrativas e de transformação, que tem como principal objetivo mensurar a mudança média dos preços de venda recebidos pelos produtores domésticos de bens e serviços, bem como sua evolução ao longo do tempo, sinalizando as tendências inflacionárias de curto prazo no País. Constitui, assim, um indicador essencial para o acompanhamento macroeconômico e, por conseguinte, um valioso instrumento analítico para tomadores de decisão, públicos ou privados.

Variação (%) no Índice de Preços ao Produtor, segundo as Indústrias Extrativas e de Transformação, Brasil, Out/2021 - Out/2022, Base: mês imediatamente anterior



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Conjunturais em Empresas.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#)



O **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI**, que tem por objetivo a produção de séries mensais de custos e índices para o setor habitacional e de séries mensais de salários medianos de mão de obra e preços medianos de materiais, máquinas, equipamentos e serviços da construção para os setores de saneamento básico, infraestrutura e habitação. O Sistema é uma produção conjunta do IBGE e da Caixa Econômica Federal - CEF, realizada por meio de acordo de cooperação técnica, cabendo ao Instituto a responsabilidade da coleta, apuração e cálculo, enquanto à CEF a definição e manutenção dos aspectos de engenharia, tais como projetos, composições de serviços etc. As estatísticas do SINAPI são fundamentais na programação de investimentos, sobretudo para o setor público. Os preços e custos auxiliam na elaboração, análise e avaliação de orçamentos, enquanto os índices possibilitam a atualização dos valores das despesas nos contratos e orçamentos.

Contas nacionais

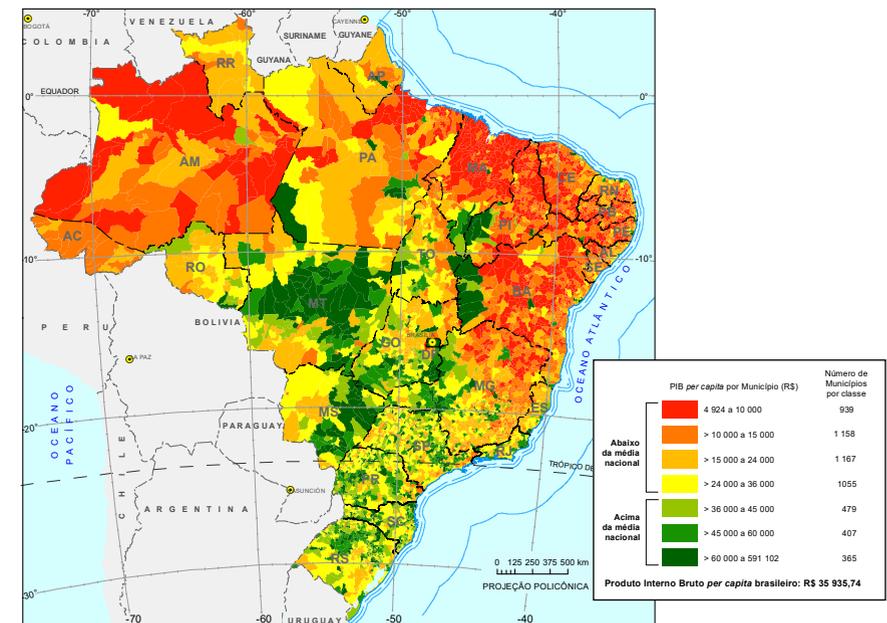
Tema que compreende as informações sobre geração, distribuição e uso da renda no País, acumulação de ativos não financeiros e relações entre a economia nacional e o resto do mundo, abrangendo indicadores como **Produto Interno Bruto - PIB**, *PIB per capita*, e Renda Nacional Bruta, entre outros aspectos. Tem como referências metodológicas as recomendações internacionais sobre a compilação de dados econômicos expressas no manual *System of National Accounts - SNA*. Compreende, também, Contas Regionais e PIB dos Municípios. Os resultados divulgados foram referentes às seguintes fontes de informação:

O **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais - SCNT**, que apresenta os valores correntes e os índices de volume (1995=100), trimestralmente, para o PIB a preços de mercado, impostos sobre produtos, valor adiciona-

do a preços básicos, consumo pessoal, consumo do governo, formação bruta de capital fixo, variação de estoques, exportações e importações de bens e serviços.

O **Produto Interno Bruto dos Municípios**, que é uma operação estatística para que o IBGE, em parceria com os órgãos estaduais de estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, divulgue as estimativas do PIB dos Municípios.

PIB per capita 2020



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#)

O **Sistema de Contas Nacionais - SCN**, que apresenta informações sobre a geração, a distribuição e o uso da renda no País. Há, também, dados sobre a acumulação de ativos não financeiros, patrimônio financeiro e sobre as relações entre a economia nacional e o resto do mundo. São apresentados comentários analíticos sobre os principais destaques, ilustrados graficamente e traçando comparações em relação ao ano anterior e, para alguns indicadores, também em relação a 2000, ano de início da série, fornecendo, assim, uma síntese do desempenho da economia brasileira no período.

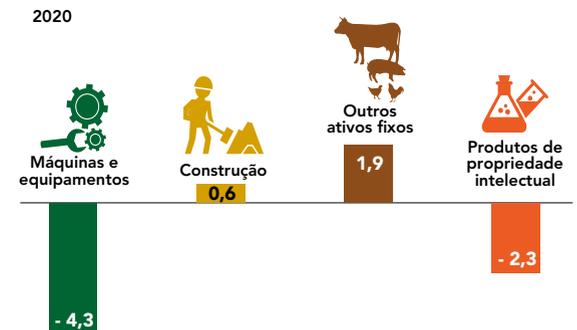
Foram publicados, ainda, no caso das contas nacionais: **Sistema de Contas Regionais**, **Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo** e **Contas Econômicas Ambientais de Energia**.

Enquanto estatísticas experimentais, foram divulgadas: a) **Tabelas de Recursos e Usos por Unidades da Federação: Matrizes da conta de produção 2018** e b) **Contas de Ecossistemas: Valoração do serviço do ecossistema de provisão de água azul 2013-2017**.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Varição em volume dos componentes da formação bruta de capital fixo (%)



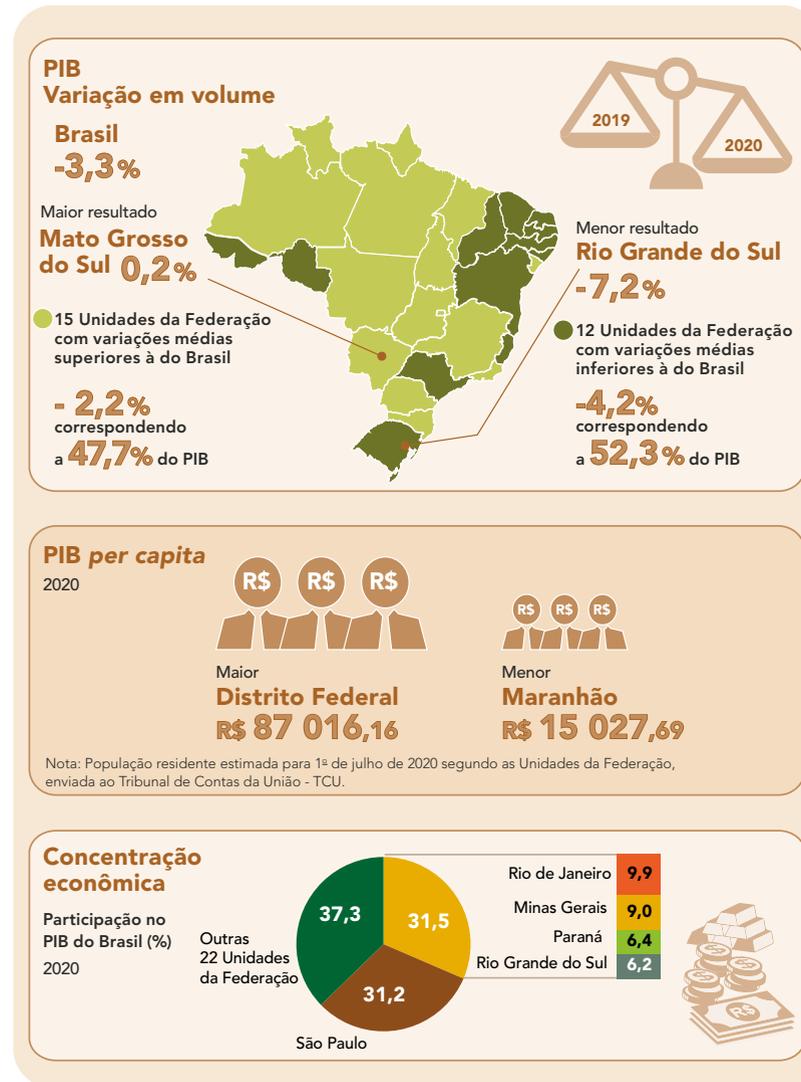
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#)



O **Sistema de Contas Regionais - SCR**, por sua vez, fornece estimativas do Produto Interno Bruto - PIB de cada unidade da Federação, pelas óticas da produção e da renda, coerentes, comparáveis entre si e compatíveis com o Sistema de Contas Nacionais do Brasil.

Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo, apresentam estatísticas sobre as finanças públicas do governo geral – setor institucional que compreende todas as unidades de governo (central, estaduais e municipais) e os fundos de previdência social por elas controlados – referentes a 2021. A parceria tem o propósito de promover o intercâmbio e o compartilhamento de informações contábeis e fiscais entre as bases de dados dessas instituições, por meio da harmonização de classificações, conceitos e procedimentos e da definição de parâmetros para produção, manutenção e utilização harmonizada e integrada das fontes de dados, visando não apenas a compatibilização conceitual de tais fontes, como a racionalização da aplicação de recursos públicos na geração e manutenção das referidas bases.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Outras estatísticas econômicas

Estatísticas do Cadastro Central de Empresas

O **Cadastro Central de Empresas - CEMPRE** reúne informações cadastrais e econômicas de empresas e outras organizações presentes no Território Nacional inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, e de suas respectivas unidades locais. A atualização do CEMPRE é realizada, anualmente, a partir das informações do IBGE provenientes das pesquisas estruturais (Comércio, Construção, Indústria e Serviços) e do Sistema de Manutenção Cadastral do Cadastro Central de Empresas - SIMCAD, bem como de registros administrativos da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, como a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, que estão sendo substituídos gradativamente pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial.

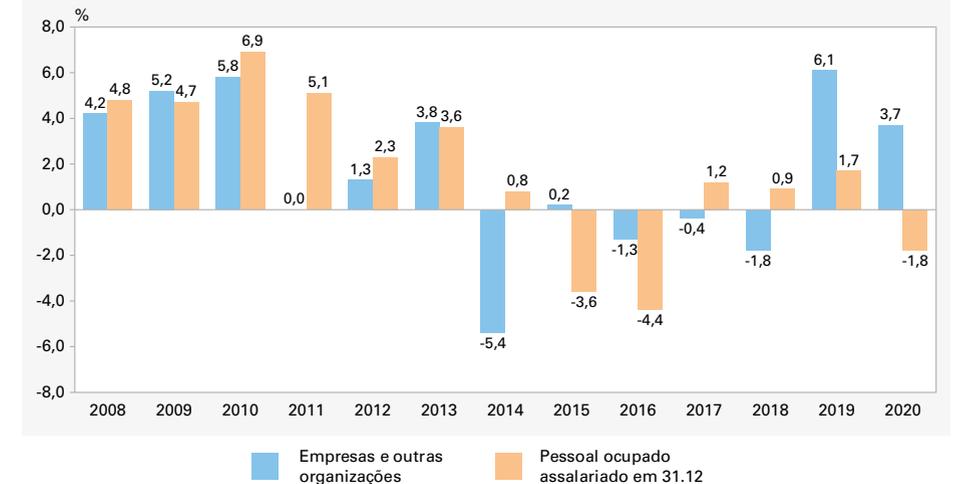
Na publicação, constam informações das organizações formais ativas no País, tais como: número total de empresas e outras organizações ativas; pessoal ocupado total; pessoal ocupado assalariado; salários e outras remunerações e salário médio mensal, segundo a atividade econômica, de acordo com a CNAE 2.0; e porte, segundo faixas de pessoal ocupado total e distribuição geográfica. A temática conta ainda com estatísticas de comércio exterior, apresentando a participação no CEMPRE do número de empresas exportadoras/importadoras e do seu pessoal ocupado assalariado, segundo a atividade econômica e o porte.

Empresas e outras organizações, pessoal ocupado total e assalariado e salários e outras remunerações e salário médio mensal, segundo as faixas de pessoal ocupado total - Brasil - 2020

Faixas de pessoal ocupado total	Empresas e outras organizações		Pessoal ocupado em 31.12				Salários e outras remunerações (1 000 R\$)		Salário médio mensal (R\$)
			Total		Assalariado		Absoluto	Relativo (%)	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)			
Total	5 434 091	100,0	52 696 808	100,0	45 389 566	100,0	1 805 532 742	100,0	3 043,81
0 a 9 pessoas	4 829 428	88,9	11 670 673	22,1	5 539 376	12,2	116 851 823	6,5	1 520,95
10 a 49 pessoas	517 161	9,5	9 388 346	17,8	8 336 907	18,4	199 695 556	11,1	1 857,90
50 a 249 pessoas	67 635	1,2	6 719 859	12,8	6 619 021	14,6	221 548 777	12,3	2 605,13
250 pessoas ou mais	19 867	0,4	24 917 930	47,3	24 894 262	54,8	1 267 436 586	70,2	3 913,94

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastros e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2020.

Varição relativa anual do número de empresas e outras organizações e do pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2008-2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastros e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2007-2020.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#)

Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo

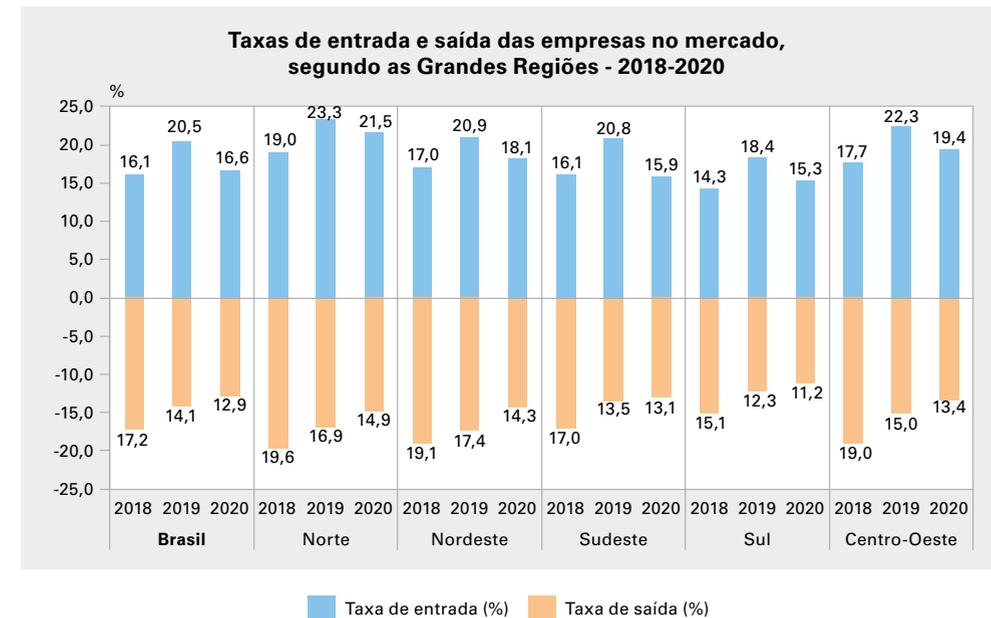
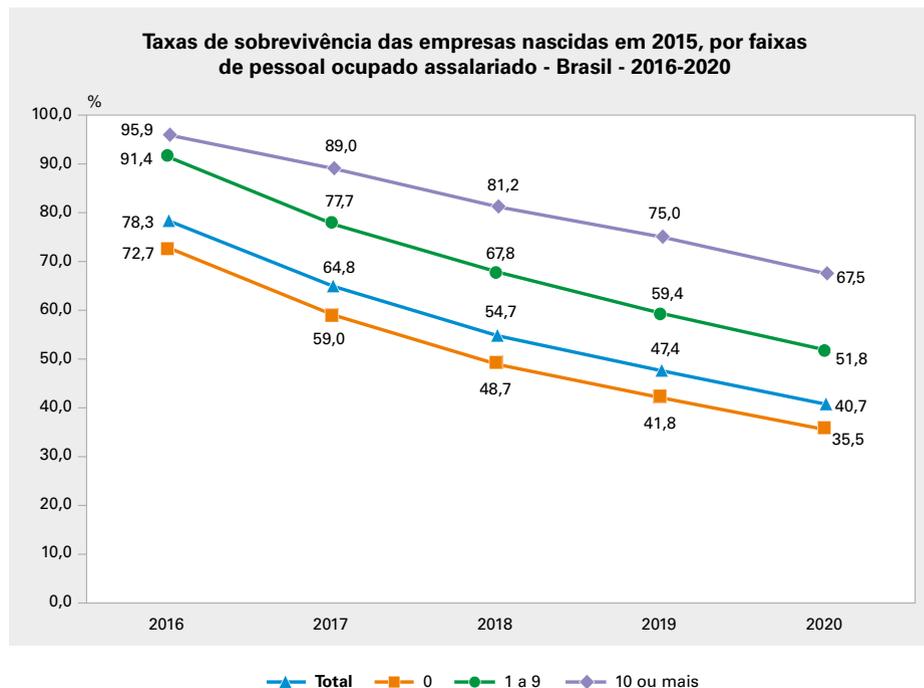
A presente temática tem como objetivo apresentar a dinâmica demográfica das empresas formais brasileiras e as estatísticas de empreendedorismo a partir dos conceitos definidos nos documentos *EUROSTAT-OECD manual on business demography statistics* e *Measuring entrepreneurship: a collection*

of indicators, ambos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD), com base nas informações do Cadastro Central de Empresas - CEMPRES, do IBGE.

A análise dos resultados referentes à demografia apresenta as taxas de entrada, saída e sobrevivência, segundo o porte e a atividade

econômica das empresas. Para as unidades locais, também se avalia resultados regionais.

Quanto ao empreendedorismo, a análise destaca a importância das empresas de alto crescimento na geração de postos de trabalho assalariados formais e sua participação no valor adicionado bruto, na produtividade do trabalho e na receita líquida em relação àquelas com dez ou mais pessoas assalariadas em 2020.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastros e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2015-2020.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastros e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2012-2020.
Nota: A classificação por faixa de pessoal ocupado assalariado refere-se ao ano de nascimento (2015).

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#)

Organização do Território

Estrutura territorial

O conjunto de informações mantém o compromisso do IBGE com a atualização da estrutura territorial e da Divisão Político-Administrativa do Brasil - DPA. O quadro ao lado demonstra a atualização transcorrida entre 2021 e 2022.

Em virtude da coleta do Censo Demográfico, durante 2022, as atualizações das representações das estruturas territoriais se limitaram ao acompanhamento da evolução da Divisão Político-Administrativa informada ao IBGE até a data de referência metodológica do Censo. Os valores negativos nas variações, em comparação com o ano anterior, são relativos a reclassificações ou extinções de unidades administrativas municipais.

Anualmente, o IBGE realiza a publicação dos recortes territoriais legais, que configuram áreas administrativas definidas por legislação ou atos normativos de outras instituições públicas. A atualização dos recortes contempla as alterações de limites e nomenclaturas verificadas na **Divisão Territorial do Brasil** e mudanças de composição por alteração nos instrumentos legais ou normativos de responsabilidade dos órgãos depositários daqueles recortes do ano anterior. Com a atualização dos recortes territoriais legais, o IBGE abastece

Base Territorial	Malha 2021	Malha 2022	Variação 2021-2022	Percentual 2020-2021 (%)
Municípios	5 570	5 570	0	0,00
Distritos	10 649	10 670	21	0,20
Subdistritos	683	643	(-) 40	-6,22
Setores	452 246	452 338	92	0,02
Setores Urbanos (Sit. 1, 2, 3)	345 646	345 691	45	0,01
Setores Rurais (Sit. 5, 6, 7, 8)	105 706	105 753	47	0,04
Setores de Massas D'Água (Sit. 9)	894	894	0	0,00
Núcleos Urbanos (Sit. 3)	4 380	4 375	(-) 5	-0,11
Bairros	17 242	17 329	87	0,50
Povoados (Sit. 5)	12 766	12 752	(-) 14	-0,11
Núcleos Rurais (Sit. 6)	229	229	0	0,00
Lugarejos (Sit. 7)	4 564	4 562	(-) 2	-0,04
Ucs	826	826	0	0,00
Tis	625	625	0	0,00
TQs	450	450	0	0,00
Aglomerados Rurais	42 035	42 044	9	0,02
Aglomerados Subnormais (Tipo 1)	13 783	13 783	0	0,00
Bases Militares (Tipo 2)	180	180	0	0,00
Alojamentos / Acampamentos (Tipo 3)	131	131	0	0,00
Agrupamentos Indígenas (Tipo 5)	6 244	6 245	1	0,02
Unidades Prisionais (Tipo 6)	607	607	0	0,00
ILPI / IACA / Conventos / Hospitais (Tipo 7)	586	586	0	0,00
Agrovilas do Proj. Assentamentos (Tipo 8)	1 730	1 730	0	0,00
Agrupamentos Quilombolas (Tipo 9)	2 384	2 392	8	0,33

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Estruturas Territoriais.

ce o *Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas* e amplia a produção de pesquisas e estatísticas que permitam a geração de conhecimento sobre o País.

O *Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas* é um conjunto de diferentes recortes territoriais, e constitui uma referência única e nacional para relacionar as informações estatísticas dos censos e de suas demais pesquisas a esses recortes territoriais. Ele é composto por dois grandes grupos: Recortes legais publicados pelo IBGE e Recortes institucionais do IBGE, ou seja, aqueles produzidos pelo próprio Instituto. A atualização do Quadro Geográfico de Referência publicada pelo IBGE, em 2022, reuniu fichas técnicas e mapas temáticos dos recortes territoriais e trouxe como novidade a sua disponibilização por meio da **Plataforma Geográfica Interativa - PGI**, que permite consultar informações sobre os recortes e seus mapas de forma interativa.

Em 2022, também foram atualizados os seguintes recortes territoriais, incluindo novas geografias na divulgação de resultados de pesquisas e levantamentos do IBGE:

(i) Municípios da Faixa de Fronteira e Cidades-Gêmeas: entende-se por faixa de fronteira a faixa interna de 150 km de largu-

ra, paralela à linha divisória terrestre do Território Nacional, conforme o Art. 20, § 2º da Constituição Federal do Brasil, de 1988. Ao todo, **588 Municípios** brasileiros têm área total ou parcial localizada na faixa de fronteira. Destaque para os Estados do Rio Grande do Sul (194) e do Paraná (139). Em 2021, a área total da faixa de fronteira era 1 420 925,63 km² (16,7% da área do País). Já a somatória das áreas totais dos Municípios, que se encontram totalmente e parcialmente dentro desta faixa, apresentam uma área de 2 265 046,64 km² (26,6% da área do País). O recorte também incorporou a relação das **33 cidades-gêmeas** nacionais, ou seja, aquelas que ficam uma ao lado da outra, mas em países diferentes. Ao todo, são oito na região Centro-Oeste, sendo sete no Mato Grosso do Sul e uma no Mato Grosso. Na Região Norte, são nove, sendo quatro no Acre. O Sul concentra 16 cidades-gêmeas, com destaque para o Rio Grande do Sul, com 11, ou 1/3 do total do País.

Esse produto apoia os estudos para o desenvolvimento de novas

políticas públicas específicas sobre os seguintes eixos: desenvolvimento econômico, segurança, defesa, infraestrutura e questões sociais, uso do solo, ambiental e integração regional e sustentável, em consequência do crescimento de aglomerações urbanas e rurais na Faixa de Fronteira, entre outros.



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Estruturas Territoriais, Municípios da Faixa de Fronteira 2021.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#)



(ii) Municípios Defrontantes com o Mar: trata-se do arquivo geoespacial derivado por seleção da Malha Municipal do Brasil, adotada pelo IBGE, a partir do qual foram selecionados os limites municipais que se configuram territorialmente como segmentos de frente para o mar, ou seja, coincidem com a linha de costa, em atendimento ao disposto no **Decreto n. 5.300, de 07.12.2004** [↗](#), que dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima.

No produto divulgado pelo IBGE, em 2022, constam: a lista com 279 Municípios e a área da Lagoa dos Patos (RS), pertencentes a 17 Estados, além das informações dos seus códigos geográficos, respectivas áreas e sedes municipais. Destaque para o Estado do Maranhão, com 33 Municípios defrontantes com o mar, e para a Bahia, com 30. Ao todo, constituem uma superfície de 251 315 67 km², correspondente a cerca de 2,95% do território brasileiro.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#) [↗](#).



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Estruturas Territoriais, Municípios Defrontantes com o Mar 2021.



(iii) **Municípios Costeiros:** incluídos na atualização anual, a listagem é de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente - MMA, via portaria, que contou com o apoio do IBGE para a sua atualização. Para constar na listagem de Município Costeiro, é necessário obedecer a alguns critérios que constam no **Decreto n. 5.300, de 07.12.2004** [↗](#), como estar em uma Região Metropolitana Litorânea.

Para acessar o documento original, [clique aqui](#) [↗](#).

Municípios Costeiros incluídos no Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas 2022



Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geomática, Coordenação de Geografia e Meio Ambiente e Coordenação de Geodésia e Cartografia. 2. BRASIL, Ministério do Meio Ambiente.



(iv) Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento e Aglomerações Urbanas: fruto do resultado da pesquisa realizada anualmente junto aos órgãos e assembleias estaduais, o recorte das Regiões Metropolitanas - RMs, Regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDEs e Aglomerações Urbanas incluiu a criação de novas RMs nos Estados de Santa Catarina e São Paulo. Em Santa Catarina, uma lei complementar criou as RMs de Joinville, do Planalto Norte e de Jaraquá do Sul. Já em São Paulo, foram estabelecidas as RMs de São José do Rio Preto, de Piracicaba e de Jundiaí, extinguindo as Aglomerações Urbanas de Piracicaba e de Jundiaí.

Não houve alterações nas RIDEs nem nas demais RMs. Em 2021, eram 81 RMs, destaque para Santa Catarina (com 14), seguido pela Paraíba (com 12), Alagoas (com 9) e São Paulo (com 9). Já as Aglomerações Urbanas são três, sendo uma no Estado de São Paulo e duas no Rio Grande do Sul. Esses recortes também sofreram atualizações na sua geocodificação para melhor representar a realidade legal e territorial.

(v) Semiárido brasileiro: composto por 1 262 Municípios, dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, que obedecem aos critérios para delimitação: precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; Índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50; e o percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano. Também não teve alterações em 2021.

(vi) Amazônia Legal: em junho de 2022, foi divulgado o novo mapa da Amazônia Legal para 2021, com base na atualização da Malha Municipal. No mapa, constam as divisas estaduais, limites municipais e posi-

ções das sedes das cidades, informações que auxiliam a compreensão da dinâmica urbana e da infraestrutura logística de integração regional.

Atualmente, a Amazônia Legal ocupa **5 015 068,18 km²**, correspondentes a cerca de 58,9% do território brasileiro.



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Estruturas Territoriais, Amazônia Legal 2021.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#)



As inclusões nos recortes geográficos legais atualizados anualmente pelo IBGE foram a **Área de atuação da SUDENE** e o **MATOPIBA**.

Área de atuação da SUDENE: abrange os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia e alguns Municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo. Em 2021, houve uma grande expansão na área, graças à **Lei Complementar n. 185, de 6.10.2021** [↗](#), que incorporou 84 novos Municípios, e, agora, totaliza 2 074 Municípios.

MATOPIBA: região de grande crescimento no cultivo de grãos, cujo nome é a combinação das siglas dos Estados que possuem Municípios na região: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, sem alterações em 2021.

Área Territorial do Brasil

Anualmente, os valores das áreas territoriais brasileiras são reprocessados, devido às atualizações de limites territoriais municipais e à evolução das geotecnologias aplicadas no monitoramento da dinâmica da divisão territorial brasileira.

O cálculo da **Área Territorial do Brasil em 2022** resultou no valor total de **8 510 345,540 km²**, destacando-se como fatores mais significativos:

- Em relação às áreas municipais, a publicação das atualizações territoriais relacionadas ao cálculo das Estimativas Populacionais Anuais; e
- Em função da necessidade da atualização contínua da Base Territorial, especificamente em relação ao desenho da malha municipal, foram realizados ajustes cartográficos em vários Municípios, em função da disponibilidade de novos insumos cartográficos.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#) [↗](#).

Alterações toponímicas

Relação de Municípios que sofreram algum tipo de alteração de nomenclatura ou na maneira como estes são escritos. Em 2022, foi incluído, na relação, um Município:

UF	Nome Anterior	Nome Atual
SC	Santo Antônio do Leverger	Santo Antônio de Leverger

A relação é disponibilizada em formato de planilha e apresenta as **132 alterações** já ocorridas, desde 1938, trazendo o nome anterior do Município, o nome atual, o motivo da alteração e a data em que a denominação foi alterada no cadastro do IBGE.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#) [↗](#).

Malhas territoriais

A **Malha Municipal** retrata, em formato de base de dados, a situação vigente da Divisão Político-Administrativa, por meio da representação vetorial das linhas definidoras das divisões estaduais e limites municipais, utilizada na coleta dos Censos Demográficos e demais pesquisas do IBGE. A cada versão do produto, incorporam-se as alterações territoriais provenientes de: nova legislação; decisões judiciais (liminares e mandados); e alterações cartográficas (relatórios técnicos dos órgãos estaduais responsáveis pela Divisão Político-Administrativa que atualizam os memoriais descritivos legais, à luz das novas geotecnologias).

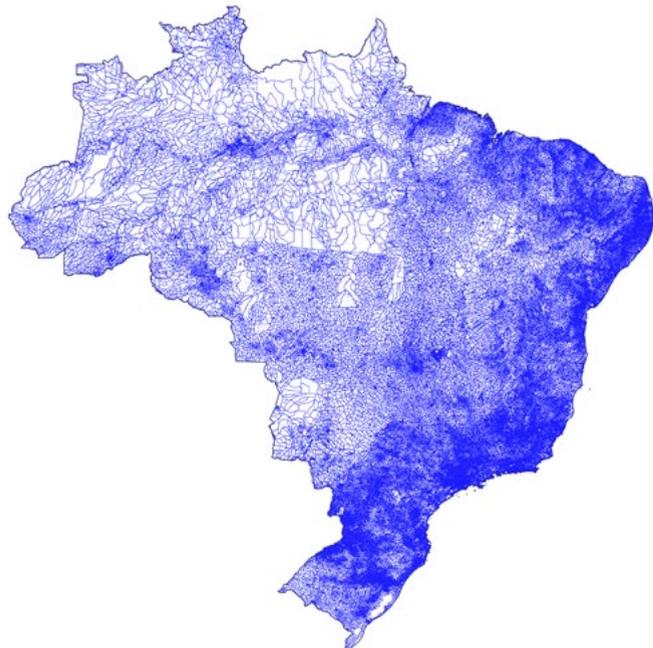
Em março de 2022, foi divulgada a **Malha Municipal Digital 2020**, constituída por **5 572 geocódigos**, sendo:

- 5 568 Municípios;
- 1 Distrito Federal: Brasília;
- 1 Distrito Estadual: Fernando de Noronha (Pernambuco); e
- 2 Áreas Estaduais Operacionais (Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim, ambas atribuídas ao Estado do Rio Grande do Sul).

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#) [↗](#).



A **Malha Intermediária de Setores Censitários - 2021** é a compilação, em formato de base de dados digital, dos Setores Censitários, que correspondem a pequenos recortes do Território Nacional, considerando, em seus limites, a Divisão Político-Administrativa e outras estruturas territoriais existentes, permitindo a organização de maneira georreferenciada e contextualizada ao território das estatísticas da escala nacional até a local. Na referida versão da Malha, o Território Nacional é representado por **452 246 setores censitários**. Esta versão da Malha corresponde à utilizada na coleta do Censo Demográfico 2022.



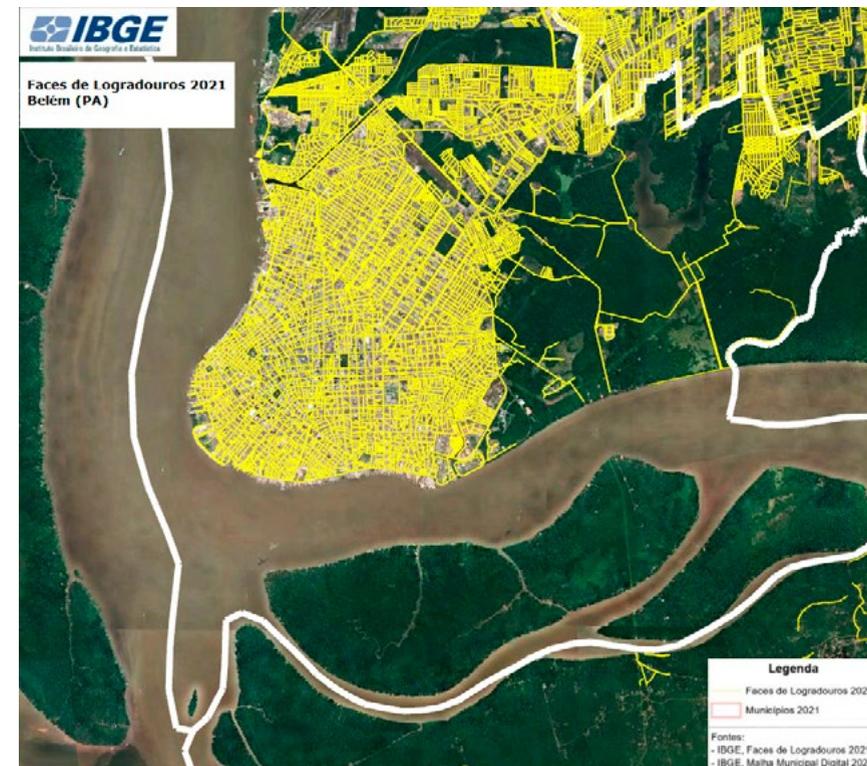
Malha de Setores 2021 com mais de 2 milhões de quilômetros de limites dos setores censitários representados

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Estruturas Territoriais.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#)

A **Base de Faces de Logradouros do Brasil** é a base de dados geoespacial das linhas que representam graficamente os arruamentos das áreas urbanas, de extensão urbana e de aglomerados rurais dos Municípios brasileiros, sendo atualizada anualmente.

Em dezembro de 2022, foi disponibilizada a versão 2021, com **13 688 342 segmentos de linhas**, correspondentes às faces de logradouros das zonas de ocupação dos Municípios brasileiros.



Base de Faces de Logradouros no Município do Belém (Pará) - Reprodução 2021.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#)



Divisão territorial brasileira

Anualmente, é apresentada a relação atualizada de Subdistritos, Distritos e Municípios que compõem a divisão territorial brasileira.

A relação divulgada, em fevereiro de 2022, que tem 2020 como ano de referência, mantém **5 568 Municípios**, desde 2013. Somam-se a esses Municípios um Distrito Federal (Brasília) e um Distrito Estadual no Estado de Pernambuco (Fernando de Noronha). As divisões intramunicipais totalizam **10 631 Distritos Municipais (25 novos) e 683 Subdistritos (12 novos)**.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

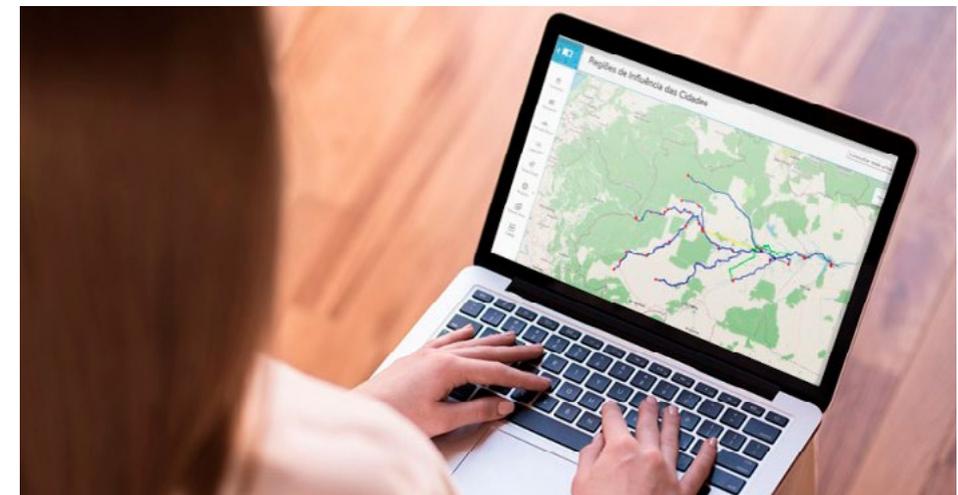
Tipologias do território

Foi realizada a renovação da parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação entre o IBGE e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, com o objetivo de dar continuidade ao projeto de **População em Áreas de Risco do Brasil**. O projeto tem por objetivo gerar dados socioeconômicos, subsídios fundamentais para iniciativas que visam reduzir o número de vítimas fatais e prejuízos materiais relacionados a desastres naturais em todo o País. Para isso, o estudo realiza a integração de informações geoespaciais de áreas de risco, que são disponibilizadas pelo CEMADEN, com informações dos Censos Demográficos.

Redes e fluxos geográficos

Trata-se do conjunto de informações e análises geográficas sob a ótica das redes que articulam e organizam o território, a partir do levantamento e da sistematização de dados referentes aos fluxos de mercadorias, pessoas, energia e informação. Inclui também o estudo do relacionamento entre as cidades e o estabelecimento de suas hierarquias.

Neste tema, o IBGE disponibilizou a **Base de referência de distâncias rodoviárias, hidroviárias e aéreas** da pesquisa **Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2018**. Trata-se de um painel interativo que permite buscar, por Município, rotas rodoviárias, hidroviárias ou aéreas para outros Municípios do País entre as 71 mil ligações intermunicipais da REGIC 2018. As consultas individuais podem ser visualizadas ou baixadas em formato de tabela ou arquivo vetorial, assim como toda a base de dados de rotas das ligações. Diferentemente de outros recursos digitais de geolocalização que fazem parte do dia a dia das pessoas, essa base de referência não se destina ao usuário comum, mas àqueles que trabalham com um grande volume de dados de rotas, além de pesquisadores de políticas públicas de acessibilidade e acadêmicos em geral.



A base de referência de distâncias rodoviárias, hidroviárias e aéreas pode ser acessada em um módulo da Plataforma Geográfica Interativa da REGIC 2018.

Fonte: IBGE, Agência de Notícias/ Arte sobre mockup Freepik.

Para acessar o documento original, [clique aqui](#).

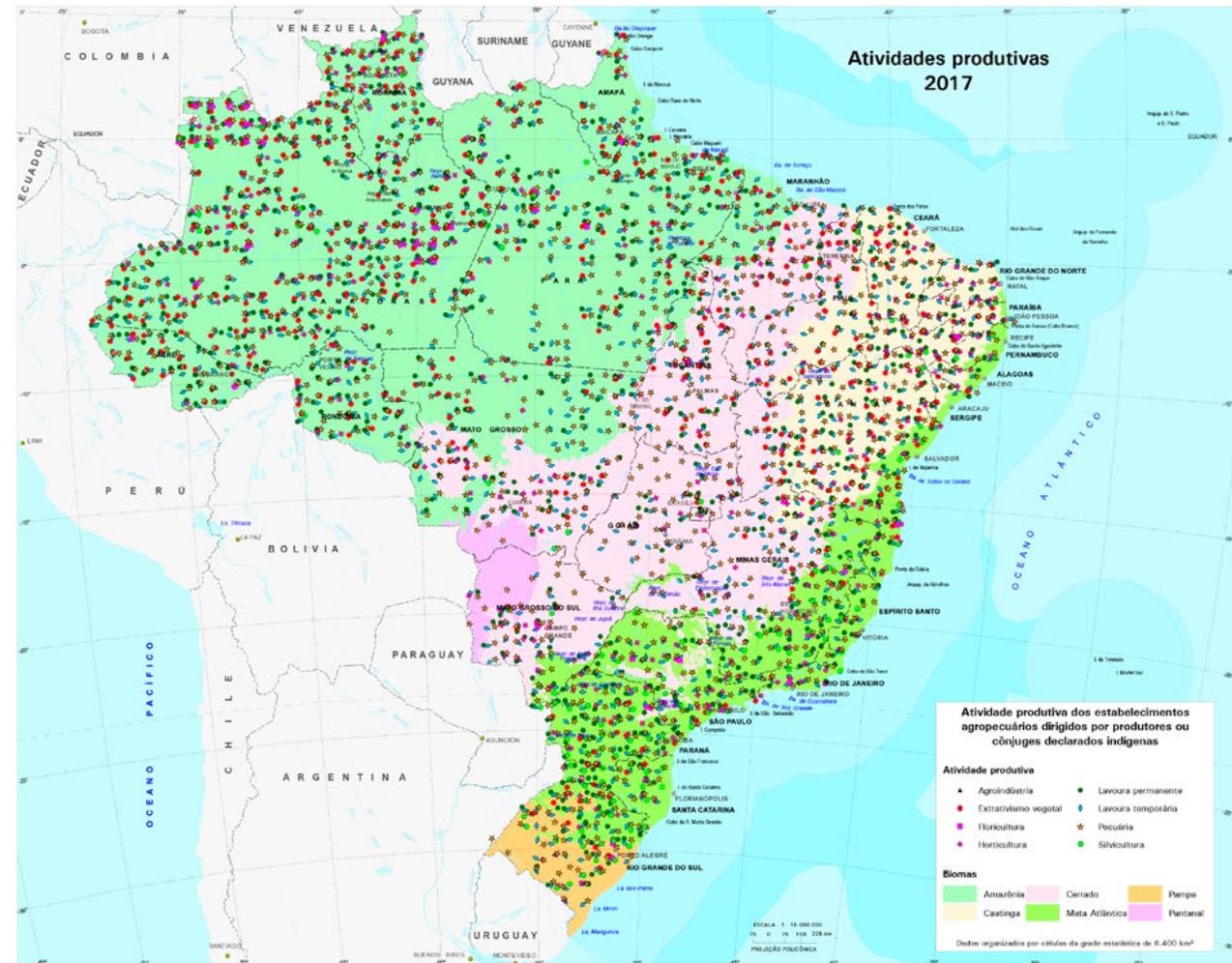


Atlas

Tema dividido em dois conjuntos de produtos: **Atlas Nacionais**, que reúnem a coleção de mapas com a síntese das dimensões geográfica, ambiental e socioeconômica do Território Nacional, proporcionando a difusão do conhecimento geográfico do Brasil, por meio de um conjunto de informações levantadas pelo IBGE e outras instituições públicas do País; e **Atlas Temáticos**, coleção de mapas associados aos resultados de estudos e pesquisas do IBGE e de outras instituições, oferecendo uma abordagem geográfica do tema em questão.

Em 2022, o IBGE atualizou as informações geográficas sobre o território brasileiro presentes no **Atlas Nacional Digital do Brasil**, no bojo das comemorações do Bicentenário da Independência. O Atlas articulou mapas, gráficos, tabelas, fotos e textos, ampliando a capacidade de observar a realidade territorial em constante transformação no País. Com seu Caderno Temático, a obra buscou avançar no processo de visibilização geográfica e estatística da diversidade cultural, abordando temas relativos à cor ou raça e aos povos e comunidades tradicionais do Brasil. Com isso, o IBGE produziu uma análise inédita do perfil socioeconômico e da produção agropecuária de produtores pretos, pardos, indígenas e extrativistas.

Mapa com a produção nos estabelecimentos com produtores ou cônjuges indígenas presente no Caderno Temático do Atlas Nacional Digital do Brasil 2022



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Atlas Nacional Digital do Brasil, 2022.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Métodos e documentos de referência

Revistas e manuais técnicos

Publicações voltadas para a sociedade, com o objetivo de apresentar conceitos e metodologias das atividades de Geociências.



Em 2022, foram disponibilizados dois volumes da **Revista Brasileira de Geografia - RBG** [↗](#). Editada pelo IBGE, é uma das mais antigas e respeitadas publicações técnico-científicas brasileiras na área de Geografia e ciências afins. Com pequenas interrupções, a RBG foi publicada, quadrimestralmente, por quase 70 anos, entre 1939 e 2006, sendo considerado um periódico de referência. Muitos de seus artigos abriram importantes fronteiras de conhecimento, tornando-se clássicos, tanto no País quanto no exterior. Desde 2016, o IBGE divulga volumes semestrais do periódico.

O **segundo número do volume 66** [↗](#) da **RBG** foi uma edição especial em comemoração à realização do Censo 2022 e ao Bicentenário da Independência do Brasil, contendo três artigos científicos, além de uma nova seção intitulada “Seleção RBG” e um conjunto de trabalhos selecionados no II Simpósio Internacional Pan-Americano de Toponímia, realizado entre 17 e 19 de novembro de 2021, de forma virtual.

O **primeiro número do volume 67** [↗](#) da **RBG** trouxe dois artigos, três entrevistas sobre o Censo 2022 e treze trabalhos selecionados entre os destaques do II Simpósio Internacional Pan-Americano de Toponímia.

Ademais, a **RBG** foi classificada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES como periódico A3 nas áreas de Geografia e Geociências. A lista foi consolidada a partir das apurações realizadas no âmbito da **Avaliação Quadrienal 2017-2020** [↗](#) pelas 49 áreas de avaliação.

Informações ambientais

Estatísticas e indicadores ambientais

A publicação **Contas de Ecossistemas: Resultados do Projeto NCAVES no Brasil** [↗](#) trouxe os principais resultados da participação brasileira no Projeto Natural Capital Accounting and Valuation of Ecosystem Services - NCAVES, subsidiado pela União Europeia - UE (European Union - EU) e implementado no Brasil sob a liderança do IBGE, com o suporte da Divisão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistics Division - UNSD) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA (United Nations Environment Programme - UNEP). O projeto visou a aplicação da metodologia do *framework* de Contas de Ecossistemas, que é capaz de fornecer uma imagem abrangente do Estado e da qualidade do meio ambiente do País, assim como dos benefícios gerados pela natureza para a sua economia, tornando viável a utilização de uma lógica contábil para a construção de novas estratégias econômicas que considerem a utilização sustentável dos recursos naturais e as pressões provocadas pelos agentes econômicos.

Esse relatório, enriquecido com tabelas, gráficos, mapas, entre outras ilustrações, discorre sobre os principais resultados alcançados pelo IBGE nas contas de ecossistemas no âmbito desse Projeto no Brasil e abarca a Conta de Extensão, a Conta de Condição, e a Provisão e Uso de Serviços dos Ecossistemas (em termos físico e monetário), considerando-se, para tal, o recorte espacial dos Biomas Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Pantanal e Pampa.

As **Contas Econômicas Ambientais da Terra: Contabilidade Física 2000/2020** [↗](#) apresentaram os efeitos das atividades econômicas e sociais sobre a cobertura e uso da terra e sua dinâmica, ao longo do período de

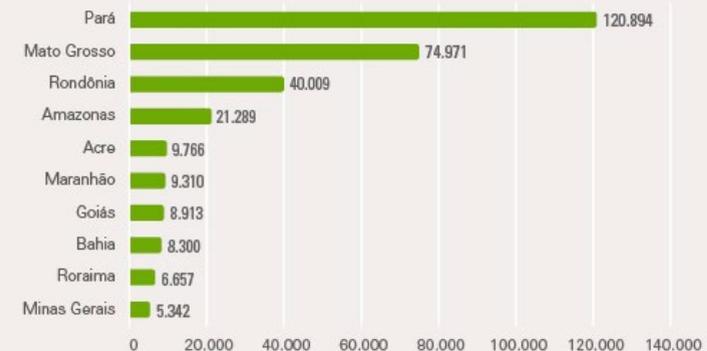


2000 a 2020. A publicação debate alguns referenciais a partir dos quais se baliza a contabilidade da terra em outros países, discorre sobre as diretrizes que nortearam o desenvolvimento do presente estudo no Brasil e detalha os principais aspectos metodológicos de sua elaboração. Também realiza a análise dos resultados, apresenta e discute a matriz de mudanças da cobertura e uso da terra no Brasil, examina as conversões consideradas relevantes nesse período contábil, em escala regional, evidenciando os padrões de ocupação, tanto os recentes, como alguns historicamente reconhecidos, e, com o objetivo de complementar tais reflexões, delinea as principais características fundiárias dos estabelecimentos agropecuários no País, a partir da análise cruzada de estatísticas do próprio Instituto, oferecendo, assim, uma visão transversal de aspectos geoespaciais e econômicos da dinâmica agropecuária. Por fim, resume as principais observações sobre as conversões de ocupação e o uso da terra no País resultantes do presente estudo e avalia aspectos do cenário vislumbrado no âmbito da contabilidade ambiental. Um glossário, ao final da publicação, reúne as conceituações consideradas essenciais para a compreensão dos resultados.

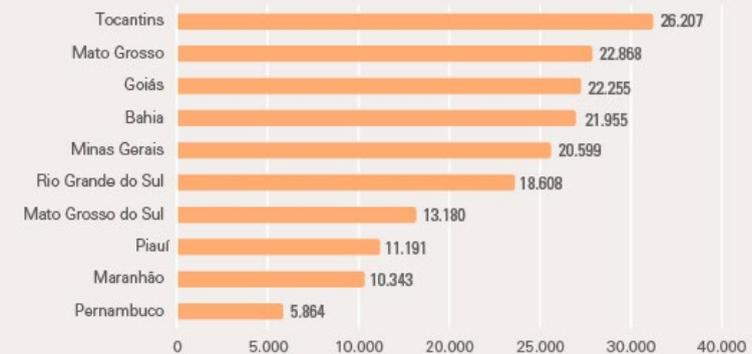
O *Uso da Terra nos Biomas Brasileiros 2018-2020* apresentou uma síntese dos dados do Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra, baseada na interpretação de áreas naturais e antropizadas nos Biomas brasileiros, retratando as modificações ocorridas ao longo da série histórica e o grau de preservação de cada um deles, para o período de 2018 a 2020. A presente divulgação complementa as estatísticas e os indicadores apresentados no estudo *Contas de Ecossistemas: o Uso da Terra nos Biomas Brasileiros 2000-2018*, que contribuiu com o esforço de aplicação das recomendações internacionais contidas no manual *System of environmental-economic accounting 2012: experimental ecosystem accounting*, SEEA-EEA, desenvolvido pelas Nações Unidas, incorporando, agora, os dados mais recentes.

Maiores reduções | 2000-2020 Por Unidades da Federação (km²)

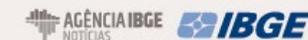
Vegetação Florestal



Vegetação campestre



Fonte: Contas Econômicas Ambientais da Terra: Contabilidade Física 2000/2020



Maiores reduções de vegetação florestal e vegetação campestre por Unidades da Federação entre 2000 e 2020



Cobertura e uso da terra

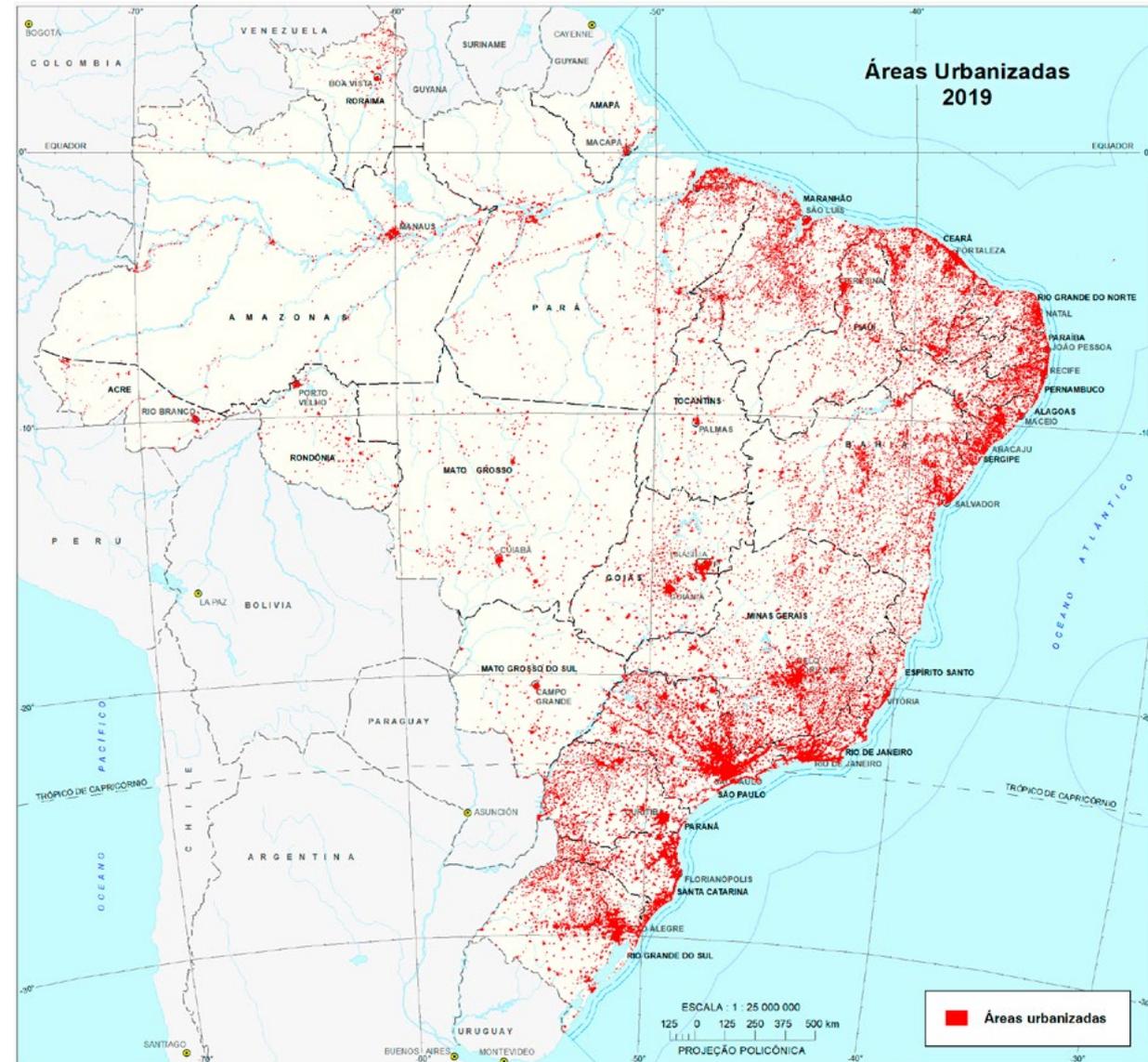
Com o lançamento do *Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra (2018-2020)* [↗](#), o IBGE deu continuidade à disponibilização de resultados de tal mapeamento temático do Território Nacional a cada dois anos, estudo que vem sendo divulgado desde 2015 e representa um importante instrumento de suporte e orientação a ações gerenciais e tomadas de decisão sobre o tema. A publicação contempla o período de 2018 a 2020 e seus resultados permitem a detecção de alterações na dinâmica das formas de ocupação e de organização do espaço ao longo do tempo, considerando-se a série histórica já disponibilizada, que se inicia em 2000. Tais informações, cumpre destacar, têm fornecido importantes subsídios aos estudos da contabilidade ambiental, como as Contas de Ecossistemas e as Contas Econômicas Ambientais da Terra, nas quais, mediante a integração de dados estatísticos e geoespaciais, são estimados os estoques e os fluxos de utilização dos ativos naturais.



Mapa de Cobertura e Uso da Terra do Brasil - 2020



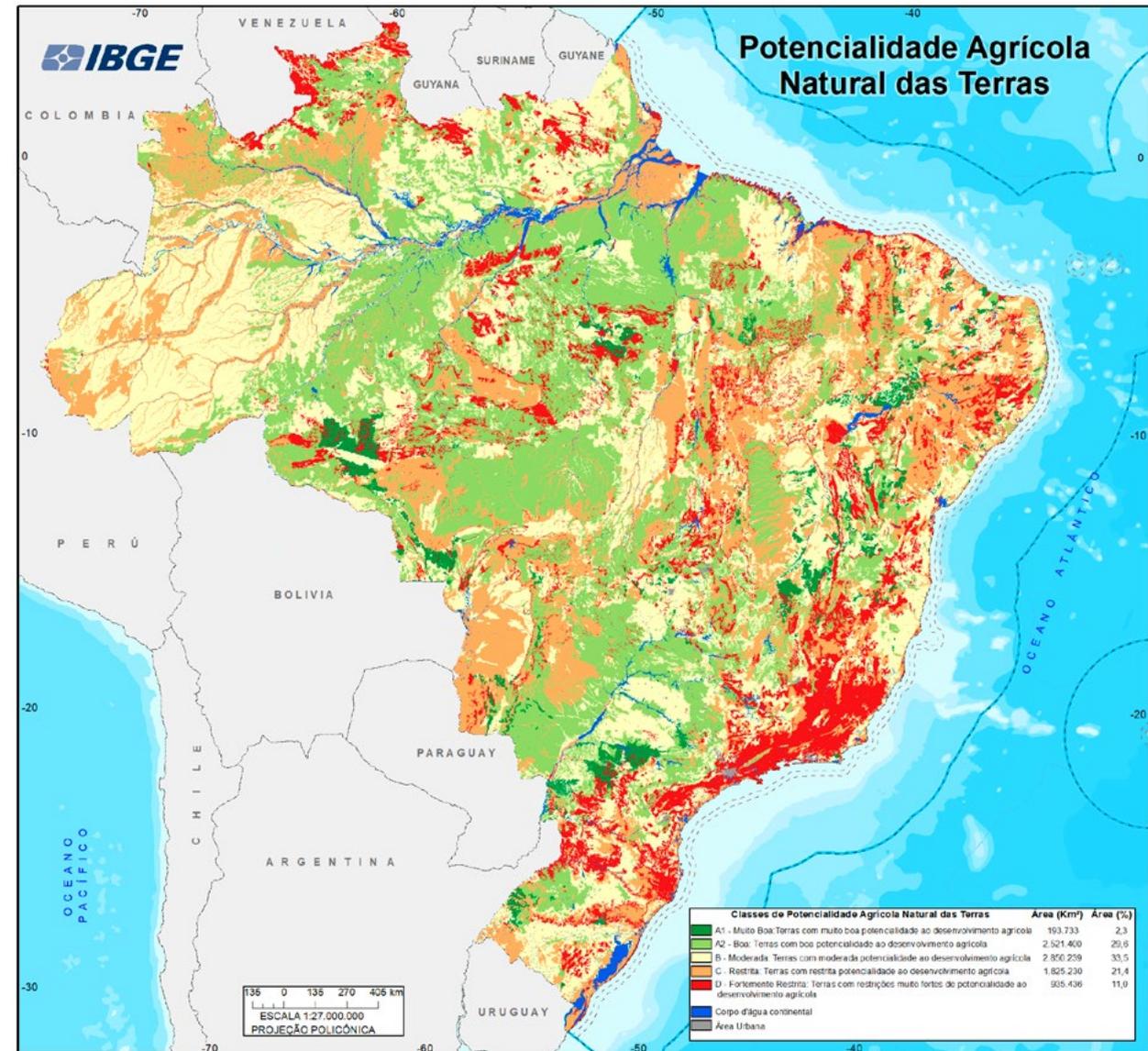
As **Áreas Urbanizadas do Brasil 2019** representam o mapeamento das manchas urbanizadas em todo o Território Nacional, complementando a publicação do ano de 2015 e permitindo o acompanhamento da evolução com relação às áreas comparáveis desse ano. O estudo revela o quanto da paisagem permanece ou é transformado para padrões que evidenciam o espaço vivido expresso em formas espaciais típicas do fenômeno urbano, construídas segundo critérios de edificação e distribuição que apontam proximidade e circulação de pessoas e permitem relações diárias de vizinhança. Além das áreas urbanizadas densas e pouco densas, o mapeamento também identificou os loteamentos vazios, outros equipamentos urbanos e os vazios intraurbanos. Os resultados completos do presente mapeamento, cumpre destacar, permanecem alinhados com a chamada “agenda urbana”, que consiste em um conjunto de preocupações e demandas de planejamento capitaneadas pelas Nações Unidas e que também nortearam a edição progressa.



Mapa de Áreas Urbanizadas do Brasil - 2019



A publicação *Potencialidade Agrícola Natural das Terras*, parte integrante da coleção Macrocaracterização dos Recursos Naturais do Brasil, do IBGE, apresentou a distribuição espacial dos solos do Brasil classificados em classes de potencialidade natural, acompanhada de estatísticas distribuídas nas Grandes Regiões e as respectivas áreas ocupadas por cada uma dessas classes em cada Estado brasileiro. O mapa orientativo foi elaborado a partir do mapeamento de solos do IBGE, levando em consideração as informações sobre os recursos naturais disponíveis em cada unidade de mapeamento, destacando o solo dominante e o relevo, e como eles podem favorecer o setor agrícola brasileiro. A grande variedade de tipos de solos do Brasil foi classificada considerando características como textura, pedregosidade, rochiosidade, erodibilidade, entre outras, em cinco classes de potencialidade, variando de terras com muito boa potencialidade a terras com restrições muito fortes ao desenvolvimento agrícola.



Potencialidade Agrícola Natural das Terras do Brasil



Biodiversidade

Foi realizada a renovação do Acordo de Cooperação Técnica entre o IBGE e o Município de Salvador, com o objetivo de manter o Herbário RADAMBRASIL - HRB, do IBGE, nas dependências do Jardim Botânico de Salvador. O HRB, criado em 1980, no âmbito do projeto RADAMBRASIL, representa grande parte da flora das Regiões Norte e Nordeste do Brasil. Têm sido registradas espécies vegetais, na sua maioria, de elevada importância ecológica e econômica, devido ao seu potencial paisagístico, de recuperação de áreas degradadas e uso medicinal. Além de manter o HRB no Jardim Botânico, são realizadas a manutenção, organização e expansão do acervo, além de ações que visam à exposição do material e à educação ambiental.

Posicionamento geodésico

Redes geodésicas

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, por meio da Resolução A/RES/69/266, de 26.02.2015, recomenda às nações a manutenção de uma "Infraestrutura Geodésica Global de Referência para o Desenvolvimento Sustentável", apontando a Geodésia como a ciência capaz de quantificar as variações espaciais que ocorrem no meio ambiente de maneira precisa. No Brasil, o IBGE, **gestor do Sistema Geodésico Brasileiro - SGB**, tem como responsabilidade o estabelecimento, manutenção e acesso às infraestruturas de referência posicional no País. Em decorrência da evolução tecnológica, principalmente com o advento do Sistema Global de Navegação por Satélites - GNSS, com destaque para o Global Positioning System - GPS, e a melhoria das tecnologias de comunicação, é possível realizar o monitoramento posicional de fenômenos que ocorrem no meio ambiente, tarefa fundamental para a prevenção de desastres e mitigação dos impactos de danos ambientais, que recebe a importante contribuição das redes geodésicas de operação contínua, a

Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS - RBMC e a Rede Maregráfica Permanente para Geodésia - RMPG.

Para garantir a continuidade e disponibilidade de informações geocientíficas nacionais, a **RBMC** contou com um quantitativo de **146 estações**, tendo sido descontinuadas cinco estações em 2022 - Nova Xavantina (Mato Grosso), Mossoró (Rio Grande do Norte), Imbituba (Santa Catarina), Uberlândia (Minas Gerais) e Jaíba (Minas Gerais). Quatro novas estações foram instaladas nos Municípios de Campo Grande (Mato Grosso do Sul), Vilhena (Rondônia), Criciúma (Santa Catarina) e Imbituba (Santa Catarina), em parcerias com a EMBRAPA-Gado de Corte, Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, SCPAR Porto de Imbituba e Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

Foram adquiridos e instalados sete novos receptores para a RBMC, visando a modernização das estações da rede e a publicação de dados GNSS de multiconstelação. Nove estações da RBMC continuam contribuindo para o cálculo dos produtos IGS (*International GNSS Service*), nas órbitas precisas e modelos atmosféricos. Todas as estações também fa-



Mapa com a localização das quatro novas estações da RBMC instaladas em 2022

zem parte da rede de referência regional SIRGAS-CON – Rede GNSS de Operação Contínua do Sistema de Referência Geodésico para as Américas - SIRGAS, contribuindo com a infraestrutura geodésica do continente americano. A disponibilização dos dados aos usuários e seus respectivos quantitativos de *downloads* são apresentados na tabela abaixo:

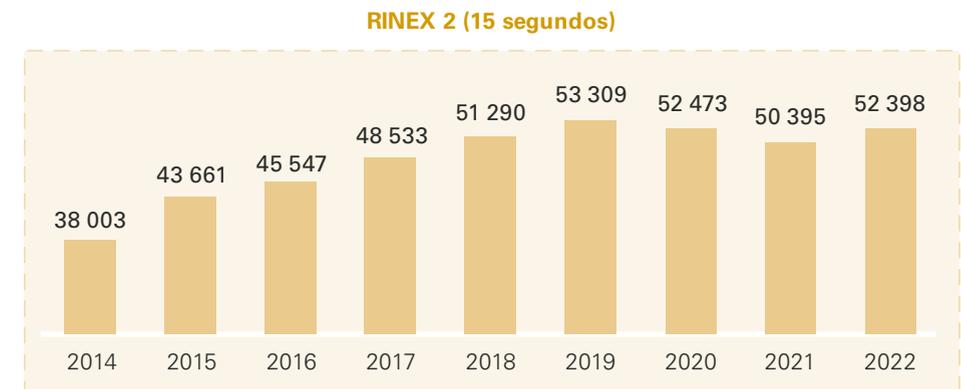
Disponibilização e download de dados das estações RBMC em 2022

Dados	Intervalo de coleta de 15 segundos (arquivos diários)		Intervalo de coleta de 1 segundo (arquivos de 15 min)
	RINEX 2	RINEX 3	RINEX 3
Arquivos disponibilizados	52 398	22 996	1 049 116
Arquivos baixados	5 814 335	599 532	2 935 490

Ao longo de 2022, a RBMC contou com 73 estações multiconstelação no formato RINEX 3, sendo que 44 dessas estações passaram a disponibilizar dados GNSS com intervalo de coleta de um segundo. Os dados de um segundo são relevantes para as atividades de georreferenciamento dos usuários, considerando que poderão ter o seu trabalho otimizado, reduzindo o tempo no campo na obtenção de coordenadas de alta precisão. Em junho de 2022, foi disponibilizada, no portal do IBGE, uma aplicação de busca personalizada dos dados da RBMC, ajudando o trabalho dos usuários na realização das suas tarefas profissionais. A customização dessas informações poderá ocorrer de acordo com o levantamento realizado, o formato preferencial do usuário (RINEX2 ou RINEX3), o intervalo de coleta (01, 05, 15 ou 30 segundos) e as constelações (GPS, GPS+GLONASS ou multiconstelação), melhorando a qualidade e a eficiência na obtenção dos resultados. O serviço da RBMC em tempo real, RBMC-IP, também é outra forma de otimização do georreferenciamento para

o usuário sendo necessária a disponibilidade de rede de telefonia móvel na obtenção de coordenadas de alta precisão. Em 2022, foram **138 estações** que operaram em tempo real, sendo **73 estações** com dados multiconstelação.

Evolução do quantitativo de arquivos RINEX 2 disponíveis



Evolução do quantitativo de arquivos multiconstelação (RINEX 3) disponíveis



No tocante à **RMPG**, a rede é formada por um conjunto de seis estações maregráficas, instaladas e operadas pelo IBGE, que visam monitorar a relação entre o Datum Vertical Brasileiro, definido em Imbituba (Santa Catarina) e Santana (Amapá) e outros níveis de referência maregráficos, subsidiando estudos sobre a modernização das altitudes brasileiras e a variação do nível médio do mar, bem como para o desenvolvimento de atividades inerentes ao gerenciamento costeiro, aos estudos ambientais, ao monitoramento e alerta a eventos extremos, entre outros aspectos de interesse relacionados ao tema. Foram disponibilizados, no portal do IBGE, **2 171 arquivos** e **mais de 220 657 downloads** foram realizados.

Evolução do quantitativo de arquivos disponíveis entre 2014 e 2022



Outras ações ligadas à melhoria das infraestruturas de referência posicional no Brasil foram:

- Inclusão de **oito novas estações geodésicas planialtimétricas (GPS)** sobre o território brasileiro;
- Revisão e, conseqüentemente, atualização de informações referentes a **13 008 estações** geodésicas no Banco de Dados Geodésicos - BDG, sendo 2171 estações com coordenadas melhoradas;
- **Novo portal de homologação de marcos geodésicos** no portal gov.br;
- Disponibilização das **séries temporais da variação de coordenadas** das estações da RBMC;
- Disponibilização das **séries temporais dos dados de variação do nível do mar** das estações maregráficas com suas fichas de correlação de níveis atualizadas; e
- Homologação de **44 novas estações GPS** oriundas de contribuições de entidades externas.

Ainda no âmbito das redes geodésicas, foram realizadas as seguintes atividades de campo:

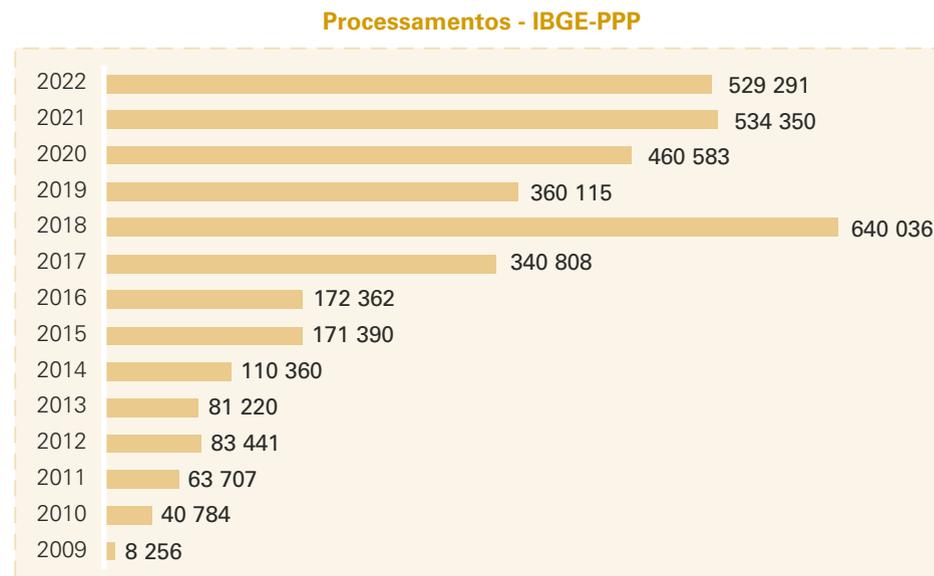
- Manutenção preventiva e controle geodésico das estações maregráficas;
- Manutenção preventiva e 11 trocas de receptores multiconstelação nas estações da RBMC, em atendimento ao projeto estratégico que visa, também, a modernização dos dados da rede; e
- Densificação altimétrica, gravimétrica e planialtimétrica na região de Marabá (Pará), visando a integração da estação RBMC de Marabá ao Sistema de Referência Internacional de Altitudes (*International Height Reference Frame* - IHRF). Essas atividades estão no escopo do **projeto estratégico de Integração do SGB ao IHRS/IHRF**, o qual tem por objetivo o estabelecimento de um referencial altimétrico único para o SGB vinculado ao SIRGAS (sistema regional) e ao IHRS/IHRF (sistema global).

Serviços para posicionamento geodésico

IBGE-PPP

Em 2022, o **serviço *on-line* de Posicionamento por Ponto Preciso (PPP)** [↗](#), que fornece coordenadas de latitude, longitude e altitude de qualquer ponto do planeta, realizou 529 291 processamentos. Desde 2009, são 3 596 703 processamentos, de um total de 93 072 usuários diferentes, no Brasil e no exterior. O aplicativo processa dados GNSS gerados em equipamentos de navegação por satélite, como o GPS topográfico e geodésico – utilizados por profissionais de engenharia e agrimensura. Todas as coordenadas calculadas pela aplicação *on-line* estão de acordo com o **Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas - SIRGAS2000**, oficialmente adotado no País, desde 2005.

Evolução do número de processamentos entre 2009 e 2022



APIs da Geodésia

Em dezembro de 2022, o IBGE disponibilizou cinco novas interfaces de programação de aplicação (*Application Programming Interface - APIs*), as quais podem ser usadas por desenvolvedores de *software* para incorporar dados e serviços geodésicos oficiais aos seus próprios aplicativos e programas. As APIs da geodésia, Banco de Dados Geodésicos-BDG, hgeoHNOR, ProGrid IBGE-PPP e RBMC, são encontradas no **portal API de Serviços de dados do IBGE** [↗](#), onde é encontrada a sua documentação de uso. O objetivo das APIs é oferecer recursos e serviços para o acesso automatizado aos dados geodésicos oficiais do IBGE, de forma simples e estruturada, estabelecendo as regras para uso, por meio da documentação do que o serviço faz, como pode ser acessado e quais respostas de sucesso e erro são geradas.

ProGrid Online

Em novembro de 2022, foi publicada no portal do IBGE a aplicação *web* para a transformação de coordenadas entre os sistemas de referência clássicos anteriores, adotados oficialmente no Brasil, como Córrego Alegre e SAD 69, e o SIRGAS2000, sistema de referência adotado desde 2005 em todo Território Nacional. Essa aplicação também aceita diferentes formatos de coordenadas e ofereceu aos usuários uma significativa melhora no desempenho do serviço por meio do cálculo *on-line*, em comparação com a versão *desktop*. Com a nova aplicação *web*, o tempo médio de resposta é de aproximadamente um minuto para arquivos com 100 mil pontos. Desse modo, grandes volumes de informações podem ser submetidos com expectativa de resposta em poucos minutos, dependendo da conexão de internet do usuário.



Cartas e mapas

O IBGE, integrante do **Sistema Cartográfico Nacional**, exerce atividades orientadas ao mapeamento do território brasileiro em diferentes escalas de representação e por meio de um conjunto de produtos que subsidiam ações de análise, planejamento, gestão e educação. Esse mapeamento constitui a base cartográfica sobre a qual outras informações geoespaciais produzidas pelo IBGE e outros órgãos do poder público podem ser referenciadas.

Mapas políticos do Brasil

Os mapas políticos do Brasil são representações cartográficas do território brasileiro, para impressão mural, que apresentam a organização político-administrativa do País compreendendo seus 26 Estados e o Distrito Federal.

São produzidos a partir da **Base Cartográfica Contínua do Brasil**, na escala 1:250 000 (BC250), e fornecem uma visão de conjunto do território, com as localidades e elementos de hidrografia, sistema de transporte, limites, energia e comunicações, pontos de referência e relevo, além de toponímia.

Em função da escala do mapa, mais ou menos elementos são representados, a fim de manter a distribuição espacial, a estética do mapa e a legibilidade de seus elementos.

Seguindo esse conceito, no mapa político, na escala 1:5 000 000, não foi possível represen-

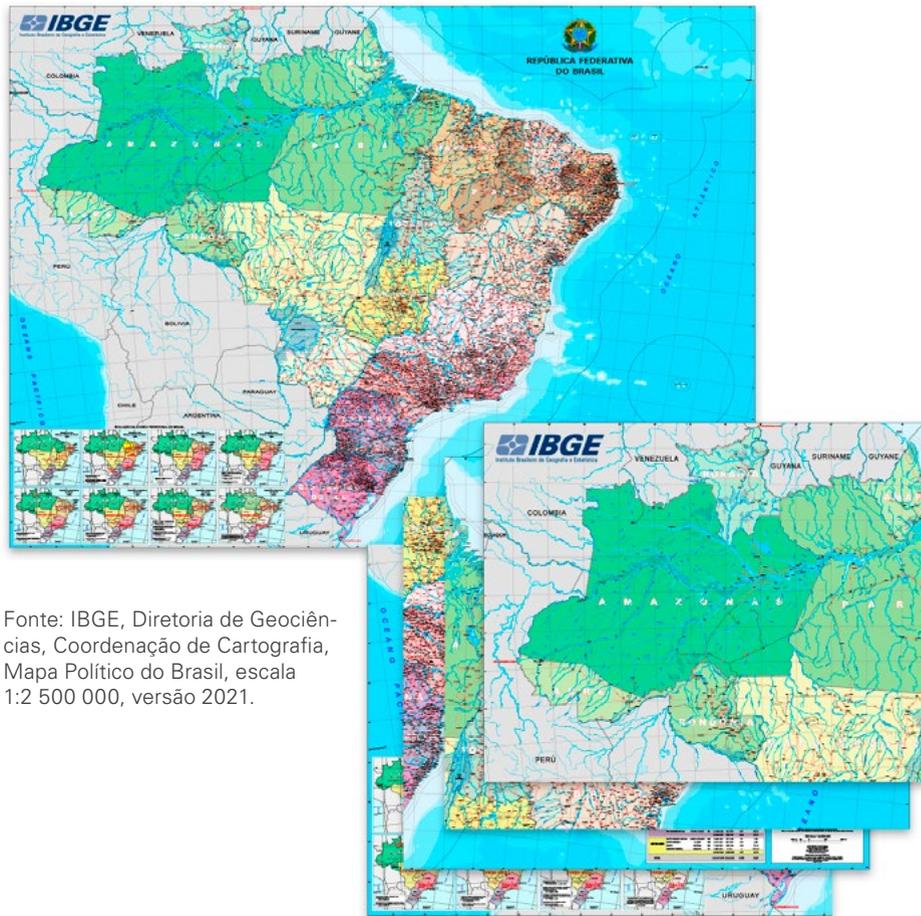
tar todas as localidades, tendo sido selecionadas aquelas de maior população.



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia, Mapa Político do Brasil, escala 1:5 000 000, versão 2021.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#)

Já no mapa político na escala 1:2 500 000, estão representadas as sedes municipais de todas as 5 570 cidades do País. Devido à sua ampla dimensão (1,80 m x 2,26 m), também é disponibilizado em quatro quadrantes, para facilitar sua impressão e manuseio.

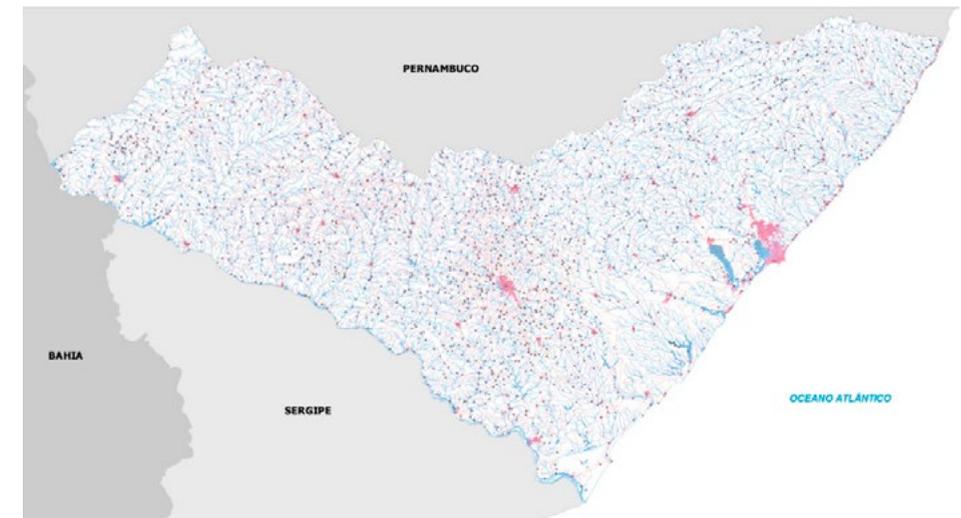


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia, Mapa Político do Brasil, escala 1:2 500 000, versão 2021.

Bases Cartográficas Contínuas

Bases cartográficas contínuas são definidas como conjuntos de dados geoespaciais de referência, estruturados em bases de dados digitais únicas, elaboradas sob determinada escala e com recobrimento contínuo do espaço, que permitem uma visão integrada do território mapeado.

Em 2022, foram publicadas a Base Cartográfica Contínua do Estado de Alagoas (BC100_AL) e a Base Cartográfica Contínua do Estado de Goiás e do Distrito Federal (BC100_GODF), ambas na mesma escala.



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia, BC100_AL, versão 2022.

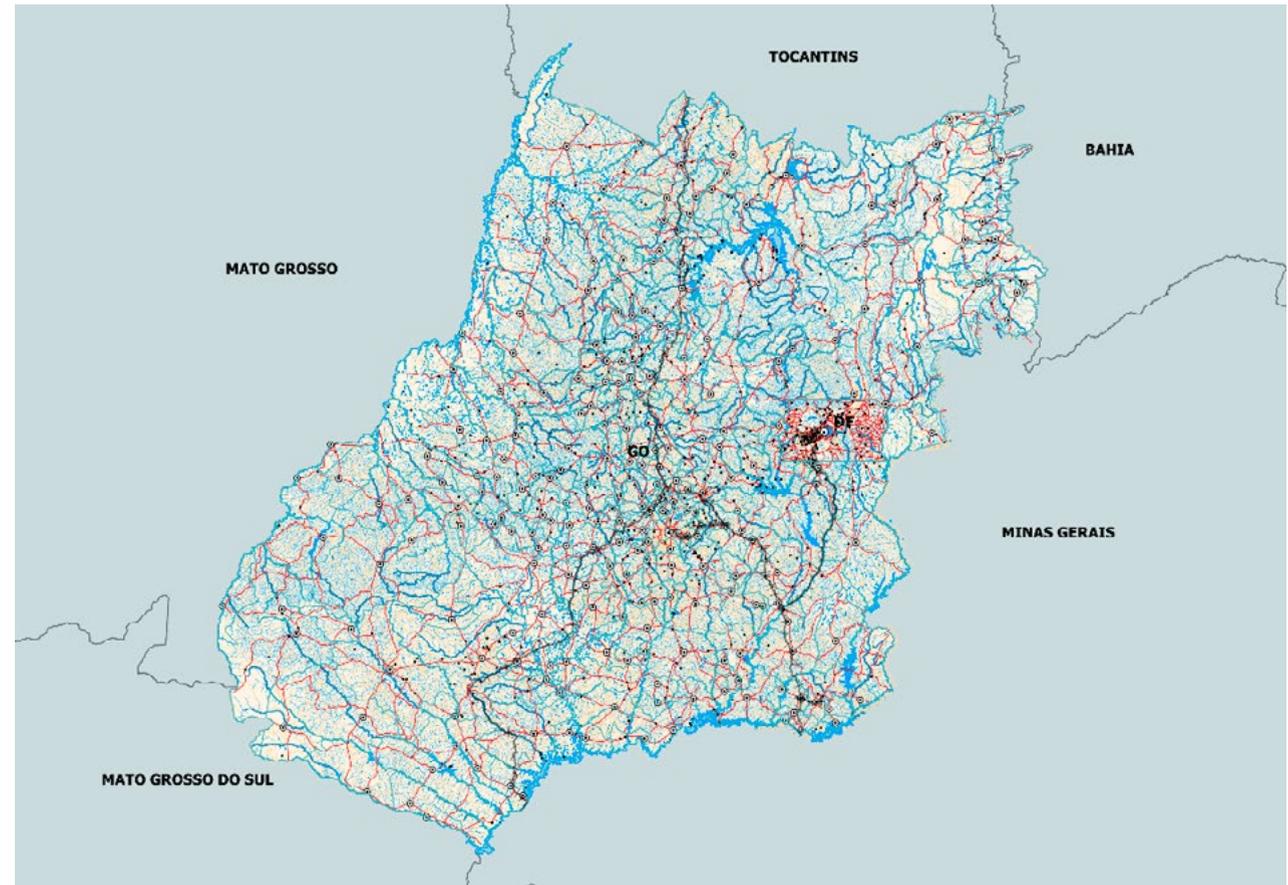
Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).



Esses produtos integram o **projeto Base Cartográfica Contínua do Brasil** na escala 1:100 000 (BC100), que objetiva mapear todas as 27 Unidades da Federação nessa escala, possibilitando a elaboração de um produto cartográfico de maior detalhamento e de abrangência nacional. As principais aplicações da base cartográfica nessa escala envolvem programas de governo com enfoque territorial, análises que demandem uma visão de conjunto das Unidades da Federação, bem como subsídio para a representação de aspectos temáticos – sociais, econômicos e ambientais – do território. É um documento cartográfico básico para o planejamento setorial de obras de infraestrutura como energia, transporte, comunicações, entre outros.

A versão 2022 da BC100_GODF corresponde a uma atualização com incremento de novas classes em relação à primeira edição do produto, lançada em 2016, primeira Base Cartográfica Contínua do Projeto BC100.

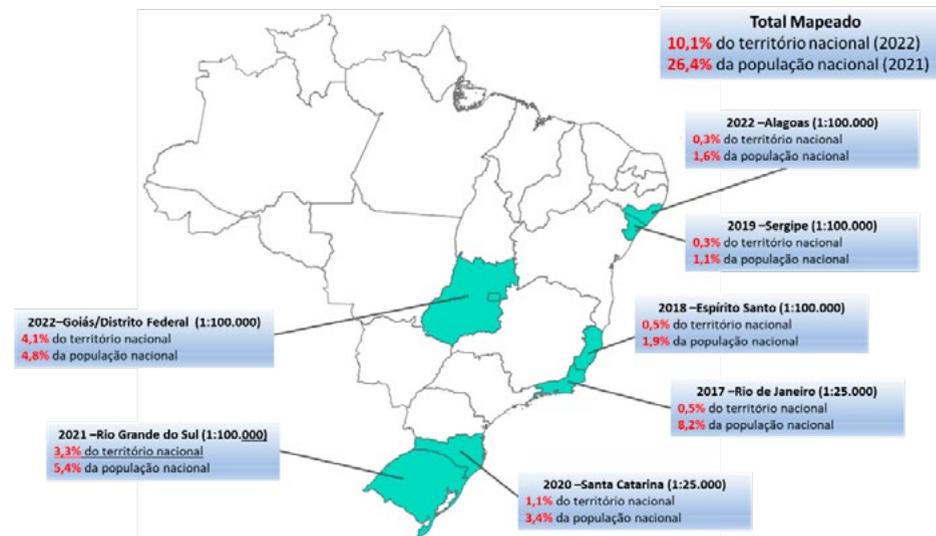
A BC10_AL e a BC100_GODF também estão disponíveis **em local específico na Plataforma Geográfica Interativa - PGI do IBGE** [↗](#).



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia, BC100_GODF, versão 2022.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#) [↗](#).

Evolução da produção de Bases Cartográficas Contínuas Estaduais entre 2016 e 2022



Mapas municipais

Mapas Municipais das Estimativas Populacionais, versão 2021

Os *Mapas Municipais das Estimativas Populacionais* são os resultados do mapeamento do território dos Municípios brasileiros realizado pelo IBGE, no contexto da preparação do Censo Demográfico. Em 2022, 5 568 mapas foram disponibilizados, em formato digital PDF, contendo, além dos limites da Divisão Político-Administrativa, a delimitação de Áreas Especiais (Terras Indígenas oficialmente delimitadas, Territórios Quilombolas oficialmente delimitados e Unidades de Conservação) e das áreas urbanizadas das cidades, vilas e núcleos urbanos. Os mapas contaram, ainda, com referências cartográficas às principais localidades rurais, ao sistema viário e à hidrografia.

Esses mapas constituem um recurso importante para que a população e órgãos públicos tenham acesso simples e prático para visualização de quaisquer dos territórios municipais de todo o País.

Além disso, representam os mapas atualizados no ano corrente objetivando ajustes territoriais necessários à Estimativa Populacional Municipal. Os mapas contam com informações cartográficas sobre a Divisão Político-Administrativa intramunicipal (Distritos e Subdistritos), limites intermunicipais e interestaduais, elementos planimétricos, orográficos e hidrografia.

Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#)

Outros destaques da produção de informações geocientíficas

Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais

Outra temática que merece destaque é a atuação do IBGE na **Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE**. A INDE, dentre outros objetivos, visa o **compartilhamento de dados e informações geoespaciais** que se encontram dispersos em várias instituições do setor público.

Até pouco tempo atrás, tais informações mantinham-se isoladas, servindo apenas a fins setoriais e departamentais específicos. Sua existência e localização eram, muitas vezes, des-

conhecidas, o que obrigava o usuário, não raramente, a acessar várias fontes em busca dos dados e informações e a submetê-los a complexos e demorados processos de integração. A INDE vem, gradualmente, modificando esse quadro, ao propiciar os mecanismos institucionais, normativos e tecnológicos que permitem aos usuários localizar, explorar e acessar os dados e as informações geoespaciais de que necessitam.

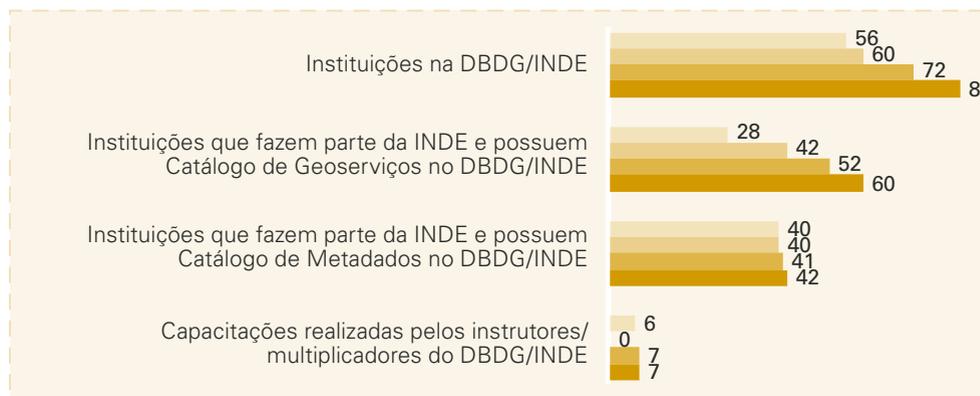
O IBGE desempenha vários papéis relevantes na INDE: é um dos principais produtores de dados geoespaciais de referência e temáticos do País e, também, de produtos de geoinformação de alto valor agregado; é o gestor do **Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais - DBDG**, como é chamada a rede de servidores que reú-

ne produtores de dados geoespaciais e usuários, por meio da Internet; é o criador e mantenedor do **geoportall oficial da INDE** [↗](#), além de apoiar tecnicamente as instituições integrantes do DBDG, prover capacitações e participar da elaboração de normas e padrões. Esse geoportall, que dá acesso aos recursos distribuídos do DBDG, foi inaugurado em 10 de abril de 2010 e, desde então, vem evoluindo gradualmente.

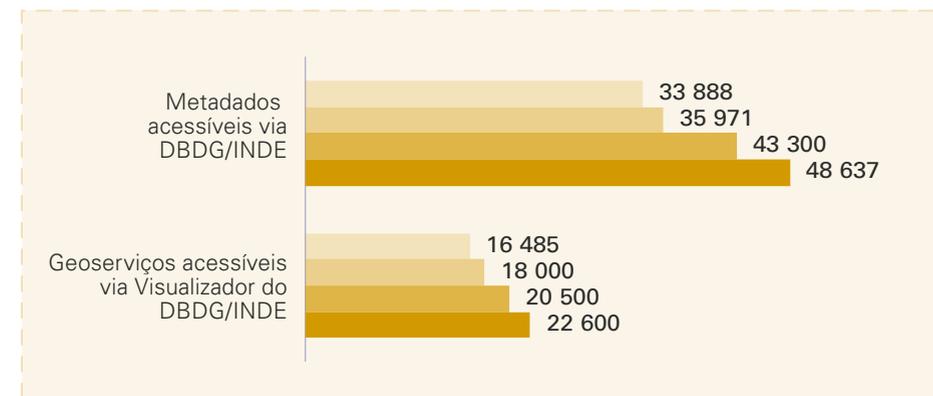
A expansão e a evolução passam necessariamente pelo fortalecimento institucional da INDE e do IBGE em seu papel de gestor do DBDG e de captador dos recursos necessários para assegurar o crescimento e o sucesso desta importante iniciativa do Estado brasileiro.

Indicadores da INDE

Instituições



Metadados e Geoserviços



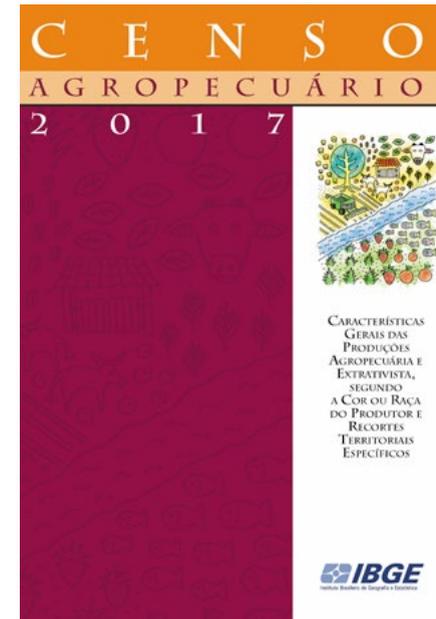
2019 2020 2021 2022

Características gerais das produções agropecuária e extrativista, segundo a cor ou raça do produtor e recortes territoriais específicos

Com o lançamento dessa publicação, em dezembro de 2022, o IBGE trouxe a público mais um conjunto de estatísticas do Censo Agropecuário 2017, ensejadas por duas perspectivas inéditas de análise: cor ou raça do produtor e de seu cônjuge, cuja investigação foi introduzida, pela primeira vez, nessa edição da pesquisa; e recortes territoriais específicos, cujas desagregações foram construídas a partir de operações de geoprocessamento das coordenadas geográficas obtidas durante a operação de coleta.

Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais

No âmbito do referido Programa do governo federal, foram realizados levantamentos de campo para determinação de coordenadas de **182 pontos de verificação** em diferentes Municípios do País, objetivando a avaliação da qualidade posicional de insumos a serem utilizados como referência para a produção do mapeamento de suscetibilidade pelo Serviço Geológico do Brasil - CPRM.



Para mais informações sobre o tema, [clique aqui](#).



Disseminação e comunicação

4

Ampliar e fortalecer a disseminação e a comunicação com a sociedade

Em um sistema estatístico e geocientífico, a produção, o armazenamento e a disseminação são processos que caminham juntos. O preparo, a documentação, a difusão e a comunicação das informações produzidas são elementos constitutivos do IBGE, essência da disseminação e base de suas ações e realizações, sem os quais não seria capaz de cumprir com a sua missão institucional. Além disso, a realização de iniciativas que visem a ampliação e o fortalecimento da disseminação e da comunicação com a sociedade se inserem no Objetivo Estratégico 4 do **Plano Estratégico Institucional** [↗](#).

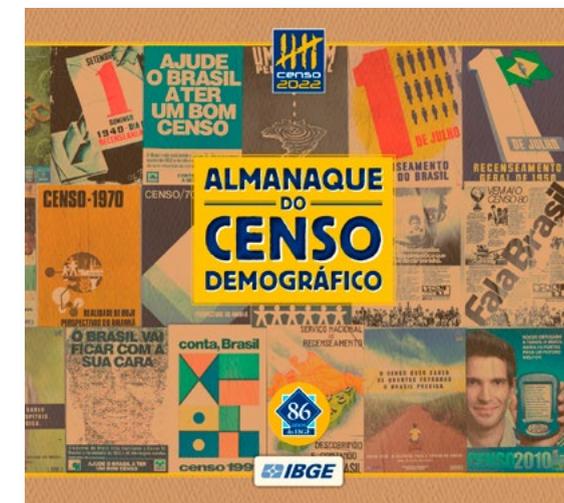
O centro das atividades de disseminação e comunicação, no ano de 2022, como não poderia deixar de ser, esteve orientado para a **promoção e divulgação do Censo Demográfico**, em inúmeras iniciativas de comunicação e marketing que alcançaram e contemplaram diferentes e variadas mídias. No entanto, em nenhum momento, houve descontinuidade no calendário regular de divulgação das pesquisas

conjunturais, estruturais, atividades geocientíficas e educativas.

A dimensão da disseminação e comunicação realizadas para o Censo 2022 envolveu a coordenação, o acompanhamento e controle das atividades de uma variada gama de produções gráfica e editorial visando a elaboração de peças e materiais voltadas para: treinamento de recenseadores e técnicos; instrumentos de coleta; confecção de peças promocionais e de divulgação; e tarefas de planejamento de aquisições de serviços e materiais. Articulada a todo esse trabalho foi organizada e efetivada uma complexa rede de distribuição, envio e despacho para todas as 27 Unidades da Federação.

O IBGE esteve presente, também, na disseminação de outros acontecimentos, com destaque para as comemorações do **Bicentenário da Independência** e do **Sesquicentenário da realização do primeiro Censo do Brasil**, em 1872. A esse respeito, além da promoção de vários seminários temáticos, o IBGE lançou diferentes produtos:

- o **website do Bicentenário** [↗](#);
- uma publicação comemorativa, denominada **As estatísticas nas comemorações da Independência do Brasil** [↗](#);
- o **Almanaque do Censo Demográfico** [↗](#); e





- o jogo digital “Desafio da Independência”

O Portal do IBGE foi enriquecido com novos canais e funcionalidades, ações que são realizadas sistematicamente e rotineiramente, uma vez que o Portal é a principal via de entrada e de acesso para dados e informações, produtos, serviços e notícias. Ainda em relação ao Portal, foram aplicadas inúmeras atualizações e ajustes do *hotsite* do Censo censo2022.ibge.gov.br, além de ser disponibilizada a oferta de diferentes serviços a todos os envolvidos na operação censitária.

Outro setor da disseminação é o campo que combina as produções editorial, gráfica, documentação e normatização. Em 2022, foram publicados 21 títulos da linha editorial, 2 publicações especiais e 22 informativos. Garantiu-se a edição de todas as publicações regulares e especiais do IBGE, como o *Anuário Brasileiro de Estatística* e o *Brasil em Números* (em parceria com o Museu da Gente Sergipana e professores colaboradores), entre outras.

Um dos aspectos singulares da disseminação e comunicação é a gestão da informação e do conhecimento. Nesse âmbito, destacaram-se as iniciativas permanentes da Biblioteca do IBGE e da Memória IBGE. A Memória, além do lançamento do *Almanaque do Censo Demográfico*, criou a série *O IBGE é história*, publicada na Intranet institucional.





16

Ampliar e fortalecer a gestão do conhecimento

Cabe, ainda, destacar a iniciativa de criação do **Repositório Digital do IBGE**. Esse repositório consiste em um ambiente informacional digital e interoperável dedicado ao gerenciamento e acessibilidade da coleção de objetos digitais do IBGE, contemplando a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e a ampla disseminação das informações produzidas no ambiente institucional. Desse modo, constitui-se como uma importante ferramenta de **gestão da produção documental institucional**. Funcionará como um mecanismo que permitirá a **manutenção do conhecimento** no interior da organização, disponibilizando-o para gerações futuras e contribuindo, assim, com a gestão do conhecimento organizacional.

Tal iniciativa se insere como um dos projetos estratégicos elaborados para o alcance do Objetivo Estratégico 16 “Ampliar e fortalecer a gestão do conhecimento”, presentes no **Plano Estratégico Institucional** [↗](#).

Para tanto, o IBGE vem implementando e testando o *software* livre DSpace para comportar

tal repositório, dando continuidade às ações de modernização da gestão da coleção física e digital da **Biblioteca Isaac Kerstenetzky** em consonância com modernas técnicas de documentação e a partir da identificação de necessárias melhorias na representação, interoperabilidade e na experiência de navegação e busca no catálogo disponibilizado pela Biblioteca. O planejamento, implementação e organização do Repositório Digital do IBGE está sendo realizado em três principais frentes de trabalho: organização da informação e gestão dos documentos; *layout* e melhoria de interface do sistema; e segurança e preservação digital.

Já se avançou bastante na organização da informação e gestão dos documentos, bem como no desenvolvimento do *layout* e na melhoria do sistema, em versão de homologação disponível internamente. Entretanto, devido a questões de segurança da informação, sobretudo, ainda é necessário realizar a atualização do *software* DSpace para sua versão mais recente. Essa tem sido a principal dificuldade das equipes envolvidas para prosseguir com as etapas do projeto.

14

Ampliar e fortalecer a comunicação interna

Em 2022, a **Intranet** passou pela primeira grande **reformulação em sua interface visual**, desde a sua implantação em 2015. O objetivo, além de conferir um visual mais moderno, foi evidenciar o conteúdo noticioso produzido pelas diversas áreas do IBGE, além de facilitar o acesso aos serviços e informações aos servidores, em consonância com o Objetivo Estratégico 14 “Ampliar e fortalecer a comunicação interna”. Ao longo do ano, foram publicados mais de 2 000 notícias, informes e comunicados.

Uma atividade que congrega servidores ativos e aposentados é o **Coral do IBGE**, criado no final da década 70, que também possui representação em alguns Estados. O grupo musical contribui para a melhora da motivação dos servidores, bem como se constitui em um importante reforço à imagem institucional, representando, adicionalmente, uma estratégica ferramenta de apoio à disseminação das atividades do IBGE. Em 2022, foram gravados **vídeos com a participação dos corais do Instituto** [↗](#), que foram disponibilizados no **canal do IBGE no Youtube**. Além disso, com



a diminuição do isolamento social, foi possível retomar as apresentações presenciais em 11 eventos, de agosto a dezembro. Esses também foram transmitidos pelas redes do IBGE.

Alguns pontos atestam relevantes modernizações conduzidas pelo Instituto. Pode-se citar a produção de **conteúdo em Libras**, por meio da parceria do **IBGEeduca**  com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Foram produzidos: um mapa interativo com o sinal das Grandes Regiões; ilustrações estáticas com esses mesmos sinais; e um **vídeo sobre o Censo** .

Cabe mencionar, também, a organização de *workshop* em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (United Nations Population Fund - UNFPA) e o WorldPop, uma organização internacional de pesquisas. A finalidade foi capacitar profissionais do IBGE em técnicas, que integram estatística e geografia, para a produção de estimativas populacionais. Além da realização de webinários sobre o uso de telefonia móvel para estatísticas em parceria com o **Hub Regional de Big Data no Brasil** .

Em 2022, num cenário de consolidação do Programa de Gestão e Desempenho - PGD e de internalização da realização de atividades remotas, multiplicaram-se os seminários, re-

uniões, eventos e encontros, realizados com o suporte das plataformas Microsoft Teams e Cisco Webex. Foram realizados, também, encontros e eventos presenciais que, igualmente, foram transmitidos (ou seja, em formato híbrido). Assim, pode-se promover ampla troca de conhecimentos e compartilhamento de experiências. Entre muitos eventos, destacam-se:

- Lançamento do Censo Demográfico 2022 no Museu do Amanhã, Rio de Janeiro;
- Seminário Coordenações Estaduais;
- *Webinar* Aglomerados Subnormais;
- Observa Censo 2022 - Encontro com observadores internacionais;
- 1ª Reunião Técnica dos Bibliotecários do IBGE; e
- 5º IBGE de Portas Abertas para a Escola, cujo tema foi: “O IBGE nas escolas - As informações oficiais sobre o Brasil nas salas de aula”.

Na gestão da comunicação, que objetiva garantir a divulgação dos produtos, serviços e informações institucionais para a mídia e a sociedade, o IBGE atuou em duas frentes: **atendimento à imprensa** e **produção de conteúdo multimídia para a Agência IBGE Notícias**, alinhada com os valores e objetivos de sua **Política de Comunicação Integrada** .

Em especial, destacam-se o planejamento e a execução do **Plano de Comunicação do Censo Demográfico 2022**, que incluiu uma sequência de etapas: (i) processos seletivos; (ii) a Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios; (iii) início da coleta domiciliar; (iv) acompanhamento da coleta em territórios quilombolas e indígenas; (v) balanços mensais da coleta; e (vi) divulgação dos resultados prévios. Cada uma dessas etapas foi acompanhada por entrevistas coletivas e individuais presenciais e *on-line*, produção de *releases*-notícias, vídeos e gravação de *podcasts*. Com o objetivo de trocar experiências e conhecimento, tal plano foi apresentado para equipes dos institutos oficiais de estatística do Reino Unido, do Uruguai e de Moçambique.

Foi organizado, também, o **Seminário do Censo para Jornalistas**, ocasião em que se lançou o **Guia do Censo 2022 para jornalistas** , que contou com mais de cinco mil *downloads* no ano. A série de reportagens **Censo em Campo**, publicada na Agência IBGE Notícias, contou com 11 matérias retratando as peculiaridades da operação censitária em locais como o Edifício Copan (São Paulo), o aglomerado subnormal Sol Nascente (Distrito Federal), a fronteira entre Brasil e Uruguai (Rio Grande do Sul), o município Careiro da Várzea



(Amazonas) e o Mosteiro de São Bento (Rio de Janeiro), entre outros. Além do **monitoramento contínuo das notícias sobre o Censo**, foram elaborados relatórios semanais e feitos diversos comunicados de esclarecimento à imprensa. Também foi oferecido um **seminário de mídia training** visando à formação de porta-vozes para o Censo 2022.

Apesar da necessária ênfase dada ao Censo, o IBGE também cumpriu com a divulgação do calendário de pesquisas e estudos com uma estratégia específica e adequada para cada demanda. Foram **cerca de 200 produtos divulgados** entre indicadores conjunturais, pesquisas econômicas e sociais e estudos de geociências e pautas institucionais relacionadas à atividade acadêmica desenvolvida pela ENCE (ensino, pesquisa e extensão). Foram produzidos *releases*, notícias e *releases-notícias*, infográficos e vídeos com os porta-vozes, assim como reuniões de *briefing* com os técnicos, pré-embargos com as equipes que atuam nos Estados, embargo com os jornalistas, coletivas e entrevistas presenciais e *on-line*.

Ademais, se consolidou o formato *release-notícia* para as divulgações de produtos das geociências, do Censo e pesquisas estrutu-

rais, a fim de otimizar e elevar a qualidade da produção de conteúdo por meio da inserção de comentários dos porta-vozes responsáveis pelos produtos.

Durante todo o ano, foram feitos **mais de 1 000 atendimentos à imprensa** (sem considerar os atendimentos à mídia nos Estados) e produzidos aproximadamente **150 releases** e **280 releases-notícias** distribuídos via *mailing* de jornalistas da Instituição, **Portal do IBGE** [↗](#), **Agência IBGE Notícias** [↗](#) e canais oficiais nas mídias sociais. Foram produzidas, ainda, **52 edições do podcast Minuto IBGE** (programas 177 a 228), sendo nove deles colaborações regionais e 25 sobre o Censo 2022.

O grande volume de divulgações acarretou alto grau de veiculação de matérias na mídia com citações ao IBGE, que segundo a fornecedora Linear Clipping, **ultrapassaram 300 mil em 2022**, uma alta expressiva quando se compara com 2021 (273 689) e 2020 (199 904), em decorrência da divulgação do Censo.

Além das divulgações *on-line* e no Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), foram realizadas quatro coletivas regionais, sendo três em Brasília (Distrito Federal) e uma em Teresina (Piauí),

e três reportagens, sendo uma em Campo Grande (Mato Grosso do Sul) e duas em Cabo Frio (Rio de Janeiro). Além disso, foram feitas coberturas do Encontro dos Superintendentes; do Observa Censo, que recebeu observadores internacionais; e da divulgação da Prévia do Censo 2022.

Na área de capacitação, também foi oferecido curso para a utilização do **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA** [↗](#) (que permite a consulta aos dados armazenados no banco de tabelas estatísticas do IBGE) para o jornal Folha de S.Paulo e para os novos analistas censitários (jornalistas).

Por fim, ao completar cinco anos de produção jornalística especializada em estatísticas e geociências, a página principal da **Agência IBGE Notícias** passou por uma reformulação para melhorar a experiência dos usuários, no ano do Censo 2022. A nova página amplia a área de notícias e traz quatro destaques com título e foto. As editorias ganharam mais visibilidade e seguem alinhadas à estrutura do **Portal do IBGE**, apresentando todos os temas de modo equilibrado, dando ao usuário mais agilidade na navegação.

Ensino superior, pesquisa e extensão

Valor: Gerar e difundir conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências.

3

Ampliar e fortalecer a difusão do conhecimento

Ensino Superior, Pesquisa e Extensão é outra importante linha de negócio de competência do IBGE, que tem como principais valores entregues para a sociedade a geração e difusão de conhecimentos em: estatísticas sociais, econômicas demográficas e em geociências. Os resultados alcançados contribuíram com as iniciativas estratégicas relacionadas ao Objetivo Estratégico 3 do **Plano Estratégico Institucional**  “Ampliar e fortalecer a difusão do conhecimento”.

O IBGE, por meio da **Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE** , executa ações relativas ao ensino e à pesquisa com oferta de programas de pós-graduação *stricto* e *lato sensu* e o curso de graduação, o Bacharelado em Estatística, iniciados em 1998, 1997 e 1953, respectivamente.

O Curso de Mestrado foi implementado, em 1998, e reformulado, em 2014, com a inclusão do Curso de Doutorado. Inicialmente chamado de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* teve sua nomenclatura alterada, em 2014, para **População, Território e Estatísticas Públicas**, com o início da primeira turma de doutorado em 2015. Desde 1997, oferece a **Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território**, curso *lato sensu*.

Formação de alunos (desde a criação de cada curso)



400 dissertações de mestrado defendidas

21 teses de doutorado defendidas



335 monografias de curso de especialização concluídas



mais de **2 000** bacharéis em Estatística

O curso de pós-graduação *stricto sensu* tem como objetivo a formação de pessoal qualificado para atividades técnicas, de docência e de pesquisa que possam desenvolver abordagens teóricas, métodos e práticas para a produção, análise, interpretação, preservação e disseminação de estatísticas e informações que ampliem o conhecimento das realidades demográfica, econômica, social, territorial e ambiental do País.

Com a reformulação do Programa e a inclusão do nível de doutorado, foram organizadas **duas linhas de pesquisa**, intrinsecamente relacionadas às atividades de pesquisa realizadas no IBGE, a saber: **População, Território e Condições de Vida** e **Produção de Estatísticas Públicas**. A primeira, tem como objetivo o estudo da dinâmica populacional e territorial e das condições de vida da população, principalmente a partir do uso de indicadores e do emprego de métodos e modelos que reflitam tais dinâmicas, explorando as bases de dados existentes a partir de informações quantitativas e qualitativas. A segunda linha, por sua vez, tem como foco o estudo de questões ligadas ao planejamento e à condução de levantamentos como censos, pesquisas amostrais e registros administrativos usados para a produção de estatísticas públicas que retratem o estado e a dinâmica populacional e territorial e as condições de vida da população.



Em relação aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, destacam-se as seguintes ações:

- I. foi constituída comissão para tratar sobre as medidas e os procedimentos necessários para a implantação de **reserva de vagas** nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* da Escola, a qual elaborou seu primeiro relatório **“Ações Afirmativas na Pós-Graduação da ENCE”**, entregue à direção do Instituto. Para subsidiar seus trabalhos, a comissão valeu-se de inúmeros dispositivos legais e normativos, assim como documentos institucionais, ligados à mesma temática, de diferentes instituições de ensino superior do País, como editais de processos seletivos para cursos de pós-graduação, resoluções de conselhos universitários, instruções e portarias normativas sobre comissões de heteroidentificação; e
- II. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES divulgou, em 2022, os resultados da avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento no Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG referentes à Avaliação Quadrienal 2017-2020, na qual **o Programa de Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas da ENCE/IBGE logrou o conceito 5**. Essa avaliação é resultado de um esforço coletivo que envolveu gerações de docentes, discentes e colaboradores. A nota adquirida pelo Programa revela sua consolidação e, o conseqüente fortalecimento em sua trajetória na pós-graduação brasileira.

Ademais, para a pós-graduação *lato sensu*, destaca-se a elaboração do **Projeto Pedagógico de Curso da Especialização**, publicado em setembro e com validade para a turma ingressante em 2023, e do seu **Regulamento**, que está na fase de validação pelo Colégio de Docentes. Para a graduação, foi discutida e realizada uma **atualização do Projeto Pedagógico de Curso - PPC do Curso de Graduação em Estatística**, contemplando mudanças na matriz curricular para incluir a **curricularização da extensão**, a partir do 1º semestre letivo de 2023.

Corpo docente e discente

Durante 2022, atuaram, nos três cursos, o quantitativo de docentes descrito na tabela abaixo.

Número de docentes em 2022

Docentes		2022/1	2022/2
Graduação	Permanentes	25	26
	Colaboradores	5	3
Mestrado/Doutorado	Permanentes	17	16
	Colaboradores	4	4
Especialização	Permanentes	7	7
	Colaboradores	9	9

Fonte: IBGE, ENCE.

Dada a organização trimestral dos cursos de pós-graduação e as atividades de orientação de dissertações e teses, o total de docentes é fixo ao longo do ano, sendo o mesmo em ambos os semestres, exceto quando há algum descredenciamento do Programa ou aposentadoria, como foi o caso do 2º semestre de 2022. Destaca-se que, na Especialização, o quantitativo de colaboradores é superior aos outros dois programas (graduação e pós-graduação *stricto sensu*) dado o caráter temático do curso, que relaciona áreas do saber específicas em geociências e, conseqüentemente, é concebido com a forte colaboração de profissionais do Instituto que atuam nessa área do conhecimento.

Por sua vez, as informações sobre o número de turmas abertas, em 2022, nos cursos de graduação e de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) constam na tabela trazida na página seguinte.

Os cursos de pós-graduação oferecem um número inferior de turmas, em relação aos níveis de mestrado e especialização, dado que, nos dois primeiros, as disciplinas são cursadas durante um ano e, no doutorado, durante dois anos.

Número de turmas abertas em 2022

Nível	Graduação (semestre)		Mestrado/Doutorado (trimestre)			Especialização (trimestre)		
	2022/1	2022/2	2022/1	2022/2	2022/3	2022/1	2022/2	2022/3
Período	2022/1	2022/2	2022/1	2022/2	2022/3	2022/1	2022/2	2022/3
Disciplinas obrigatórias	33	32	3	3	2	10	10	10
Disciplinas eletivas	11	11	2	3	4	0	0	0
Total	44	43	5	6	6	10	10	10

Fonte: IBGE, ENCE.

Em 2022, no Curso de Graduação em Estatística, foram matriculados **415 alunos** distintos. Se considerarmos o número de matrículas, foram **276** no 1º semestre letivo e **325** no 2º semestre letivo, em dois turnos. No Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em 2022, estiveram regularmente matriculados **80 alunos**. Desses, 26 alunos ingressaram em 2022, sendo 18 em nível de mestrado e oito de doutorado. Além disso, 12 concluíram o mestrado e cinco o doutorado. No tocante ao curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, em 2022, foram realizadas duas reclassificações, tendo sido convocados todos os 43 candidatos aprovados no processo seletivo. Ao final do 1º trimestre, o curso contou com 19 matrículas regulares, chegando ao final do ano com **15 alunos matriculados**. Além dessas 15 matrículas, há 11 alunos da turma 2021 em

elaboração de monografia (com prazo para sua defesa até o mês de fevereiro de 2023).

Os processos seletivos para ingresso de alunos, em 2022, ofertaram **120 vagas na graduação**, sendo 60 vagas para o turno noturno (1º semestre) e 60 vagas para o turno matutino (2º semestre). Para os programas *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) e *lato sensu*

(Especialização), respectivamente, são feitos processos seletivos anuais, ofertando até **20 vagas para o mestrado**, até **10 para o doutorado** e até **30 para a especialização**. Para a seleção dos ingressantes em 2023, os processos foram realizados em 2022. As informações sobre os processos seletivos constam na tabela abaixo.

Número de candidatos e relação de candidatos por vaga nos processos seletivos discentes de 2022

Nível	Graduação (semestre)		Mestrado	Doutorado	Especialização
	2022/1	2022/2			
Período	2022/1	2022/2	2022		
Número de candidatos	287	239	31	22	68
Candidatos por vaga	4,78	3,98	1,55	2,2	2,27

Fonte: IBGE, ENCE.



Os totais de alunos com conclusão de curso, em 2022, constam na tabela a seguir.

Número de alunos concluintes por nível de ensino em 2022

Nível	Alunos concluintes
Graduação (1)	27
Mestrado	12
Doutorado	5
Especialização	15
Total	59

Fonte: IBGE, ENCE.

(1) Número de alunos que concluíram a graduação (colação de grau) em 2022.

Atividades de ensino e eventos acadêmicos

Após quase dois anos de aulas remotas síncronas, em função da pandemia da COVID-19, a ENCE retornou às atividades presenciais, em março de 2022. Assim, após um período de desafios e avanços com o ensino e as atividades acadêmicas remotos, foram retomadas as aulas, os exames de qualificação, as defesas de trabalho de final de curso, monografia, dissertação e tese, assim como algumas capacitações e treinamentos. Entretanto, a apropriação do uso de tecnologias de comunicação e informação nas atividades acadêmicas permitiu que alguns eventos, seminários e defesas pudessem continuar acontecendo de forma

híbrida, permitindo a participação de convidados, palestrantes e professores externos, em um contexto de redução de custos e ampliação e diversificação das temáticas discutidas.

Além das disciplinas da grade curricular, no intervalo de recesso do final do 2º semestre letivo de 2021, que terminou em fevereiro de 2022, foi oferecido o **minicurso “Introdução às séries temporais hierárquicas em R”** e, também, o **curso a distância “Noções de Estatística do Cotidiano”**, cuja turma piloto foi composta de alunos ingressantes na graduação. Em 2022, os próprios alunos do Curso de Graduação em Estatística da ENCE puderam, com apoio institucional, organizar oficinas (minicursos, tutorias, *softwares*, pacotes etc.), as quais foram oferecidas aos outros alunos do curso. Ocorreram as seguintes oficinas: **“Introdução ao ggplot2”** e **“Git essencial e Github”**, com 31 e 21 alunos participantes, respectivamente.

A ENCE acompanha regularmente os estágios realizados pelos alunos da graduação. No 1º semestre letivo de 2022, **61 alunos** realizaram estágio supervisionado, com **remuneração média de R\$ 1 558,00**. No 2º semestre letivo de 2022, **47 alunos** realizaram estágio supervisionado, com **remuneração média de R\$ 1 596,00**. As atividades de estágio são sempre reguladas por meio de convênios firmados pelo IBGE com as empresas contratantes.

Também é importante destacar que, em 2022, foram organizados: o **III Workshop ENCE e o Mercado de Trabalho**, a **Comemoração do Dia do Estatístico**, a **VI Semana de Iniciação Científica - SEMIC**, além das **Tardes Culturais**.





No âmbito da Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, ocorreram a aula inaugural e dois seminários ao longo do ano. Os seminários, realizados na abertura do 2º e do 3º trimestres, tiveram como temática central **“A Geografia no Censo 2022: inovações e potencialidades para a análise ambiental e a gestão do território”**.

Cumprir mencionar, ainda, a realização do **Seminário de Projetos de Monografia**, realizado nos dias 23 e 30 de maio, para apresentação das monografias em andamento da turma 2021; e o **seminário docente**, realizado no dia 21 de novembro, que contou com a apresentação de 13 docentes do curso para exposição de seus projetos e interesses de pesquisa, a fim de estruturar a distribuição das orientações das monografias da turma 2022.

Por fim, foram realizadas as seguintes atividades extraclasse, ao longo do ano: visita técnica ao Herbário do Jardim Botânico, no dia 05 de agosto; trabalho de campo na Bacia do Rio Bonfim, em Petrópolis (Rio de Janeiro), no dia 12 de agosto; e exercício de campo integrado na Zona Oeste do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), no dia 05 de novembro.

Ao longo do ano letivo, a pós-graduação também foi responsável por conduzir, de forma conjunta

com a graduação, os **Seminários ENCE**. De março a dezembro de 2022, palestrantes apresentaram suas temáticas de pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento, relacionadas aos cursos de mestrado e doutorado. Professores de universidades brasileiras e estrangeiras, assim como pesquisadores de instituições como Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, Secretaria do Tesouro Nacional - STN, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação - CETIC.br e do próprio IBGE compartilharam com docentes, discentes e o público em geral, por meio de videoconferências, seus conhecimentos, métodos e abordagens de pesquisa.

Em agosto de 2022, 15 discentes de mestrado da turma de 2021 participaram do **Seminário de Dissertação**, oportunidade em que apresentaram os avanços obtidos em seus respectivos projetos de dissertação, etapa obrigatória, conforme regulamento, e de suma importância para viabilizar as defesas dentro do prazo regulamentar. Por seu turno, também houve a realização de **oito exames de qualificação** de alunos do curso de doutorado, requisito obrigatório para as posteriores defesas de tese.

Bolsas de estudo e auxílios

Como incentivo ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos, a ENCE ofertou bolsas nos cursos de graduação, mestrado e doutorado. Na graduação, a participação dos discentes em atividades de apoio didático e de pesquisa foi garantida com a oferta de **bolsas de monitoria**. Com o intuito de estimular o desenvolvimento do pensamento científico e facilitar a iniciação nas atividades de pesquisa dos estudantes, a ENCE mantém o **Programa de Iniciação Científica**, com bolsas financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e pelo IBGE. Outra iniciativa é o **Projeto Ação Afirmativa - Inclusão Social**, cujo objetivo é propiciar condições de permanência do aluno com carência financeira na graduação e, conseqüentemente, com maior dedicação aos estudos e aumento no rendimento escolar.

No Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, foram ofertadas bolsas, com recursos do **Programa de Demanda Social - CAPES**. Adicionalmente, também foram implementadas bolsas financiadas pelo IBGE. Em 2022, cinco alunos de doutorado realizaram estágio de docência, em disciplinas ofertadas no 1º semestre, e sete, em disciplinas no 2º semestre, a nível de graduação. Ainda em 2022, foi mantido o **projeto**

de cooperação com a Diretoria de Pesquisas e com o Ministério do Turismo, iniciado em 2019, com a oferta de bolsas de estudo para realização de pesquisas na área de turismo e com uso da PNAD Contínua, reafirmando o compromisso de docentes e discentes quanto aos prazos regularmente assumidos para a conclusão desses níveis de ensino.

Os quantitativos de bolsas ofertadas constam nas tabelas a seguir.

Número de bolsas e auxílios ofertados a nível de graduação

Programa ou fonte financiadora	1º semestre	2º semestre
Monitoria	6	8
Programa de Iniciação Científica	(1) 8	(2) 7
Projeto Ação Afirmativa - Inclusão Social	7	10

(1) Sendo 5 pelo CNPq. (2) Todas pelo CNPq.

Número de bolsas ofertadas a nível de pós-graduação

Programa ou fonte financiadora	Mestrado		Doutorado	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre
Programa de Demanda Social - CAPES	11	11	-	-
Financiadas pelo IBGE		(1) 1		(1) 1
Projeto de cooperação com o Ministério do Turismo		(1) 2		(1) 3

(1) Anual.

Dois projetos contemplados em editais, ao longo de 2022, poderão contribuir para o aumento do número de bolsas e intercâmbio de pesquisadores no âmbito da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a partir de 2023. O projeto intitulado “Aspectos da Dinâmica Demográfica Brasileira pós-COVID-19 a partir dos dados do Censo Demográfico 2022” foi contemplado no Programa CAPES/DAAD - PROBRAL, o qual apoia projetos conjuntos de pesquisa desenvolvidos por grupos brasileiros e alemães vinculados a instituições de ensino superior e/ou de pesquisa. O projeto aprovado é fruto de uma parceria com o Max Planck Institute for Demographic Research - MPIDR da Alemanha e conta com pesquisadores oriundos do IBGE e da UERJ. A previsão de execução é de cinco anos, a partir de 2023, e está prevista a concessão de bolsas de doutorado sanduíche, pós-doutorado e intercâmbio de pesquisadores. O desenvolvimento desse projeto representa

uma grande oportunidade de formação de redes de pesquisa e internacionalização do Programa de Pós-Graduação da ENCE, contribuindo para sua consolidação.

O segundo projeto foi aprovado no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação - PDPG - Pós-Doutorado Estratégico, da CAPES. Intitulado “Censo Demográfico 2022: agregando valor com análises da qualidade, dos métodos, das inovações e dos resultados”, o projeto prevê análises que contribuam na compreensão das profundas mudanças populacionais e espaciais que ocorreram no período 2010-2022 – marcado por mudanças sociais, políticas e econômicas, incluindo a pandemia de COVID-19 e questões diretamente relacionadas com a metodologia e qualidade da pesquisa. Estão previstas duas bolsas de pós-doutorado e uma pesquisadora já foi selecionada como primeira bolsista. Além dessa, esse projeto conta, atualmente, com mais dois pesquisadores não-bolsistas, com tutoria por professores do quadro permanente do Programa contribuindo nas atividades acadêmicas.

Além das atividades de docência em sala de aula, os professores: (i) participaram de projetos de pesquisa (vários contemplados em editais por agências de fomento); (ii) realizaram

orientações de trabalhos de final de curso/monografias/dissertações/teses; (iii) tiveram publicações em periódicos classificados pelo Qualis da CAPES (sistema da CAPES utilizado para estratificação da qualidade de artigos publicados em periódicos científicos); (iv) participaram de comitês, comissões, comitês editoriais de periódicos científicos; (v) participaram na organização de eventos pertinentes à Estatística, Geociências, Demografia e ao IBGE; e (vi) e fizeram parte dos quadros de diretoria de associações científicas, como a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa - ABEP e o Instituto Interamericano de Estatística (Inter-American Statistical Institute - IASI).

Atividades de pesquisa e extensão

6 Ampliar e fortalecer a institucionalização da pesquisa acadêmica e a extensão

O **Núcleo de Pesquisas** promoveu ações para dar maior articulação e visibilidade às atividades de pesquisa e de extensão realizadas por docentes. Essas ações estão relacionadas ao Objetivo Estratégico 6 “Ampliar e fortalecer a institucionalização da pesquisa acadêmica e a extensão” do **Plano Estratégico Institucional** . Foram cadastrados, no Núcleo,

59 projetos de pesquisa e de extensão, coordenados por docentes da Escola, na sua maioria, com participação discente. Com base nos projetos cadastrados, foi elaborada a primeira edição do **Catálogo de Projetos da ENCE**, cuja publicação será anual. A publicação de 2022 traz **44 projetos de pesquisa**, dentre os quais figuram 17 projetos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC e cinco do Programa Institucional de Projeto de Pesquisa para Alunos de Graduação - PPAG. Somam-se a esses três projetos de extensão, cinco projetos em colaboração com outras áreas do IBGE ou outras instituições, além de um livro em revisão e quatro livros publicados como resultado de estudos e pesquisas realizadas como parte da atividade docente e discente na Escola.

O **Hub Regional da ONU para Big Data no Brasil**  (*UN Big Data Regional Hub in Brazil*), fruto de um memorando de entendimento celebrado entre o IBGE e a Divisão de Estatística do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU - (United Nations Statistics Division - UNSD), em 8 de abril de 2021, com os objetivos de facilitar o desenvolvimento de projetos com o uso de *big data* e ciência de dados para a produção de estatísticas oficiais e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável - ODS, é coordenado pela ENCE. O *Hub* está sediado na ENCE, sob a liderança do Núcleo de Pesquisas, e conta com a participação de servidoras e servidores de diversas unidades do IBGE.

Ao longo do ano de 2022, foram realizadas atividades de capacitação e de pesquisa, além de diversas atividades para o fortalecimento da cooperação entre os institutos de estatística da América Latina e do Caribe e para alavancar o uso de *big data* para estatísticas oficiais ao redor do mundo. As atividades de capacitação incluíram duas oficinas, quatro webinários e uma conferência. E, estiveram em curso três projetos de pesquisa, sendo dois deles acadêmicos.

O IBGE, por meio do *Hub*, também colaborou na organização da **7ª Conferência Internacional sobre Big Data e Ciência de dados para Estatísticas Oficiais**, realizada pelo Comitê de Especialistas em Big Data e Ciência de Dados das Nações Unidas (United Nations Committee of Experts on Big Data and Data Science for Official Statistics - UNCEBD), e realizou consulta anual para acompanhar a evolução do uso de *big data* pelos institutos nacionais de estatística da América Latina e no Caribe.



Melhoria e inovação

5

Aprimorar procedimentos para o uso de registros administrativos, bases de dados e dados não estruturados

Na **Cadeia de Valor do IBGE**  também está presente a linha de negócio Melhoria e Inovação, a qual engloba as atividades cujo objetivo é o desenvolvimento da capacidade institucional para realizar novas atividades ou aprimorar a eficiência daquelas já existentes. Algumas dessas atividades se inserem em projetos ligados ao Objetivo Estratégico 5 “Aprimorar procedimentos para o uso de registros administrativos, bases de dados e dados não estruturados”.

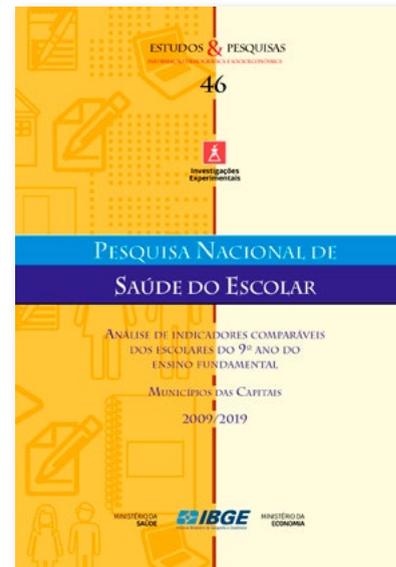
Abordaremos, a seguir, as principais atividades e resultados para o ano de 2022.

Registros administrativos

Principais iniciativas e resultados

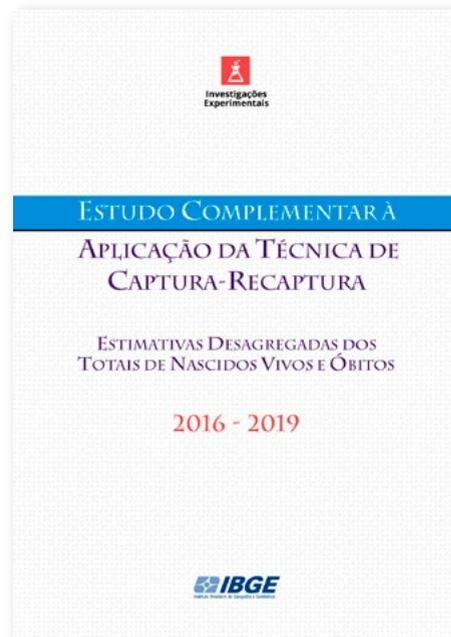
Uma série de bases de dados de registros administrativos foi incorporada às pesquisas para complementar e melhorar seus processos, além de terem sido realizadas etapas preparatórias para o aproveitamento de novos registros em outras pesquisas. A seguir, apresenta-se a lista de iniciativas nesse sentido:

- I. Utilização de bases de registros administrativos externos e internos, para pareamento de informações, nas pesquisas domiciliares, realizadas de forma pioneira por telefone, com a finalidade de **identificação dos números de telefone dos moradores**. Foram nove bases no total: Auxílio Emergencial, Cadastro Único, Receita Federal, SERCOMTEL, Base dos Servidores, Vivo, Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Ministério da Saúde - MS e Oi;
- II. Divulgação do estudo **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental - municípios das capitais - 2009/2019** , com o selo de Estatísticas Experimentais;
- III. Utilização de registros administrativos na Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM, com a finalidade de apoiar a **estimativa da produção de leite** e a identificação e **estimativa dos rebanhos nos municípios**. Em alguns casos, os números são considerados como o valor mínimo a ser registrado na pesquisa. Os registros utilizados fazem parte da base de dados da Plataforma de Gestão Agropecuária - PGA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, das Defesas Agropecuárias Estaduais, além de bases de dados de grandes empresas integradoras;
- IV. Implementação de **imputação de dados das Pesquisas Trimestrais da Pecuária** utilizando a base de dados da Plataforma de Gestão Agropecuária do MAPA, para estabelecimentos industriais cadastrados no Serviço de Inspeção Sanitária - SIF do MAPA;
- V. Utilização de **imputação da base de dados do Sistema Nacional de Informações de Saneamento - SNIS para uso na Conta da Água**, em pesquisas de Contas Nacionais;
- VI. Desenvolvimento de **estudos de pareamento** das bases de dados do Registro Civil do IBGE com as bases de dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC. O objetivo principal é avaliar a cobertura e qualidade dos dados, com vistas a **futura possibilidade de recebimento dos dados dos cartórios** via SIRC, substituindo a cole-



ta feita por servidores em contato direto com esses estabelecimentos;

- VII. Desenvolvimento do *Estudo Complementar à Aplicação da Técnica de Captura-Recaptura: Estimativas Desagregadas dos Totais de Nascidos Vivos e Óbitos* , trazendo novos indicadores desagregados pelas variáveis que compõem o modelo utilizado para **estimar os totais de nascidos vivos e de óbitos**, divulgado no dia 14 de dezembro de 2022 com o selo de Estatísticas Experimentais;



- VIII. Acordo de Cooperação Técnica com Ministério da Justiça - MJ, Polícia Federal - PF e Universidade de Brasília - UnB para parear, harmonizar, sistematizar e disseminar **registros administrativos sobre migrações internacionais e refúgio**, entre eles autorizações de trabalho, autorizações de residência, movimentação pelos postos de fronteiras, solicitações e concessão de refúgio, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED;
- IX. Manutenção do GT Migração e avanço no trabalho com registros administrativos que possam orientar o **comportamento da mobilidade espacial interna da população**, envolvendo pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Universidade de Campinas - UNICAMP, Escola Nacional de Administração Pública - ENAP e Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE. Os registros trabalhados foram os da RAIS e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;
- X. Continuidade do pareamento entre as bases de dados do Registro Civil e do Ministério da Saúde, referentes aos eventos vitais (nascimentos e óbitos), seguido pela aplicação da técnica de captura-recaptura a fim de obter **estimativas dos totais de eventos vitais**, com resultados divulgados anualmente; e

- XI. Acordo de Cooperação Técnica com o INEP para estimular e promover o intercâmbio e o desenvolvimento conjunto de estudos e pesquisas, produtos de disseminação de conhecimento técnico-científico, organização e participação em atividades e eventos para a ampliação e o desenvolvimento da capacidade técnica e da experiência das equipes.

No âmbito das Geociências, por sua vez, destaca-se um importante avanço no uso de registros administrativos e novas tecnologias: o uso da **Plataforma Geográfica Interativa - PGI**, comumente usada nas divulgações de resultados do IBGE, para o **Monitoramento Geoespacial da Coleta - MGC do Censo Demográfico 2022**, já citado anteriormente. Aqui, destaca-se a utilização de registros administrativos (endereços da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL) o que possibilitou a identificação de **áreas com potencial falha de cobertura da operação censitária**. Com a PGI, as equipes podem verificar a situação da coleta por diversos recortes geográficos em um mapa interativo atualizado diariamente. Outros indicadores ajudam a identificar áreas que merecem atenção das equipes de campo como: percentual de domicílios com recusa; percentual de domicílios com morador ausente; percentual de domicílios vagos; e percentual de domicílios com uso ocasional.

Ainda em relação ao **Censo Demográfico 2022**, cabe ressaltar que, na preparação para as atividades de coleta, o IBGE trabalhou com registros administrativos oriundos de outras instituições, como o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, beneficiários do Auxílio Emergencial e dados de unidades consumidoras de baixa tensão das distribuidoras de energia elétrica, obtidos junto à ANEEL, para o aprimoramento do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE.

Aprimoramento do CNEFE



29 milhões

de telefones em 16 milhões de endereços pareados no CNEFE para suporte às atividades do Censo para o caso de domicílio com morador ausente ou dificuldades na abordagem ao informante



531 mil

endereços presentes nesses registros e que não foram encontrados no CNEFE



Na avaliação da cobertura da operação censitária, em especial no encerramento da coleta nos Municípios, pois os dados da ANEEL são a única fonte externa disponível para comparação com o total de domicílios recenseados pelo IBGE

A expectativa é de que esses processos sejam intensificados no próximo ciclo intercensitário, inclusive a partir da disponibilidade dos **dados dos números dos CPFs obtidos durante o Censo Demográfico**, no caso daqueles moradores que prestaram as informações em cada domicílio, o que tende a ampliar as possibilidades de utilização desses registros, uma vez que o IBGE continuará a receber esses e outros registros administrativos nos próximos anos.

Cabe ressaltar que os registros administrativos recebidos de outras instituições estão **resguardados sob o sigilo estatístico** adotado amplamente pelo IBGE em todas as suas atividades, princípio esse no qual todo dado que contenha informações pessoais e individualizadas não pode ser repassado ou divulgado pela instituição.

A segurança da informação para o uso de registros administrativos

Para o desenvolvimento de iniciativas que envolvam o uso de registros administrativos, o IBGE deve observar a necessidade de que estejam explicitados os metadados dos acervos, a forma de obtenção regular dos dados, a periodicidade, o sigilo e o retorno e contrapartida, se houver. Nesse sentido, a **Política de Governança de Dados** do IBGE direciona as atividades principais a serem desenvolvidas para incorporação segura desses dados, bem como as responsabilidades de cada área na disponibilização deles.

Desde o início das negociações para a incorporação de registros administrativos, uma série de ações de planejamento devem ser adotadas: (i) a **preparação para a recepção dos dados**, do ponto de vista de tecnologias e produção, para que haja a disponibilização de infraestrutura adequada (*links*, *segurança*, *storage*, gerenciadores de bancos/acervos, automatização de processos, janelas temporais para as transmissões e

outros do gênero); e (ii) a **avaliação da área de desenvolvimento de sistemas e de acervos** quanto à inserção dos dados no IBGE, a entrada desses nos sistemas e o seu uso para análise, além da incorporação ao acervo do IBGE, o que poderá ser apartado ou não do acervo de produção própria, numa decisão posterior.

Em outra escala, o IBGE deverá estar atento a procedimentos de **digitalização, de mineração e de Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED**. O grande volume de dados e as ofertas de acesso aos dados por diferentes fontes tecnológicas demandam a implementação de uma governança de dados cada vez mais eficiente, área em que o Instituto pode avançar sobremaneira. Deve-se destacar, também, a obrigação de proteger os dados, tanto os coletados quanto os adquiridos por registros administrativos de entes públicos, como os obtidos através do **ConectaGov**, que permite o compartilhamento de dados entre órgãos governamentais, ou privados, garantindo sempre a rastreabilidade e o privilégio mínimo. A governança dos dados também é muito relevante nesse objetivo, assim como a **Política de Privacidade** , para garantir a observância dos princípios de proteção de dados estabelecidos na **Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, Lei n. 13.709, de 14.08.2018** .

O IBGE já elaborou normativos para regular essas interações com outros órgãos e empresas para o compartilhamento de dados e isso deve ser observado e submetido aos parceiros externos. Por causa dos inúmeros contatos e intercâmbio de cadastros, dados e informações já realizados, o IBGE amadureceu ainda mais seus procedimentos, não somente na estruturação de um documento formal, mas, também, nas tecnologias que apoiam tal intercâmbio. Vários esforços foram realizados e, até mesmo, **foi realizada uma avaliação externa, via Banco Mundial**, sob a ótica de segurança da informação.

Pesquisas amostrais

Em relação às atividades realizadas para a inovação institucional, foram elaborados diversos planos amostrais para novas pesquisas ou alteração de periodicidade de pesquisas já existentes, bem como estudos sobre novos planos amostrais e sobre sigilo em microdados e tabelas, conforme lista abaixo:

- I. Estudos sobre sigilo nos microdados da Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar - PeNSE;
- II. Adaptação das amostras das pesquisas econômicas ano base 2020 às mudanças metodológicas oriundas da substituição gradativa da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS pelo

Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhista - eSocial;

- III. Estudos para elaboração da Pesquisa de Consumo Intermediário - PCI;
- IV. Estudos para a definição de frações amostrais diferenciadas para as Terras Indígenas e Territórios Quilombolas, Aglomerados Subnormais e divisões intramunicipais para o Censo Demográfico 2022;
- V. Elaboração de guia com as formas de apresentação de erros amostrais associados às estimativas obtidas a partir de pesquisas por amostragem probabilística;
- VI. Elaboração da nova amostra e soluções cadastrais da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física - PIM-PF; e
- VII. Desenho amostral da Pesquisa de Inovação Semestral 2021: Indicadores básicos, bem como tratamento dos resultados (calibração, imputação de dados qualitativos com utilização do *software* estatístico Canadian Census Edit and Imputation System - CANCEIS e expansão).

Avanço no uso da tecnologia

Principais iniciativas e resultados

Na gestão das mudanças tecnológicas, o IBGE tem trabalhado para caminhar em direção ao *big data*, ao uso de novas ferramentas de coleta, como o *web scraping*, e rumo à adoção de diferentes formas de processamento e de armazenamento de dados. Houve implementação de novas ferramentas de tecnologia da informação, expansão no uso dessas e de outras ferramentas e automatização de processos. Também, foram realizadas ações para viabilizar novas melhorias no futuro próximo. As implementações e ações de viabilização, referentes às suas pesquisas, constam a seguir:

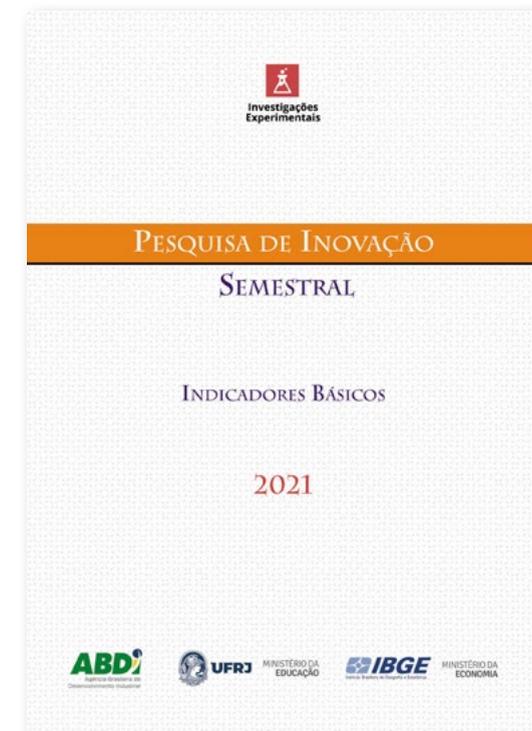
- I. Finalização do trabalho previsto em Acordo de Cooperação Técnica - ACT com o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br, a fim de desenvolver metodologia para produzir **indicadores de tecnologia e comércio eletrônico com base em informações presentes na Internet**, utilizando técnicas de *web scraping*, a partir de informações de empresas respondentes da Pesquisa Anual do Comércio - PAC;
- II. **Automatização da crítica das pesquisas anuais da agropecuária** (Produção Agrícola Municipal - PAM, Produção da Extração Vegetal e Silvicultura - PEVS e Pesquisa da

Pecuária Municipal - PPM) e das Pesquisas Trimestrais da Pecuária (em andamento), por meio da utilização de um programa desenvolvido na linguagem *Python*, reduzindo o tempo entre a finalização da coleta e o envio da crítica de dados para a supervisão estadual;

- III. Estudos de viabilidade do uso de técnicas de *web scraping* para **coleta de preços on-line de hospedagem**;
- IV. Desenvolvimento de um projeto de **utilização do sensoriamento remoto para auxiliar a produção de estatísticas agropecuárias**, reduzindo a subjetividade que permeia algumas pesquisas;
- V. Implantação dos **questionários das pesquisas agropecuárias no Dispositivo Móvel de Coleta - DMC**, o mesmo utilizado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua e em outras pesquisas do IBGE, o que ainda está em desenvolvimento, de modo a substituir os questionários em papel utilizados hoje por questionários eletrônicos;
- VI. Realização da **Pesquisa de Inovação Semestral 2021: indicadores básicos** , com coleta híbrida, realizada através de entrevistas assistidas por telefone (*Computer-assisted Telephone Interviewing* - CATI) combinadas com um modelo de entrevistas assistidas por computador (*Computer Assisted Self-Interviewing* - CASI),

cujos resultados foram divulgados em 2022, com o selo de Estatísticas Experimentais;

- VII. **Automatização** de diversos processos de **análise de resultados, crítica e divulgação das pesquisas estruturais por empresa** (Pesquisa anual de Serviços - PAS, PAC, Pesquisa Industrial Anual – Empresa - PIA-Empresa, Pesquisa Industrial Anual – Produto - PIA-Produto e Pesquisa Anual da Indústria de Construção - PAIC), por meio de programas em SAS e R, com ganho de produtividade e diminuição de erros;





- VIII. Desenho de uma metodologia para a **imputação manual de variáveis e blocos de variáveis da PAS**;
- IX. Desenho de uma rotina para identificar prioridades para a rede de coleta a partir dos agregados da PAS, a qual permite que se identifique problemas no dado agregado regional com maior antecedência, podendo ser um mecanismo de **tornar mais eficiente a crítica regional da PAS**;
- X. Automação do **atendimento a usuários vinculados a Organismos Multilaterais**;
- XI. Disponibilização de bases sintéticas das pesquisas econômicas estruturais (PAC, PAS, PIA, PAIC e Pesquisa de Inovação - PINTEC), que permitirão a pesquisadores **desenvolver seus programas antes de acessar a Sala de Acesso a Dados Restritos - SAR do IBGE**;
- XII. Estudos para aplicação de novas ferramentas que possibilitem a **confecção de dashboards interativos e automatizados** para as pesquisas especiais por empresa, como a PINTEC, como soluções em *Power BI*, em *Python* e *R Markdown*;
- XIII. Desenvolvimento em curso do **Sistema de Contas Anuais** para cumprir o objetivo de consolidar a compilação dessa estatística, por meio do registro de operações econômicas e trazendo funcionalidades que permitam a análise e consolidação desses dados, utilizando um grau avançado de automação que permita o foco dos

analistas econômicos na avaliação dos dados em detrimento de tarefas operacionais. O Sistema de Contas Anuais foi pensado com o objetivo inicial de ser uma evolução ao atual sistema ERETES, *software* desenvolvido pelo instituto de estatística da França, Institut National de La Statistique et des Études Économiques - INSEE que está em uso, no Brasil, desde 2002, mas que se encontra defasado tecnologicamente por ter sido desenvolvido ainda na década de 90;

- XIV. Iniciado **estudo de uso da aprendizagem de máquina** (*learning machine*) para previsão das estimativas de produtos estocados da pesquisa de estoques; e
- XV. **Revisão da série histórica do abate de frangos** da Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, baseada em **modelo matemático desenvolvido pela EMBRAPA Suínos e Aves** para estimativa de conversão de peso de carcaça animal. A EMBRAPA participou de reuniões técnicas virtuais para planejamento e avaliação. Estudo finalizado em 2022 e publicação prevista para o 1º semestre de 2023.

No âmbito das Geociências, os estudos e aplicações na área de Ciência de Dados são ligados aos principais avanços no uso das tecnologias. Nesse sentido, o IBGE continua investindo em **programas de capacitação em Ciência de Dados** para criação de metodologias que permitam a obtenção e a validação de

informações colaborativas, como contribuição da sociedade para incorporação a produtos do IBGE, consoante o projeto estratégico denominado “Geoinformação Colaborativa”.

Destacam-se, em 2022, as seguintes capacitações na área: (i) **Curso Análise Estatística Descritiva com uso de R** (realizada pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP); (ii) **Introdução à Ciência de Dados com Python** (realizada pelo laboratório DEXL-LNCC); e (iii) **Análise Estatística Inferencial com uso de R** (realizada pela ENAP).

Também, cabe mencionar, a continuação do **Projeto GradePop**, projeto para produção de estimativas populacionais a partir de modelos integrando estatística e geografia.

Para o **Censo Demográfico 2022**, além do MGC, já mencionado, destacam-se as seguintes inovações implementadas no CNEFE:

- I. **captura de coordenadas para todas as unidades visitadas**, seja em área urbana ou rural, realizada em 99% dos endereços coletados até o momento;
- II. coleta do **trajeto realizado pelo recenseador em campo**, algo que já havia sido implementado no último Censo Agropecuário de 2017, mas que, dessa vez, foi estendido a todos os setores urbanos do País;



- III. verificação da proximidade entre coordenadas do endereço contidas na base de dados do Censo e as coordenadas capturadas pelo recenseador em campo, de modo a **avaliar a localização do recenseador no momento dessa confirmação**, fornecendo maiores possibilidades para a realização da supervisão;
- IV. desenvolvimento de relatórios no Sistema Integrado de Gerenciamento e Controle - SIGC que permitiram o controle da coleta do ponto de vista geoespacial e do CNEFE, bem como uma **visão integrada das coordenadas de domicílios coletados para unidades territoriais maiores que o setor censitário**, que auxiliaram também no monitoramento do andamento da operação;
- V. consolidação do processo de **coleta em mutirão de recenseadores** como uma possibilidade presente desde o início do Censo Demográfico, sendo que já foi realizada em **mais de 2 300 setores em mutirão**, inclusive para áreas urbanas, a qual foi utilizada com sucesso no recenseamento dos abrigos de refugiados venezuelanos em Boa Vista (Roraima), por exemplo, logo na primeira semana de coleta, devido às restrições de tempo e de pessoal impostas pela administração dos abrigos; e
- VI. desenvolvimento de **módulo de tratamento de invasão de setores** no SIGC, para os casos em que um recenseador coleta dados de outro setor sem ser o atribuído a ele, o qual permitiu transferências de endereços entre setores, após término dos trabalhos em campo.





Infraestrutura de TIC para os avanços tecnológicos

No ano de 2022, o IBGE passou a contar com um novo *Data Center* principal, que segue as melhores práticas de mercado, com intuito de garantir a disponibilidade (24x7) necessária, com total controle e integridade da infraestrutura de TIC. O novo *Data Center* possui uma estrutura de controle de acesso, sistema de detecção e combate a incêndio e sistema de controle ambiental e vigilância. Além disso, possui uma infraestrutura eletromecânica e sistemas de refrigeração totalmente redundantes, flexíveis e escaláveis e, também, disponibiliza um sistema emergencial de geração de energia elétrica. O novo *Data Center* possui, adicionalmente, um sistema de gerenciamento pela *web*, bastante importante nesse trabalho de manutenção e operação de toda a infraestrutura de sustentação deste ambiente.

O teletrabalho também levou à realização de investimentos em novas tecnologias que **au-mentem a cooperação dos servidores** na realização de suas atividades a distância, garantindo uma maior integração. Além disso, é constante a busca por fornecer as melhores condições tecnológicas, com maior desempenho, para realização do trabalho a distância, sem descuidar da segurança. Assim, no último

ano, houve investimento em ferramentas de videoconferência, *chats* e *desktops* virtuais.

Para o Censo Demográfico, foram abertas oportunidades na adoção de novas abordagens tecnológicas, com o objetivo de fazer melhor e mais rápido a atividade de coletar as informações de milhões de brasileiros. Para tal objetivo, destacam-se os seguintes aspectos:

- I. **DMC:** para o Censo Demográfico de 2022, foi utilizado *smartphone* com a lista prévia de endereços e uma intensa utilização de sistemas georreferenciados, interligando a estatística com a geografia no IBGE. Além disso, o equipamento dispõe de **chips 3G e 4G que permitem a transmissão imediata e direta das informações coletadas** e dos parados para o *Data Center* do IBGE. Quando não havia sinal das redes móveis, o recenseador podia transmitir em qualquer lugar com conexão WiFi. Assim, as equipes de supervisão já podiam avaliar o conteúdo e, eventualmente, solicitar uma correção de um erro qualquer, permitindo, assim, um gerenciamento rápido e em tempo real, melhorando substancialmente a qualidade do dado coletado. Além dos dados da coleta, os parados, como as informações sobre o deslocamento do recenseador (*tracking*) e as coordenadas do preenchimento do questionário, obtidos com o uso de dispositivo de Global Positioning System - GPS, também são enviados, permitindo uma melhor avaliação do trabalho realizado. Outra

inovação é que os DMCs têm os aplicativos e configurações gerenciadas de maneira remota, permitindo que sejam feitas as atualizações de versão ou distribuição de novos aplicativos por meio do *software* de gerenciamento (Mobile Device Management - MDM), que dá produtividade à operação censitária. Os DMCs utilizam a funcionalidade denominada *Modo Kiosk*, para permitir maior segurança e proteção aos aplicativos e dados instalados, bloqueando a inclusão de qualquer outra aplicação ou uso (música, jogos e *streaming*) que não sejam relacionados à operação censitária;

- II. **Contratação de temporários de forma digital:** foi possível realizar a contratação dos servidores temporários (recenseadores, ACSs e ACMs) de maneira descentralizada e totalmente digital, com uso de *tablets* para digitalização de documentos e de sistema desenvolvido internamente para gerenciamento de todo o processo de contratação e pagamentos desses servidores;
- III. **Carga de insumos em nuvem pública:** outro destaque no projeto foi o uso de uma nuvem pública para permitir a carga dos insumos (*software*, mapas e aplicativos) nos DMCs no início da coleta, que costumava causar gargalos para a entrada da operação, pela grande concorrência no momento de atualizá-los. A solução de uso da nuvem se mostrou muito eficiente, facilitando muito o início da carga dos equipamentos; e

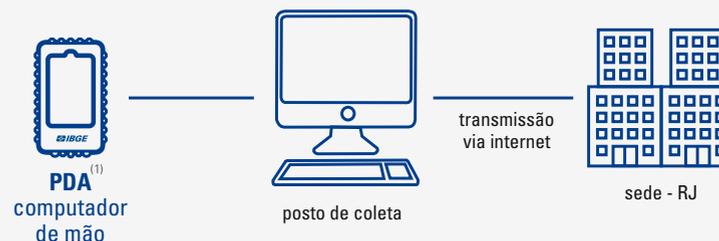
IV. **Disponibilização de bases de dados com atualização diária:** tal disponibilização permitiu a leitura e a construção, por diversas unidades, de sistemas de cruzamento de dados, seja para a análise dos dados coletados, seja para cruzamentos geográficos ou ainda para pesquisas da situação da coleta. Essas bases são a semente para a criação de um *data lake* no IBGE.

O IBGE também tem avançado em **soluções para garantir a segurança das informações e comunicações**, com investimentos em *softwares*, processos e equipamentos, seja para filtrar acessos indevidos às suas aplicações, seja para replicar bases de dados no *Data Center* secundário (São Paulo) ou, ainda, para realização de cópias de segurança de nossas bases de dados, arquivos e aplicações. Nessa área, se faz necessário continuar evoluindo, impulsionado pelas **constantes tentativas de invasão de hackers que são barradas no ambiente**, mas que requer um trabalho permanente de monitoramento e desenvolvimento das capacidades tecnológicas, seja na área de redes, de desenvolvimento ou de infraestrutura, mas, também, na área de recursos humanos com treinamentos das equipes de informática.

Evolução da tecnologia nos Censos 2010/2022

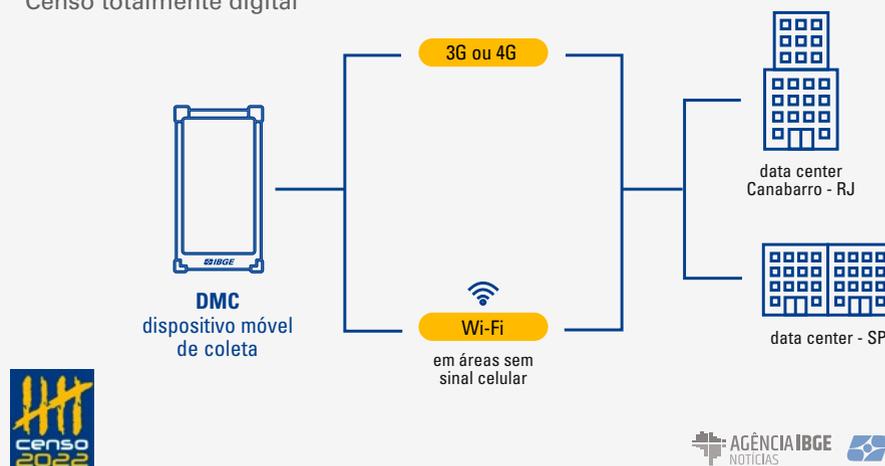
Censo 2010

Primeiro censo do mundo com coleta 100% digital



Censo 2022

Censo totalmente digital



(1) Personal Digital Assistant - PDA.

Gestão orçamentária e financeira

Aprimoramento da governança e gestão orçamentária

19

Aprimorar o processo orçamentário

O IBGE vem envidando esforços em busca de aprimorar a governança e a gestão orçamentária. Para tanto, inseriu, em seu **Plano Estratégico Institucional** , o Objetivo Estratégico 19 “Aprimorar o processo orçamentário”.

Em 2022, destacam-se as seguintes ações desenvolvidas:

- I. **Implantação do Comitê de Avaliação da Execução Orçamentária e Financeira do IBGE - CAEOF/IBGE**, com o objetivo de acompanhar a execução orçamentária e financeira, auxiliando tecnicamente o Conselho Diretor nas decisões relativas ao planejamento e à execução dos recursos, ao longo das **52 reuniões realizadas** durante o ano; e
- II. Instituição de **rito para o acompanhamento da programação e da execução orçamentária do IBGE**, com a geração de **relatórios semanais**, contendo indicadores que permitem gerenciar o processo orçamentário e acompa-

nar a evolução da despesa empenhada, liquidada e do crédito disponível; a evolução do percentual do orçamento empenhado por unidade e por plano interno; e a evolução da despesa por natureza da despesa – custeio e investimento.

Perfil do gasto do IBGE

As funções de governo representam o maior nível de agregação das diversas áreas das despesas que competem ao setor público. Estão diretamente relacionadas à competência do órgão orçamentário ao qual a ação se vincula. No que diz respeito às funções de governo, nos últimos anos, as atividades do IBGE contribuíram para três destas, quais sejam: Administração, Previdência Social e Encargos Especiais.

Dentre essas funções, a de maior representatividade no orçamento do IBGE tem sido a de **“Administração”** que, representando uma média de **58% do orçamento empenhado dos últimos três anos**, agrega tanto ações orçamentárias finalísticas (voltadas à realização das atividades de produção e disseminação de informações estatísticas

e geocientíficas, bem como o ensino superior, pesquisa e extensão), as ações de apoio (voltadas à manutenção da infraestrutura da instituição) e as ações de caráter obrigatório, tais como: despesas com pessoal ativo, encargos e benefícios.

A representatividade dessa função tem diminuído, reflexo da redução do orçamento aprovado para o IBGE nos últimos anos, muito em função do contexto de restrição econômica que vive o País. Entretanto, importante destacar que, no ano de 2022, **o aumento da execução orçamentária teve influência pela realização do Censo Demográfico**, vinculado à ação Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico.

Em segundo lugar, fica a função “Previdência Social” com uma média de 42% na ação Aposentadorias e Pensões Civis da União e, por fim, a função “Encargos Especiais” que engloba as Contribuições a organismos internacionais e as despesas com benefícios e pensões indenizatórias.

Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa por função**Empenhado**

Funções de governo	2020	%	2021	%	2022	%
Administração	1 294 965 457,13	50,9	1 257 997 827,57	50,4	3 312 403 556,96	72,8
Previdência Social	1 249 176 795,56	49,1	1 236 708 509,52	49,6	1 238 720 228,39	27,2
Encargos Especiais	58 329,00	0,0	76 285,00	0,0	101 569,22	0,0
Total Geral	2 544 200 581,69	100,0	2 494 782 622,09	100,0	4 551 225 354,57	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 17/01/2023.

Liquidado

Funções de governo	2020	%	2021	%	2022	%
Administração	1 209 777 026,72	49,2	1 201 248 167,04	49,3	2 818 006 153,24	69,5
Previdência Social	1 247 717 874,81	50,8	1 236 708 509,52	50,7	1 238 561 140,43	30,5
Encargos Especiais	53 006,00	0,0	61 183,00	0,0	101 569,22	0,0
Total Geral	2 457 547 907,53	100,0	2 438 017 859,56	100,0	4 056 668 862,89	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 17/01/2023.

Pago

Funções de governo	2020	%	2021	%	2022	%
Administração	1 145 686 460,45	49,9	1 140 409 817,69	50,0	2 665 734 965,13	70,0
Previdência Social	1 152 216 980,72	50,1	1 139 554 887,09	50,0	1 142 981 829,66	30,0
Encargos Especiais	48 826,00	0,0	56 783,00	0,0	91 029,25	0,0
Total Geral	2 297 952 267,17	100,0	2 280 021 487,78	100,0	3 808 807 824,04	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 17/01/2023.

Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa

Grupo de despesa/Elemento de despesa	2020	%	2021	%	2022	%
Pessoal	2 137 287 868,80	84,0	2 121 433 271,01	85,0	2 106 487 248,08	46,3
01 - Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar	998 807 344,95	46,7	975 705 272,01	46,0	965 120 791,02	45,8
03 - Pensões do RPPS e do Militar	243 981 153,74	11,4	252 707 038,24	11,9	267 369 895,30	12,7
11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	611 505 494,73	28,6	609 051 660,48	28,7	588 157 195,80	27,9
Demais despesas de pessoal	282 993 875,38	13,2	283 969 300,28	13,4	285 839 365,96	13,6
Custeio	361 434 994,66	14,2	357 850 150,10	14,4	2 424 911 560,84	53,3
04 - Contratação por tempo determinado	140 482 573,82	38,9	146 359 199,59	40,9	1 698 737 782,86	70,1
14 - Diárias - pessoal Civil	2 015 231,28	0,6	3 649 305,09	1,0	52 135 697,51	2,2
30 - Material de consumo	7 231 663,82	2,0	10 859 664,21	3,0	44 549 683,36	1,8
33 - Passagens e despesas com locomoção	3 680 352,63	1,0	2 534 201,16	0,7	297 289 658,03	12,3
37 - Locação de mão-de-obra	26 498 346,66	7,3	19 632 077,04	5,5	25 748 177,26	1,1
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	62 990 570,55	17,4	75 433 719,57	21,1	105 383 818,83	4,4
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	43 173 646,99	11,9	29 052 389,39	8,1	57 529 991,23	2,4
93 - Indenizações e restituições	19 261 485,59	5,3	17 531 876,93	4,9	61 687 154,04	2,5
46 - Auxílio alimentação	24 474 348,83	6,8	23 885 566,97	6,7	22 592 226,10	0,9
Demais despesas de custeio	31 626 774,49	8,8	28 912 150,15	8,1	59 257 371,62	2,4
Investimento	45 477 718,23	1,8	15 499 200,98	0,6	19 826 545,65	0,4
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	7 490 043,07	16,5	1 661 719,98	10,7	713 367,47	3,6
52 - Equipamentos e Material permanente	26 273 440,09	57,8	12 494 876,34	80,6	18 715 372,53	94,4
Demais despesas de investimento	11 714 235,07	25,8	1 342 604,66	8,7	397 805,65	2,0
Total Geral	2 544 200 581,69	100,0	2 494 782 622,09	100,0	4 551 225 354,57	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 17/01/2023.



A tabela anterior traz os valores empenhados nos anos de 2020 a 2022, por Grupo de Natureza da Despesa - GND, segundo os principais elementos de despesa. A título elucidativo, cabe mencionar que o GND constitui um agregador de elementos de despesa com as mesmas características no que se refere ao objeto do gasto e o elemento de despesa trata-se de um código de dois algarismos que tem por finalidade identificar o objeto do gasto. A partir da análise da tabela, é possível verificar que os gastos do IBGE se concentram, basicamente, nos grupos de despesa: Pessoal, Custeio (Outras Despesas Correntes) e Investimento.

Os **gastos de pessoal** englobam as despesas com o pagamento de pessoal ativo, pensões e aposentadorias, representando a maior parcela dos grupos de despesa com uma participação de, aproximadamente, **46,3% dos valores empenhados, no exercício de 2022**.

Em 2022, aproximadamente **53,3% dos valores empenhados foram com as despesas de custeio**, que dão conta das atividades finalísticas e da manutenção da infraestrutura física e tecnológica da instituição. Em virtude da realização do Censo Demográfico, o principal gasto nesse grupo se deu com o elemento de

despesa “Contratação por Tempo Determinado”, voltado para o **pagamento do pessoal contratado para as atividades censitárias**, e, em seguida, pelo grupo “Passagens e despesas com Locomoção”, que envolveu o **deslocamento do pessoal envolvido na operação censitária**, assim como “Outros serviços de terceiros - PJ”, para o pagamento de despesas com locação de imóveis, serviços de energia elétrica, condomínios, manutenção e conservação de veículos e serviços de comunicação em geral dos postos de coleta. Além disso, o Censo Demográfico influenciou em despesas como a aquisição de combustível para deslocamento na execução da coleta de dados, assim como nas indenizações e restituições relacionadas ao ressarcimento da assistência médica/odontológica e ao pagamento da ajuda de treinamento para os candidatos convocados do processo seletivo participarem do treinamento, com o objetivo de capacitar o recenseador para a aplicação de conceitos e de procedimentos estabelecidos para o Censo.

No que se refere ao **grupo “Investimentos”**, que representou, aproximadamente, **0,4% dos empenhos** de 2022, a maior parcela do gasto destinou-se à aquisição de “Equipamento e Material Permanente”, destacando-se os

equipamentos de TIC - Computadores tais como *laptops* e *switches*, e, em seguida, os “Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ” com aquisição de *software* pronto.

Em 2022, foi possível observar uma **elevação nas despesas de custeio**, não apenas ligadas à produção de informações (tais como combustíveis, manutenção de veículos e locomoção urbana), mas, também, aquelas voltadas à manutenção da infraestrutura (tais como materiais de expediente, consumo de energia elétrica, água, esgoto e manutenção de bens móveis e imóveis). O crescimento se deu, predominantemente, **em função da operação de coleta do Censo**, mas também da **retomada ao modelo de coleta presencial em campo**, que é a metodologia que garante a cobertura e a qualidade ideais para as pesquisas estatísticas, bem como dos levantamentos geocientíficos em campo em todo o Território Nacional.

Execução orçamentária das principais ações orçamentárias do IBGE

Categorias / Ações	2020	%	2021	%	2022	%
Obrigatória	2 221 943 791,22	87,3	2 199 181 694,33	88,2	2 188 757 992,48	48,1
Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	1 249 176 795,56	56,2	1 236 708 509,52	56,3	1 238 720 228,39	27,2
Ativos Cíveis da União	753 430 276,48	33,9	748 523 890,23	34,0	738 118 529,49	16,2
Demais ações orçamentárias	219 336 719,18	9,9	213 949 294,58	9,7	211 919 234,60	4,7
Discricionária	322 256 790,47	12,7	295 600 927,76	11,8	2 362 467 362,09	51,9
Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico	190 213 388,62	59,0	168 778 677,54	57,1	2 246 715 041,13	49,4
Administração da Unidade	113 103 272,26	35,1	104 534 891,45	35,4	89 300 202,35	2,0
Pesquisas e Estudos Estatísticos e Geocientíficos	15 109 075,06	4,7	19 420 046,21	6,6	25 903 115,17	0,6
Demais ações orçamentárias	3 831 054,53	1,2	2 867 312,56	0,9	549 003,44	0,0
Total Geral	2 544 200 581,69	100,0	2 494 782 622,09	100,0	4 551 225 354,57	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 17/01/2023.

A tabela acima traz a execução (empenhado) das ações orçamentárias do IBGE, nos últimos três anos, divididas em duas categorias de despesa: despesas obrigatórias e despesas discricionárias. A categoria das **despesas obrigatórias** inclui as ações do governo sobre as quais **o IBGE não tem poder de decisão**, visto que são despesas obrigatórias da União, como: salário dos servidores, aposentadorias, previdência e benefícios.

Já a segunda (discricionárias) refere-se às ações sobre as quais o IBGE possui espaço para decidir sobre a sua alocação e, portanto,

faz a gestão orçamentária. Compõem esse grupo tanto as ações voltadas à realização das pesquisas estatísticas e levantamentos geocientíficos, quanto as ações direcionadas à manutenção da infraestrutura física e tecnológica de trabalho e capacitação dos servidores.

As **ações obrigatórias** como um todo representaram, em 2022, **48,1% do total empenhado**, sendo esse percentual equivalente a **R\$ 2,19 bilhões**. Ainda no que tange às despesas obrigatórias, as ações “Aposentadorias e Pensões Cíveis da União” e “Ativos Cíveis da União” foram as de maior expressividade nes-

ta categoria e representaram, conjuntamente, em torno de 43,4% dos valores empenhados. Particularmente, em 2022, a execução dessas duas ações totalizou, aproximadamente, R\$ 1,97 bilhão.

O percentual restante dos valores empenhados, em 2022, aproximadamente 51,9% (R\$ 2,36 bilhões), destinou-se à realização das ações discricionárias do IBGE. Dentre essas, **destaca-se a ação “Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico”** que, no ano de coleta, representou **95,1% do total executado pelas ações discricionárias**.

Execução orçamentária dos destaques concedidos por ações do IBGE

Categories / Ações	2020	%	2021	%	2022	%
Obrigatória	0,00	0,0	50 679 319,92	98,7	156 060 314,39	77,8
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	0,00	0,0	50 679 319,92	98,7	156 060 314,39	77,8
Discrecionária	18 770,70	100,0	684 398,30	1,3	44 462 394,62	22,2
Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico	18 770,70	100,0	665 137,65	1,3	44 212 356,67	22,1
Administração da Unidade	0,00	0,0	19 260,65	0,0	250 037,95	0,1
Total Geral	18 770,70	100,0	51 363 718,22	100,0	200 522 709,01	100,0

Execução orçamentária dos destaques concedidos por unidade gestora executora

Ação/Unidade Gestora Executora	Empenhado	Ação/Unidade Gestora Executora	Empenhado
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	156 060 314,39	170607 - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	40 595,04
080009 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO	136 508,65	173057 - BANCO CENTRAL DO BRASIL	15 008,72
080014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO	95 339,00	183039 - SUPERINTENDÊNCIA DO INMETRO NO ESTADO DO RS	7 681,59
090030 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO	126 188,48	373070 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA – SR (SC)	99 396,14
090047 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO-PR.RPV	266 928,51	Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico	44 212 356,67
090048 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO-PR.RPV	146 273 576,57	152134 - UTFPR - CAMPUS GUARAPUAVA	2 372,38
090049 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO-PREC. RPV	5 534 709,40	194044 - COORDENAÇÃO REG. KAYAPO SUL DO PARA/PA	3 044 580,00
090051 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 4ª REGIÃO-PREC/RPVS	3 057 718,18	250036 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MS/SC	100 259,73
090052 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO-PREC/RPV	569 345,60	373015 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ACRE SR (AC)	42 000,00
Administração da Unidade	250 037,95	410061 - SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	41 000 000,00
170088 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB NA 6ª RF	23 371,02	512006 - COORD. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANC E CONT INSS/FRGPS	23 144,56
170092 - DELEGACIA DA RFB EM JUIZ DE FORA	55 085,34		
170178 - DELEGACIA DA RFB EM CAXIAS DO SUL	8 900,10	Total Geral	200 522 709,01

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 17/01/2023.

Os destaques concedidos pelo IBGE se deram em função do **ressarcimento de despesas pelo compartilhamento de imóveis**, no caso da ação “Administração da Unidade”, e, na realização do Censo Demográfico, para ressarcimento de despesas referentes ao compartilhamento do imóvel para **instalação dos postos de coleta**, para **publicidade de utilidade pública e divulgação da operação censitária** e para viabilização do **recenseamento junto aos povos indígenas**, que demanda deslocamento em meios de transporte aéreo.

Vale ressaltar que, em 2022, o IBGE contou, também, com **recursos advindos de convênios** firmados com outras instituições governamentais. O montante recebido foi de R\$ 7,2 milhões, **65,5% maior do que o valor recebido no ano anterior**, o que, além de contribuir para o cumprimento da missão institucional, reforça o papel do Instituto enquanto principal produtor de estatísticas oficiais no País.

Os recursos por parcerias foram executados da seguinte maneira:

Orçamento empenhado decorrente de convênios

(continua)

Conveniente/Subelemento de despesa	Empenhado
Escola Nacional de Administração Pública - ENAP	61 445,28
Gratificação por encargo Curso Concurso - GECC	61 445,28
Universidade Federal Fluminense - UFF	500,10
Gratificação por encargo Curso Concurso - GECC	500,10
Fund. Coord. de Aperf. de Pessoal Nível Superior	26 327,90
Diárias no País - colaboradores eventuais	10 143,35
Diárias no exterior	3 994,00
Diárias no País	1 300,17
Restituições	10 090,38
Serviços de seleção e treinamento	800,00
Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	465 619,36
Limpeza e Conservação	1 570,00
Manutenção e conservação de veículos	425 934,55
Outros serviços de terceiros - pagamento antecipado	330,00
Serviços de comunicação	32 000,00
Serviços gráficos	5 457,38
Taxa de administração	327,43
Fundo Nacional de Saúde	913 333,65
Combustíveis	560 300,82

Orçamento empenhado decorrente de convênios

(conclusão)

Convenente/Subelemento de despesa	Empenhado	Convenente/Subelemento de despesa	Empenhado
Diárias no País	75 527,24	Limpeza e Conservação	474 493,78
Locação de transporte	96 163,38	Locação de transporte	497 556,66
Locomoção urbana	31 491,98	Locomoção urbana	154 805,30
Material para manutenção de veículos	149 850,23	Manutenção e conservação de bens móveis	23 887,02
Ministério do Turismo	993 451,84	Manutenção e conservação de bens imóveis	305 862,99
Combustíveis e lubrificantes para outras finalidades	84,46	Material de expediente	122 099,44
Combustíveis e lubrificantes automotivos	416 334,09	Material elétrico eletrônico	11 001,14
Diárias no País	296 222,33	Manutenção e conservação de bens imóveis e instalações	24 376,62
Locação de transporte	140 317,07	Material para manutenção de veículos	182 538,66
Locomoção urbana	22 382,93	Material para divulgação	1 907,50
Material para manutenção de veículos	118 110,96	Passagens para o País	4 035,82
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	4 708 802,02	Pedágios	588,47
Apoio administrativo, técnico e operacional	323 470,79	Serviços de água e esgoto	169 085,19
Combustíveis e lubrificantes automotivos	697 551,29	Serviços de brigada de incêndio	262 899,84
Contribuição para iluminação pública	6 659,04	Serviços de energia elétrica	500 416,89
Diárias no País	669 948,21	Transporte de servidores	13,75
Gêneros de alimentação	2 431,34	Vigilância ostensiva	272 531,65
Juros e multas	640,63	Total Geral	7 169 480,15

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 17/01/2023.

Desempenho

Análise do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado

Em R\$ bilhões

Categorias/ Grupo de despesa	2020			2021			2022		
	Dotação atualizada	Execução	% Exec. Aprox.	Dotação atualizada	Execução	% Exec. Aprox.	Dotação atualizada	Execução	% Exec. Aprox.
Obrigatória	2,28	2,22	97,4	2,28	2,2	96,5	2,21	2,19	99,1
Pessoal	2,18	2,14	98,2	2,18	2,12	97,2	2,12	2,11	99,5
Custeio	0,1	0,08	80,0	0,1	0,08	80,0	0,09	0,08	88,9
Discricionária	0,37	0,33	89,2	0,3	0,29	96,7	2,37	2,37	100,0
Custeio	0,32	0,28	87,5	0,28	0,27	96,4	2,35	2,35	100,0
Investimento	0,05	0,05	100,0	0,02	0,02	100,0	0,02	0,02	100,0
Total Geral	2,65	2,55	96,2	2,58	2,49	96,5	4,58	4,55	99,3

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 17/01/2023.

A tabela acima traz as dotações orçamentárias do IBGE, entre os exercícios de 2020 a 2022, suas respectivas execuções e percentuais de execução, estando divididas por categoria e grupo de despesa. A análise dos percentuais de execução considera a divisão por categoria de despesa, dado que uma avaliação correta da performance do IBGE na execução de seus recursos implica, necessariamente, na separação entre os recursos sobre os quais o IBGE possui capacidade de decidir sobre sua alocação (discricionário) e aqueles em que o IBGE

não possui qualquer tipo de gestão (obrigatório). Dentro desse contexto, pode-se afirmar que, no que tange à execução orçamentária dos créditos voltados às atividades discricionárias, o IBGE tem, historicamente, apresentado **elevada aderência entre o planejamento e a execução do orçamento programado**.

Os anos 2020-2021 foram atípicos em função do isolamento causado pela pandemia, mas o ano de 2022 marcou a retomada de algumas atividades presenciais, em especial a coleta

das pesquisas e os levantamentos geocientíficos. A retomada das atividades possibilitou uma **maior previsibilidade e planejamento no comportamento de algumas despesas**, observados pelo **aumento de 3,3% na execução do orçamento**, em relação ao ano anterior, conforme se pode aferir na última coluna da tabela (% Exec. Aprox. em 2022), na linha relativa às despesas discricionárias (100,0%) e no desempenho geral (**99,3%**). Importante destacar que tal aumento se deu, também, em função das **iniciativas do IBGE na busca**

de uma maior execução orçamentária possível, favorecida pelas medidas do Ministério da Economia que, enquanto órgão setorial, viabilizaram remanejamentos diversos e uma melhor gestão do orçamento.

Principais desafios e ações futuras

O ano de 2022 foi marcado por muitos desafios para a gestão orçamentária e financeira do IBGE. Em que pese o orçamento solicitado para realização da coleta do Censo Demográfico ter sido atendido e preservado de contingenciamentos ao longo do exercício, o mesmo não ocorreu com as demais ações orçamentárias discricionárias.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2022 foi elaborado pelo IBGE com o **referencial monetário de R\$ 160 milhões** e encaminhado ao Congresso Nacional pelo Ministério da Economia. Durante o processo de votação do PLOA, na Comissão Mista de Planos, Or-

çamentos Públicos e Fiscalização - CMO e no plenário do Congresso, o montante sofreu uma **redução de 54,2%** e a **Lei Orçamentária Anual - LOA foi sancionada com o valor de R\$ 73,2 milhões**, por meio da **Lei n. 14.303, de 21.01.2021** [↗](#).

Ao longo do exercício, o IBGE adotou diversas iniciativas com o objetivo de garantir o orçamento e o recurso financeiro necessários para a produção das informações estatísticas e geocientíficas, o ensino de graduação e pós-graduação e para manter a infraestrutura física e de TIC para suporte às atividades finalísticas. Dentre as iniciativas, destacam-se **ofícios e notas técnicas encaminhados ao Ministério da Economia**, e os **remanejamentos** entre planos orçamentários, entre ações orçamentárias e entre custeio e investimento.

Importante ressaltar que as alterações e suplementações do orçamento envolvem um processo regido por um cronograma e que de-

pende de autorização de instâncias superiores como o Ministério da Economia, a Junta de Execução Orçamentária - JEO e a Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento - SETO, bem como a publicação em portaria no Diário Oficial da União - DOU.

Tais iniciativas, associadas à priorização de despesas, adequações no plano de trabalho, parcerias e até o adiamento ou redução de despesas e atividades, possibilitaram ao IBGE produzir e disseminar, pelo menos, as informações estatísticas e geocientíficas programadas e essenciais para o País. No entanto, nem todas as despesas de infraestrutura puderam ser pagas dentro do exercício, o que comprometerá parte do orçamento de 2023 com despesas de 2022, fato esse que não ocorria há uma década e que se espera que não ocorra no próximo exercício com a perspectiva de que a Lei Orçamentária Anual - LOA esteja mais próxima das necessidades reais do Instituto.

Gestão de custos

19

Aprimorar o processo orçamentário

O IBGE, considerando a relevância da gestão de custos

para o direcionamento de suas ações, incluiu, em seu **Plano Estratégico Institucional** , o projeto estratégico “**Implantação da gestão de custos**”, vinculado ao Objetivo Estratégico 19.

O objetivo desse projeto é identificar os custos dos produtos finalísticos do IBGE, a partir da identificação dos gastos, tanto para as despesas de custeio como da folha de pagamentos. São objetos de custos: (i) unidades organizacionais, (ii) pesquisas e levantamentos geocientíficos (produtos) e (iii) processos de trabalho (processos).

No exercício de 2022, não foi possível dar continuidade à referida implantação, tendo em vista a logística da execução do projeto Censo Demográfico 2022, com aporte do orçamento em despesas ressalvadas no total de R\$ 2 292 957 087 na Lei Orçamentária Anual - LOA 2022 e o detalhamento significativo da execução das despesas (custeio e investimento), envolvendo, inclusive, a contratação temporária planejada de mais de 180 mil recenseadores e cerca de 29 mil agentes de supervisão das áreas e para os apoios administrativo e de informática.

O IBGE reconhece a necessidade de identificar, de maneira específica, o custo do projeto Censo Demográfico, dissociado daquele destinado à execução das atividades finalísticas, notadamente, as relacionadas às pesquisas estatísticas e aos levantamentos geocientíficos.

Abaixo, é apresentada a tabela que demonstra os percentuais empenhados por área e

plano orçamentário, onde se vê a execução do Censo Demográfico 2022.

Em virtude da prorrogação da coleta do Censo Demográfico para até 28 de fevereiro de 2023 e da continuidade de gastos previstos na LOA 2023 para o encerramento dessa operação, a identificação correta do custo do projeto somente será possível no exercício de 2024.

Área / Plano Orçamentário	Empenhado	%
Finalística	2 273 144 933,29	96,2
Censo demográfico 2020	2 246 715 041,13	95,1
Pesquisas conjunturais, estruturais e especiais	21 299 653,79	0,9
Cadastro nacional de endereços para fins estatísticos	434 556,02	0,0
Disseminação de informações estatísticas e geocientíficas	1 322 921,97	0,1
Ensino de graduação e pós-graduação em estatísticas e geociências	537 282,44	0,0
Pesquisas, estudos e levantamentos geocientíficos	2 774 453,94	0,1
Validação das bases cartográficas para o plano nacional de gestão de riscos e resposta a desastres naturais	61 024,00	0,0
Suporte	89 300 202,35	3,8
Despesas gerais da administração	74 260 140,95	3,1
Gestão da tecnologia da informação e comunicação	14 962 843,78	0,6
Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	77 217,62	0,0
Governança	22 226,45	0,0
Consolidação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE	10 505,45	0,0
Contribuição à Inter-American Statistical Institute - IASI	7 482,00	0,0
Contribuição à International Association for Official Statistics - IAOS	1 150,00	0,0
Contribuição à International Association of Survey Statisticians - IASS	686,00	0,0
Contribuição à International Statistical Institute - ISI	2 403,00	0,0
Total Geral	2 362 467 362,09	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial - extração em 17/01/2023.



Gestão de pessoas

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade com a **Lei n. 8.112, de 11.12.1990** , e demais normas aplicáveis à gestão de pessoas, o IBGE observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo governo federal e órgãos de controle. Nesse contexto, o IBGE verifica, diariamente, as normas publicadas pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, e emite orientações quanto aos regulamentos aplicáveis.

No ano de 2022, foram publicadas **23 novas Instruções Normativas** da Coordenação de Recursos Humanos - CRH, visando atualizar e padronizar os procedimentos de gestão de pessoas das diferentes unidades de RH descentralizadas do IBGE.

Além disso, foram respondidas **334 demandas provenientes da Procuradoria Federal** referentes à gratificação por desempenho - GDIBGE, pensão por morte, licença prêmio não gozada, indenização de campo, isenção de imposto de renda, dentre outros. Mensalmente, são tramitadas no módulo do Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal - SIGEPE **entre 120 e 130 ações judiciais**, tendo a maior parte por objeto a indenização de campo (cerca de 80%).

Controles e auditorias

O Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE é submetido a auditorias internas preventivas, a fim de verificar se as informações registradas relacionadas às atividades de administração de pessoal encontram-se de acordo com os normativos vigentes. Além disso, essas informações são objetos de frequentes auditorias realizadas não apenas pelo Ministério da Economia, mas, também, pelo Tribunal de Contas da União - TCU e pela Controladoria Geral da União - CGU. Todas as diligências apontadas são analisadas para que as correções sejam providenciadas. Em novembro de 2022, o TCU emitiu o **Ofício 57664/2022-TCU/SEPROC**, que dispensou a continuidade do recadastramento, no Sistema e-pessoal, dos atos de que trata o **Acórdão 1414/2021-Plenário** .

eSocial

Em outubro de 2022, foram iniciadas as operações do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial relacionadas aos dados do SIAPE. O eSocial é o sistema de coleta de informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias e foi instituído pelo **Decreto n. 8.373, de 11.12.2014** , de acordo com o calendário estabelecido pela Receita Federal e pelo Ministério da Economia.

Avaliação da força de trabalho

O IBGE contava com quase 100 mil trabalhadores, em dezembro de 2022, entre servidores efetivos e temporários, e, incluídos os aposentados e pensionistas, totaliza mais de 105 mil pessoas em sua folha de pagamento. Em agosto de 2022, por causa do Censo Demográfico, esse total chegou a aproximadamente 200 mil trabalhadores. Dessa forma, a gestão de pessoas é atividade estratégica e importantíssima na instituição e representa mais de 80% de todo o orçamento do Instituto.

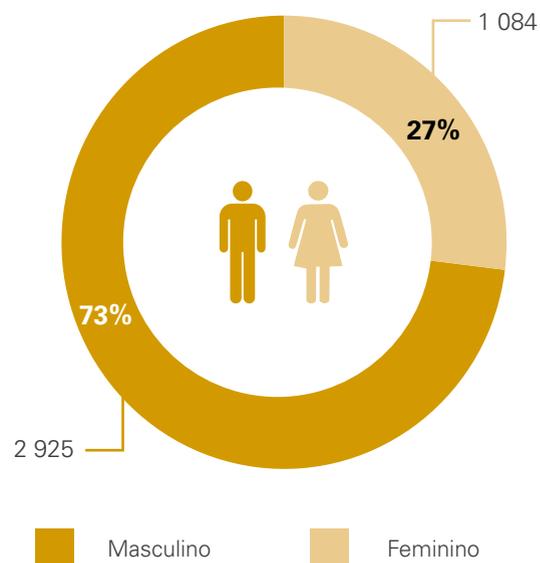
Número de servidores por situação funcional

Contrato Temporário (Censo)	85 925
Aposentado	7 606
Contrato Temporário	5 028
Ativo Permanente	4 009
Instituidor de Pensão	2 562
Ativo em outro órgão	58
Exerc. §7º Art. 93 8112	43
Nomeado cargo comissão	13
Exerc. descent carreira	11
Outros (1)	4

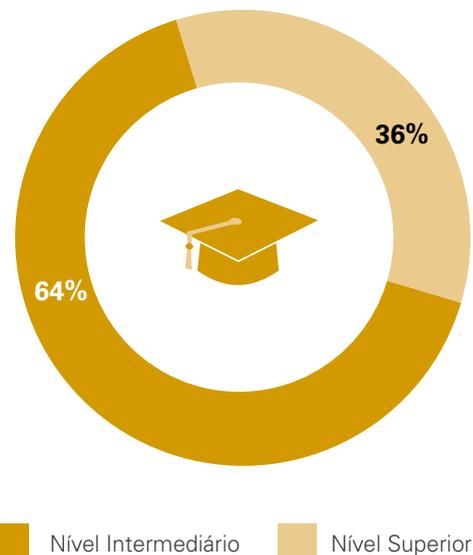
Fonte: SIAPE e SAPC, dez/2022.

(1) Considera as seguintes situações funcionais: Celetista, Exercício provisório e Cedido/Requisitado.

Gênero dos servidores efetivos



Escolaridade dos servidores efetivos

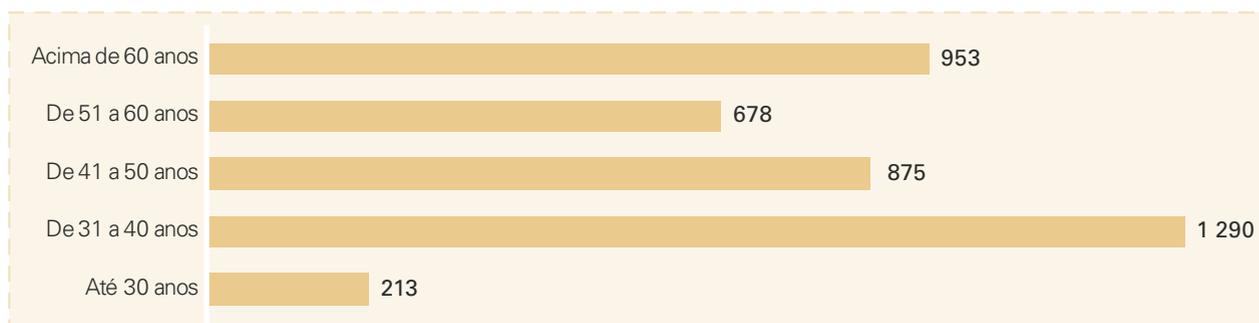


Distribuição dos servidores por etnia

Etnia	Nº
Branca	2 401
Parda	1 157
Preta	197
Não informado	143
Amarela	108
Indígena	3
Total Geral	4 009

121
servidores com
deficiência

Faixa etária dos servidores

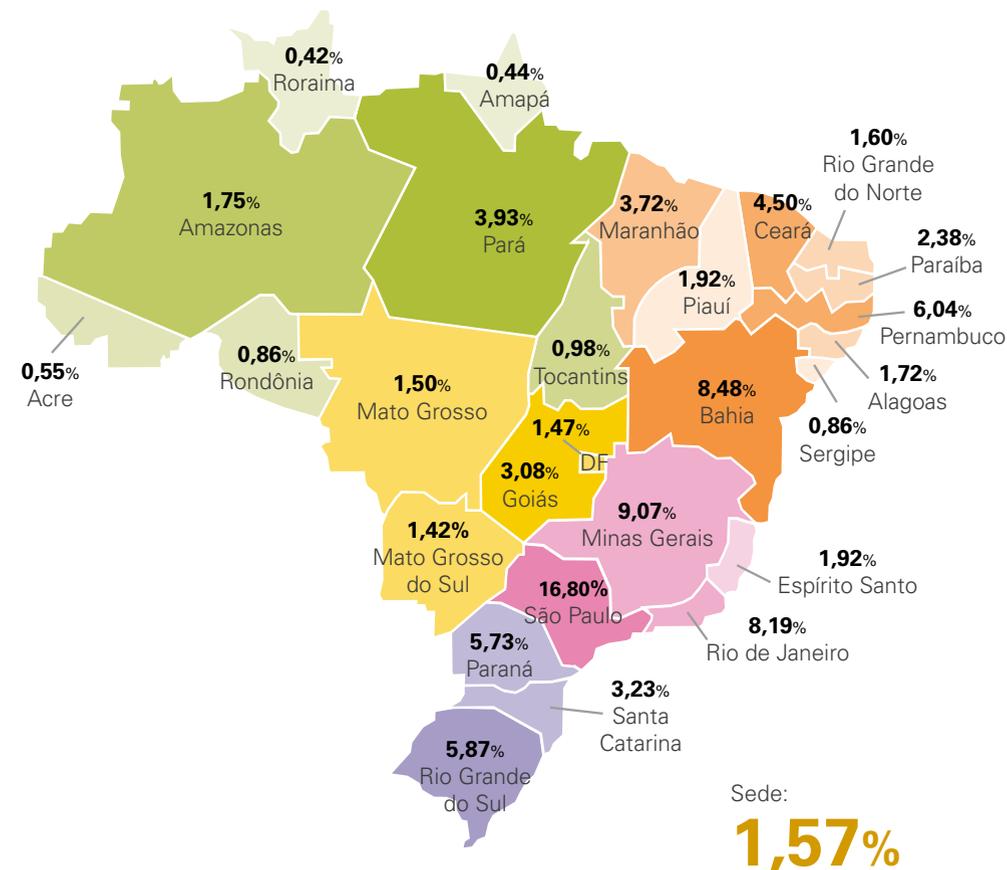


24%
dos servidores recebem
abono permanência e
podem se aposentar a
qualquer momento.



Quadro de servidores efetivos e contratados por Unidade da Federação

UF	Efetivos	Contratados Temporários	Contratados Temporários Censo	Total Geral	%
Sede do IBGE	1 197	148	142	1 487	1,57
Acre	29	75	414	518	0,55
Alagoas	55	149	1 434	1 638	1,72
Amazonas	47	120	1 496	1 663	1,75
Amapá	26	47	349	422	0,44
Bahia	228	285	7 542	8 055	8,48
Ceará	147	263	3 858	4 268	4,50
Distrito Federal	87	111	1 195	1 393	1,47
Espírito Santo	67	165	1 593	1 825	1,92
Goiás	105	187	2 633	2 925	3,08
Maranhão	88	199	3 245	3 532	3,72
Minas Gerais	286	365	7 964	8 615	9,07
Mato Grosso do Sul	67	159	1 118	1 344	1,42
Mato Grosso	57	141	1 230	1 428	1,50
Pará	114	182	3 432	3 728	3,93
Paraíba	79	95	2 088	2 262	2,38
Pernambuco	121	202	5 413	5 736	6,04
Piauí	60	108	1 655	1 823	1,92
Paraná	161	265	5 020	5 446	5,73
Rio de Janeiro	175	381	7 219	7 775	8,19
Rio Grande do Norte	66	121	1 329	1 516	1,60
Rondônia	31	79	709	819	0,86
Roraima	12	61	324	397	0,42
Rio Grande do Sul	167	231	5 181	5 579	5,87
Santa Catarina	123	216	2 726	3 065	3,23
Sergipe	48	79	692	819	0,86
São Paulo	335	488	15 131	15 954	16,80
Tocantins	31	106	793	930	0,98
Total Geral	4 009	5 028	85 925	94 962	100,00



Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

15

Adequar a força de trabalho quantitativa e qualitativamente

O processo de recrutamento e seleção de pessoas está previsto pelo Objetivo Estratégico 15 “Adequar a força de trabalho quantitativamente e qualitativamente”. Para atender esse objetivo, as atividades consistem na realização de concursos públicos para preencher vagas do quadro permanente de pessoal do IBGE e de processos seletivos para contratar pessoal por tempo determinado (inclusive, para o Censo Demográfico) e estagiários. Envolvem, também, as atividades de seleção interna para Superintendente Estadual do IBGE e para Coordenador das Diretorias e Coordenações-Gerais, assim como as atividades necessárias às remoções dos servidores.

Concurso público

Foi solicitado, em 2022, ao Ministério da Economia a autorização para a realização de concursos públicos para o provimento de 1 004 vagas para os cargos de Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura e Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas; 11 vagas para o cargo de Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas; e 1 488 vagas para o cargo de Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas.

Processos Seletivos Simplificados - Censo Demográfico

Em 2022, 17 processos seletivos simplificados foram realizados para viabilizar a operacionalização do Censo Demográfico, em especial para o preenchimento das vagas não supridas pelos processos seletivos abertos, ainda em 2021.

Os editais publicados pelo IBGE, em 2022, para a realização do Censo Demográfico, contemplaram vagas para as seguintes funções: Agente Censitário de Pesquisas por Telefone - ACPT; Supervisor Censitário de Pesquisas e Codificação - SCPT; Coordenador Censitário de Área - CCA; Coordenador Censitário de Subárea - CCS; Agente Censitário Supervisor - ACS; Agente Censitário Municipal - ACM; Agente Censitário Operacional - ACO; Agente Censitário de Administração e Informática - ACAI; e Recenseador - REC. Tais processos seletivos simplificados estão relacionados a seguir com o número do edital, o cargo e o número de vagas:

Edital	Cargo	Vagas
1/2022	ACPT	180
	SCPT	12
3/2022 (Complementar)	CCS	12
4/2022 (Complementar)	ACO	97
5/2022 (Complementar)	CCS	10
6/2022 (Complementar)	ACPT	123
8/2022 (Complementar)	ACAI	133
9/2022 (Complementar)	ACM e ACS	220
10/2022 (Complementar)	REC	48 535
11/2022 (Complementar)	ACM e ACS	840
12/2022 (Complementar)	CCS	27
	CCA	1
13/2022 (Complementar)	ACM e ACS	398
14/2022 (Complementar)	REC	15 075
16/2022 (Complementar)	ACAI	4
17/2022 (Complementar)	ACM e AC	32
	REC	542
18/2022 (Complementar)	ACM e ACS	251
	REC	6 514
19/2022 (Complementar)	ACM e ACS	436
	REC	7 795
20/2022 (Complementar)	ACAI	42



Processos Seletivos Simplificados - Demais pesquisas do IBGE

Para as demais pesquisas do IBGE, os processos seletivos se destinam à contratação do Agente de Pesquisas e Mapeamento - APM e do Supervisor de Coleta e Qualidade - SCQ.

Edital	Cargo	Vagas
2/2022 (Complementar)	APM	48
7/2022 (Complementar)	APM	22
	SCQ	3
15/2022 (Complementar)	APM	151
	SCQ	6
21/2022 (Complementar)	APM	112
	SCQ	21
22/2022 (Complementar)	APM	154
	SCQ	3

Programa de Estágio

Em 2022, foi realizada a contratação do Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, como agente de integração para a operacionalização das seleções públicas para o recrutamento de estagiários em 2023.

Detalhamento da despesa de pessoal

(R\$)



Referência: SIAPE e SAPC.

Nota: As alterações nos valores se justificam, principalmente, pela operação censitária.

Remuneração e avaliação de desempenho

Composição remuneratória aplicada aos servidores do IBGE

O IBGE possui cinco cargos, cujas composições remuneratórias são apresentadas abaixo:

A busca da recomposição remuneratória, em termos de poder aquisitivo, dadas as perdas acumuladas desde o último reajuste ocorrido, o qual se deu em 1º de janeiro de 2017, é um desafio para o IBGE, assim como para diversos órgãos da Administração Pública Federal.

Em 2022, tivemos um total de 1 822 progressões funcionais deferidas e 162 progressões funcionais indeferidas, por não atendimento aos requisitos legais previstos. Também, foram concedidas 28 Retribuições por Titulação - RT, para titulares de cargos de nível superior, e três Gratificações por Qualificação - GQ, para titulares de cargos de nível intermediário, em 2022.

Cargos	Classe A Padrão I	Vencimento Básico	GDIBGE (1) (80 pontos)	Retribuição por Titulação	Remuneração Total	Jornada Semanal
Cargos de Nível Superior						
Pesquisador	Mestrado	5 440,06	3 159,20	991,81	9 591,07	40h
	Doutorado			2 269,54	10 868,80	
Cargos de Nível Superior						
Analista e Tecnologista	Sem Titulação	4 821,47	2 933,60	-	7 755,07	40h
	Especialização			435,26	8 190,33	
	Mestrado			870,51	8 625,58	
	Doutorado			1 921,27	9 676,34	
Cargos de Nível Intermediário/Médio						
Técnico	Sem GQ	2 455,27	977,60	-	3 432,87	40h
	GQ I			472,30	3 905,17	
	GQ II			897,37	4 330,24	
	GQ III			1 705,00	5 137,87	

Referência: Tabelas Salariais com vigência desde 1º de janeiro de 2017, Lei n. 11.355, de 19.10.2006.

(1) Trata-se da Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infra-Estrutura de Informações Geográficas e Estatísticas - GDIBGE.

Avaliação de Desempenho Individual

O processo de avaliação de desempenho está configurado na [Lei n. 11.355, de 19.10.2006](#) , que dispõe sobre o [Plano de Carreiras e Cargos do IBGE](#) e regulamentado, internamente, pela [Resolução do Conselho Diretor n. 11, de 08.02.2022](#). O desempenho dos servidores é aferido semestralmente, por meio de processo de avaliação que utiliza as metas de desempenho institucional e individual, como referência para pagamento da GDIBGE, bem como para a homologação do estágio probatório e concessão das progressões funcionais.

A média das notas de Avaliação de Desempenho Individual do ano de 2022 **foi de 98,21**.

Avaliação de Desempenho Individual - servidores movimentados

A partir de outubro de 2019, servidores de outros órgãos da Administração Pública ingressaram para o exercício no IBGE, participando do plano de movimentação de pessoal para compor força de trabalho, regulamentado pela **Portaria SEDGG/ME n. 8.471, de 26.09.2022** [↗](#). Da mesma maneira, houve movimentação reversa, de servidores do IBGE para outras entidades. Cabe ressaltar que a portaria anteriormente citada alterou a nomenclatura do procedimento: de movimentação passou a se chamar “Alteração de Lotação para Composição de Força de Trabalho”.

Em 2022, foi dada continuidade ao procedimento, iniciado pelo Instituto, no final de 2019, para gerir o processo de avaliação de desempenho desses servidores movimentados, visando garantir a aplicação da ferramenta, conforme as instruções normativas cabíveis, em interface com as áreas de recursos humanos dos órgãos envolvidos.

Reestruturação dos cargos e funções

Em outubro de 2022, com a vigência do novo Estatuto do IBGE - **Decreto n. 11.177 de 18.08.2022** [↗](#), foram transformados os cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessora-

mento Superiores - DAS, as Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, e as Funções Gratificadas - FG e algumas Gratificações por Serviço Extraordinário - GSE na nova estrutura de cargos comissionados: Cargos Comissionados Executivos - CCE e Funções Comissionadas Executivas - FCE. Essa transformação envolveu a emissão de cerca de 3 400 portarias de nomeação/designação/exoneração/dispensa e seus respectivos ajustes nos sistemas internos e nos governamentais, tais como o SIAPE.

Saúde e Segurança no Trabalho

Ações de promoção à saúde durante o ano

- I. Implantação de **novos procedimentos para solicitação de afastamentos de saúde** por meio do aplicativo SouGov.br;
- II. Disseminação de determinações e recomendações das autoridades de vigilância sanitária relativas às **medidas de proteção da saúde contra o coronavírus**;
- III. **Atualização permanente dos protocolos sanitários contra a COVID-19**, visando resguardar a saúde e a segurança de todos os colaboradores, especialmente dos envolvidos na operação do **Censo Demográfico 2022**, incluindo o **protocolo específico com orientações e recomendações para territórios indígenas e quilombolas**;

- IV. Apoio e suporte técnico em processos de **aquisição e distribuição de itens de proteção individual** (máscaras e álcool em gel 70%) **contra a COVID-19**;
- V. Publicações semanais, na Intranet, sobre a **importância do autocuidado e das medidas preventivas de saúde**, incluindo matérias de **incentivo à vacinação contra a COVID-19 e outras doenças**;
- VI. Realização das **rodas de conversa virtuais sobre temáticas de saúde**, como a campanha de valorização da vida “setembro amarelo” e cuidados com a saúde mental;
- VII. **Oferta permanente do serviço de apoio psicossocial remoto** (por telefone, reuniões virtuais e WhatsApp) para todo o quadro funcional sob demanda;
- VIII. Realização de **parceria** com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA **para avaliações médicas periciais** de servidores daqueles institutos;
- IX. Realização de **aproximadamente mil avaliações médicas periciais** para diversas finalidades previstas em lei; e
- X. **Acompanhamento dos dados da vacinação contra a COVID-19**, cadastrados voluntariamente pelos colaboradores, na funcionalidade implementada para incentivar e monitorar a participação na campanha nacional de imunização contra a doença, cujo levantamento, em 05 de

janeiro de 2023, apresentou que aproximadamente **99% da força de trabalho estava com pelo menos duas doses ou dose única da vacina** contra a COVID-19 há mais de 14 dias.

Consolidação do Programa de Gestão e Desempenho

8

Fortalecer a governança de pessoas

O Programa de Gestão e Desempenho - PGD, implantado no IBGE em julho de 2021, teve seu período de ambientação encerrado em janeiro de 2022. Em fevereiro de 2022, foi produzido um relatório de análises quantitativas e qualitativas com o objetivo de avaliar esta primeira experiência do Programa no Instituto. O levantamento de dados do sistema de informação e da percepção inicial de diretores e superintendentes da casa apontaram, não somente os pontos positivos gerados pelos novos arranjos de trabalho e práticas de gestão, como, também, oportunidades de ajustes em algumas das regras do Programa. Em virtude disso, foi inserido no **Plano Estratégico Institucional**  um projeto estratégico denominado **“Consolidação do PGD”**, vinculado ao Objetivo Estratégico 8 “Fortalecer a governança de pessoas”.

No contexto do ano de 2022, de avanço do planejamento e posterior execução do Censo Demográfico, foram elaborados estudos e *benchmarks* sobre aspectos importantes do Programa. Assim sendo, em 2023, o Conselho Diretor examinará em profundidade as ações necessárias para a consolidação do PGD e a atualização de seus procedimentos gerais.

Está planejado, também para 2023, um plano de ação de desenvolvimento de pessoas voltado ao Programa, que conterà a indicação de capacitações específicas e o lançamento de um programa de integração.

No final de 2022, o quantitativo de participantes do PGD era de **55,5% dos elegíveis**.

Quantitativo percentual de participantes por modalidade

Modalidade	%
Presencial	59,7
Teletrabalho Parcial	20,3
Teletrabalho Integral	20,0

Fonte: Sistema de Dados Administrativos.

Capacitação

O IBGE vem adotando, ao longo dos anos, uma série de ações e programas com o objetivo de fortalecer as competências do seu quadro de servidores. No ano de 2022, exigiu-se mais empenho e criatividade nas ações

de desenvolvimento de pessoas ofertadas em função do retorno de alguns servidores ao trabalho presencial e os desafios da heterogeneidade de modelos de trabalho (presencial, teletrabalho integral e modelo híbrido) em decorrência da adesão do IBGE ao Programa de Gestão e Desempenho - PGD. Assim, foi necessário pensar estratégias que atendessem à diversidade desse novo contexto.

No ano de 2022, com a realização do Censo Demográfico, o **Grupo de Trabalho do Treinamento do Censo Demográfico 2022** atuou no desenvolvimento de material didático do curso de gestão de equipes, além de realizar o acompanhamento e a elaboração dos materiais didáticos dos demais conteúdos de cunho administrativo para os Treinamentos da Cadeia de Coleta e Supervisão e da Cadeia Administrativa.

Principais ações de desenvolvimento em 2022

Em 2021, foram estabelecidas diretrizes e configurações da **Pesquisa de Clima Organizacional**, aplicada em 2022. A aplicação da pesquisa foi realizada no período de 14 de março a 10 de maio, coletando informações que visavam traduzir aspectos da percepção de seus profissionais sobre o Instituto e garantindo um *feedback* para possíveis ações que melhorem o ambiente de trabalho no IBGE. Os principais resultados estão a seguir.



5463 profissionais responderam ao questionário sobre Clima Organizacional



A pesquisa foi aplicada entre 14/03/2022 e 10/05/2022

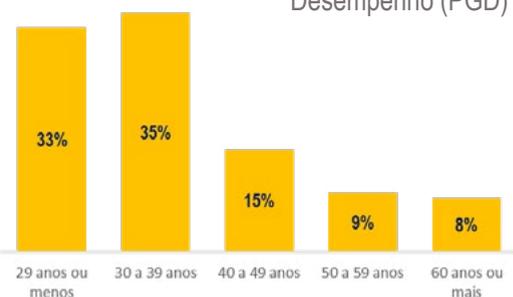
Questionário online composto de **8** blocos sobre o tema e **1** bloco sobre características demográficas



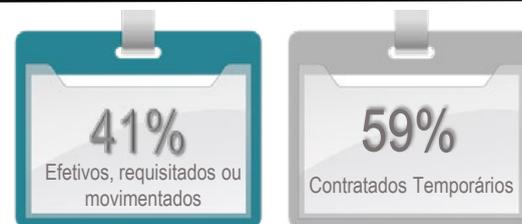
PERFIL

62% dos profissionais que responderam à pesquisa são do sexo masculino e 38% do sexo feminino

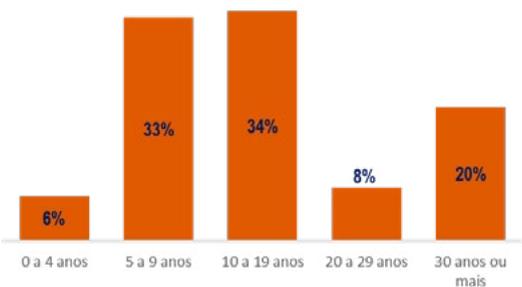
65% dos profissionais que responderam à pesquisa aderiram ao Programa de Gestão e Desempenho (PGD)



68% dos profissionais do IBGE têm menos de 40 anos de idade e 32% têm 40 anos ou mais de idade



A maioria dos respondentes foi de contratados temporários



Em relação aos servidores efetivos respondentes, 67% trabalham no IBGE entre 5 e 19 anos e 8% têm entre 20 e 29 anos de trabalho.

INDICADOR DE SATISFAÇÃO

Em relação ao trabalho que realizam no **IBGE**



33% dos respondentes estão muito satisfeitos
 51% estão satisfeitos
 7% estão indiferentes
 7% estão insatisfeitos
 2% estão muito insatisfeitos



56% dos respondentes estão lotados fisicamente nas Agências
 29% nas Unidades Estaduais
 15% nos Complexos da Sede

43% dos respondentes trabalham, em maior parte, em atividades de coleta junto ao informante.



Com o objetivo de auxiliar todos os profissionais do IBGE a lidar com os desafios e novos procedimentos que o contexto de crise de saúde pública e trabalho remoto trouxeram para o dia a dia institucional, foram realizadas as ações de desenvolvimento abaixo apresentadas. As ações foram desenhadas considerando as necessidades específicas de cada grupo de profissionais que compõem o IBGE.

Ações 2022	Participações/ Visualizações
Treinamento Administrativo Censo 2022	162
Pílulas de Desenvolvimento	1 000
Ações de Continuidade do Programa de Desenvolvimento de Lideranças	547
Webinários da Coordenação de Recursos Humanos	1 180
Encontros On-line de RH	165

Durante o ano de 2022, houve atuação na revisão e planejamento das ações dos Programas de **Desenvolvimento de Lideranças**, de **Sucessão Gerencial** e de capacitação para os participantes do PGD para 2023, além de ações para o **Programa de Preparação para Aposentadoria**.

15

Adequar a força de trabalho quantitativa e qualitativamente

A execução dos programas de desenvolvimento está alinhada ao **Plano Estratégico do IBGE 2022-2025** , em seu Objetivo Estratégico 15 “Adequar a força de trabalho quantitativa e qualitativamente”, que engloba “a revisão do dimensionamento, da solicitação de concursos públicos e processos seletivos simplificados, da qualificação das movimentações de servidores e do alinhamento das competências individuais às necessidades das áreas”. Todas as ações de desenvolvimento, realizadas em 2022, estão alinhadas, também, às diretrizes da **Política de Gestão de Pessoas do IBGE** .

O papel da Escola Nacional de Ciências Estatísticas na capacitação dos servidores

As ações de capacitação realizadas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, no período de 01 de janeiro a 12 de dezembro de 2022, atingiram o resultado de **58 778 concluintes**, ultrapassando a meta física anual estabelecida de 33 000 servidores capacitados.

As ações de capacitação foram ofertadas por meio de Educação a Distância - EaD, com conteúdo disponibilizado na forma autoinstrucional e com encontros síncronos on-line, permitindo a participação dos servidores em nível nacional, sem restrições de localidade. A modalidade EaD se mostrou como a preferencial dos servidores, por sua compatibilidade com o teletrabalho.

Para melhor entendimento, as informações relativas aos eventos de capacitação foram distribuídas nesse relatório em: Ações de treinamento para o Censo Demográfico; Outros treinamentos de pesquisa; Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP; e Afastamentos para mestrado, doutorado e estágio pós-doutoral.

Eventos de Capacitação	Concluintes
1. Ações de treinamento para o Censo Demográfico	30 905
2. Outros treinamentos de pesquisa	22 029
3. Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP	5 841
4. Afastamentos para mestrado, doutorado e estágio pós-doutoral	3
Total de concluintes	58 778

Fontes: Relatório extraído da Escola Virtual IBGE (período de 01 de janeiro até 12 de dezembro de 2022) e Relatório de execução do plano de trabalho ENAP em Rede (2022).

As **Ações de treinamento para o Censo Demográfico**, em 2022, tiveram, como principais ações realizadas, aquelas apresentadas no quadro ao lado.

Além dessas ações, no âmbito do programa Capacita Censo foram ofertados, ao longo de todo o ano, no formato EaD, os seguintes cursos: Atualização do Setor; Conhecendo o IBGE; Ética e Integridade; Introdução à Base Territorial; Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais; Segurança da Informação e Comunicações; Suprimentos de Fundos; Introdução à

Cadeia de treinamento ou grupo de servidores	Ações realizadas
<ul style="list-style-type: none"> Cadeia Administrativa Cadeia de Informática Agentes da Pesquisa de pós-Enumeração - PPE 	<ul style="list-style-type: none"> desenvolvimento e oferta, por meio de ambiente virtual de aprendizagem, de capacitações
<ul style="list-style-type: none"> Agentes envolvidos na Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios 	<ul style="list-style-type: none"> desenvolvimento e oferta, via <i>hotsite</i> do Censo, de capacitação
<ul style="list-style-type: none"> Cadeia de Coleta e Supervisão 	<ul style="list-style-type: none"> viabilização de seminários virtuais de aprendizagem elaboração de <i>Frequently Asked Questions</i> - FAQ (perguntas mais frequentes), a partir de perguntas elaboradas pelos treinandos consolidação de pesquisa qualitativa do treinamento, realizada junto às cadeias iniciais
<ul style="list-style-type: none"> Agentes da estrutura censitária 	<ul style="list-style-type: none"> oferta da capacitação Didática para Multiplicadores de Treinamento do Censo, por meio da qual os participantes aprenderam sobre princípios de aprendizagem; comunicação não violenta; e planejamento, que são competências transversais relevantes para a atuação de multiplicadores no Instituto
<ul style="list-style-type: none"> Cadeia de Treinamento do Centro de Apoio ao Censo - CAC 	<ul style="list-style-type: none"> Fornecimento de suporte no planejamento das aulas para os Supervisores e Agentes Censitários Telefônicos

Demografia; Diretrizes Básicas de Acompanhamento de Coleta; e Reuniões de Planejamento e Acompanhamento do Censo - REPACS.



Em **Outros treinamentos de pesquisa**, estão compreendidas as capacitações para a rede de coleta das demais pesquisas do IBGE. Nessa categoria, destacam-se as seguintes capacitações:

Capacitação	Concluintes
Treinamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - 2021/2022	2 908
PNAD Contínua: Atenção Primária à Saúde e Avaliação do Desenvolvimento Infantil	2 127
Estatísticas Econômicas - Conceitos básicos 2022	1 983

Fonte: Relatório extraído da Escola Virtual IBGE (período de 01 de janeiro até 12 de dezembro de 2022).

Em **Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP**, estão as capacitações ofertadas para atender às necessidades de desenvolvimento dos servidores do IBGE. Estão incluídas as ações de capacitação desenvolvidas e ofertadas pela ENCE e as desenvolvidas e ofertadas pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, no âmbito do acordo de cooperação ENAP em Rede, o qual foi renovado por mais cinco anos. A parceria representa mais ofertas de capacitação e reforça o papel

da ENCE no aprimoramento profissional dos servidores públicos em geral.

Vale ressaltar que os servidores do IBGE realizam, de forma rotineira, cursos promovidos pela ENAP e outras escolas de governo, além dos listados nesse relatório. Como ação de comunicação, foi incorporada a divulgação quinzenal de ofertas da ENAP que atendam às necessidades de desenvolvimento identificadas pelo IBGE.

Nessa categoria, destacam-se as seguintes capacitações, realizadas no âmbito do **Programa de Integração de Novos Servidores - PINS**:

Capacitação	Concluintes
Conhecendo o IBGE	1 118
Segurança da Informação e Comunicações	1 014
Introdução à Base Territorial do IBGE	956

Fonte: Relatório extraído da Escola Virtual IBGE (período de 01 de janeiro até 12 de dezembro de 2022).

Em **Afastamentos para mestrado, doutorado e estágio pós-doutoral**, estão três servidores patrocinados pelo IBGE que concluíram suas ações de desenvolvimento em pós-graduação (doutorado).

Em termos de gestão, durante o ano de 2022, foram elaborados instrumentos com o objetivo de otimizar os processos de análise e planejamento de soluções de capacitação:

- **Levantamento inicial de análise de necessidade capacitação - LIANC**: metodologia elaborada pela ENCE, com o objetivo de aprofundar o entendimento da necessidade de capacitação em um contexto organizacional mais amplo, levando em consideração fatores como processos, disseminação de informação, entre outros;
- **Termo de compromisso (formulário eletrônico)**: enviado no final de 2022, para diversas áreas do IBGE, com o objetivo de antecipar necessidades de revisão de soluções de capacitação existentes; e
- **Avaliação de Desempenho e Resultados de Capacitação da oficina de Metodologia de Gestão de Riscos no IBGE**: buscou avaliar o impacto da **Oficina de Gestão de Riscos do IBGE**, com turmas ofertadas no período de 2020-2021, nas áreas e atividades de trabalho dos concluintes. Além de avaliar o resultado da implementação da **Metodologia de Gestão de Riscos do IBGE** nas áreas participantes, visa, também, analisar e planejar as ofertas das próximas turmas. A pesquisa foi realizada através de um **questionário digital**, no período de abril-junho de 2022, com os concluintes das cinco turmas ofertadas. O relatório final está em processo de validação.

Capacitações desenvolvidas no âmbito das Geociências

No âmbito das Geociências, os servidores foram capacitados em treinamentos internos, realização de capacitações nas escolas de governo e em instituições privadas, **totalizando 70 de seus servidores treinados**. Nesse sentido, destacam-se as seguintes ações de capacitação, de acordo com cada área de atuação:

- **Cartografia**, nove servidores participaram de 13 capacitações em diferentes temáticas. Foram realizadas, ainda, três atividades internas de capacitação ministradas para equipes de Superintendências Estaduais, nos temas referentes à **Avaliação da qualidade de produtos geoespaciais** e **Coleta de nomes geográficos**;
- **Geodésia**: 15 servidores participaram de 41 capacitações. Entre as principais capacitações realizadas, destacam-se: (i) **Curso de Hidrogeodésia** (Universidade de Hohai, na China); e (ii) **Treinamento em Modelagem Geoidal** (Universidade Federal de Uberlândia - UFU);
- **Integração da Produção de Geoinformação**: 46 servidores participaram de duas capacitações. Uma, com 41 participantes, com foco na **manutenção e instalação das estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS - RBMC**. A outra, para cinco servidores, com foco na atividade de **medição por nivelamento geométrico** para suprir a

demanda de densificação das altitudes do Sistema Geodésico Brasileiro - SGB; e

- **Geomática**: houve capacitação de servidores por meio do **Curso de Gestão de Processos de Acordos de Cooperação Técnica e Instrumentos Congêneres**.

Capacitações desenvolvidas no âmbito das Pesquisas

A maioria das capacitações de pesquisas voltadas para os servidores do IBGE foi ofertada no ambiente da Escola Virtual, sob a coordenação da ENCE. Mesmo assim, as coordenações das pesquisas realizaram as devidas complementações dos treinamentos por meio de videoconferências, treinamentos presenciais e capacitações em EaD de outras instituições, totalizando **137 de seus servidores treinados**. No âmbito das Superintendências Estaduais, foram **5 072 concluintes** das capacitações, incluindo repasses de treinamentos das coordenações e outros treinamentos via EaD que não estavam vinculados à ENCE.

Treinamento do Censo Demográfico 2022

A partir do treinamento centralizado para o Censo Demográfico 2022, realizado em dezembro de 2021, foi dada sequência às demais etapas da **Cadeia de Treinamento da Coleta**

e **Supervisão**, com duas etapas para coordenadores e multiplicadores estaduais, seguidas das etapas para capacitação de Coordenadores Censitários de Subárea - CCSs, Agentes Municipais Censitários - ACMs e Agentes Censitários Supervisores - ACSs, chegando aos recenseadores em julho de 2022, como se pode observar na figura da página seguinte.

As ações do **Programa Capacita Censo** e das cadeias de treinamento (Coleta e Supervisão, Administrativa, Informática, PPE e CAC) foram continuadas e prorrogadas até o mês de dezembro de 2022, em decorrência da prorrogação do período de coleta e da elevada rotatividade identificada para o cargo de ACS. Diante desse cenário, foi elaborado um **Plano de Treinamento para Contingências** com objetivo de propor frentes alternativas para os problemas identificados.

Foi planejada a capacitação de **cerca de 235 mil pessoas**. Entretanto, foram treinadas **mais de 243 mil pessoas**, em 2022, considerando as cinco cadeias de treinamento supracitadas, distribuídas nos termos da tabela trazida na página seguinte.

Cadeia da Coleta e Supervisão - Etapas (Planejado)



(1) Exceto a Superintendência Estadual do IBGE em Minas Gerais: realizaram as 3 etapas iniciais na modalidade a distância.
 (2) SESs menores realizaram as etapas 2 e 3 juntas.

Quantidade de treinandos por Cadeia de Treinamento

Cadeia de Treinamento	Quantidade de Treinandos
Administrativa	15 420
Informática	5 601
Coleta e Supervisão	215 873
PPE (1)	6 000
CAC	123
Total	243 017

(1) Para a PPE o valor apresentado é o previsto, pois o treinamento de recenseadores possui previsão de término em fevereiro de 2023.

Em relação à Cadeia de Coleta e Supervisão, que compreende a maior quantidade de pessoas a serem capacitadas, a previsão era de cerca de 207 mil treinandos e o número de capacitados, em 2022, atingia quase 216 mil pessoas treinadas.

Devido à grande rotatividade, já mencionada, o quantitativo de recenseadores treinados excedeu o previsto, enquanto o número de treinandos para os demais cargos se manteve próximo ao planejado.



Quantidade de treinados prevista e executada - Cadeia de Treinamento da Coleta e Supervisão

Etapa	Previsto	Treinados
Centralizado	60	57
Multiplicadores SESs - I	300	211
Multiplicadores SESs - II	800	806
CCS	2 000	1 953
ACM e ACS	24 500	22 870
Recenseadores	180 000	189 976
Total	207 660	215 873

Destaca-se que **foram convocados 348 827 recenseadores** e, desses, somente **189 976 foram treinados**. Esses números demonstram o enorme esforço de convocação e de preparação de treinamento, que se refletem na dificuldade de contratação e retenção dos contratados.

Para a capacitação das equipes de coleta, no âmbito das geociências, foram desenvolvidas aulas específicas sobre: o **setor censitário**; o **uso dos mapas** como instrumento fundamental de garantia da **qualidade da cobertura da coleta**; e noções básicas para o **uso de imagens de satélite em campo**.

Foram desenvolvidos, ainda: (i) um módulo diferenciado de treinamento para os **recenseadores de povos e comunidades tradicionais**, com material instrucional específico (manual e guia de abordagem às lideranças); (ii) um treinamento em EaD para a coleta da **Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios**, já referido; e (iii) um manual instrucional e autoinstrucional para a **coleta nos aglomerados subnormais**.

Ademais, cabe destacar as capacitações na área de TIC, para suporte à operação censitária. Aos agentes responsáveis pela coleta e supervisão, foi necessário um treinamento específico para o **melhor uso do Dispositivo Móvel de Coleta - DMC e dos recursos ali embutidos**, tais como: uso dos sistemas, coleta de coordenadas geográficas pelo GPS, transmissões de dados, uso dos recursos de comunicação, entre outros. Para outro grupo de censitários, envolvidos na montagem dos postos de coleta, foram realizados treinamentos específicos para compor todo o ambiente de trabalho sob o ponto de vista tecnológico, acerca da instalação e uso de roteadores com tecnologia *Wi-Fi* e equipamentos que ficaram sob a guarda dos supervisores da coleta. Além disso, as Superintendências Estaduais receberam informações sistemáticas para dar o devido suporte em suas Unidades da Federação.

Principais desafios e ações futuras

Administração de Pessoal

- **Migração das informações** da folha extra SIAPE (de temporários dos Censos Demográfico e Agropecuário) **para o eSocial**;
- **Centralização de aposentadorias e pensões** das Autarquias e Fundações pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, determinada pelo **Decreto n. 10.620, de 5.02.2021** [↗](#). As etapas iniciais do projeto foram realizadas em 2022, mas a realização da centralização propriamente dita está prevista para 2023; e
- Atualização do sistema **Assentamento Funcional Digital - AFD**, de digitalização e guarda eletrônica dos documentos das pastas funcionais de todos os servidores e temporários do IBGE, conforme determinação normativa do Ministério da Economia.

Saúde e Segurança do Trabalho

- **Retomar a oferta de exames médicos periódicos** para todos os servidores efetivos;
- Reformular o **módulo de perícias médicas do Sistema de Dados Administrativos - Saúde - SDA-Saúde**;
- **Estabelecer novas parcerias** em saúde e segurança do trabalho com outros órgãos da Administração Pública Federal;

- Realizar **novas campanhas** de promoção e proteção à saúde; e
- **Recompor a equipe de segurança do trabalho** com novos profissionais técnico especializados.

Capacitação

- Implementar ações de capacitação relacionadas com as **necessidades do PDP**;
- Apoiar a ENAP em **capacitações da Rede** de Escolas de Governo e implementar o **plano de trabalho anual da ENAP em Rede**;
- Implementação de um programa de **capacitação em Ciência de Dados** e ofertar, em 2023, as capacitações que estão em desenvolvimento relativa aos projetos **Diversidade e Informações Estatísticas** (cujo objetivo é capacitar os servidores do IBGE em conceitos ligados à diversidade de gênero e orientação sexual, temáticas a serem incluídas nos questionários das pesquisas) e **Políticas Públicas** (cujo objetivo é capacitar servidores do IBGE, de outras instituições governamentais e a so-

cidade em geral em assuntos ligados ao uso de informações estatísticas para a avaliação de políticas públicas);

- Aprimorar a **gestão de portfólio de projetos**, com a formalização e sistematização de controles de gestão de projetos diversos, em diferentes etapas do ciclo de vida dos projetos de solução de capacitação;
- Elaborar instrumentos complementares das etapas de **análise e planejamento de soluções de capacitação**, de forma somativa aos instrumentos existentes;
- Implementar **núcleo de gestão de projetos e processos**, o qual terá como uma de suas atribuições suportar a conversão de conhecimento tácito em explícito e aumentar o nível de maturidade das práticas de gestão; e
- Ampliar a **estratégia de comunicação**, para 2023, com espaço na Intranet para divulgar ações de desenvolvimento de pessoas e mobilizar novos participantes.



Gestão de licitações e contratos

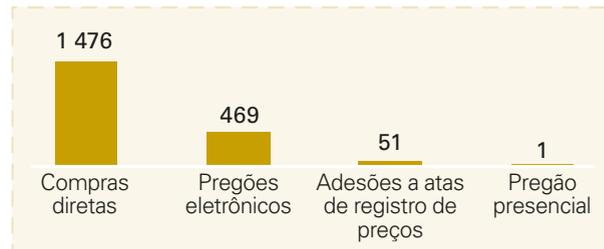
Aquisições

1 997 contratações em 29 unidades contratantes* do IBGE, em 2022.

Houve um **aumento de 156% nas contratações**, em relação ao mesmo período no ano de 2021, reflexo das contratações relacionadas ao Censo Demográfico 2022.

*Unidades Administrativas de Serviços Gerais - UASGs.

Modalidades de contratação



Fonte: Sistema de aquisições e entregas do IBGE - 2022.

Principais tipos das contratações diretas:

- I. Aquisições fundamentadas nos incisos I e II do Art. 24 da **Lei n. 8.666, de 21.06.1993** (501);
- II. Inexigibilidades (48); e
- III. Locações de imóveis (31).

Contratações Diretas - Justificativas:

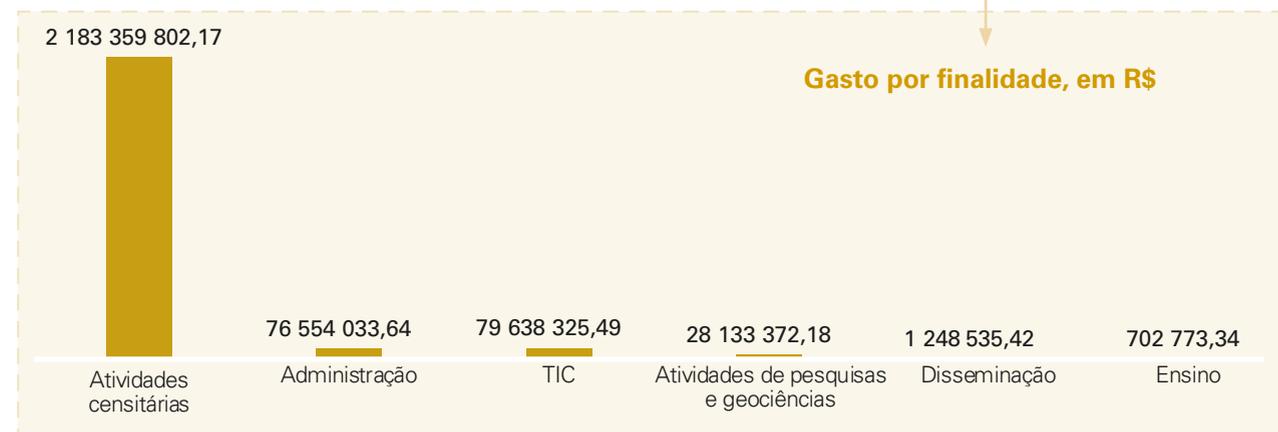
As dispensas de licitação por baixo valor justificam-se pela manutenção da continuidade dos serviços pontuais nas diversas unidades do IBGE pelo Brasil e baseiam-se, principalmente, no inciso II do Art. 24, da Lei n. 8.666, de 21.06.1993.

Processos licitatórios

A modalidade de licitação mais utilizada pela Instituição, em 2022, foi o pregão eletrônico. Foram realizadas 469 contratações por pregão eletrônico, sendo 121 por meio do Sistema de Registro de Preços - SRP.

R\$ 2,3 bilhões

foram pagos em despesas relativas a custeio e a investimentos, em 2022.



Fonte: SIAFI.

Observações importantes:

I. **Gastos globais:** os valores das despesas no ano de 2022, sofreram forte influência dos gastos necessários para a realização do Censo Demográfico 2022;

II. **Gastos TIC:** a utilização da tecnologia da informação e comunicação é de extrema importância para o funcionamento da Instituição e a realização de suas atividades-fim, o que apresenta ainda maior vulto durante a operação censitária. Por isso, as despesas com TIC revelaram um aumento aproximado de 100% em relação ao ano de 2021;

III. **Gastos Atividades Censitárias:** evidenciou um expressivo aumento (em torno de 1 280%), quando comparado ao ano de 2021. Isso se deve, especialmente, ao início da coleta do Censo, em agosto de 2022, o que acarretou aumento das despesas relacionadas, especialmente em razão daquelas relativas aos contratos de servidores temporários;

IV. **Gastos Administração:** apresentaram uma redução de 10,35% em relação ao ano anterior, ocasionada, principalmente, pela continuidade do trabalho remoto adotado na Instituição e pela contínua racionalização dos gastos;

V. **Gastos Atividades de Pesquisas e Geociências:** tiveram um acréscimo de 85,19% em relação a 2021. Esses gastos são inerentes às atividades-fim do Instituto, que visam ampliar o conhecimento do Território Nacional e da realidade socioeconômica do País; e

VI. **Gastos Disseminação e Ensino:** os gastos com disseminação e ensino tiveram reduções de 10,96% e 33,26%, respectivamente, em relação ao ano de 2021. Ambos os gastos são provenientes de atividades que desempenham importante papel dentro do contexto da missão institucional.

Obras e serviços de engenharia

Em 2022, foram contratados os seguintes objetos:

- I. R\$ 130 054,07 no projeto executivo para **reforma geral da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE**, com início em 2022 e término previsto em 2023, sendo pagos R\$ 12 235,84 ainda em 2022; e
- II. R\$ 21 160,00 no **laudo e projeto de adequação de rede elétrica** às normativas vigentes de instalação e segurança para todo o **imóvel do IBGE em Florianópolis (Santa Catarina)**, com início em 2022 e término previsto em 2023, sendo pagos R\$ 14 990,00 em 2022.

Ainda, foram realizados gastos com obras e serviços contratados em outros anos, como segue:

- I. R\$ 808 123,08 na complementação aos serviços de engenharia necessários para a **instalação de novo Data Center principal do IBGE** no Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), com início em 2020 e encerrado em 2022;
- II. R\$ 76 084,57 nos serviços de engenharia necessários para a **instalação de novo Data Center secundário do IBGE em São Paulo (São Paulo)**, com início em 2019 e término em 2022;
- III. R\$ 87 129,98 nos **laudos de autovistoria predial**, conforme **Lei Complementar n. 126,**

de 26.03.2013, do Município do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), de sete imóveis, a saber: Av. Franklin Roosevelt, n. 166; Rua Equador, n. 558; Rua André Cavalcanti, n. 106; Av. Brasil, n. 15 671; Av. Beira Mar, 436; Rua General Canabarro, 666; e Rua Visconde de Niterói, n. 1 296, com início em 2021 e encerrado em 2022;

- IV. R\$ 12 555,71 em serviços de **instalação de rede elétrica em baixa tensão** para o prédio sede da **Superintendência Estadual do IBGE na Paraíba**, com início em 2021 e encerrado em 2022;
- V. R\$ 37 360,34 serviços de **prevenção e combate a incêndio e sistema de proteção contra descargas atmosféricas - SPDA** para a **Superintendência Estadual do IBGE na Paraíba**, com início em 2021 e encerrado em 2022; e
- VI. R\$ 47 633,81 na execução de **reforma do imóvel cedido ao IBGE** para instalação da **agência de Sete Lagoas (Minas Gerais)**, com início em 2021 e encerrado em 2022.

Dessa maneira, em 2022, **foi faturado o total de R\$ 1 096 113,33.**

Somente constam, no presente relatório, as intervenções de competência da Gerência de Engenharia e Arquitetura e Frota - CRM/GENAF, em que essa tenha atuado de forma direta ou consultiva, nos termos da **IN DE/CRM n. 2, de**

01.04.2022, não incluídas, portanto, as atividades descentralizadas de manutenção predial de competência da Gerência de Infraestrutura Predial - DE/GINPRED, área de Recursos Materiais das Superintendências Estaduais ou Chefes de Agência.

Conformidade legal

As unidades do IBGE contam com a assessoria jurídica da Procuradoria Federal no IBGE e adotam os modelos de documentos de contratações disponibilizados pela Advocacia-Geral da União e pela Secretaria de Governo Digital (para contratações de TIC), o que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com a **Lei n. 8.666, de 21.06.1993** e a **Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002**, **Decreto n. 7.892, de 23.01.2013** e Instruções Normativas do Ministério da Economia - ME, com destaque à **IN SGD/ME n. 1, de 04.04.2019**, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de TIC, e **IN SEGES/MPDG n. 5, de 26.05.2017**, que trata da contratação de serviços sob o regime de execução indireta.

Associação aos objetivos estratégicos

10 Fortalecer a governança das contratações e da sustentabilidade

As contratações mais relevantes do IBGE estão alinhadas com os objetivos estratégicos presentes no [Mapa Estratégico do IBGE](#). Há uma ação, em curso, para o estabelecimento de procedimento para alinhamento das contratações inseridas no [Plano de Contratações Anual do IBGE](#) aos objetivos estratégicos e às ações contidas no [Plano de Gestão de Logística Sustentável do IBGE](#). Essa ação se insere em um projeto associado ao Objetivo Estratégico 10 “Fortalecer a governança das contratações e da sustentabilidade”.

Principais desafios e ações futuras

O IBGE está presente nas 27 unidades federativas do Brasil, distribuído em Superintendências Estaduais e suas agências. Assim, são muitas as particularidades, especificidades e

necessidades a serem alinhadas na gestão de licitações e contratos, sendo esse o principal risco e desafio na busca pela eficiência e atendimento ao interesse público.

Existe também o desafio do habitual contingenciamento orçamentário que exige uma contínua readaptação do planejamento, além da permanente necessidade de redução de gastos, mantendo a qualidade dos serviços prestados.

Outro desafio que aponta, em 2023, é a obrigatoriedade de instrução de processos de contratação somente sob a égide da [nova Lei de Licitações e Contratos - Lei n. 14.133, de 01.04.2021](#).

Dentre os principais riscos enfrentados, cabe ressaltar o número cada vez mais reduzido de servidores atuando na área de licitações e contratos (ante a expectativa de um elevado número de aposentadorias em breve), a responsabilidade atribuída a esses servidores e, somando-se a isso, a qualificação requerida para o desempenho de suas atribuições e as recorrentes mudanças na legislação aplicável à matéria.

Gestão patrimonial e infraestrutura

Conformidade legal

Todas as unidades do IBGE atuam em conformidade com a legislação referente à gestão patrimonial na Administração Pública, tais como a **Lei n. 8.245, de 18.10.1991** e o **Decreto n. 10.193, de 27.12.2019** (para bens imóveis) e **Decreto n. 9.373, de 11.05.2018** (para bens móveis), bem como as **Lei n. 8.666, de 21.06.1993** e **Lei n. 14.133, de 01.04.2021** e normativos internos ao IBGE.

Principais investimentos de capital

Em 2022, o IBGE fez investimentos de capital na aquisição de materiais permanentes que ocasionaram tombamentos de **7 072 bens** com **valor total de R\$ 22 792 541,91**. A maior parte dessas aquisições foi para atendimento das demandas de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC ainda decorrentes do **Censo Demográfico 2022**, correspondendo a **mais de 50% dos bens tombados** (Equipamentos de Processamento de Dados). A distribuição de tombamentos por grupo de materiais permanentes é apresentada na tabela ao lado.

Distribuição de tombamentos por grupo de materiais permanentes		
Grupo Patrimonial	Quantidade	Valor Total (R\$)
APARELHOS DE MEDIÇÃO	15	629 500,00
APARELHOS E EQUIP. DE COMUNICAÇÃO	11	20 812,00
APAREL. UTENS. DOMÉSTICOS	307	420 876,19
EQUIP. PROTEÇÃO SEGURANÇA SOCORRO	26	4 348,33
MÁQUINAS E EQUIP. ENERGÉTICOS	1 813	643 511,51
MÁQUINAS E EQUIP. GRÁFICOS	1	6 419,00
EQUIP. PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	35	194 480,43
MÁQ. UTENS. EQUIP. DIVERSOS	832	199 773,16
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	3 546	13 989 389,80
MÁQ. INSTAL. E UTENS. DE ESCRITÓRIO	1	2 984,87
MÁQ. FERRAM. E UTENS. DE OFICINA	1	2 201,00
MOBILIÁRIO EM GERAL	446	282 757,30
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	1	749,00
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	9	17 578,57
VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	28	6 377 160,75
Total Geral	7 072	22 792 541,91

Fonte: SDA-Bens Móveis (2022).



Tombamentos

7 072



Valor dos tombamentos

R\$ 22,8 mi



Equipamentos de processamento de dados

R\$ 14 mi



Veículos de tração mecânica

R\$ 6,4 mi



Materiais e equipamentos energéticos

R\$ 643,5 mil



Aparelhos de medição

R\$ 629,5 mil

Ademais, considerando a distribuição dos tombamentos por Unidade de Tombamento, percebe-se a **concentração das aquisições na Sede**, com cerca de **72% dos bens tombados**. Essa característica é decorrente da continuidade do **plano de aquisições centralizado na Sede** com entregas parceladas nas Superintendências Estaduais. Esse padrão de aquisições é utilizado pela Administração Central como estratégia para obtenção de ganhos de escala e melhores condições de fornecimento nas licitações. Ao lado, encontra-se a distribuição de tombamentos por Unidade de Tombamento.

Distribuição de tombamentos por Unidade de Tombamento		
Unidade de Tombamento	Quantidade	Valor Total (R\$)
SEDE	5 100	15 240 212,93
SES/AC	224	90 422,17
SES/AL	32	243 212,00
SES/AM	21	527 221,16
SES/AP	2	471 554,00
SES/CE	4	14 047,34
SES/DF	6	400 455,70
SES/ES	72	514 791,84
SES/GO	165	656 962,63
SES/MA	103	501 077,20
SES/MG	10	244 827,00
SES/MT	68	297 715,46
SES/PA	54	550 783,12
SES/PB	13	249 038,32
SES/PE	206	494 482,88
SES/PI	10	239 756,55
SES/PR	478	95 195,42
SES/RJ	168	523 354,40
SES/RN	47	26 221,73
SES/RO	100	548 069,23
SES/RR	16	507 369,00
SES/SC	19	4 843,80
SES/SE	79	58 910,08
SES/SP	5	10 641,99
SES/TO	70	281 375,96
Total Geral	7 072	22 792 541,91

Fonte: SDA-Bens Móveis (2022).

Desfazimento de ativos

Em 2022, foram registradas alienações e desfazimentos de bens diversos por venda (leilão), doação, perda total ou vazadouro público na Sede e em outras 20 Superintendências Estaduais, com total geral de **4 501 bens** e **valor patrimonial total de R\$ 3 622 906,45**. As tabelas a seguir apresentam esses dados e mostram, também, a consolidação das alienações e desfazimentos no IBGE em 2022.

Alienações e Desfazimentos de Bens no IBGE - Consolidado		
Tipo	Qtd.	Valor (R\$)
Venda	41	915 450,00
Doação	3 720	2 400 399,96
Perda Total	418	245 628,51
Vazadouro Público	322	61 427,98
Total Geral	4501	3 622 906,45

Fonte: SDA-Bens Móveis (2022).

Desfazimentos de bens por Unidade de Tombamento e valor

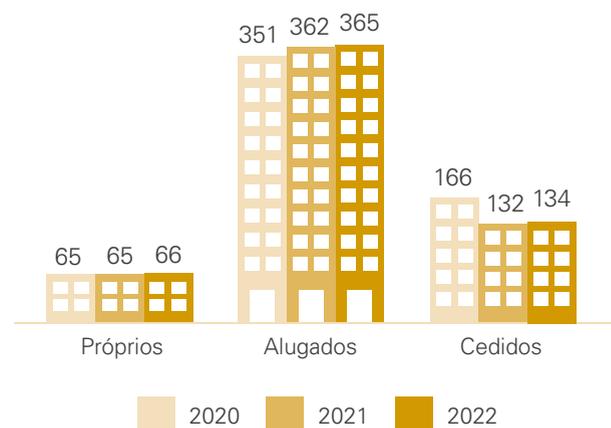
Unidade de Tombamento	Venda		Doação		Perda Total		Vazadouro Público		Consolidado (Total)	
	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)
SEDE					5	4 258,82			5	4 258,82
SES/AL					16	11 107,21			16	11 107,21
SES/AM					14	9 577,43			14	9 577,43
SES/AP					1	699,00			1	699,00
SES/BA					55	24 402,29			55	24 402,29
SES/CE					43	17 006,78			43	17 006,78
SES/ES					5	3 495,00			5	3 495,00
SES/GO					3	2 097,00			3	2 097,00
SES/MG	41	915 450,00	32	461 328,27	39	33 100,48	105	19 017,76	217	1 428 896,51
SES/MT					4	2 453,75			4	2 453,75
SES/PA					13	5 117,97			13	5 117,97
SES/PB					22	11 076,50			22	11 076,50
SES/PI					70	31 244,24			70	31 244,24
SES/PR					5	1 807,69			5	1 807,69
SES/RJ			19	346 419,00	3	1 791,69			22	348 210,69
SES/RN					9	8 330,31	162	34 105,21	171	42 435,52
SES/RO					17	7 400,09			17	7 400,09
SES/RS					31	35 635,63	2	5 343,00	33	40 978,63
SES/SC			32	757 224,00	10	5 132,70			42	762 356,70
SES/SE					15	6 098,83			15	6 098,83
SES/SP			3 637	835 428,69	38	23 795,10	53	2 962,01	3 728	862 185,80
Total Geral	41	915 450,00	3 720	2 400 399,96	418	245 628,51	322	61 427,98	4 501	3 622 906,45

Fonte: SDA-Bens Móveis (2022).

Gestão de imóveis

Ao final de 2022, para o desempenho de suas atividades, o IBGE contava com **66 imóveis próprios, 365 imóveis alugados e 134 cedidos**. O gráfico, a seguir, mostra a evolução dos quantitativos de imóveis no período 2020 a 2022.

Evolução de imóveis próprios, alugados e cedidos de 2020 a 2022



Fonte: SPIUnet / SDA-Imóveis (2022).

A tabela ao lado apresenta a distribuição geográfica dos imóveis (próprios, alugados e cedidos) do IBGE, considerando a sua evolução no período 2021-2022.

Distribuição geográfica dos imóveis próprios, alugados e cedidos, por exercício						
Unidades da Federação	Próprios		Alugados		Cedidos	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Acre	1	1	2	2	0	0
Alagoas	1	1	6	6	3	3
Amazonas	1	1	4	4	4	4
Amapá	0	0	1	1	0	0
Bahia	4	3	42	41	6	6
Ceará	7	7	6	6	3	3
Distrito Federal	2	2	1	1	1	1
Espírito Santo	0	0	10	10	2	2
Goiás	1	1	15	16	2	4
Maranhão	6	6	17	17	1	1
Minas Gerais	2	3	36	35	39	37
Mato Grosso	4	4	6	6	2	9
Mato Grosso do Sul	1	1	10	8	3	5
Pará	2	2	13	12	5	5
Paraíba	1	1	7	9	3	3
Pernambuco	1	1	13	14	0	0
Piauí	1	1	8	10	3	3
Paraná	0	1	31	32	1	1
Rio de Janeiro	18	18	24	23	3	2
Rio Grande do Norte	1	1	3	2	2	2
Rio Grande do Sul	1	1	38	37	2	2
Roraima	1	1	0	0	0	0
Rondônia	2	2	5	5	0	0
Santa Catarina	1	1	22	22	2	3
São Paulo	1	1	30	31	45	36
Sergipe	1	1	5	6	0	2
Tocantins	4	4	7	9	0	0
Total	65	66	362	365	133	134
Total Valor (R\$)	287 938 423,93	299 393 220,40				

Fonte: SPIUNET / SDA-Imóveis (dez/2022).



Em 2022, houve a atualização no valor total dos imóveis próprios do IBGE, com **acréscimo de R\$ 11 454 796,47 (3,98%)**, proveniente de benfeitorias e reavaliações cadastradas pelas Superintendências Estaduais e pela Sede.

O quantitativo de imóveis próprios foi **aumentado em 1 unidade**, não por efetiva aquisição de imóvel, mas por ajuste de cadastro, conforme descrito abaixo:

- I. SES/BA (redução de 1 imóvel): o imóvel da Av. Estados Unidos, n. 476, 4º e 5º andares - Salvador (Bahia) (código 354 - SDA) foi considerado duas vezes no último relatório (2021);
- II. SES/MG (acréscimo de 1 imóvel): o imóvel da Rua Santos Dumont, n. 562, Sala 7, Uberlândia (Minas Gerais), foi considerado como alugado no relatório anterior, mas é um imóvel próprio (código 810 - SDA). Cumpre informar que há um imóvel na mesma rua e número, só que na Sala 5 (código 31891 - SDA) que é alugado (certamente, a coincidência de rua, número e Município do imóvel gerou a inconsistência no levantamento); e
- III. SES/PR (acréscimo de 1 imóvel): o imóvel da Rua Carlos Carvalho, 552 (código 348 - SDA) não foi considerado na última análise (2021). Em que pese o imóvel estar desocupado e necessitando de reforma, segue sendo de propriedade do IBGE. O fato de não ter aparecido no relatório anterior (2021), provavel-

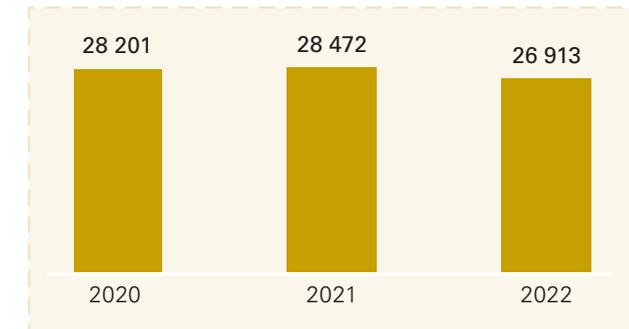
mente ocorreu pelo fato de não haver unidade organizacional funcionando no imóvel, fazendo com que não fosse listado no relatório interno do IBGE. Essa inconsistência foi sanada com a inclusão de outro relatório, mais abrangente.

No que se refere aos imóveis cedidos ao IBGE, houve **aumento de 1 imóvel** em 2022 (+0,75%), totalizando **134 imóveis cedidos**.

Por sua vez, o quantitativo de imóveis alugados (365 no total) teve **aumento de 3 unidades (0,82%)** em relação ao ano anterior, ocasionado pela necessidade de devolução de imóveis cedidos de Estados e Municípios, bem como pela implantação de novas agências.

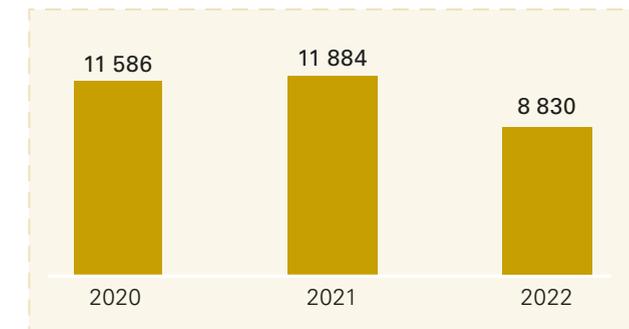
Com relação às despesas com locação de imóveis, houve **redução de 5,48%**, se comparado com o ano de 2021, resultado tanto da renegociação do valor de aluguel de imóvel da Sede, localizado na Av. Chile, bem como pelo não pagamento integral desta despesa em 2022, por falta de repasse de recursos do governo federal. Para a Sede, houve **redução de 25,7%** e ficaram pendentes os aluguéis referentes aos meses de novembro e dezembro de 2022.

Evolução de gastos com locação de imóveis (em milhares de reais)



Fonte: SIAFI (jan/2023).

Evolução de gastos com locação de imóveis na Sede (em milhares de reais)

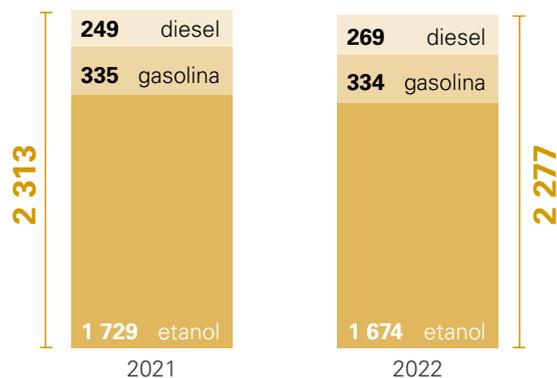


Fonte: SIAFI (jan/2023).

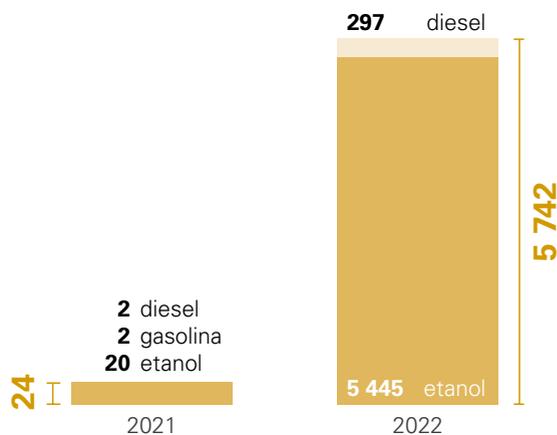
Gestão da frota de veículos

A seguir, é possível ter uma visão geral da frota nos últimos dois anos, apurada com base na média do número de veículos ao longo do ano.

Quantidade de veículos próprios



Quantidade de veículos locados



Fonte: SDA-Veículos (jan/2023).

Média anual de quilômetros rodados por veículo próprio



Total de gastos com veículos próprios e alugados (manutenção, combustível e outras despesas)



Fonte: SDA-Veículos (jan/2023).

Em 2021, observou-se uma quantidade quase nula de veículos locados em relação aos padrões do IBGE. Esse fato pode ser explicado quase unicamente pela redução das atividades presenciais no cenário da pandemia. A baixa utilização dos

veículos próprios também pode ser explicada por tal fenômeno. Com o **retorno de grande parte das atividades presenciais** e, principalmente, com a **realização das operações censitárias**, houve um aumento expressivo tanto na quantidade de veículos locados quanto na utilização dos veículos próprios (vide quilometragem média e gastos totais) no ano de 2022.

Podemos observar, também, uma ligeira queda na quantidade de veículos próprios de 2021 para 2022, fato que se deve à **alienação dos automóveis que estavam sem condições de uso**, principalmente os mais antigos da frota.

TáxiGov

Iniciativa implantada no IBGE, desde 2019, a fim de reduzir despesas com veículos próprios no deslocamento entre os complexos da cidade do Rio de Janeiro e outros serviços externos.

No ano de 2021, foram 2 340 viagens, com 60 508 km percorridos, custando R\$ 178 937,08, em que o TáxiGov foi utilizado em atividades censitárias, incluindo as atividades de coleta do Censo Experimental, em Paulo de Frontin, e o teste na Ilha de Paquetá, elevando o número de viagens. Já em 2022, foram 816 viagens, 8 447 km percorridos, a um custo de R\$ 24 546,02, em que foi priorizada a utilização das frotas própria e alugada.

Gestão da tecnologia da informação

Conformidade legal

A gestão de TIC é realizada formalmente, no IBGE, desde 2010, por meio do seu **Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação - PDTI** , documento atualizado regularmente e disponibilizado no portal do IBGE. A organização desse trabalho segue determinações e melhores práticas de órgãos reguladores do Governo Federal, especificamente da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG (atual Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia); bem como do Tribunal de Contas da União - TCU; da Controladoria-Geral da União - CGU; e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR.

Modelo de Governança de TIC

O Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC, responsável pela construção do PDTI do IBGE, vem trabalhando em novas frentes de trabalho tanto para o aumento de maturidade na gestão das TICs, como o investimento e esforços quanto à

Política de Segurança da Informação e Comunicações do IBGE - Posic , quanto à gestão de riscos em TIC e na busca de métricas consideradas relevantes pelos órgãos fiscalizadores. Esse documento contém uma relação dos respectivos pedidos de investimentos classificados pelo CTIC como aderentes aos objetivos estratégicos do **Plano Estratégico Institucional**  e coerentes com as políticas do IBGE nessa área, visando, assim, à padronização e à economia de recursos.

Ademais, foi preparada a nova **Estratégia Geral de Tecnologia de Informação e Comunicação do IBGE - EGTI para o biênio 2023-2024**, que está em processo final de formalização, a qual apresenta projetos e vertentes, assim como oportunidades de desenvolvimento na área, levando-se em consideração os objetivos contidos no **Mapa Estratégico do IBGE**  para o período de 2022-2015. Ambos os documentos (PDTI e EGTI) vigentes, se encontram publicados na **seção Transparência e Prestação de Contas do portal do IBGE** . Cabe salientar que tanto o EGTI quanto o PDTI trouxeram considerações que foram impostas pelo avanço do teletrabalho na Instituição.

Recursos aplicados em TI

É fundamental explicar que, em períodos de Censos (Agropecuário ou Demográfico), as aquisições são exponenciadas significativamente, haja vista que, além da aquisição de centenas de milhares de Dispositivos Móveis de Coleta - DMCs – que são *smartphones* como os de mercado, com características específicas, por causa das necessidades de visualização de mapas, coleta de informações por sistemas desenvolvidos no IBGE e transmissão delas para as centrais do IBGE – há necessidade de robustez para suportar todas essas operações, indo desde roteadores instalados nas dependências fixas e temporárias do IBGE, *laptops*, servidores de rede, servidores de bancos de dados, linhas de comunicação e outros tantos componentes.

Desde 2019, o IBGE iniciou seus processos de aquisição e muito já se contratou. No ano de 2020, em função do adiamento do Censo Demográfico para 2021, e posteriormente para 2022, quase a totalidade de processos de aquisição TIC foram finalizados e alguns poucos permaneceram para 2022. Com a extensão da coleta para o início de 2023, serão necessários recursos destinados ao Censo e recursos internos ao orçamento do IBGE para fazer frente à operação.



Contratações mais relevantes de recursos de TI

Contratos Continuados mais relevantes em 2022

- Locação de *softwares* Microsoft;
- *Links* de Internet;
- Suporte Premier/Consultoria Microsoft;
- Manutenção de *Softwares* (Outros);
- Manutenção de *Softwares* de Segurança de Aplicação;
- Manutenção de Equipamentos de Armazenamento de Dados; e
- Manutenção de *Softwares* de Monitoramento e Gerenciamento de Ativos de redes.

Aquisições de Software e Hardware mais relevantes em 2022

- Aquisição de *Notebooks* para trabalho remoto;
- Aquisição de *Software* de Escritório;
- Aquisição de Solução de *Data Center*;
- Manutenção dos Dispositivos Móveis de Coleta; e
- Movimentação de equipamentos para o novo *Data Center* (*moving*).

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI

Em vias de finalização da coleta do **Censo Demográfico 2022**, mais uma vez, o IBGE percebe o quanto seus processos de trabalho estão intermediados por altas tecnologias, como fornecer a **mais de 140 000 trabalhadores temporários** do Censo um equipamento capaz de realizar a coleta de informações utilizando mapas digitais, coletando coordenadas geográficas por GPS em cada domicílio, armazenando o *tracking* de cada agente de coleta no País, transmitindo informações on-line e outros tantos recursos que fizeram parte dessa operação. O DMC, como já explicado, é um *smartphone* de mercado controlado por um *software* de MDM, e é só a ponta do *iceberg* de uma gama de tecnologias que foram utilizadas e que são descritas no **Projeto Tecnológico do Censo Demográfico 2022**. Tal fato demonstra, mais uma vez, a capacidade adaptativa do IBGE às demandas de mais informações e em menor tempo possível, além de conceitos como mobilidade, gestão, internalização de tecnologias, capacidade de suporte e outros tantos.

É extremamente relevante lembrar que o IBGE, desde sempre, adere e colabora com leis, decretos, acórdãos, instruções normativas, recomendações e até mesmo pesquisas advindas dos órgãos de controle, do GSI/PR e do Minis-

tério da Economia - ME, sempre se destacando perante os outros órgãos. Fato significativo para a EGTI do IBGE é que, por exigência do **Decreto n. 10.332, de 28.04.2020** [↗](#), um novo comitê, de Governança Digital, deveria ser criado mas, consultado o ME, percebeu-se que poderíamos ampliar o escopo de trabalho do CTIC, incluindo a responsabilidade de mais dois relevantes documentos: o **Plano de Dados Abertos - PDA** [↗](#), que o IBGE já tinha e mantém atualizado no portal do IBGE, e o **Plano de Transformação Digital** [↗](#), também disponível no portal do IBGE.

Nesse ano de 2022, diante do Projeto de Transformação Digital do Ministério da Economia e do próprio IBGE, a Instituição teve a honra de ficar **em 1º lugar**, para o período de avaliação de dez/2021 a nov/2022, no **ranking de órgãos** [↗](#) que participam desse monitoramento. Esse *ranking* baseia-se em um índice construído a partir de dois indicadores: (i) **nota de satisfação**: reflete a avaliação de satisfação dos usuários com o conjunto de serviços do órgão; e (ii) **nota de adesão à avaliação de satisfação**: mede a adesão do órgão à ferramenta de avaliação de satisfação. Isso demonstra e reforça o empenho do IBGE em estar plenamente aderente aos programas de governo relativos às melhorias em TIC, para a gestão e para a sociedade.



Período de avaliação
dez/2021 a nov/2022



Órgãos classificados
55

Ranking de órgãos



Avaliação do IBGE

4,819
Nota final

4,64
Nota satisfação

5
Nota de adesão

100%
Adesão

8
Serviços oferecidos

8
Serviços integrados

Iniciada de forma bastante tímida em 2022, o IBGE vem buscando coordenar suas áreas na busca de **inovações tecnológicas** de forma integrada, jamais de forma isolada, evitando a replicação de esforços e a não aderência às tecnologias já existentes. Importante reforçar que a inovação é inerente à área de tecnologia do IBGE, como o uso de dispositivos móveis de coleta (já em 2007), mas a carência de pessoal tem tornado essa tarefa bastante complexa de ser realizada. Assim, consideramos que essa iniciativa de agregar as unidades do IBGE para a prospecção de novas tecnologias e sua futura aquisição e implantação deve ser desenvolvida de forma contínua nas unidades, onde os cenários tecnológicos existentes ou os novos cenários desejados devam ser discutidos no CTIC, para que haja um real planejamento para aquisição, incorporação e suporte e uso otimizado das tecnologias.

Segurança da Informação

O compromisso legal do IBGE em manter a privacidade do informante e o sigilo das informações prestadas, conforme previsto na **Lei n. 5.534, de 14.11.1968** [↗](#), torna indispensável a implementação de controles rígidos de segurança da informação e comunicações, permitindo que as atividades desempenhadas na instituição tratem as informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica, demográfica e administrativa com a devida segurança, para garantir a legalidade de suas ações.

A implementação dos controles de segurança da **Política de Segurança da Informação e Comunicações - Posic** [↗](#), está apoiada em três pilares principais: processos, pessoas e tecnologia. Assim, o IBGE vem promovendo ações direcionadas a esses três pilares, por meio da **normatização** de diversos procedimentos e processos, do **investimento em novas tecnologias** de segurança da informação e em ações voltadas para a **capacitação e conscientização** dos colaboradores do Instituto.



A Posic, cuja primeira edição ocorreu em 2014, com atualização em 2018, necessitará de adequação à **Lei n. 13.709, de 14.08.2018** , a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, que vem sendo discutida no IBGE em razão de pontos relevantes que podem impactar os trabalhos nesse Instituto. A esse respeito, cabe ressaltar que o IBGE possui **Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais** designado, desde 2020, e que um grupo de trabalho, liderado pelo Encarregado, com a participação de membros de todas as diretorias, está em operação para realizar o **inventário de dados pessoais** do IBGE. No portal do IBGE, há **seção específica**  sobre o tema, inclusive com as informações de contato do Encarregado.

Outras ações no âmbito da Posic que foram programadas vêm sendo cumpridas, tais como: (i) a disponibilização frequente do curso a distância de segurança; (ii) o novo **Plano de Gestão de Riscos em TIC**, de acordo com a **Metodologia de Gestão de Riscos do IBGE** , o **Plano de Continuidade de Negócios** e a revisão do **Plano de Gerenciamento e Tratamento de Incidentes**.

Nesse sentido, cumpre mencionar estão em curso **dois projetos estratégicos** ligados à segurança da informação e comunicações e pri-

vacidade dos dados que tratam dos seguintes temas: (i) definição do processo de gestão de incidentes; e (ii) o aprimoramento dos controles existentes. Os dois projetos estratégicos visam o alcance do Objetivo Estratégico 18 “Prover ambiente tecnológico adequado e seguro”.

18

Prover ambiente tecnológico adequado e seguro

O Comitê de Segurança de Informação e Comunicação - CSI e o Comitê de Sigilo estão atentos à movimentação dessa temática, que é nevrálgica ao IBGE, em razão da **Lei n. 5.534, de 14.11.1968** , que estabelece a obrigatoriedade na prestação de informações ao IBGE e que, por conseguinte, também obriga o IBGE a não ceder, nem aos órgãos do Poder Judiciário, as informações coletadas em suas pesquisas. O IBGE acompanha rotineiramente as movimentações de mercado e se atualiza sempre que possível, estando atento às ameaças internas e externas, assim como busca prevenir vazamentos de dados e informações, inclusive involuntários.

Cabe registrar, ainda, que foi aprovada, em 12 de dezembro de 2022, a criação da **Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos do IBGE - ETIR**. A ETIR tornou-se, portanto, responsável por planejar,

coordenar, executar e registrar as atividades de tratamento e resposta a incidentes cibernéticos, sempre com o objetivo principal de preservar os dados e informações armazenadas na infraestrutura do IBGE, local ou em nuvem, garantindo a autenticidade, confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

Consolidação de sistemas e infraestrutura para o Censo Demográfico

Em 2022, materializou-se e consolidou-se o projeto de sistemas e infraestrutura para o pleno trabalho de todas as etapas do **Censo Demográfico 2022**: a coleta de informações (finalizando o ano com 83,9% da população brasileira recenseada, por meio de DMCs), a transmissão, o recebimento, a segurança, o processamento, a tabulação de dados coletados, o uso de sistemas de contratação de pessoal para o Censo, de pagamento de mensalistas, de pagamento de agentes censitários, de acompanhamento da coleta on-line e de todas as necessidades elencadas pelas áreas finalísticas.

Principais desafios e ações futuras

- I. **Morosidade do processo de contratação:** torna-se cada vez mais desafiador ao IBGE realizar as contratações de recursos de tecnologias

de informação e comunicação (*hardware, software* ou serviços), pelas frequentes mudanças legais, pelo processo administrativo exigido e pela carência de pessoal especializado;

- II. **Previsibilidade de orçamento:** a área de tecnologia precisa saber qual o orçamento estará disponível para manter o funcionamento dos serviços oferecidos, licenças de *software*, recursos em nuvem, garantias de equipamentos, entre outros;
- III. **Readequação dos recursos para o teletrabalho:** a substituição gradual dos *desktops* de trabalho por *laptops*, em conjunto com o uso *desktops* virtuais, possibilitará ganhos de mobilidade, o acesso direto às bases de dados e repositórios, conexão a servidores para processamentos de maior complexidade, reforço em controles de segurança, telessuporte, uso exclusivo de equipamento institucional para acesso e uso de dados e a redução da necessidade de espaços físicos, entre outros benefícios;
- IV. **Avanço no uso de tecnologias em nuvem:** alguns insumos para uso nos DMCs, como mapas e outros não sigilosos, já são uma realidade. Contudo, o uso para armazenamento e/ou processamento de dados e informações na nuvem deve ser observado sob a ótica do gerenciamento de riscos, e a garantia do orçamento para manutenção dos serviços;

- V. **Incorporação da segurança da informação no processo de desenvolvimento de sistemas:** adoção de rotinas, suporte e técnicas alinhadas às normas de segurança durante o processo de desenvolvimento e implantação de *softwares*;
- VI. **Incorporação de metodologias ágeis no processo de desenvolvimento de sistemas:** implantação da metodologia de desenvolvimento ágil adaptada ao processo de desenvolvimento de *software* do IBGE;
- VII. **Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicações:** desenvolver projetos para melhorar a gestão das TICs do IBGE, investindo na normatização e sistematização de diversos processos internos, seja de gerenciamento de mudanças, atendimento aos usuários, acompanhamento de demandas e projetos, monitoramento entre outros. Cabe ressaltar que o tema foi considerado estratégico pelo IBGE, por meio da inserção do Objetivo Estratégico 17 “Aprimorar a gestão de TIC” no Plano Estratégico Institucional;
- VIII. **Governança de dados:** nessa área, o desafio é a sensibilização das demais unidades para a internalização dos papéis, procedimentos e responsabilidades previstos na **Política de Governança de Dados do IBGE**.

17

Aprimorar a gestão de TIC

11

Ampliar a governança de dados

Como ação futura, destaca-se a implantação do Catálogo de Bases de Dados. Essa ação se vincula ao Objetivo Estratégico 11 “Ampliar a governança de dados”;

- IX. **Governança de TIC:** desenvolver um processo de avaliação das iniciativas/projetos/soluções de TIC no Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC, que permita, inclusive, a avaliação integrada das inovações para um planejamento integrado, o que colabora para o alcance do Objetivo Estratégico 9 “Fortalecer a governança de TIC”; e
- X. **Aprimorar o suporte a todos os usuários de tecnologia:** organizar sistemas e equipes (Equipes de Plantão para Resolução de Problemas) para a realização de atendimentos aos usuários dentro da expectativa acordada, inclusive com o desenvolvimento de soluções de autoatendimento para algumas situações.

9

Fortalecer a governança de TIC

Para conhecer outros desafios e perspectivas, consulte a EGTI, publicada na **seção Transparência e Prestação de Contas do portal do IBGE** [↗](#).

Sustentabilidade ambiental

Governança e gestão da sustentabilidade

10 Fortalecer a governança das contratações e da sustentabilidade

O IBGE, como instituição pública, e diante do atual cenário mundial, tem buscado a adoção de políticas e práticas de responsabilidade social e de sustentabilidade ambiental em suas ações.

Como sinal do protagonismo do tema no IBGE, foi incluído, no **Plano Estratégico Institucional**, o Objetivo Estratégico 10 “Fortalecer a governança das contratações e da sustentabilidade”. Essa reunião dos temas contratações e sustentabilidade foi provocada pela publicação da **Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19.07.2021**, que inseriu o Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS como um dos instrumentos de governança nas contratações públicas.

Associado a esse objetivo estratégico, foi concebido o projeto estratégico “Aprimoramento da Capacidade de Governança e Gestão da Sustentabilidade”. De tal projeto, em 2022, foram realizadas as seguintes entregas:

- I. Definição do **modelo de governança e gestão para a sustentabilidade organizacional**: com a criação do Comitê de Contratações e Sustentabilidade - CCS, instância interna de apoio à governança, e dos Grupos Executivos da Sustentabilidade - GESs, responsáveis pelo acompanhamento e fomento às ações e práticas sustentáveis da instituição, com atuação em todas as Unidades da Federação; e
- II. Elaboração de um **painel de indicadores**: cuja primeira versão contempla informações gerenciais sobre o consumo e o gasto de papel, copos descartáveis, energia elétrica e água e esgoto, para permitir o monitoramento dos resultados alcançados.

Plano de Gestão de Logística Sustentável do IBGE

O **Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS do IBGE**, em vigor, o qual compreende o período entre 2019 e 2023, possui **nove eixos temáticos**, que tiveram como referência os temas do Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração Pública - IASA, criado pelo Tribunal de Contas da União - TCU. Os nove eixos são apresentados a seguir:



Racionalização de material de consumo



Racionalização no uso de energia elétrica e atendimento aos normativos aplicáveis



Racionalização no uso de água e atendimento aos normativos aplicáveis



Qualidade de vida no ambiente de trabalho



Gestão de resíduos e coleta seletiva solidária



Aquisições e contratações sustentáveis



Mobilidade, transporte institucional e emissão de gases de efeito estufa



Certificação de prédios públicos



Capacitação

O PLS do IBGE foi concebido para ser implementado por meio de **planos de trabalho anuais**, com ações propostas em mais de um eixo temático. As ações seriam acrescidas de maneira gradual, a cada semestre, até que todos os temas fossem contemplados, ao final da sua vigência.

No entanto, houve elaboração de plano de trabalho apenas para o ano de 2019, o qual não passou por monitoramento em razão da extinção do Comitê de Gestão da Sustentabilidade do IBGE, com a edição do **Decreto n. 9.759, de 11.04.2019** [↗](#), que estabeleceu a extinção de colegiados na Administração Pública Federal.

De lá para cá, o cenário pandêmico de 2020 e 2021 e a entrada em campo do Censo Demográfico, em 2022, concentraram os esforços e recursos institucionais e dificultaram a execução das ações em planos de trabalho anuais. Contudo, o IBGE manteve a adoção das práticas de sustentabilidade já internalizadas, que visam a redução de consumo de recursos naturais e a adoção de critérios de sustentabilidade nas aquisições de materiais e nas contratações de serviços e obras de engenharia.

Em 2023, o IBGE pretende realizar regularmente as reuniões do CCS e dos GES e retomar as discussões e ações sobre o tema. Além disso, será elaborado um novo PLS, com ações previstas para os próximos anos.

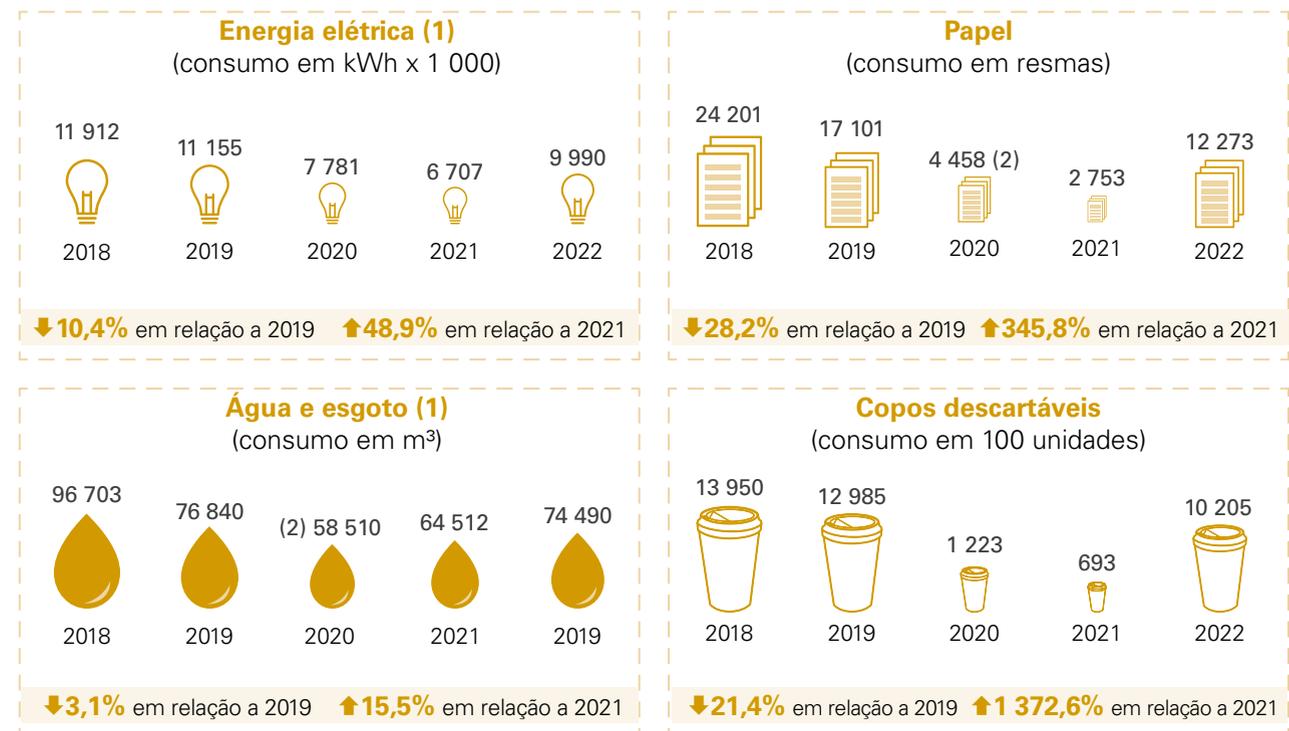
Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

No IBGE, as contratações e aquisições são caracterizadas por aspectos sociais e ambientais facilmente identificados nos editais de licitação, com norma interna que estabelece a adoção de

critérios de sustentabilidade, nos termos da legislação vigente aplicável e tendo como referência o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União - AGU** [↗](#).

Nesse sentido, continua a utilizar o seu poder de compra para sinalizar aos agentes econômicos a necessidade de adotar processos de produção sustentáveis.

Ações para redução no consumo de recursos naturais



Fontes: SDF, jan/2023; SDA-Almoxarifado, jan/2023.

(1) Em relação aos consumos de energia elétrica e água, os dados dos anos anteriores foram ajustados em relação aos dados disponíveis na página 146 do Relatório de Gestão 2021. Tal ajuste deve-se ao fato de que o consumo é obtido a partir das informações lançadas no Sistema de Documentos Fiscais - SDF e, no mês de janeiro, quando a extração é feita, ainda há faturas a serem recebidas com o consumo de dezembro, o que subestima o consumo anual. (2) Para o consumo de água em 2020, devido a inconsistências no registro de informações, em razão da pandemia de COVID-19, os dados do consumo foram determinados com base na variação do gasto de 2019 para 2020, sendo deduzida a inflação ocorrida no período.



Em 2022, observa-se a elevação significativa do consumo de recursos naturais (papel, copo descartável, energia elétrica e água), quando comparados os dados com os de 2021. Quando comparados com 2019, contudo, os dados de 2022 apresentam **redução de 10,4%** no consumo de **energia elétrica**, **3,1%** no consumo de **água**, **28,2%** no consumo de **papel** e **21,4%** para o consumo de **copos descartáveis**. O ano de 2019 foi adotado como referência comparativa para as análises, pois os anos de 2020 e de 2021 apresentam condições atípicas de consumo: de março de 2020 a setembro de 2021, em função da adoção do trabalho remoto emergencial (em virtude da pandemia de COVID-19); e, a partir de outubro de 2021, pela adesão do IBGE ao Programa de Gestão e Desempenho - PGD (em regimes de teletrabalho total e parcial). A **volta ao trabalho presencial**, mesmo que por parte dos servidores, contribuiu para o **aumento do consumo em 2022**, quando comparado a 2021. Esse significativo aumento justifica-se, também, pela **realização do Censo Demográfico 2022**, visto que as coordenações de área e de subárea ocuparam, em grande medida, as instalações físicas das agências, elevando esse consumo de recursos naturais. Por fim, pode-se constatar que a **adesão ao**

PGD foi o fator decisivo para a redução do consumo em 2022 em comparação com 2019. No caso da redução no consumo de papel, também contribuíram o desenvolvimento e a adoção do processo eletrônico e da assinatura eletrônica de documentos.

Redução de resíduos poluentes

Em levantamento realizado junto às Superintendências Estaduais, identificou-se que **cerca de metade delas realiza a separação de materiais recicláveis** (em especial, de papel). Contudo, ainda se verifica **baixa formalização do procedimento** de destinação desses resíduos (habilitação de associação/cooperativa de catadores, registro histórico da quantidade de resíduos separada etc.).

Em virtude disso, estão em elaboração **minutas padrão dos principais documentos** necessários para a habilitação de associações/cooperativas de catadores de materiais recicláveis (estudos preliminares, mapa de gerenciamento de riscos, termo de referência, edital e avisos) que serão disponibilizadas para que, paulatinamente, seja efetivada a destinação ambientalmente adequada dos resíduos recicláveis produzidos pelo IBGE, no âmbito do **Programa Coleta Seletiva Cidadã**, previsto no **Decreto n. 10.936, de 12.01.2022** [↗](#).

Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas obras e serviços de engenharia

Nos projetos de engenharia e arquitetura para reforma das edificações **são contemplados itens que consomem menos recursos** (energia, água) ou utilizem materiais não agressores ao meio-ambiente, tais como: lâmpadas LED de baixo consumo elétrico; equipamentos de ar condicionado do tipo *inverter* e com gás ecológico; torneiras temporizadas; bacias sanitárias com caixas ou válvulas de descarga de dois fluxos (para líquidos e sólidos); mictórios com temporizadores; pontos de água para instalação de purificadores; sensores de presença em banheiros e corredores para acionamento de lâmpadas; tintas, vernizes e colas à base de água, entre outras medidas. Ainda há o **controle de resíduos produzidos nas obras**, por meio de manifestos, nos quais se identifica a quem encaminhar os resíduos produzidos, que deve possuir licença para a sua destinação ambientalmente adequada.



de redução estimada no consumo de energia elétrica (na obra do *Data Center RJ*)

Dentre as obras concluídas, em 2022, destaca-se o **Data Center RJ**, onde houve instalação de novo *data center* principal do IBGE no Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), com início em 2020.

Além disso, nas obras onde houve intervenções civis, foram obedecidos os **requisitos legais de acessibilidade**, com a instalação de pisos elevados, rampas de acesso e banheiros para pessoas com deficiência.

Cabe registrar a realização de estudos de análise situacional do imóvel do IBGE situado na Av. Chile, no Município do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) em buscas de soluções para a **racionalização da ocupação predial**, em

decorrência da adoção do teletrabalho (total ou parcial), o que poderá levar à redução de despesas com aluguel, condomínio, energia, limpeza, entre outros.

Principais desafios e ações futuras

- Retomada da execução do Plano de Gestão de Logística Sustentável, com a elaboração de plano de trabalho e o monitoramento das ações;
- Elaboração de um novo PLS para o próximo período de vigência; e
- Adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P.





5 **Informações orçamentárias, financeiras e contábeis**



Demonstrações contábeis

Balanco orçamentário - 2022

(continua)

Receita				
Receitas orçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas	Saldo
RECEITAS CORRENTES	1 664 690,00	1 664 690,00	9 751 548,93	8 086 858,93
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	1 531 724,00	1 531 724,00	4 358 355,01	2 826 631,01
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	164 891,00	164 891,00	220 216,07	55 325,07
Valores Mobiliários	1 366 833,00	1 366 833,00	4 138 138,94	2 771 305,94
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	72 328,00	72 328,00	5 260 881,99	5 188 553,99
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	72 328,00	72 328,00	5 260 881,99	5 188 553,99
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	60 638,00	60 638,00	132 311,93	71 673,93
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	2 400,58	2 400,58
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	108 889,49	108 889,49
Demais Receitas Correntes	60 638,00	60 638,00	21 021,86	(-) 39 616,14
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	457 000,00	457 000,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	457 000,00	457 000,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	457 000,00	457 000,00

(conclusão)

Receita				
Receitas orçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas	Saldo
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1 664 690,00	1 664 690,00	10 208 548,93	8 543 858,93
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1 664 690,00	1 664 690,00	10 208 548,93	8 543 858,93
DÉFICIT			4 548 186 285,79	4 548 186 285,79
TOTAL	1 664 690,00	1 664 690,00	4 558 394 834,72	4 556 730 144,72
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	31 402 683,00	-	(-) 31 402 683,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	7 479 042,00	-	-
Créditos Cancelados	-	23 923 641,00	-	-

Balanco orçamentário - 2022

Despesa						
Despesas orçamentárias	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Saldo da dotação
DESPESAS CORRENTES	4 706 896 272,00	4 760 455 254,00	4 538 568 289,07	4 053 073 581,10	3 805 073 052,21	221 886 964,93
Pessoal e Encargos Sociais	2 263 652 813,00	2 269 747 443,00	2 106 487 248,08	2 106 328 160,12	1 970 770 290,14	163 260 194,92
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2 443 243 459,00	2 490 707 811,00	2 432 081 040,99	1 946 745 420,98	1 834 302 762,07	58 626 770,01
DESPESAS DE CAPITAL	42 726 441,00	20 570 142,00	19 826 545,65	10 539 849,56	10 516 882,46	743 596,35
Investimentos	42 726 441,00	20 570 142,00	19 826 545,65	10 539 849,56	10 516 882,46	743 596,35
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	857 402,00	857 402,00	-	-	-	857 402,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	4 750 480 115,00	4 781 882 798,00	4 558 394 834,72	4 063 613 430,66	3 815 589 934,67	223 487 963,28
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4 750 480 115,00	4 781 882 798,00	4 558 394 834,72	4 063 613 430,66	3 815 589 934,67	223 487 963,28
TOTAL	4 750 480 115,00	4 781 882 798,00	4 558 394 834,72	4 063 613 430,66	3 815 589 934,67	223 487 963,28

Anexo 1 - Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados

Despesas orçamentárias	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES	8 989 056,08	42 071 225,83	42 237 923,53	42 237 923,53	6 336 995,94	2 485 362,44
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8 989 056,08	42 071 225,83	42 237 923,53	42 237 923,53	6 336 995,94	2 485 362,44
DESPESAS DE CAPITAL	2 574 544,20	14 923 633,23	15 653 620,85	15 653 620,85	1 170 677,77	673 878,81
Investimentos	2 574 544,20	14 923 633,23	15 653 620,85	15 653 620,85	1 170 677,77	673 878,81
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	11 563 600,28	56 994 859,06	57 891 544,38	57 891 544,38	7 507 673,71	3 159 241,25

Fonte: SIAFI.

Anexo 2 - Demonstrativo de execução restos a pagar processados e não processados liquidados

Despesas orçamentárias	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES	-	158 030 489,33	158 029 277,33	1 212,00	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	142 592 781,95	142 592 781,95	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	15 437 707,38	15 436 495,38	1 212,00	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	795 647,49	795 647,49	-	-
Investimentos	-	795 647,49	795 647,49	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	158 826 136,82	158 824 924,82	1 212,00	-

Fonte: SIAFI.

Vera Lúcia Ahnert dos Santos
Gerente de Contabilidade

Antonio Carlos Mantuano
Coordenador de Orçamento e Finanças

Marise Maria Ferreira
Diretora-Executiva

Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto
Presidente

Balança patrimonial - 2022

Ativo				Passivo			
Especificação	2022	2021	%	Especificação	2022	2021	%
ATIVO CIRCULANTE	251 412 897,86	227 762 202,94	10,38	PASSIVO CIRCULANTE	317 880 496,31	408 613 191,01	(-) 22,21
Caixa e Equivalentes de Caixa	217 453 804,61	193 942 604,90	12,12	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	224 621 833,38	307 963 219,04	(-) 27,06
Créditos a Curto Prazo	16 285 249,35	15 442 981,27	5,45	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-
Demais Créditos e Valores	17 093 405,31	16 150 719,72	5,84	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3 303 722,68	1 102 774,46	199,58
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	(-) 808 155,96	(-) 707 738,45	14,19	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	612,57	15,08	3 962,14
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-	-
Estoques	17 673 843,90	18 376 616,77	(-) 3,82	Provisões a Curto Prazo	-	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	89 954 327,68	99 547 182,43	(-) 9,64
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	641 261 765,76	660 796 901,18	(-) 2,96	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	108 790,61	380 423,40	(-) 71,40
Ativo Realizável a Longo Prazo	1 794 814,15	1 849 488,86	(-) 2,96	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	271 632,79	(-) 100,00
Créditos a Longo Prazo	1 794 814,15	1 849 488,86	(-) 2,96	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	2 740 526,89	2 452 145,34	11,76	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-	-
Demais Créditos e Valores	1 405 062,26	1 425 334,72	(-) 1,42	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	(-) 2 350 775,00	(-) 2 027 991,20	15,92	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-	-
Imobilizado	608 749 226,05	631 052 306,73	(-) 3,53	Provisões a Longo Prazo	-	-	-
Bens Móveis	242 055 855,33	274 673 645,91	(-) 11,88	Demais Obrigações a Longo Prazo	108 790,61	108 790,61	0,00
Bens Móveis	568 511 089,00	549 443 546,71	3,47	Resultado Diferido			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(-) 326 455 233,67	(-) 274 769 900,80	18,81	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	317 989 286,92	408 993 614,41	(-) 22,25
Bens Imóveis	366 693 370,72	356 378 660,82	2,89	Patrimônio Líquido			
Bens Imóveis	370 450 874,63	364 559 277,86	1,62	Especificação	2022	2021	%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(-) 3 757 503,91	(-) 8 180 617,04	(-) 54,07	Resultados Acumulados	574 685 376,70	479 565 489,71	19,83
Intangível	30 717 725,56	27 895 105,59	10,12	Resultado do Exercício	67 768 709,33	(-) 101 029 485,41	(-) 167,08
Softwares	30 717 725,56	27 895 105,59	10,12	Resultados de Exercícios Anteriores	479 565 489,71	559 275 184,39	(-) 14,25
Softwares	39 466 708,94	36 071 668,81	9,41	Ajustes de Exercícios Anteriores	27 351 177,66	21 319 790,73	28,29
(-) Amortização Acumulada de Softwares	(-) 8 748 983,38	(-) 8 176 563,22	7,00	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	574 685 376,70	479 565 489,71	19,83
TOTAL DO ATIVO	892 674 663,62	888 559 104,12	0,46	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	892 674 663,62	888 559 104,12	0,46

Fonte: SIAFI.

Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes

Ativo			Passivo		
Especificação	2022	2021	Especificação	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	217 497 190,51	193 943 511,57	PASSIVO FINANCEIRO	749 007 501,80	228 226 540,34
ATIVO PERMANENTE	675 177 473,11	694 615 592,55	PASSIVO PERMANENTE	66 921 115,91	249 325 533,41
			SALDO PATRIMONIAL	76 746 045,91	411 007 030,37

Quadro de compensações

Ativo				Passivo			
Especificação	2022	2021	%	Especificação	2022	2021	%
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	44 586 683,81	89 955 187,88	(-) 50,43	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	233 013 873,81	178 426 269,55	30,59
Atos Potenciais Ativos	44 586 683,81	89 955 187,88	(-) 50,43	Atos Potenciais Passivos	233 013 873,81	178 426 269,55	30,59
Garantias e Contragarantias Recebidas	11 934 302,86	15 432 422,62	(-) 22,67	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	32 650 922,71	74 521 307,02	(-) 56,19	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	3 101 305,06	1 961 097,82	58,14
Direitos Contratuais	1 458,24	1 458,24	0,00	Obrigações Contratuais	229 912 568,75	176 465 171,73	30,29
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-	-
TOTAL	44 586 683,81	89 955 187,88	(-) 50,43	TOTAL	233 013 873,81	178 426 269,55	30,59

Demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial

Destinação de Recursos	Superávit/Déficit Financeiro
Recursos Ordinários	(-) 552 285 602,28
Recursos Vinculados	20 775 290,99
Seguridade Social (Exceto Previdência)	16 082,12
Previdência Social (RPPS)	(-) 159 087,96
Alienação de Bens e Direitos	3 165 441,90
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	17 752 854,93
TOTAL	(-) 531 510 311,29

Fonte: SIAFI.

Vera Lúcia Ahnert dos Santos
Gerente de Contabilidade

Antonio Carlos Mantuano
Coordenador de Orçamento e Finanças

Marise Maria Ferreira
Diretora-Executiva

Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto
Presidente

Demonstração das variações patrimoniais - 2022

(continua)

Variações patrimoniais quantitativas			
Especificação	2022	2021	%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4 660 491 856,99	2 819 546 020,68	65,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-
Contribuições	-	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	5 481 212,31	25 224 711,11	(-) 78,27
Venda de Mercadorias	71 109,26	43 424,14	63,76
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	5 410 103,05	25 181 286,97	(-) 78,52
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	4 114 542,94	2 402 185,21	71,28
Juros e Encargos de Mora	431,99	24,27	1 679,93
Variações Monetárias e Cambiais	-	290,98	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	4 114 110,95	2 401 869,96	71,29
Transferências e Delegações Recebidas	4 359 960 819,25	2 712 949 645,97	60,71
Transferências Intragovernamentais	4 258 610 379,68	2 644 902 663,42	61,01
Outras Transferências e Delegações Recebidas	101 350 439,57	68 046 982,55	48,94
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	286 576 349,60	69 263 597,43	313,75
Reavaliação de Ativos	16 670 224,37	6 078 303,19	174,26
Ganhos com Alienação	114 706,70	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	3 420 697,70	7 564 152,74	(-) 54,78
Ganhos com Desincorporação de Passivos	266 370 720,83	55 621 141,50	378,90
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4 358 932,89	9 705 880,96	(-) 55,09
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	23 749,26	13 946,25	70,29
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	4 335 183,63	9 691 934,71	(-) 55,27
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4 592 723 147,66	2 920 575 506,09	57,25
Pessoal e Encargos	2 383 813 117,07	1 222 808 277,72	94,95
Remuneração a Pessoal	1 764 687 313,15	963 580 375,14	83,14
Encargos Patronais	377 040 302,98	184 298 662,93	104,58
Benefícios a Pessoal	238 238 920,55	70 562 210,62	237,63
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	3 846 580,39	4 367 029,03	(-) 11,92
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1 258 657 783,85	1 265 246 437,94	(-) 0,52
Aposentadorias e Reformas	987 451 165,13	1 001 436 782,91	(-) 1,40
Pensões	252 383 758,97	243 935 470,84	3,46
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18 822 859,75	19 874 184,19	(-) 5,29
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	585 923 532,45	231 575 655,42	153,02

Demonstração das variações patrimoniais - 2022

(conclusão)

Variações patrimoniais quantitativas			
Especificação	2022	2021	%
Uso de Material de Consumo	38 705 787,15	7 980 738,99	384,99
Serviços	492 321 608,79	165 254 870,22	197,92
Depreciação, Amortização e Exaustão	54 896 136,51	58 340 046,21	(-) 5,90
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	644 841,19	265 704,75	142,69
Juros e Encargos de Mora	642 745,91	254 999,57	152,06
Variações Monetárias e Cambiais	1 980,88	10 705,18	(-) 81,50
Descontos Financeiros Concedidos	114,40	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	335 560 082,33	148 152 644,54	126,50
Transferências Intragovernamentais	217 148 914,61	72 893 674,76	197,90
Transferências Intergovernamentais	20 300 482,49	-	-
Transferências ao Exterior	50 012,87	673 255,31	(-) 92,57
Outras Transferências e Delegações Concedidas	98 060 672,36	74 585 714,47	31,47
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	23 499 281,53	50 907 345,23	(-) 53,84
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	2 793 960,74	36 813 252,60	(-) 92,41
Perdas Involuntárias	308 522,41	33 109,73	831,82
Incorporação de Passivos	6 833 099,87	4 921 931,73	38,83
Desincorporação de Ativos	13 563 698,51	9 139 051,17	48,41
Tributárias	1 174 713,49	699 734,86	67,88
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	192 687,02	189 045,73	1,93
Contribuições	982 026,47	510 689,13	92,29
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	32 181,72	24 070,63	33,70
Custo das Mercadorias Vendidas	32 181,72	24 070,63	33,70
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3 417 614,03	895 635,00	281,59
Incentivos	248 456,58	462 079,94	(-) 46,23
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3 169 157,45	433 555,06	630,97
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	67 768 709,33	(-) 101 029 485,41	(-) 167,08

Fonte: SIAFI.



Demonstração dos fluxos de caixa - 2022

(continua)

Especificação	2022	2021	%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	50 020 350,51	133 043 636,91	(-) 62,40
INGRESSOS	4 283 256 851,53	2 681 679 471,89	59,72
Receita Patrimonial	220 216,07	203 493,29	8,22
Receita de Serviços	5 260 881,99	24 842 738,68	(-) 78,82
Remuneração das Disponibilidades	4 138 138,94	2 321 562,30	78,25
Outras Receitas Derivadas e Originárias	132 311,93	5 374 953,14	(-) 97,54
Transferências Recebidas	-	-	-
Outros Ingressos Operacionais	4 273 505 302,60	2 648 936 724,48	61,33
Ingressos Extraorçamentários	12 762 423,64	1 637 085,67	679,58
Restituições a Pagar	25 771,26	158 275,92	(-) 83,72
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	,00	228,28	(-) 100,00
Transferências Financeiras Recebidas	4 258 610 379,68	2 644 902 663,42	61,01
Arrecadação de Outra Unidade	1 988 652,49	2 238 471,19	(-) 11,16
Demais Recebimentos	118 075,53	-	-
DESEMBOLSOS	(-) 4 233 236 501,02	(-) 2 548 635 834,98	66,10
Pessoal e Demais Despesas	(-) 3 644 431 730,12	(-) 2 289 688 356,86	59,17
Administração	(-) 2 397 844 971,23	(-) 1 050 280 479,19	128,31
Segurança Pública	(-) 490 279,32	(-) 1 377 436,83	(-) 64,41
Previdência Social	(-) 1 240 135 452,09	(-) 1 235 055 781,18	0,41
Saúde	(-) 913 333,65	(-) 1 400,14	65 131,59
Educação	(-) 38 748,23	(-) 6 935,25	458,71
Direitos da Cidadania	(-) 4 464 171,43	(-) 2 175 427,31	105,21
Gestão Ambiental	(-) 8 120,50	-	-
Indústria	(-) 4 767,21	-	-
Comércio e Serviços	(-) 999 787,38	(-) 737 195,14	35,62

Demonstração dos fluxos de caixa - 2022

(conclusão)

Especificação	2022	2021	%
Encargos Especiais	(-) 83 708,25	(-) 52 580,00	59,20
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	551 609,17	(-) 1 121,82	(-) 49 270,92
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Transferências Concedidas	(-) 360 356 913,78	(-) 184 348 429,81	95,48
Intragovernamentais	(-) 340 015 270,28	(-) 183 677 924,50	85,11
Outras Transferências Concedidas	(-) 20 341 643,50	(-) 670 505,31	2 933,78
Outros Desembolsos Operacionais	(-) 228 447 857,12	(-) 74 599 048,31	206,23
Dispêndios Extraorçamentários	(-) 11 323 441,11	(-) 1 693 026,42	568,83
Transferências Financeiras Concedidas	(-) 217 124 416,01	(-) 72 893 674,76	197,86
Demais Pagamentos	-	(-) 12 347,13	(-) 100,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(-) 26 509 150,80	(-) 55 405 462,12	(-) 52,15
INGRESSOS	457 000,00	-	-
Alienação de Bens	457 000,00	-	-
DESEMBOLSOS	(-) 26 966 150,80	(-) 55 405 462,12	(-) 51,33
Aquisição de Ativo Não Circulante	(-) 24 514 898,22	(-) 49 974 207,51	(-) 50,94
Outros Desembolsos de Investimentos	(-) 2 451 252,58	(-) 5 431 254,61	(-) 54,87
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-
INGRESSOS	-	-	-
DESEMBOLSOS	-	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23 511 199,71	77 638 174,79	(-) 69,72
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	193 942 604,90	116 304 430,11	66,75
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	217 453 804,61	193 942 604,90	12,12

Fonte: SIAFI.



Balanço financeiro - 2022

(continua)

Ingressos				Dispêndios			
Especificação	2022	2021	%	Especificação	2022	2021	%
Receitas Orçamentárias	10 208 548,93	32 742 747,41	(-) 68,82	Despesas Orçamentárias	4 558 394 834,72	2 499 114 503,52	82,40
Ordinárias	-	-		Ordinárias	3 292 325 392,95	1 539 834 875,28	113,81
Vinculadas	25 153 671,89	33 065 471,51	(-) 23,93	Vinculadas	1 266 069 441,77	959 279 628,24	31,98
Previdência Social (RPPS)	-	-		Seguridade Social (Exceto Previdência)	305 135 823,10	475 917 758,53	(-) 35,88
Alienação de Bens e Direitos	457 000,00	-	-	Previdência Social (RPPS)	934 587 587,16	480 434 067,06	94,53
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	24 696 671,89	33 065 471,51	(-) 25,31	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	26 346 031,51	2 927 802,65	799,86
(-) Deduções da Receita Orçamentária	(-) 14 945 122,96	(-) 322 724,10	4530,93				
Transferências Financeiras Recebidas	4 258 610 379,68	2 644 902 663,42	61,01	Transferências Financeiras Concedidas	217 124 416,01	72 893 674,76	197,86
Resultantes da Execução Orçamentária	4 170 836 263,73	2 499 773 893,24	66,85	Resultantes da Execução Orçamentária	187 394 039,52	60 809 302,42	208,17
Repasso Recebido	3 990 824 577,40	2 439 648 989,12	63,58	Repasso Concedido	7 368 295,41	684 398,30	976,61
Sub-repasso Recebido	180 011 686,33	60 124 904,12	199,40	Sub-repasso Concedido	180 011 686,33	60 124 904,12	199,40
Independentes da Execução Orçamentária	87 774 115,95	145 128 770,18	(-) 39,52	Repasso Devolvido	14 057,78	-	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	71 223 346,17	144 698 329,85	(-) 50,78	Independentes da Execução Orçamentária	29 730 376,49	12 084 372,34	146,02
Demais Transferências Recebidas	3 750,72	-	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	12 790 693,79	9 503 826,42	34,58
Movimentação de Saldos Patrimoniais	16 547 019,06	430 440,33	3 744,21	Demais Transferências Concedidas	66 347,12	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	16 873 335,58	2 580 545,92	553,87
Aporte ao RGPS	-	-	-	Aporte ao RPPS	-	-	-
				Aporte ao RGPS	-	-	-

Balanço financeiro - 2022

(conclusão)

Ingressos				Dispêndios			
Especificação	2022	2021	%	Especificação	2022	2021	%
Recebimentos Extraorçamentários	758 251 432,14	219 059 409,45	246,14	Pagamentos Extraorçamentários	228 039 910,31	247 058 467,21	(-) 7,70
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	248 023 495,99	158 030 489,33	56,95	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	158 824 924,82	159 712 985,82	(-) 0,56
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	494 781 404,06	56 994 859,06	768,12	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	57 891 544,38	85 638 986,02	(-) 32,40
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	12 762 423,64	1 637 085,67	679,58	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11 323 441,11	1 693 026,42	568,83
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2 684 108,45	2 396 975,39	11,98	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	13 468,95	(-) 100,00
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	551 609,17	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	1 121,82	(-) 100,00
Restituições a Pagar	25 771,26	158 275,92	(-) 83,72	Demais Pagamentos	-	12 347,13	(-) 100,00
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	228,28	(-) 100,00				
Arrecadação de Outra Unidade	1 988 652,49	2 238 471,19	(-) 11,16				
Demais Recebimentos	118 075,53	-	-				
Saldo do Exercício Anterior	193 942 604,90	116 304 430,11	66,75	Saldo para o Exercício Seguinte	217 453 804,61	193 942 604,90	12,12
Caixa e Equivalentes de Caixa	193 942 604,90	116 304 430,11	66,75	Caixa e Equivalentes de Caixa	217 453 804,61	193 942 604,90	12,12
TOTAL	5 221 012 965,65	3 013 009 250,39	73,28	TOTAL	5 221 012 965,65	3 013 009 250,39	73,28

Fonte: SIAFI.

Vera Lúcia Ahnert dos Santos
Gerente de ContabilidadeAntonio Carlos Mantuano
Coordenador de Orçamento e FinançasMarise Maria Ferreira
Diretora-ExecutivaEduardo Luiz Gonçalves Rios Neto
Presidente



Notas explicativas

De acordo com a nona edição do **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP**, as notas explicativas são consideradas parte integrante das Demonstrações Contábeis. Contém informações adicionais às apresentadas nos demonstrativos. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis, portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas. Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

Conforme exposto na **Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público**, as informações evidenciadas nas notas explicativas são necessárias para a compreensão dos usuários das demonstrações contábeis, fornecem informações que apresentam as demonstrações contábeis no contexto da entidade e o

seu ambiente operacional e, geralmente, têm relação clara e demonstrável com a informação exposta nas demonstrações contábeis às quais ela pertence.

Principais práticas contábeis e informações adicionais às demonstrações contábeis

No IBGE, os requisitos de reconhecimento e mensuração de ativos e passivos estão sendo aplicados de acordo com as orientações emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, que estão em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As principais práticas contábeis e informações adicionais às Demonstrações Contábeis estão resumidas a seguir.

Venda de Publicações

O IBGE realiza a fabricação e venda de publicações diversas. Na Loja Virtual, é possível adquirir exemplares impressos de atlas, publicações e serviços do IBGE. Recentemente, com os avanços tecnológicos, o IBGE aderiu à nova modalidade de pagamento realizada através

do **sistema Pag-Tesouro**. Utilizando o **PIX**, o IBGE oferece aos clientes uma forma de pagamento mais ágil que o boleto via Guia de Recolhimento da União - GRU, além disso, existe a possibilidade do uso do cartão de crédito.

As transações referentes às publicações são registradas na conta contábil 11.511.01.01 - Mercadorias para venda ou revenda. Até o momento, não há como fazer a contabilização mais adequada, que seria na conta 11.521.01.00 - Produtos Acabados, pois a apuração completa dos processos produtivos e mensuração de custos destas publicações ainda não é realizada, por essa razão foram contabilizados em conta similar para preservar os registros desses bens.

Créditos Administrativos

O IBGE possui valores escriturados em créditos administrativos no curto e no longo prazos. Esses valores são registrados conforme orientação de processo administrativo no qual foi apurado o dano ao erário e seu respectivo responsável. São apresentados, a seguir, os saldos das contas no exercício de 2022.

Créditos Administrativos Curto Prazo

Créditos Administrativos a Receber Curto Prazo	Exercício 2022	Exercício 2021	%
Créd a Rec por Folha de Pagamento	3 037 966,83	2 955 138,33	2,80
Créd a Rec por Dano ao Patrimônio	174 086,48	134 403,04	29,53
Créd a Rec por Erro Administrativo	6 843,23	6 843,23	0,00
Créd a Rec por Dolo, Má-Fé ou Fraude	-	6 967,20	(-) 100,00
Créd a Rec de Servidor não Recolhido no Pz	1 065,75	1 065,75	0,00
Créd a Rec por Déb de Terceiro em Prest Serv	12 718,16	12 718,16	0,00
Multa/Juros a Rec de Servidor Responsabilizado	106 246,21	86 579,18	22,72
Falta ou Irregularidade de Comprovação	569,02	569,02	0,00
Outros Créditos Administrativos	154,00	154,00	0,00
Total	3 339 649,68	3 204 437,91	4,22

Fonte: SIAFI.

Créditos Administrativos Longo Prazo

Créditos Administrativos a Receber Longo Prazo	Exercício 2022	Exercício 2021	%
Créd. a Receber Decorrentes de Folha Pagamento	864 381,92	885 669,63	(-) 2,40
Créd a Rec Decorrentes Dolo, Má-Fé ou Fraude	537 497,69	537 497,69	0,00
Multas/Juros a Rec Servidor Responsabilizados	3 182,65	2 167,40	46,84
Total	1 405 062,26	1 425 334,72	(-) 1,42

Fonte: SIAFI.

Ajuste para Perdas

Em atendimento aos princípios da oportunidade e da prudência, faz-se necessário instituir um mecanismo que devolva ao ativo a expressão real do valor contabilizado, tornando-o compatível com a situação da entidade. Para melhor evidenciação desse ativo, o procedimento adequado, em termos contábeis, é a constituição de uma estimativa de perda sobre os valores inscritos em Créditos Administrativos e Dívida Ativa.

O ajuste segue as Normas Internacionais de Contabilidade, incluídas nas NBCs TSPs pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A constituição da Estimativa de Perdas é realizada conforme critério definido e publicado na [Nota Técnica DE/COF/GECON n. 1/2021](#) que estabelece os procedimentos para registros de Ajustes para Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa. A seguir, é apresentada a tabela utilizada para os cálculos:

Classificação de risco	Fase	Período de atraso (anos)	Percentual aplicado (%)
Baixa dificuldade de recuperação	A	0-1	5
	B	1-2	10
Média dificuldade de recuperação	C	2-3	25
	D	3-4	50
Alta dificuldade de recuperação	E	4-5	80



Bens Móveis

Os bens móveis, tais como computadores, veículos, mobílias etc., são contabilizados neste grupo. O controle desses bens é feito no Sistema de Dados Administrativos - SDA e suas movimentações são registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, com base nas aquisições realizadas e nos dados fornecidos por esse sistema interno. Esse controle é feito de acordo com as novas regras da STN, permitindo o cálculo da depreciação além da reavaliação de bens móveis. Esse fato proporciona maior veracidade e consistência aos dados apresentados no Patrimônio.

No quadro ao lado, são apresentados os bens móveis do IBGE por grupo.

Bens móveis por grupo

Bens Móveis	Exercício 2022	Exercício 2021	AH (%)
Aparelhos de Medição e Orientação	4 304 721,09	3 675 221,09	17,13
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	3 193 942,74	3 112 604,27	2,61
Equipam/Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hosp.	41 016,35	40 506,32	1,26
Aparelho e Equipamento p/Esportes e Diversões	2 657,95	2 657,95	0,00
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	936 154,16	933 930,53	0,24
Máquinas e Equipamentos Industriais	539,22	539,22	0,00
Máquinas e Equipamentos Energéticos	3 593 150,42	2 995 150,08	19,97
Máquinas e Equipamentos Gráficos	6 275 637,57	6 269 218,57	0,10
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	28 981,26	26 780,26	8,22
Equipamentos, Peças e Acessórios p/Automóveis	8 376,16	7 750,13	8,08
Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	10,00	10,00	0,00
Equipamentos de Manobras e Patrulhamento	843,16	843,16	0,00
Máquinas e Utensílios Agropecuário/Rodoviário	6 113,59	6 113,59	0,00
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	46 695,92	46 729,12	(-) 0,07
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	1 549 908,86	1 359 266,24	14,03
Equip de Tecnolog da Infor E Comunicação/TIC	392 846 298,46	380 747 192,24	3,18
Aparelhos E Utensílios Domesticos	9 006 310,76	8 631 936,77	4,34
Máquinas e Utensílios de Escritório	40 647,57	25 488,75	59,47
Mobiliário em Geral	19 366 926,60	19 201 580,37	0,86
Coleções e Materiais Bibliográficos	229 029,02	227 080,60	0,86
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	5 999 876,64	5 809 892,03	3,27
Obras de Arte e Peças para Exposição	557,16	557,16	0,00
Veículos em Geral	235 163,63	235 163,63	0,00
Veículos de Tração Mecânica	117 393 517,45	112 962 874,00	3,92
Aeronaves	12 257,24	12 257,24	0,00
Embarcações	9 100,00	9 100,00	0,00
Bens Não Localizados	1 184 411,50	911 356,06	29,96
Peças Não Incorporáveis a Imóveis	1 180 954,55	1 161 691,09	1,66
Material de Uso Duradouro	1 017 289,97	1 030 056,24	(-) 1,24
Total	568 511 089,00	549 443 546,71	3,47

Fonte: SIAFI.

Depreciação, Redução a Valor Recuperável e Reavaliação

O IBGE vem aplicando os procedimentos estabelecidos no MCASP, na **NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado** e na Macrofunção SIAFI 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações para depreciar e mensurar seus ativos.

Seguem alguns conceitos comuns ao tema:

- Depreciação: é a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;
- Valor Recuperável: é o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor em uso; e
- Reavaliação: é a adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo.

Os bens móveis, adquiridos ou colocados em uso a partir de 2010, estão sendo depreciados normalmente. Já os bens móveis adquiridos antes de 2010 estão sendo depreciados regularmente, após terem sido reavaliados pela Comissão de Reavaliação, instituída para tal fim, e seu registro efetuado devidamente em dezembro de 2015.

O IBGE segue a tabela de vida útil e valor residual estabelecida para cada conta contábil que está determinada no item 6.3 da Macrofunção SIAFI 020330. Respeitando, assim, a padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis.

Ressalta-se que, no item 6.4 dessa Macrofunção, fica estabelecido que as contas 12311.05.05 - Aeronaves e 12311.05.06 - Embarcações não possuem valores estipulados por serem bens muito específicos, ficando a definição da vida útil e valor residual a critério dos órgãos que possuem tais bens. Desse modo, o IBGE aplica, para a conta 12311.05.05, vida útil de 10 anos e valor residual de 10% e, para a conta 12311.05.06, vida útil de 15 anos e valor residual de 10%.

Também é determinado, na Macrofunção, item 7.2, que o método de cálculo da depreciação a ser utilizado é o das quotas constantes, pois a informação deve ser consistente e comparável.

Bens Bibliográficos

Os bens bibliográficos englobam os objetos e materiais bibliográficos para a formação de acervo. O registro contábil se dá a partir do Relatório

de Movimento Mensal de Bens Bibliográficos, que é encaminhado às áreas contábeis.

Com a publicação da **Resolução do Conselho Diretor - RCD n. 22, de 12.11.2013**, todas as bibliotecas do IBGE, com exceção das bibliotecas Ibegeana, DGC e ENCE, passaram a ser consideradas como Bibliotecas Públicas, com o registro contábil na conta 12.311.99.10 - Material de Uso Duradouro (consumo). As bibliotecas Ibegeana, DGC e ENCE passaram a ser consideradas como não públicas e o registro contábil executado na conta 12.311.04.02 - Coleções e Materiais Bibliográficos (permanente).

Em 2016, a publicação da **RCD n. 25, de 19.09.2016** revogou a RCD n. 22, de 12.11.2013 e, com isso, deixou-se de ter um referencial do ponto de vista patrimonial e orçamentário na classificação de bens bibliográficos. Tendo em vista a omissão desse ponto na atual norma infralegal de bens bibliográficos, permanece o entendimento da norma anterior.

Esses fatos, destacados acima, vêm dificultando o cumprimento dos dispositivos contábeis quanto à depreciação desses bens. Os bens bibliográficos caracterizados como Imobilizado não estão sofrendo depreciação. Após análise dessa situação, foi realizado contato com a STN que, por meio da mensagem SIAFI

2021/0736147, orientou que a depreciação dos bens classificados nesse grupo fosse implementada de acordo com o conceito de biblioteca pública e não-pública. Para as bibliotecas classificadas como públicas não haverá a depreciação, já as consideradas não-públicas deverão ser depreciadas.

As Diretorias envolvidas nesse assunto se reunirão e definirão a melhor forma de atender às normas vigentes relacionadas.

Bens Imóveis

Neste grupo, são registrados os imóveis de propriedade do IBGE e os cedidos pela União, cujo aumento de valor se dá principalmente pelas obras que representam ampliação e acréscimo do imóvel, bem como pelas reavaliações efetuadas periodicamente. As inclusões, atualizações e incorporações de valores são feitas por meio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial - SPIUnet, desenvolvido pela Secretaria de Patrimônio da União. A reavaliação dos imóveis e outros ajustes no SPIUnet ficam sob responsabilidade da Coordenação de Recursos Materiais da Diretoria-Executiva. Os reflexos das reavaliações feitas no SPIUnet são automaticamente espelhados na contabilidade via SIAFI.

As benfeitorias realizadas em imóveis da União cedidos ao IBGE também são incorporadas ao seu valor no SPIUnet. Desde dezembro de 2014, a depreciação está sendo calculada e registrada

no SIAFI pela STN. Esses cálculos são feitos diretamente na Secretaria do Patrimônio da União e informados à STN. O IBGE não tem participação no fornecimento e produção desses números.

Bens Imóveis por Grupo

Bens Imóveis	Exercício 2022	Exercício 2021	AH (%)
Imóveis Residenciais/Comerciais	19 088 363,11	16 718 774,40	14,17
Edifícios	146 035 575,45	143 755 851,05	1,59
Terrenos/Glebas	2 035 371,57	1 145 327,93	77,71
Fazendas, Parques e Reservas	9 182 678,42	9 182 678,42	0,00
Complexos/Fábricas/Usinas	130 932 315,79	122 429 580,71	6,95
Estacionamentos e Garagens	381 646,66	381 646,66	0,00
Lojas	770 883,52	770 883,52	0,00
Salas	10 692 572,19	9 595 177,64	11,44
Autarquias/Fundações	43 641 984,12	43 787 125,01	(-) 0,33
Imóveis Residenciais/Comerciais	3 600,00	3 600,00	0,00
Obras em Andamento	3 580 094,42	11 804 852,32	(-) 69,67
Estudos e Projetos	33 615,84	21 380,00	57,23
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	4 072 173,54	4 962 400,20	(-) 17,94
Total	370 450 874,63	364 559 277,86	1,62

Fonte: Tesouro Gerencial.



Benfeitorias em Propriedades de Terceiros

O saldo da conta de Benfeitorias em Propriedades de Terceiros, de acordo com a Macrofunção SIAFI 020344 - Bens Imóveis: “deverá representar o valor das benfeitorias deduzidas as amortizações. Sua amortização deve ser feita em função da vida útil estimada da benfeitoria ou no período de arrendamento/locação contratual, dos dois o menor”.

A Macrofunção SIAFI 020318 - Encerramento do Exercício também traz a seguinte orientação sobre essa conta: “A conta contábil 12321.08.00 - Benfeitorias em Propriedade de Terceiros - deverá evidenciar o valor das benfeitorias realizadas em propriedades de terceiros e que, ao final do termo contratual, devem ser revertidas em favor do proprietário do imóvel”.

O IBGE possui alguns casos em que a benfeitoria já foi totalmente amortizada, uma vez que o contrato referente a ela foi encerrado, porém o imóvel continua em uso, pois houve renovação do contrato. Para esses casos, foi questionada a Setorial Contábil quanto ao tratamento mais adequado para esses saldos e, baseado nos conceitos expostos acima, a orientação foi para que as contas permaneçam como estão até o encerramento do contrato.

Intangível - Software

Conforme é explicitado no MCASP, ativo intangível é “um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços”.

O ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo, conforme exposto na **NBC TSP 08 - Ativo Intangível**. Após o reconhecimento inicial pelo modelo de custo, o ativo intangível deve ser apresentado pelo custo menos a amortização e a perda por redução ao valor recuperável acumuladas, de acordo com o MCASP. Desse modo, apresenta-se o conceito de amortização: “Amortização é a alocação sistemática do valor amortizável do ativo intangível ao longo da sua vida útil”.

Ainda em conformidade com as normas contábeis, os ativos intangíveis devem ter sua vida útil classificada como definida ou indefinida, e isso impacta diretamente na amortização desses bens. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, enquanto os que possuem definição de vida útil devem ser amortizados.

A amortização dos bens intangíveis do IBGE foi, de fato, registrada a partir do segundo se-

mestre de 2016, quando foram feitas as primeiras classificações de *softwares* com vida útil definida. De acordo com o item 13.1 da Macrofunção SIAFI 020330, o método de amortização que deve ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes, portanto as taxas são pro-rata. A estimativa da vida útil econômica desses ativos é determinada pela área de TI, em função de sua utilização e obsolescência e, posteriormente, a Gerência de Contabilidade apura o valor das cotas mensais fazendo seus respectivos registros no SIAFI.

Precatórios

Conforme descrito na Macrofunção SIAFI 021131 - Registro de Processos Judiciais, a União, suas autarquias e demais entidades federais de caráter público, criadas por Lei, podem ser sentenciadas pelo Poder Judiciário a satisfazer obrigações, principalmente pecuniárias, em favor de terceiros.

A convocação para que essas obrigações sejam satisfeitas se dá por meio da emissão de precatórios expedidos contra a Fazenda Pública Federal, os quais deverão ser pagos pelo Presidente do Tribunal que proferir a decisão, fazendo uso de recursos orçamentários consignados diretamente ao Poder Judiciário.

Conforme orienta o item 3.1.1 da Macrofunção SIAFI, o cadastro dos precatórios somente poderá ser efetuado “pelas unidades gestoras da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça - STJ, e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT e outras unidades gestoras autorizadas pela Coordenação Geral de Sistema e Tecnologia de Informação da Secretaria do Tesouro Nacional - COSIS/STN.” Portanto, os registros desses passivos no IBGE são efetuados pelas unidades gestoras determinadas acima.

O IBGE, nesse exercício de 2022, apresenta saldo apenas na conta referente a Precatórios de Pessoal de curto prazo, conforme quadro abaixo.

Precatórios

Precatórios	Exercício 2022	Exercício 2021	Var. %
Passivo Circulante			
Precatórios de Pessoal	737 158,88	165 129 512,47	(-) 99,55
Precatórios de Terceiros	-	29 010 024,86	(-) 100,00
Passivo Não Circulante			
Precatórios de Pessoal	-	271 632,79	(-) 100,00
Total	737 158,88	194 411 170,12	(-) 99,62

Fonte: SIAFI.

Ajustes de Exercícios Anteriores

O valor contabilizado no exercício de 2022, na conta 23.711.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores, é decorrente principalmente de ajustes de depreciação de imóveis, registros de algumas despesas de exercícios anteriores e outros ajustes patrimoniais feitos intempestivamente.

Informações e detalhamentos das Demonstrações Contábeis

Análise do Balanço Orçamentário

No exercício de 2022, a receita arrecadada acumulada representa 613,24% da receita prevista. O principal fator para essa alta execução percentual é a realização de receita com Ins-

crições em Concursos e Processos Seletivos sem a respectiva previsão. Essa receita é responsável por 50,83% de toda a arrecadação e se deve à realização de concursos públicos para prover mão de obra necessária à realização do Censo Demográfico. É importante ressaltar que a coluna referente à Previsão Atualizada da Receita, no Balanço Orçamentário, não tem refletido as alterações efetuadas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP. Em questionamento feito à Setorial Contábil sobre esse fato, foi informado, por meio da mensagem SIAFI 2020/0435271, que a coluna de previsão atualizada da receita não tem sido alterada ao longo do exercício.

O grupo de Receitas Patrimoniais é responsável por 42,69% da realização das receitas, sendo composto pelo recebimento de taxa de uso de imóveis e, principalmente, pelos rendimentos de aplicação de recursos da Conta Única do Tesouro Nacional - CTU.

Com relação às Receitas de Capital, houve realização de R\$ 457 000,00, referente à Alienação de Veículos.

O déficit orçamentário de R\$ 4 548 186 285,79, apresentado no Balanço Orçamentário do IBGE, se deve à característica do órgão não ser um agente arrecadador e, por isso, exe-

cutar suas despesas orçamentárias e realizar seus investimentos dependendo de recursos do Tesouro, cujo reflexo contábil não aparece no Balanço Orçamentário. Esse fato, de acordo com o MCASP, não representa irregularidade.

Análise do Balanço Patrimonial

Cabe destacar que o Ativo Circulante, ao final do exercício de 2022, apresentou um aumento de 10,38%, em comparação com o saldo em dezembro de 2021. A conta de Caixa e Equivalentes de Caixa também apresentou aumento em relação ao exercício anterior, de 12,12%. O fator que mais contribuiu para a variação no saldo de caixa foi o pagamento da remuneração de pessoal temporário que está atuando no Censo Demográfico, já que a efetiva saída de financeiro ocorre no mês subsequente à folha. Adicionalmente, ao longo dos exercícios de 2021 e 2022, houve a realização de receita devido às inscrições para o processo seletivo do Censo Demográfico, o que também impactou o saldo do caixa. Cabe ressaltar que essa receita só pode ser utilizada mediante autorização.

O grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo aumentou 5,84% ao longo de 2022. A conta de Adiantamento Concedido apresentou um crescimento de R\$ 337 401,24, em relação a dezembro de 2021, devido ao aumento

de concessões de Suprimento de Fundos. Assim como a conta de Adiantamento de Termo de Execução Descentralizada, que apresentou crescimento de 183,31% devido a envio de financeiro referente ao Termo de Execução Descentralizada - TED firmado com a Coordenação Regional Kayapo Sul do Pará (Pará). Por outro lado, as contas Adiantamento de 13º Salário e Adiantamento de Férias reduziram 15,54%. A rotina de contabilização dessas contas confronta, ao final de cada mês, o saldo do ativo com o saldo do passivo. A conta de Adiantamento de 13º Salário apresentou saldo 15,29% inferior ao de dezembro de 2021, no ativo. A conta referente ao Adiantamento de Férias não apresentou saldo no ativo, em dezembro de 2022, ou seja, apesar de ter havido solicitação de férias, o valor a ser pago pelo Órgão foi superior.

No Ativo Não Circulante, a variação de saldo total foi um decréscimo de 2,96%. O grupo do Imobilizado, responsável por 94,93% do Ativo Não Circulante, teve uma redução de 3,53%. Houve um crescimento na conta de Bens Móveis de 3,47%, sendo as categorias que apresentaram maior crescimento: Equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação; Veículos de Tração Mecânica; e Aparelhos de Medição e Orientação. Apesar desse aumento, o grupo de bens móveis teve uma redução de

11,88%, pois o aumento na conta de depreciação foi superior às aquisições efetuadas nesse período. No que diz respeito à conta dos Bens Imóveis, houve um aumento de 1,62% referente, principalmente, ao registro de imóveis de uso especial e/ou reavaliação de imóveis nas unidades de Mato Grosso, Piauí, Minas Gerais, Pernambuco e Goiás. Cabe destacar que a redução de 54,07% na conta de depreciação de bens imóveis ocorreu devido ao ajuste feito diretamente pela Coordenação-Geral de Contabilidade da União - CCONT da STN no balanço do IBGE.

O Passivo Circulante apresentou uma redução de 22,21% em relação a dezembro de 2021. O grupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo decresceu 27,06%. A conta de Precatórios de Pessoal reduziu 99,55%, R\$ 164 392 353,59. Este fato se deve às baixas de precatórios a pagar realizadas nos Tribunais Regionais Federais da 2ª e 3ª Regiões. Os registros nessa conta são feitos diretamente pelos próprios tribunais, sem participação do IBGE. Em contrapartida, o saldo na conta de salários, remunerações e benefícios apresentou um crescimento de 27,40%, em dezembro de 2022, devido ao maior número de contratados temporários atuando em prol do Censo Demográfico.



O grupo de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo apresentou um aumento de 199,58%. Esse grupo representa apenas 1,04% de todo o Passivo Circulante. Os principais valores pendentes de pagamento referem-se a locação de *softwares*, serviços especializados em Tecnologia da Informação e Comunicação e fornecimento de passagens aéreas.

O grupo Demais Obrigações a Curto Prazo apresentou uma redução de 9,64% e representa 28,30% do Passivo Circulante. A conta de Transferências Financeiras a Comprovar - TED, variou positivamente em 7,32, o que é bastante relevante para esse grupo do passivo, sendo responsável por 59,79% dele. A variação de saldo ocorrida se deve, principalmente, ao recebimento de financeiro dos TEDs firmados com: o Fundo Nacional de Segurança Pública; a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério do Turismo; a Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde; e a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Os registros nessa conta são feitos pelos parceiros repassadores dos recursos e há saldos pendentes, apesar de já ter sido solicitada a atualização da conta após o envio da prestação de contas. Esse fato está sinalizado na confor-

midade contábil do IBGE. A conta de Precatórios de Terceiros reduziu 100,00% ao longo de 2022, R\$ 29 010 024,86, devido ao registro de baixas de precatórios a pagar realizadas no Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Conforme mencionado anteriormente, os registros nas contas de precatórios não têm participação do IBGE e são feitos diretamente pelos tribunais.

Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais

No exercício de 2022, a classe Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA apresentou um montante de R\$ 4 660 491 856,99, com uma variação positiva de 65,29% em relação a dezembro de 2021. Assim como as Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD, que tiveram uma variação percentual positiva de 57,25%, representando, em 2022, o montante de R\$ 4 592 723 147,66. O resultado patrimonial, em dezembro de 2022, foi positivo em R\$ 67 768 709,33. Assim, observa-se uma considerável variação em relação ao resultado do ano anterior, o qual havia sido negativo em R\$ 101 029 485,41. Essa variação positiva é justificada, principalmente, pelo considerável aumento nas VPAs: Transferências e Delegações Recebidas; e Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos. Já as

VPDs também tiveram aumentos, no entanto, foram inferiores aos ocorridos nas VPAs.

O grupo Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos, comparado com o mesmo período do exercício anterior, apresentou um decréscimo de -78,27%. Esse fato deve-se a entrada das taxas de inscrição dos concursos em 2021 ter sido maior do que em 2022, além de terem ocorrido diversas restituições das taxas de inscrição em 2022, o que reduziu o saldo desse subgrupo.

O grupo Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos variou 313,75% em relação ao ano anterior. Essa variação positiva refere-se, majoritariamente, ao aumento no saldo do subgrupo Ganhos com Desincorporação de Passivos, uma vez que, em 2022, ocorreu um alto valor de desincorporação de passivos, sendo principalmente, precatórios, que ou foram transferidos da conta de obrigação do IBGE para a UG da Justiça Federal ou foram baixados pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Também variou positivamente o subgrupo Reavaliação de Ativos, que trata de reavaliações de bens imóveis de uso especial no SPIUnet, nas unidades da Administração Central, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal. Observa-se que o maior valor de reavaliação ocorreu na unidade da Administração Central, de R\$ 9 050 500,44, referente à incor-



poração da obra realizada no *Data Center*. Já a única variação negativa desse grupo ocorreu em Ganhos com Incorporação de Ativos, devido ao alto valor de registro de imóveis em 2021, bem acima do valor registrado, até então, em 2022. O valor constante desse subgrupo em 2022 corresponde, principalmente, ao TED n. 2/2022, referente ao apoio logístico da Fundação Nacional do Índio - FUNAI na realização do Censo Demográfico 2022 em áreas indígenas.

O grupo Transferências e Delegações Recebidas corresponde a 93,55% das variações patrimoniais aumentativas do órgão, em 31 de dezembro de 2022, visto que o IBGE depende de transferências financeiras do Tesouro para realizar as suas atividades, por não ser um agente arrecadador. Esse grupo apresentou uma variação positiva de 60,71%, R\$ 1 647 011 173,28, em relação ao ano anterior. Essa variação positiva justifica-se pelo aumento de repasses e sub-repasses recebidos, assim como, pelo maior volume de transferências de bens móveis entre as unidades estaduais, devido aos preparativos e à execução do Censo Demográfico.

O grupo Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, comparado com o exercício anterior, apresentou um decréscimo de -55,09%. Esta diminuição deve-se, principalmente, ao IBGE ter recebido, no início de 2021, uma receita re-

ferente a Notas do Tesouro Nacional, NTN-P, que estavam sob custódia no Banco do Brasil.

Nas VPDs, os grupos que mais influenciaram para o seu acréscimo foram: Pessoal e Encargos, variando R\$ 1 161 004 839,35; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, variando R\$ 354 347 877,03; e Transferências e Delegações Concedidas, variando R\$ 187 407 437,79.

O grupo Pessoal e Encargos é o mais representativo dentro das Variações Patrimoniais Diminutivas, 51,90%. Essa VPD variou 94,95% em relação a dezembro de 2021. Observa-se que a maior parte dessa variação se deve ao aumento na conta referente ao salário de pessoal temporário, no subgrupo Remuneração a Pessoal, em 2022. O subgrupo Benefícios a Pessoal também teve acréscimo em 2022, pois devido aos preparativos finais e ao início da execução do Censo Demográfico, a quantidade de contratados temporários aumentou e, consequentemente, a quantidade de auxílios alimentação e transporte também aumentaram. Além do aumento nesses auxílios, também houve considerável acréscimo em ajuda de custo, utilizada para realização de treinamentos do Censo. O acréscimo no subgrupo Encargos Patronais deve-se ao aumento nas contribuições previdenciárias para o Regime Geral de Previdência

Social - RGPS, também consequência da contratação de pessoal temporário para o Censo.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais é o segundo grupo de maior representatividade perante o total das Variações Patrimoniais Diminutivas, 27,41%. No entanto, teve uma variação negativa de apenas 0,52% em relação a 2021. Verificou-se uma diminuição em aposentadorias - RPPS, gratificações e sentenças judiciais aposentadorias, concomitante com um aumento em pensões.

O grupo Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo variou 153,02%, com quase todos os subgrupos tendo acréscimos em comparação ao ano anterior. Esses aumentos devem-se, em grande parte, aos preparativos e execução do Censo Demográfico e a retomada parcial do trabalho presencial, uma vez que quase todas as despesas significativas haviam decrescido ao longo do trabalho remoto emergencial. No subgrupo Uso de Material de Consumo, os maiores aumentos foram em combustíveis e lubrificantes, R\$ 16 802 957,70 e em consumo de materiais estocados, R\$ 9 825 424,04. Já no subgrupo Serviços, os maiores aumentos foram em Serviços de transporte, passagem, locomoção e hospedagem, R\$ 208 010 449,18; Diárias, R\$ 49 328 201,12; Serviços Educacionais e Culturais - PJ, R\$ 41 185 247,88; e Serviços de



Apoio Administrativo, Técnico e Operacional, R\$ 16 721 347,33. Ressalta-se que houve uma considerável diminuição em Sentenças Judiciais - Serviços de Terceiros - PJ, de R\$ 21 746 396,24.

O grupo Transferências e Delegações Concedidas que representou, em dezembro de 2022, 7,31% das VPDs, teve um aumento de 126,50% em relação ao exercício anterior. Esse aumento justifica-se, principalmente, pelo fato de o subgrupo Transferências Intragovernamentais Concedidas ter tido um considerável acréscimo que acompanhou o aumento do subgrupo das VPAs, Transferências Intragovernamentais Recebidas. Como o IBGE não é um agente arrecadador e, conseqüentemente, depende das transferências financeiras do Tesouro, uma vez que estas aumentam, também aumentam as transferências concedidas para as Superintendências Estaduais. Houve acréscimo também no subgrupo Outras Transferências e Delegações Concedidas decorrente do aumento de transferências de bens móveis, conforme já mencionado. Além desses dois subgrupos com acréscimos, nota-se que há saldo no subgrupo Transferências Intergovernamentais decorrente de Transferência Voluntária que visa atender o Acordo de Cooperação Técnica n. 8/2022, entre o IBGE, a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores - ABC/MRE e o Fundo de População das Nações Unidas -

UNFPA, referente ao Projeto Modernização da Produção Estatística e Geocientífica.

O grupo Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos teve um decréscimo de 53,84% comparado a dezembro de 2021. Essa variação negativa deve-se ao altíssimo valor de reavaliação de bens imóveis que ocorreu em dezembro de 2021. Em 2022, houve reavaliação de bens imóveis de uso especial no SPIUnet na UG 114627 – Superintendência Estadual do IBGE em Goiás. No entanto, é um valor baixo se comparado às reavaliações ocorridas em 2021. A segunda variação monetária mais significativa ocorreu no subgrupo Desincorporação de Ativos, referindo-se, majoritariamente, à baixa ocorrida em obras em andamento para incorporação ao SPIUnet da instalação do novo *Data Center* principal do IBGE.

Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Conforme apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Receitas Patrimonial, de Serviços, Remuneração das Disponibilidades e Outras Receitas Derivadas e Originárias são as receitas próprias do IBGE e são responsáveis por 0,23% dos ingressos no fluxo de caixa das atividades operacionais. Como já mencionado anteriormente, o IBGE não é um agente arrecadador,

assim seus recursos provêm, em sua maior parte, de transferências do Tesouro. Por isso, a principal fonte de ingresso financeiro das atividades operacionais do IBGE são as Transferências Financeiras Recebidas, correspondendo a 99,42% do valor dos ingressos nessa atividade.

Já o fluxo de caixa referente a Investimentos a aquisição de Ativo não Circulante é responsável por 90,91% do valor desembolsado nessa atividade. A redução de 50,94%, em comparação com dezembro 2021, se deve ao fato de, ao longo do exercício anterior, foram liquidadas e pagas diversas aquisições de equipamentos, que foram empenhadas em 2020, devido ao preparo para o Censo Demográfico. Dos R\$ 26 966 150,80 desembolsados em Investimentos: 58,05% foram para pagamento de Restos a Pagar Não Processados; 2,95% para pagamento de Restos a Pagar Processados; e 39,00% para pagamento de créditos empenhados neste exercício.

Análise do Balanço Financeiro

Ao analisar o Balanço Financeiro do exercício de 2022, verifica-se que houve um aumento na disponibilidade de caixa de 12,12%, R\$ 23 511 199,71, ao longo desse período. Esse aumento se deve, principalmente, ao pagamento da remuneração de pessoal temporário que está atuando no Censo Demográfico, já que a efetiva



saída de financeiro ocorre no mês subsequente à folha. Adicionalmente, ao longo dos exercícios de 2021 e 2022, houve a realização de receita devido às inscrições para o processo seletivo do Censo Demográfico, o que também impactou o saldo do caixa. Cabe ressaltar que essa receita só pode ser utilizada mediante autorização.

Em dezembro de 2022, o total dos ingressos orçamentários aumentou 59,42%, em comparação com dezembro de 2021. Porém, mesmo com esse aumento devido, principalmente, às Transferências Financeiras Recebidas, o total dos dispêndios orçamentários foi superior. Esse totalizou em dezembro de 2022 R\$ 4 775 519 250,73, 85,67% maior que ao final de 2021. Esse fato se deve ao grande aumento no total de despesas empenhadas a liquidar em 2022 de R\$ 494 781 404,06, devido ao Censo, que são os valores que serão inscritos em Restos a Pagar Não Processados para o exercício seguinte.

O saldo do grupo referente aos Recebimentos Extraorçamentários apresentou um aumento de 246,14%. Conforme mencionado anteriormente, em 2022 houve um grande aumento das despesas empenhadas a liquidar. Conseqüentemente, o valor de inscrição de Restos a Pagar Não Processados também cresceu e isso fica refletido

na variação desse grupo. Em contrapartida, os Pagamentos Extraorçamentários apresentaram um decréscimo de 7,70%, em comparação com 2021, período em que houve alto valor de pagamento de Restos a Pagar Não Processados de equipamentos de TIC - computadores.

Normas e procedimentos

No âmbito da gestão orçamentária e financeira, o IBGE se submete: ao Plano Plurianual - PPA; à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; à Lei Orçamentária Anual - LOA; e a todos os normativos que regem a execução orçamentária no âmbito do governo federal brasileiro.

Sob os aspectos contábeis, a Instituição segue todas as normas que norteiam o Sistema Federal de Contabilidade, tais como: o MCASP; a **Lei n. 4.320, de 17.03.1964** ; as NBC TSP (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público); NBCs TSP numerada em diversos assuntos; e Manual SIAFI.

A Coordenação de Orçamento e Finanças, visando controlar e garantir a confiabilidade da regularidade e da completude de todos os registros contábeis, dos atos permutativos e mo-

dificativos da instituição, adota, entre outros, os seguintes procedimentos:

- I. Acompanhamento e aplicação das orientações dos manuais gerados pelo sistema SIAFI-Macrofunções;
- II. Utilização de sistema informatizado interno (SDA). Com esse sistema, é possível a instituição controlar as finanças, o orçamento, os bens móveis e imóveis, os contratos, a gestão de pessoas, entre outros. Em especial, esse sistema contém um módulo de captura dos documentos fiscais que é integrado a outro módulo de controle dos contratos, por meio do qual é feita toda a gestão, a emissão das autorizações de pagamentos, com base na utilização dos empenhos extraídos diretamente do SIAFI e na atuação de gestores administrativos designados pela Administração. O acesso ao sistema é feito de forma segregada, de acordo com as fases de empenho, liquidação e pagamento, de acordo com o perfil de acesso de cada uma das áreas responsáveis; e
- III. Elaboração de manual de operacionalização de suprimento de fundos e disponibilização de curso a distância para capacitar os servidores responsáveis por valores concedidos na modalidade de Suprimentos de Fundos.

Informações acerca do setor de contabilidade do IBGE

Estrutura

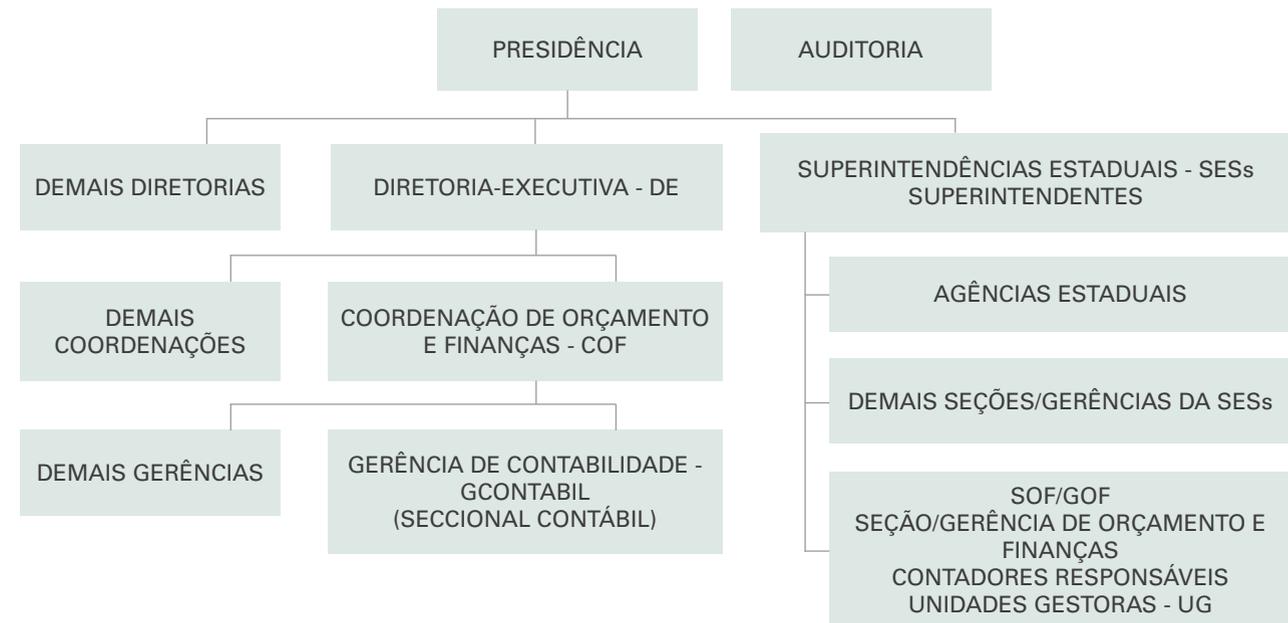
A Gerência de Contabilidade está subordinada à Coordenação de Orçamento e Finanças - COF, que faz parte da Diretoria-Executiva. Funciona como uma setorial contábil de órgão e conta com a colaboração dos contadores lotados na Seção/Gerência de Orçamento e Finanças - SOF/GOF das Superintendências Estaduais.

Composição

A Gerência de Contabilidade é composta por quatro Analistas Contadores. Há, também, o apoio local dos Contadores das Superintendências Estaduais (27 Unidades Gestoras), com exceção das Superintendências Estaduais do IBGE em Mato Grosso - SES/MT, no Piauí - SES/PI e no Rio Grande do Norte - SES/RN que, atualmente, não contam com um Contador Responsável.

Competências

Compete à Gerência de Contabilidade do IBGE, entre outras:



- analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras pertencentes ao IBGE;
- orientar as Superintendências Estaduais quanto às operações de contabilidade dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, incluindo os processos relacionados

- ao encerramento do exercício e abertura do exercício seguinte;
- acompanhar as atividades contábeis das unidades gestoras no que diz respeito ao adequado e tempestivo registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

- efetuar nas Superintendências, quando necessário, registros contábeis que, devido às suas peculiaridades, não puderem ser realizados pelas unidades gestoras executoras;
- realizar treinamentos na área de contabilidade para as Superintendências; e
- elaborar manuais e procedimentos necessários para orientar os servidores responsáveis.

Responsabilidades

Como Seccional de Órgão contábil, a Gerência de Contabilidade é a Unidade Gestora - UG responsável pelo acompanhamento da execução contábil do IBGE e pelo registro da conformidade contábil a nível de órgão.

Endereço eletrônico

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas podem ser acessadas através da [seção Transparência e Prestação de Contas do portal do IBGE](#) .

Nomes, cargos e período de atuação dos responsáveis pela contabilidade

Lotação		Nome	Cargo	Período de atuação
SEDE				
114601	Adm. Central	Vera Lucia Ahnert dos Santos	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/06/2010
NORTE				
114602	RO	Aecio Trigueiro Monte	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/02/2012
114603	AC	Tiago Nogueira Marques	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/03/2012
114604	AM	Miguel Carlos Viana Negreiros	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/05/2010
114605	RR	Hudson Adriano da Silva	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	03/02/2012
114606	PA	José de Anchieta Teixeira Trindade	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	05/03/2012
114607	AP	Ibere de Souza Batista	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	11/05/2010
114639	TO	Ismael Carvalho do Nascimento	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	03/02/2012
NORDESTE				
114608	MA	Lourivaldo de Andrade Ribeiro	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/12/2015
114609	PI	-	-	-
114610	CE	Deusivanio Muniz Nunes	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/01/2002
114612	RN	-	-	-
114613	PB	Antonio Gouveia Junior	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/03/2012
114614	PE	Gerlane Pereira de Albuquerque Rodrigues	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/12/2010
114615	AL	Artur Angelo Ramos Lamenha	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	02/09/2002
114616	SE	Alexandre Fonseca Menezes	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	04/09/2002
114617	BA	Isabela da Silva Brandão	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	10/01/2002
SUDESTE				
114618	MG	Anderson Carvalho de Oliveira	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	13/10/2016
114619	ES	Simeí Del Pupo da Rocha	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	04/10/2016
114622	SP	Rosano Maroso Goncalves	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/09/2002
114631	RJ	Itamar Jose Barreto do Nascimento	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	04/10/2010
SUL				
114623	PR	Edson Henrique Loch	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	24/05/2010
114624	SC	Julia Gonçalves Peres	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	26/09/2016
114625	RS	Denise Lima Maciel	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	15/03/2012
CENTRO-OESTE				
114620	MS	Maria Regina de Miranda Nascimento	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/09/2002
114626	MT	-	-	-
114627	GO	João Fernando Carolina	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	09/12/2002
114629	DF	Talyssa Cristine Cardoso Razini	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	28/08/2006

Conclusões de auditorias e as medidas adotadas

O IBGE não realiza a certificação da confiabilidade de suas demonstrações orçamentárias, financeiras e contábeis por meio de auditores independentes.

Em relação a conclusões de órgãos de controle público, no ano de 2022, destacam-se as **decisões do Tribunal de Contas da União - TCU** de não registrar e de considerar como ilegais os atos de concessão de aposentadoria e pensão civil no IBGE, especificamente ao pagamento da Gratificação de Desempenho em Atividade de Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infraestrutura de Informações Geográficas e Estatísticas - GDIBGE.

Entretanto, a despeito da negativa de registro da aposentadoria dos interessados, a rubrica judicial referente à GDIBGE, por estar sendo calculada em conformidade com a decisão judicial transitada em julgado e com o acordo homologado em fase de cumprimento de sentença, poderá subsistir, segundo o Tribunal, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novos atos concessórios.

Adicionalmente, é importante informar que o TCU decidiu por dispensar a continuidade do re-

cadastramento, no Sistema e-pessoal, dos atos de que trata o **Acórdão 1414/2021-Plenário**. Esse recadastramento foi solicitado durante os anos de 2021 e 2022, de maneira recorrente, e a demanda parecia muito onerosa para a área de recursos humanos do IBGE, sendo essa uma notícia muito positiva para a Instituição.

Com relação à divulgação por parte do IBGE da relação das populações, ressalta-se que o **Acórdão 1912/2022-Plenário** decidiu que caberia ao IBGE enviar tais dados ao TCU até o dia 26 de dezembro de 2022.

Por fim, destaca-se o recebimento de recomendações do TCU, a partir da avaliação de aderência das ações de organizações públicas às diretrizes estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD. A demanda foi encaminhada pelo Tribunal ao Ministério da Economia que, em seguida, requisitou complemento de informações e ações ao IBGE para a busca de maior aderência à LGPD.

No tocante a **demandas da Controladoria-Geral da União - CGU**, cabe registrar a auditoria com o objetivo de analisar pregão eletrônico que objetivava o registro de preços para eventual aquisição de baterias externas para uso nos Dispositivos Móveis de Coleta - DMCs, durante o Censo Demográ-

fico 2022. O pregão foi alvo de atenção da CGU por causa de alerta emitido pela ferramenta Analisador de Licitações, Contratos e Editais - ALICE. Identificou-se, no percurso da análise, um erro no valor unitário máximo do produto, que elevava o parâmetro de preço para o pregão, o que ocasionou o encaminhamento de uma Nota de Auditoria - NA ao IBGE, visando mitigar eventual impacto da divergência observada. A unidade do Instituto responsável corrigiu o erro e acatou todas as específicas recomendações recebidas pela CGU.

Adicionalmente, destacam-se demandas de auditoria contínua da CGU com solicitações de informações a respeito de 241 servidores relacionadas à: (i) apuração da acumulação de vínculos entre órgãos/empresas do Poder Executivo Federal e no âmbito Municipal e Estadual; (ii) aplicação da rubrica de abate-teto nos casos de militares e pensionistas de militares com vínculos de agente público civil; e (iii) apuração de possível irregularidade no processo de exclusão do Sistema Integrado de Administração de Pessoal do Governo Federal - SIAPE do pensionista com indício de óbito. Os questionamentos foram respondidos e estão em avaliação pela CGU.

No tocante às recomendações expedidas pela CGU, a tabela ao lado representa as demandas encaminhadas ao IBGE com a respectiva referência, identificação do assunto tratado e as recomendações expedidas:

Referência	Assunto	Recomendações
Ofício nº 22216/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU	Posicionamento a respeito de sentença judicial transitada em julgado, relacionada a controle sobre materiais da Gráfica do IBGE, em relação ao cumprimento das penalidades expressas	1
Solciitação de Auditoria s/nº	Atualização de processos pendentes de conclusão no Sistema de Correição do Poder Executivo Federal - Siscor	1
Relatório de Auditoria 201902162	Aquisição de ativos de TIC a título de reserva técnica	9
Relatório de Auditoria 836010	Avaliação sobre licitações realizadas em determinada Superintendência Estadual	8
Relatório de Auditoria 201701431	Avaliação sobre atividades de recursos humanos e licitações relacionadas a contratação ser serviços por pessoas jurídicas em determinada Superintendência Estadual	4
Relatório de Auditoria 1257335	Procedimentos relacionados à alerta da ferramenta Analisador de Licitações, Contratos e Editais - ALICE a respeito do Pregão Eletrônico para compra de baterias externas dos Dispositivos Móveis de Coleta - DMCs do Censo Demográfico 2022	6
Relatório de Auditoria 826380	Pesquisa de preços realizada em desacordo com o estabelecido na IN SLTI/MPOG n. 05, de 27.06.2014	1
Relatório de Auditoria 201801741	Serviços contratados para vigilância patrimonial	2
Relatório de Auditoria 201901073	Avaliação sobre pesquisa de preços	1
Relatório 819720	Revisão sobre o cálculo dos proventos das aposentadorias de ex-servidores, conforme orientações e seguindo o rito estabelecido na Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4, de 21.02.2013.	1
Relatório 1026174	Análise de militares e pensionistas de militares com vínculos de agente público civil	1
Auditoria Contínua	Avaliação a respeito da acumulação de cargo, emprego ou função efetiva no contexto do próprio Poder Executivo Federal e no âmbito Municipal e Estadual.	1
Auditoria Contínua	Apuração sobre processo de exclusão do SIAPE do pensionista com indício de óbito.	1
Solicitação de Auditoria 906388	Requisição de diversas informações relacionadas às atividades de processamento de folha de pagamento.	1
Total		38

Fonte: Sistema e-Aud e controles internos da AUD.

A seguir, na tabela ao lado, objetiva-se discriminar como as recomendações expedidas nas diversas demandas da CGU estão distribuídas pelas Unidades Administrativas do IBGE, com informação sobre a situação de atendimento:

Unidade Administrativa do IBGE	Concluído	Em análise pela CGU	Em atendimento pelo IBGE	Total geral
Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria-Executiva - DE/CRH	-	4	1	5
Coordenação de Recursos de Materiais da Diretoria-Executiva - DE/CRM	1	9	1	11
Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI	3	3	1	7
DTI e Coordenação de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI	1	-	-	1
Gerência de Processos Administrativos Disciplinares da Diretoria-Executiva - DE/GEPAD (1)	-	1	-	1
Gabinete da Presidência - GAB	1	-	-	1
Superintendência Estadual do IBGE na Paraíba - SES/PB	-	2	2	4
Superintendência Estadual do IBGE em Santa Catarina - SES/SC	-	6	2	8
Total	6	25	7	38

Fonte: Sistema e-Aud e controles internos da AUD.

(1) De acordo com o novo Estatuto do IBGE, as competências antes conferidas à DE/GEPAD foram atribuídas à Corregedoria - CORREG.



Equipe técnica

O Relatório de Gestão do exercício 2022 é produto da construção coletiva de todas as unidades da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que essa Instituição está obrigada, nos termos do parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da [Instrução Normativa n. 84, de 22.04.2020](#) , e da [Decisão Normativa TCU n. 198, de 23.03.2022](#) .

Diretoria-Executiva

Coordenação de Planejamento e Gestão

Ana Cristina Martins Bruno

Gerência de Estratégia e Sustentabilidade

Gestão da elaboração

Hugo Leonnardo Gomides do Couto

Revisão e integração textual

Hugo Leonnardo Gomides do Couto

Queisse Valente Ximene de Araujo

Flavia Azevedo Mendes de Melo

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção Editorial e Gráfica

Marisa Sigolo

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Leonardo Martins

Diagramação

Thiago Goulart da Silva

Programação visual e infografia

Leonardo Martins

Thiago Goulart da Silva

Colaboradores

Coordenação-Geral de Comunicação Social

Helena Maria Mattos Pontes

Helga Szpiz

Pontos focais - Titulares e suplentes

Adriana Goncalves Saraiva

Alexandre Vincenzo Barone

Ana Carolina Marchezi Cobe

Ana Cristina Martins Bruno

André Eduardo Oliveira de Paula Lico

Antônio Caminada Franklin de Oliveira

Arnaldo Lyrio Barreto

Bárbara Conceição Teixeira Coelho

Cinthia Oliveira Paiva

Claudia Neves Amorim

Claudia Rodrigues do Prado

Clovis Alberto Garcia de Barros

Denise Maria Penna Kronemberger

Edson Chun Ichi Ebara

Edson Wanderlei Fontana

Flavia Azevedo Mendes de Melo

Hugo Leonnardo Gomides do Couto

Isabela Coutinho de Souza Biagio

José Ricardo Faria Campos

Luciana Lopes Monteiro

Luciana Martins Prazeres Scheufler

Marcelo Henrique Ferreira Barbosa

Marcos Vinicius Amaral de Souza

Mario Almada Grabois

Massashige Takiguchi

Nelio Ferreira Machado

Paula Leite da Cunha e Melo

Pedro Mendonca Renaux Wanderley

Rachel Cristina Borges Simoes Micaelo

Raissa Batista Madureira

Roberto Neves Sant Anna

Rodrigo Vieira Laureano

Rogério Cunha de Andrade

Rose Maria Barros de Almeida da Silva

Sandra Martins Lino

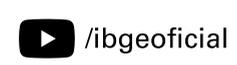
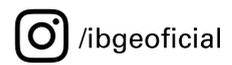
Sandra Rosa Pereira

Sheila Souza Fonseca

Victor Reis de Santiago Nunes

Vivaldi Campos Junior

Willyam Gonçalves da Silva



www.ibge.gov.br 0800 721 8181